

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Marla Barbosa Assumpção

**A Fronteira Geminada de Santana do Livramento-Rivera como Marco das Conexões
Políticas Regionais e Internacionais: repressão e resistência em *Áreas de Interesse da
Segurança Nacional* (1964-1973)**

Porto Alegre

2014

Marla Barbosa Assumpção

A Fronteira Geminada de Santana do Livramento-Rivera como Marco das Conexões Políticas Regionais e Internacionais: repressão e resistência em *Áreas de Interesse da Segurança Nacional* (1964-1973)

Dissertação de mestrado apresentada, em 20/10/2014, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH-UFRGS).

Orientador: Prof. Dr. Enrique Serra Padrós

Porto Alegre

2014

Marla Barbosa Assumpção

A Fronteira Geminada de Santana do Livramento-Rivera como Marco das Conexões Políticas Regionais e Internacionais: repressão e resistência em *Áreas de Interesse da Segurança Nacional* (1964-1973)

Dissertação de mestrado apresentada, em 20/10/2014, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH-UFRGS).

Orientador: Prof. Dr. Enrique Serra Padrós

Conceito final: A

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª Claudia Wasserman - Conceito A
(Programa de Pós-Graduação em História - UFRGS)

Prof^ª Dr^ª Adriana Dorfman - Conceito A
(Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFRGS)

Prof^ª Dr^ª Carla Luciana Souza da Silva - Conceito A
(Programa de Pós-Graduação em História - UNIOESTE)

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós - Conceito A
(Programa de Pós-Graduação em História - UFRGS)

*Mais duro é perceber
Se eu fosse te falar
Do Brasil de agora
Que seria tão igual
Miséria
Doença
Polícia brutal*

E a Revolução - Nei Lisboa

*El miedo seca la boca, moja las manos y mutila. El miedo de saber nos condena a la ignorancia; el miedo de hacer nos reduce a la impotencia.
La dictadura militar, miedo de escuchar, miedo de decir, nos convirtió en sordomudos. Ahora la democracia, que tiene miedo de recordar, nos enferma de amnesia; pero no se necesita ser Sigmund Freud para saber que no hay alfombra que pueda ocultar la basura de la memoria.*

La desmemoria/2 - Eduardo Galeano

[...] ningún pueblo logra una verdadera paz si tiene un pasado pendiente. Los olvidadores también lo saben (¿quién puede no saberlo?) pero no les importa mucho, porque en el fondo no les importa la paz.

La palabra es probablemente la mayor dificultad con que se enfrentan los olvidadores profesionales, porque la vocación congénita de la palabra no es omitir, sino nombrar.

[...] para la injusticia sólo hay un remedio y éste no es el olvido, sino la justicia.

Ocorre que el pasado es siempre una morada y no hay olvido capaz de demolerla.

Trechos de Variaciones sobre el olvido – Mario Benedetti

*Ayer soñé con los hambrientos, los locos,
los que se fueron, los que están en prisión
hoy desperté cantando esta canción
que ya fue escrita hace tiempo atrás.
Es necesario cantar de nuevo,
una vez más.*

Inconsciente Colectivo - Charly García

*A todas (os) aquelas (es) que ousaram e ainda
ousam, a despeito de todas as adversidades, lutar
por um mundo mais justo...*

AGRADECIMENTOS

Um trabalho de pesquisa em história nunca é uma tarefa solitária. Isso porque dialogamos, seja através das fontes, seja a partir da bibliografia pertinente ao tema analisado, com inúmeros sujeitos de diferentes tempos e espaços. Isso por si só já justificaria a importância de reservarmos uma parte, ainda que ínfima e singela, do resultado final a todas essas pessoas, sem as quais o presente trabalho não seria factível. Não obstante, gostaria de, neste curto espaço, agradecer, mais especificamente, àquelas/es que, por razões afetivas e/ou acadêmicas, desempenharam um papel crucial, em diferentes intensidades e momentos, tanto na minha trajetória pessoal, quanto profissional, as/os quais enumero a seguir, não necessariamente por ordem de importância.

Primeiramente, gostaria de registrar o meu agradecimento a duas professoras que tive no Ensino Médio: a Ana Gabriel e a Gabriela Rodrigues. Como ex-aluna e, atualmente, colega reconheço a importância que alguns professores cumprem na nossa formação política, cidadã e pessoal. Sendo assim, na figura das duas estendo a minha gratidão para outros professores que tive ao longo dos anos. Ainda no terreno da educação, gostaria de fazer menção e agradecer aos alunos da Educação de Jovens e Adultos do Colégio de Aplicação da UFRGS e ao professor Vanderlei, com os quais tive a possibilidade de ter a minha primeira experiência docente enquanto professora recém-formada. Além de compartilhar aprendizados, pude, pela primeira vez, como professora de história, trabalhar a temática das ditaduras do Cone Sul em sala de aula.

Agradeço também à Ananda, à Caroline e à Alessandra, pessoas com as quais tive, em diferentes circunstâncias, o privilégio de conviver e que servem de inspiração. Gostaria também de fazer menção às professoras Claudia Wasserman e Adriana Dorfman, que tanto contribuíram para a minha formação. Agradeço, ainda, à professora Carla Silva por ter aceito o convite para participar da banca e, mais do que isso, por se dispor a contribuir com este trabalho.

Reunindo todas as qualidades anteriormente citadas, queria registrar a minha imensa admiração e gratidão ao professor/orientador/colega Enrique. Desde o início da minha formação universitária, tive o privilégio de participar com outras/os colegas e amiga/os, sob a orientação do Enrique, de inúmeros projetos e trabalhos. Além de atividades no universo acadêmico, vivenciamos inúmeras experiências relacionadas ao ensino de história e a temas sensíveis da nossa história recente *¡Muchísimas gracias por todo!* Nesse mesmo sentido, agradeço também ao historiador e arquivista Jorge Vivar.

Saindo um pouco da seara da história, *pero no mucho*, gostaria de agradecer a algumas/uns grandes amigas/os e colegas historiadoras/es e/ou professoras/es, com as/os quais pude, em diferentes momentos da minha formação, compartilhar experiências, angústias, problemas, viagens, trabalhos, discussões, risadas. São elas/es: o Chico, o Said, a Renata, a Luli, o Marquito e a Mari (também conhecidas/os como platinófilas/os), além da Raquel, da Gagá e da Fernanda. À Fer em especial gostaria de frisar a minha admiração - pela pessoa incrível que ela é - e imensa gratidão por ter tido a oportunidade de conviver cotidianamente durante meus primeiros meses de mestrado. Gostaria de agradecer também a um casal muito especial: o Rodrigo e a Luana. À última, além da amizade, registro o meu sincero agradecimento por todo apoio prestado em algumas partes do trabalho, com uma contribuição sempre muito atenta e importante.

Queria, ainda, agradecer a duas grandes amigas da época da escola, com as quais tenho o privilégio de conviver, mesmo que não tanto como outrora: a Carol e a Lê, pessoas muito especiais com as quais convivo há mais de uma década e com quem cresci, mudei, aprendi.

Gostaria também de frisar o meu especial agradecimento à minha família, sobretudo na figura da minha mãe, do meu pai e do meu irmão por toda a força que me deram e ainda me dão. Além disso, queria compartilhar mais essa conquista, especialmente, com a minha mãe que, para mim, sempre foi um exemplo de lutadora, tanto na esfera pessoal quanto social.

Registro o meu agradecimento às diversas pessoas que me acolheram e compartilharam suas histórias de vida, sem as quais este trabalho não teria o mesmo sentido, tampouco o mesmo resultado. São elas/es: Suzana Lisboa, Luiz Carlos Santana, Antônio Apoitia Neto, Estoécel Ribeiro Santanna, Maria José (Lia), Edair Machado Pujol, Zuil Correa Pujol, América Ineu Chaves, Sérgio Alves Perez, Vladimir Fagúndez, Perseverando Fernandes Santana, Claudio Gutiérrez e Universindo Rodriguez Díaz. Na figura deles, estendo meu agradecimento a tantos outros que, como eles, ousaram (e muitos ainda ousam) lutar para construir um mundo mais digno e justo para se viver. Gostaria também de agradecer àquelas pessoas que me acolheram nos diferentes locais onde estive pesquisando: Clara Aldrighi, Álvaro Rico, Marina Cardozo, Selva Chirico, Sandra Regina Barbosa, entre outras/os.

Ainda em relação à pesquisa, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo fomento que garantiu a execução deste trabalho. Nesse mesmo sentido, gostaria de agradecer a/os professoras/es e funcionárias/os do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.

Por fim e, sem dúvida, não menos importante, gostaria de agradecer ao Marcelo. Já somam vários anos que nos conhecemos e nos quais compartilhamos experiências (em cadeiras ao longo da graduação, discussões, conversas), afinidades políticas e gostos. Nos últimos tempos, temos compartilhado nosso cotidiano, sonhos, projetos, entre tantas outras coisas. A ele agradeço por todo carinho, compreensão, aprendizado e, sobretudo, por todo companheirismo.

RESUMO

A presente dissertação visa analisar a articulação de redes de solidariedade e resistência na fronteira Brasil-Uruguai, desencadeadas pela instauração da ditadura civil-militar em 1964, bem como busca examinar a formulação de políticas e o acionar de práticas específicas, por parte de autoridades brasileiras, para a região fronteira sul-rio-grandense no contexto em questão. Mais especificamente, focou-se o estudo nas cidades gêmeas de Santana do Livramento e Rivera, principal núcleo urbano entre ambos os países. Nesse sentido, destaca-se o fato de que, com o advento do golpe de Estado, um contingente significativo de brasileiros cruzou essa fronteira em busca de refúgio no país vizinho. Nesse contexto, o Uruguai se tornou o principal endereço dos exilados. O processo ora assinalado suscitou a formação de redes de solidariedade na fronteira supracitada, as quais foram responsáveis por acolher aqueles que a cruzavam ou, ainda, os que ali permaneceram, a poucos metros da linha divisória internacional. A movimentação de exilados em áreas adjacentes ao território nacional, bem como a marcante influência do trabalhismo no estado do Rio Grande do Sul, concorreram para a formulação de políticas específicas por parte dos sistemas de inteligência e de segurança da ditadura. Optou-se, assim, pelo estudo do período compreendido entre o golpe no Brasil em 1964 e o golpe de Estado no Uruguai em 1973. Os marcos temporais em questão compreendem, de um lado, os primórdios do exílio brasileiro no país vizinho, no contexto analisado, conforme referido. De outro, assinala o abandono da tradição uruguaia de acolhida de asilados diante da imposição de intensas políticas repressivas, responsável por desencadear novos exílios, tanto de brasileiros, como também de uruguaios. Na fronteira ora examinada, o fato em questão suscitou o deslocamento de muitos opositores de um lado para o outro da linha internacional, invertendo, em alguma medida, a direção da passagem, agora do Uruguai para o Brasil. Ao longo do trabalho de pesquisa, foram consideradas as mudanças conjunturais, os agentes fronteiriços de ambos os países e o impacto produzido na região, pensada como marco das conexões estabelecidas regional e internacionalmente.

Palavras-chave: ditadura civil-militar - Rio Grande do Sul - fronteira - Santana do Livramento - Rivera.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo examinar la articulación de redes de solidaridad y resistencia en la frontera Brasil-Uruguay, provocadas por el establecimiento de la dictadura civil-militar en 1964 y tiene por objeto examinar la formulación de políticas y el accionar de prácticas específicas por parte de las autoridades brasileñas al sur de la región de la frontera de Rio Grande do Sul, en el contexto en cuestión. De forma más específica, el estudio se centró en las ciudades gemelas de Santana do Livramento y Rivera, principal centro urbano entre ambos países. En este sentido, se destaca el hecho de que con el advenimiento del golpe de Estado, un número importante de brasileños cruzó esa frontera para buscar refugio en el país vecino. En este contexto, Uruguay se convirtió en el principal lugar de llegada de los exiliados. El proceso ahora marcado provocó la formación de redes de solidaridad en la frontera antes mencionada, las cuales fueron las encargadas de acoger a los que cruzaron o incluso los que se quedaron allí, a pocos metros de la línea divisoria internacional. El movimiento de los exiliados en las áreas adyacentes al territorio nacional, así como la fuerte influencia del *trabalhismo* en el estado de Rio Grande do Sul, contribuyeron a la formulación de políticas específicas por parte de los sistemas de inteligencia y de seguridad de la dictadura. Optamos, por lo tanto, a estudiar el período comprendido entre el golpe de Estado en Brasil en 1964 y el golpe de Estado en Uruguay en 1973. Los marcos temporales en cuestión incluyen, por un lado, los orígenes del exilio de Brasil en el país vecino, en el contexto analizado, conforme referido. De otro, marca el fin de la tradición uruguaya de recepción de asilados ante la imposición de intensas políticas represivas, responsables por desencadenar nuevos exilios, tanto de brasileños, como también de uruguayos. En la frontera que ahora se examina, el hecho en cuestión generó el desplazamiento de muchos opositores de un lado a otro de la línea internacional, invirtiendo, en cierta medida, la dirección del paso, ahora desde Uruguay a Brasil. A lo largo del trabajo de investigación se consideraron los cambios coyunturales, los agentes fronterizos de ambos países y el impacto en la región, marco de las conexiones establecidas regional e internacionalmente.

Palabras-clave: dictadura civil-militar - Rio Grande do Sul - frontera - Santana do Livramento - Rivera.

ABSTRACT

This dissertation aims to examine the articulation of networks of solidarity and resistance in Brazil-Uruguay border, triggered by the establishment of civil-military dictatorship in 1964 and seeks to examine the formulation of policies and the trigger of specific practices by Brazilian authorities to Rio Grande do Sul border in the context in question. More specifically, the study focused on the cities of Rivera and Santana do Livramento, the main urban center between both countries. In this sense, there is the fact that with the advent of the coup d'état, a significant number of Brazilians crossed the border in question to seek refuge in the neighboring country. In this context, Uruguay became the primary address of the exiles. The process now marked elicited the formation of networks of solidarity in the aforesaid boundary, which were responsible for welcoming those who crossed or even those who remained there, a few feet from the international boundary line. The movement of exiles in the adjacent country areas, as well as the strong influence of the *trabalhismo* in the state of Rio Grande do Sul, contributed to the formulation of specific policies by the intelligence and security systems of the dictatorship. We opted, therefore, for the study of the period from the coup in Brazil in 1964 and the coup in Uruguay in 1973. The timeframes in question include, on the one hand, the beginnings of Brazilian exile in the neighboring country, in the context analyzed. On the other hand, they mark the abandonment of the Uruguayan tradition of acceptance of exiles since the imposition of intense repressive policies, responsible for triggering new exiles of Brazilians, but also of Uruguayans. On the border now under consideration, the fact in question raised the displacement of many opponents from side to side of the international line, reversing, to some extent, the direction of the passage, now from Uruguay to Brazil. Throughout the research work were considered conjunctural changes, the border agents of both countries and the impact on the region, understood as a framework of regionally and internationally established connections.

Keywords: civil-military dictatorship - Rio Grande do Sul - border - Santana do Livramento - Rivera.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. A DICOTOMIA FRONTEIRAS ESTATAIS-FRONTEIRAS IDEOLÓGICAS NO MARCO DA ESTRUTURAÇÃO DE DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL NO CONE SUL	36
1.1 FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI: NOÇÕES, HISTÓRICO, DINÂMICAS E INTERCÂMBIO POLÍTICO	37
1.1.1 Fronteira, limite internacional, faixa e zona de fronteira: apontamentos para uma discussão conceitual	38
1.1.2 Dinâmica e cotidiano de intercâmbio na região fronteira entre o Brasil e o Uruguai	45
1.1.2.1 O delineamento da fronteira Santana do Livramento-Rivera e a integração em cidades-gêmeas	58
1.2 A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E A NOÇÃO DE FRONTEIRAS IDEOLÓGICAS	70
2. IDAS E VINDAS PELA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI	84
2.1 A BUSCA POR REFÚGIO DO OUTRO LADO DA LINHA DEMARCATÓRIA	85
2.1.1 A especificidade do Rio Grande do Sul durante a ditadura civil-militar.....	85
2.1.2 A articulação de redes de solidariedade na fronteira Brasil-Uruguai	90
2.1.2.1 A noção de rede	90
2.1.2.2 Os esquemas de fronteira.....	94
2.1.2.3 A sobrevivência em outro país a partir da solidariedade dos agentes fronteiriços.	109

2.2 MONTEVIDÉU, A "CAPITAL DOS EXILADOS": O CENÁRIO POLÍTICO-ECONÔMICO URUGUAIO E A MOVIMENTAÇÃO DE OPOSIÇÃO E DENÚNCIA À DITADURA BRASILEIRA.....	134
3. AS INGERÊNCIAS NA POLÍTICA URUGUAIA E A VIGILÂNCIA DOS EXILADOS A PARTIR DA ATUAÇÃO DA MISSÃO DIPLOMÁTICA BRASILEIRA EM MONTEVIDÉU.....	145
3.1 MISSÃO ESPECIAL DO ITAMARATY PARA INSPEÇÃO E MAPEAMENTO DA FRONTEIRA COM OS PAÍSES DO PRATA	146
3.2 A PRESSÃO POLÍTICO-ECONÔMICA E A DETERIORAÇÃO DA RELAÇÃO BRASIL-URUGUAI	160
4. A ATUAÇÃO E INTERVENÇÃO DE AUTORIDADES CIVIS E MILITARES NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI.....	197
4.1 A VIOLAÇÃO DA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI POR PARTE DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS	198
4.2 O APARATO REPRESSIVO DO RIO GRANDE DO SUL E AS AÇÕES DE CONTROLE E MONITORAMENTO DA FRONTEIRA BRASILEIRO-URUGUAIA	207
4.3 INTERVENÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL: A FRONTEIRA COMO ÁREA DE INTERESSE DA SEGURANÇA NACIONAL E SUB-ÁREA DE DEFESA INTERNA.....	222
CONCLUSÃO.....	245
ARQUIVOS E FONTES CONSULTADAS.....	252
BIBLIOGRAFIA	257

LISTA DE SIGLAS

ADESG - Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra

ADI - Áreas de Defesa Interna

AHRS - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

AISN - Área de Interesse da Segurança Nacional

APERS - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

AI - Ato Institucional

ALN - Aliança Libertadora Nacional

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

CEFF - Comissão Especial da Faixa de Fronteira

CENIMAR - Centro de Informações da Marinha

CIE - Centro de Informações do Exército

CIEx - Centro de Informações do Exterior

CISA - Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica

CNV - Comissão Nacional da Verdade

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CSN - Conselho de Segurança Nacional

DCI - Divisão Central de Informações

DEOPS/SP - Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo

DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa
Interna

DOPS/RS - Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul
DSN - Doutrina de Segurança Nacional
ESG - Escola Superior de Guerra
EUA - Estados Unidos da América
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM - Inquérito Policial-Militar
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MLN-T - *Movimiento de Liberación Nacional - Tupamaros*
OBAN - Operação Bandeirantes
OEA - Organização dos Estados Americanos
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCU - *Partido Comunista Uruguayo*
PDFF - Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
SADI - Sub-Área de Defesa Interna
SISSEGIN - Sistema de Segurança Interna
SNI - Serviço Nacional de Informações
SOPS - Seção de Ordem Política e Social
UDN - União Democrática Nacional
UNE - União Nacional dos Estudantes
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VPR - Vanguarda Popular Revolucionária
ZDI - Zona de Defesa Interna

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

CAPÍTULO 1

FIGURA 1: Faixa e Zona de Fronteira.....	43
FIGURA 2: Limites do Uruguai com o Brasil.....	46
FIGURA 3: Tipologia das Interações Fronteiriças.....	60
FIGURA 4: Tipologia das Interações Fronteiriças no Arco Sul	61
FIGURA 5: Cidades-gêmeas na fronteira brasileira.....	63

CAPÍTULO 2

FIGURA 6: Croqui da fronteira Santana do Livramento-Rivera utilizado por Frei Betto.....	98
FIGURA 7: Rua de Rivera assinalada no croqui.....	100
FIGURA 8: Fachada da paróquia assinalada no croqui.....	101
FIGURA 9: Instalações internas da paróquia riverense.....	101
FIGURA 10: Reportagem sobre esquema de fronteira.....	104
FIGURA 11: Rodovias e ferrovias sul-rio-grandenses.....	110
FIGURA 12: Vias uruguaias.....	111
FIGURA 13: Fachada atual do curso fundado no exílio por Estoécel Ribeiro Santanna.....	124

CAPÍTULO 4

FIGURA 14: Ficha de agente clandestino do DOPS no Uruguai.....	210
FIGURA 15: Tabela das Áreas de Interesse da Segurança Nacional	225
FIGURA 16: Mapa das Áreas de Interesse da Segurança Nacional por ano de intervenção..	227
FIGURA 17: Mapa das Áreas de Interesse da Segurança Nacional no Rio Grande do Sul por ano de intervenção.....	229

FIGURA 18: Mapa das vias e dos municípios de Interesse da Segurança Nacional no Rio Grande do Sul por ano de intervenção.....	232
FIGURA 19: Tabela dos países sul-americanos e suas respectivas faixas de fronteira	239
FIGURA 20: Zonas, Área e Subárea de Defesa Interna.....	241

INTRODUÇÃO

O estado do Rio Grande do Sul, localizado no extremo sul do Brasil, constitui um espaço diferenciado em relação aos centros políticos e econômicos do país, tendo em vista, entre outros aspectos, a sua configuração fronteiriça. Para além da condição de estado-fronteira, a qual é compartilhada por inúmeras outras unidades federativas brasileiras, é válido assinalar os importantes vínculos existentes, nesse caso em particular, com os países limítrofes. Nesse sentido, vale mencionar as relações de troca e intercâmbio entre as populações adjacentes, as quais remontam a tempos longínquos.

Com o advento do golpe de Estado no Brasil, no ano de 1964, e a decorrente instauração de uma ditadura de Segurança Nacional¹, a fronteira sul-rio-grandense assume um papel de destaque, entre outros motivos, em função de sua localização privilegiada, tanto do ponto de vista da repressão como da resistência. Isso porque o Uruguai, o qual possuía forte tradição democrática e profunda solidariedade na acolhida aos exilados políticos, se destacou, nesse contexto, como o principal endereço de parcela significativa do contingente de exilados a deixar o país já nos momentos subsequentes ao rompimento da ordem política instituída. As cidades-gêmeas de Santana do Livramento (República Federativa do Brasil) e Rivera (República Oriental do Uruguai), por seu turno, principal

¹ Dentre os modelos explicativos que procuraram analisar os regimes ditatoriais instaurados na América Latina, nas décadas de 1960 e 1970, destaca-se aquele que identifica as ditaduras civil-militares como regimes de Segurança Nacional, ressaltando, pois, o papel que a Doutrina de Segurança Nacional, elaborada pelos Estados Unidos – e reformulada em alguns países –, exerceu no subcontinente. No primeiro capítulo da dissertação aprofundaremos esse aspecto. Ver: COMBLIN, Pe. Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Ver também: BORGES, Nilson. *A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção O Brasil Republicano, vol. 4).

núcleo urbano dos cerca de mil quilômetros de fronteira entre ambos os Estados Nacionais, foram a rota de saída mais utilizada por aqueles que se radicaram no país vizinho. Nesse momento, tendo em vista o número considerável de refugiados políticos brasileiros que rumou para o Estado uruguaio, Montevideu foi considerada a “capital dos exilados”. Tais aspectos concorreram para que o país vizinho se tornasse um dos focos de preocupação das autoridades brasileiras civis e militares. Além de se constituir como uma região de passagem, a fronteira entre ambos os países se configurou enquanto local de permanência para muitos militantes que se deslocaram para o outro lado da linha divisória, fixando residência a poucos metros do território brasileiro.

Nesse sentido, podemos elencar alguns dos elementos já citados, bem como assinalar outros que vieram a se somar, os quais contribuíram para que a fronteira entre os dois países requeresse uma atenção especial por parte do governo brasileiro: o número de asilados que se refugiou no Uruguai; a presença de políticos do governo deposto radicados em localidades próximas ao Brasil, onde a possibilidade de manutenção dos vínculos com a oposição interna era, ao que tudo indica, mais factível; a forte influência do trabalhismo em municípios sul-rio-grandenses, um dos inimigos internos a ser combatido pelo novo regime, de acordo com premissas da Doutrina de Segurança Nacional; o fato de que a fronteira entre ambos os países despontava também na rota daqueles que tinham como destino final outros Estados da região, tais como o Chile, ou ainda outros continentes; a situação político-econômica uruguaia, responsável por exacerbar as contradições sociais no país vizinho - a qual redundou com o golpe de Estado em 1973 -, processo este que, já na década de 1960, fora responsável pela emigração de muitos cidadãos uruguayos (em função tanto da escalada autoritária desencadeada desde então quanto do deterioramento da economia). Vale destacar, ainda, que um número considerável de uruguayos passou a se deslocar, nessa conjuntura, rumo a outros países, inclusive se radicando no Brasil - destacadamente no Rio Grande do Sul - ou o utilizando como ponte para outros destinos mais seguros naquele contexto, como alguns países europeus. Assim, o trânsito empreendido pela região fronteira não teve apenas como sentido a saída do Brasil em direção ao Uruguai, visto que por ali também passaram, ao longo desse período, pessoas responsáveis por realizar a conexão entre o exílio e a oposição interna, através dos "pombos-correio" por exemplo. Pode-se também elencar o caso de militantes dispostos a levar a cabo movimentos de resistência armada à ditadura, os quais, em algumas circunstâncias, após passarem um período no exílio, reingressavam clandestinamente em

território nacional pela fronteira em questão. Além disso, na década seguinte, conforme já indicado, muitos uruguaios rumaram para o Rio Grande do Sul no intuito de fugir de uma situação de crise econômica e de mais um dos golpes de Estado que se alastraram pela região, a despeito de não necessariamente permanecerem em solo gaúcho.

Não se pode perder de vista também o trânsito empreendido, na região analisada, por autoridades brasileiras civis e militares. Em relação ao primeiro caso, sobressaem-se tanto o papel da comunidade de política externa, destacadamente da Missão Diplomática em Montevideú, quanto do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS). Em relação à diplomacia, foram inúmeras as estratégias utilizadas no intuito de pressionar política e economicamente o governo uruguaio no sentido de cercear as ações dos exilados, bem como a aproximação destes com a fronteira brasileira. Sobressai-se, ainda, o estabelecimento de contatos com figuras de destaque no cenário local da fronteira com vistas a monitorar o trânsito de opositores pela região. A polícia política gaúcha, por seu turno, empreendeu inúmeras ações em cujo cerne desponta a preocupação com a região do Estado brasileiro adjacente ao Uruguai. No que concerne aos militares, destaca-se a atuação do Exército e da Aeronáutica, a qual, em diversas circunstâncias, redundaram em um desrespeito manifesto à soberania do Estado uruguaio. É importante considerar, todavia, o imbricamento e a fluidez da informação entre esses setores, a despeito do conflito de competências ocorrido em algumas ocasiões, conforme observado na documentação consultada.

Por essas e outras questões, o golpe no Brasil, imediatamente, repercutiu nas cidades fronteiriças focalizadas por este estudo, quais sejam, Santana do Livramento e Rivera. Assim, a instauração da ditadura produziu forte impacto sobre a dinâmica e sobre os atores locais, já que um número expressivo de exilados, provenientes da própria região e também de outras partes do país, começou a chegar à fronteira, desencadeando a formação de redes de solidariedade e acolhida aos que lá chegavam.

Os elementos supracitados, somados a tantos outros, contribuíram para o clima de efervescência política e, possivelmente, concorreram para que aquela região sofresse um processo de intervenção, em 1968, por parte do Conselho de Segurança Nacional (CSN), além da área do estado do Rio Grande do Sul adjacente à Argentina e ao Uruguai ser caracterizada como Sub-Área de Defesa Interna. As políticas do CSN tiveram como um de seus principais desdobramentos a suspensão das eleições no âmbito municipal e a

decorrente nomeação de interventores para diversas localidades, sobretudo aquelas situadas na fronteira brasileira.

A partir dos aspectos pontuados, o presente trabalho de pesquisa buscou analisar a articulação de redes de solidariedade e resistência na fronteira Brasil-Uruguaí, bem como as ações repressivas do Estado brasileiro que tiveram como foco essa região. Nosso marco espacial compreende, sobretudo, as cidades-gêmeas de Santana do Livramento e Rivera². O recorte temporal, por seu turno, abarca o período de 1964 a 1973, anos que marcam, respectivamente, o golpe de Estado no Brasil e no Uruguai. O marco inicial possui relação com os aspectos acima assinalados. Já o final vincula-se à espiral autoritária desencadeada pelo governo de Jorge Pacheco Areco (1968-1972), a qual culminou com o golpe no Uruguai em 1973. Os elementos em questão concorreram para que o exílio brasileiro mudasse definitivamente de endereço, diante da crescente indisposição e hostilidade frente à chegada de novos exilados. Assim, para os militantes que começaram a deixar o país a partir de 1968, como consequência do recrudescimento da repressão, com a promulgação do Ato-Institucional nº 5 (AI-5), o exílio passou a revelar-se especialmente complicado, já que o clima de insegurança se intensificou em ambos os lados da fronteira. Além disso, a partir de então, conforme mencionado, muitos uruguaios se radicaram em outros países. Ao longo do processo de investigação, foram consideradas, mormente, as mudanças conjunturais ocorridas durante o decênio analisado, os agentes de ambos os países, tanto os fronteiriços, quanto os que atuaram na região ou em função dela, e o impacto produzido nessas localidades adjacentes, pensadas como marco das conexões estabelecidas em âmbito regional e internacional.

Nesse sentido, os objetivos gerais que orientaram a presente pesquisa foram: 1) a análise das ações repressivas do Estado brasileiro e a resistência a essas, no espaço fronteiriço de Santana do Livramento e Rivera, sob a ótica da conexão com a conjuntura

² Ainda que a análise esteja focada, sobretudo, em ambas as cidades, torna-se necessário levar em consideração também a “segunda fronteira”, ou seja, aquelas regiões que, embora não estejam diretamente relacionadas com a linha demarcatória, se inserem na dinâmica fronteiriça, a despeito de constituir uma tarefa árdua precisá-la. No que toca a esse aspecto, vale a pena atentarmos para as considerações contidas no Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), o qual estabeleceu um paradigma para a investigação sobre fronteiras: “A concentração de efeitos territoriais nas cidades-gêmeas [...] e a extensão desses efeitos numa distância indeterminada rumo ao interior de cada território nacional tem implicações práticas para a atuação do Estado em suas respectivas faixas de fronteira. A dificuldade advém principalmente do fato de que esses efeitos se expressam com formas e amplitudes diferenciadas no território, às vezes de forma conjugada ou isolada, contínua ou descontínua.” In: BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*: bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. p. 152.

uruguaia e com os agentes locais, entre os anos de 1964 e 1973; 2) contribuir para o entendimento das razões que levaram o Estado brasileiro a considerar *Área de Interesse da Segurança Nacional* os municípios fronteiriços gaúchos. E mais especificamente: 3) a análise do papel diferenciado do Rio Grande do Sul nesse contexto, em relação a outras regiões, tendo em vista a sua localização singular, enquanto um estado de fronteira; 4) a investigação acerca dos elementos e especificidades próprias do espaço fronteiriço, identificando as características histórico-geográficas comuns a Santana do Livramento e Rivera que possibilitaram políticas de cooperação binacional; 5) a análise das políticas de controle e monitoramento do Estado brasileiro sobre o fluxo de pessoas que deixava clandestinamente o país através da fronteira em estudo; 6) o exame do papel dos agentes fronteiriços na articulação de redes de solidariedade nas cidades-gêmeas de Livramento-Rivera; 7) a investigação das dinâmicas características dos “esquemas de fronteira” atuantes no Rio Grande do Sul, lideradas por organizações políticas clandestinas; e 8) a compreensão das estratégias utilizadas pela Missão Diplomática em Montevideu no tocante aos exilados radicados no Uruguai.

As pesquisas sobre a ditadura civil-militar brasileira têm se intensificado nos últimos anos. Não obstante, a análise comumente focaliza as dinâmicas mais características do centro do país. Assim, apenas recentemente novos estudos passaram a se centrar na história recente do Rio Grande do Sul, o qual, em função de sua localização singular, foi marcado por outras dinâmicas.³ No entanto, ainda são poucos os trabalhos que analisam esse período autoritário pelo viés das conexões repressivas estabelecidas com os demais países do Cone Sul.⁴ Assim, a tentativa de realizar uma revisão bibliográfica que, ainda que limitada, pudesse abarcar e situar a referida temática de pesquisa se deparou com

³ O estado do Rio Grande do Sul pode ser pensado como um território-elo, o que acaba conferindo à região um papel singular nas relações com os demais países. Cf. RÜCKERT, Aldomar. O estado do Rio Grande do Sul – Brasil – como um território de internacionalização segmentada do espaço nacional. *História Debates e Tendências*: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Passo Fundo, V. 3, n. 2, dez. 2002.

⁴ É relevante mencionar, entre outros, os recentes trabalhos de PADRÓS, Enrique. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005; CASSOL, Giselle. *Prisão e tortura em terra estrangeira: a colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Mestrado em Integração Latino-Americana, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008; FERNANDES, Ananda. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009; e REIS, Ramiro José dos. *Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um porto não muito alegre*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

inúmeros obstáculos. Parte da dificuldade foi decorrência da constatação de que os estudos sobre o período, que tem como recorte o estado do Rio Grande do Sul, no campo da História, além de pouco numerosos, são muito recentes - datam, sobretudo, já do início do século XXI.⁵

Parte-se do pressuposto de que a região fronteira do Rio Grande do Sul é um local privilegiado para a análise das relações do Brasil com a Argentina e o Uruguai nesse contexto. Não obstante, em relação à historiografia brasileira, são poucos os trabalhos que analisam pormenorizadamente as questões envolvendo a fronteira nesse período, ainda que ela tivesse um papel de destaque - segundo as mais variadas fontes -, uma vez que grande parte das pesquisas apenas tangencia o referido tema. No tocante à produção uruguaia sobre o assunto, a partir do levantamento feito, constatou-se que não há estudos que problematizem essa questão.⁶ Dessa forma, acredita-se que essas lacunas possam servir de justificativa em relação à relevância da pesquisa. Nesse sentido, destaca-se a originalidade e ineditismo do problema enquanto proposta de investigação histórica.

Quanto à justificativa social, cabe destacar as inúmeras linhas de continuidade em relação àquele passado recente e, conforme ressaltou Elizabeth Jelin, “la persistencia de um pasado que ‘no quiere pasar’”⁷, que ainda, de alguma forma, comprometem a consolidação de uma sociedade democrática. Segundo Enrique Padrós:

Na prática, a falta de respostas concretas para as questões que conectam o passado recente da ditadura com o nosso atual Tempo Presente, correspondem a ações que continuam atingindo, por omissão ou desrespeito, à história, à memória, à justiça, às vítimas da dinâmica repressiva e às novas gerações que têm interdito o conhecimento e a experiência da geração anterior, experiência que constitui história e que pertence a todos enquanto coletividade.⁸

É importante lembrar também o que destacou Cláudio Elmir:

Fazer a história política do presente implica, desta maneira, assumir uma posição frente aos acontecimentos e à ordem do mundo que muitas vezes exige também

⁵ Sobre essa questão, ver RODEGHERO, Carla. Reflexões sobre história e historiografia da ditadura militar: o caso do Rio Grande do Sul. In: *Anais do IX Encontro Estadual de História*. Vestígios do passado: a história e suas fontes. Porto Alegre: ANPUHS, 2008.

⁶ A dificuldade encontrada no levantamento de informações no Uruguai explica, em alguma medida, o foco conferido ao Brasil e, particularmente, ao Rio Grande do Sul e o desequilíbrio de dados referentes ao país vizinho.

⁷ JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 2002. (Colección Memorias de la Represión). p. 1.

⁸ PADRÓS, Enrique. História do tempo presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 1, n. 1, jan./jun. 2009. p. 37.

uma decisão política: a de estabelecer uma perspectiva de futuro na ação que nos move neste tempo. E essa atitude militante [...] sublinha o caráter irredutível da subjetividade do sujeito do conhecimento.⁹

Assim, a produção de estudos analíticos, por parte dos historiadores, contribui, em alguma medida, para o entendimento desse período e dos diversos questionamentos ainda tão presentes, que, inclusive, podem servir de subsídio para auxiliar na superação e na ruptura com esse passado recente traumático. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, é emblemática a frase do juiz espanhol Baltasar Garzón: “Para virar a página, é preciso lê-la”.

Vale ressaltar, pois, a importância dos fundamentos da história do tempo presente no desenvolvimento deste trabalho, a qual se caracteriza, entre outros aspectos, enquanto “um tempo aberto ao inquérito de seus sujeitos.”¹⁰ Nesse sentido, temos que levar em consideração que, a despeito do fato de que esta apresente algumas interpretações parciais e mesmo provisórias - ainda que, necessariamente, devam ser plausíveis¹¹ -, possui também inúmeras possibilidades e potencialidades.

Acredita-se que a história política ofereça o aparato teórico-conceitual mais apropriado para a realização deste trabalho, tendo em vista a referida problemática de pesquisa. Assim, é importante destacar o que ficou consagrado como o “retorno” ou renovação da história política que, embora nunca tenha sido totalmente abandonada, sofreu um relativo ostracismo durante parte do século XX¹². Todavia, ainda na década de 1970, ela volta a adquirir prestígio no meio acadêmico, passando a ser chamada por alguns autores de “nova história política”¹³.

Segundo René Rémond: “Estudar a história do político é estar convencido de que o político existe por si mesmo, professar que ele tem uma consistência própria e uma autonomia suficiente para ser uma realidade distinta.”¹⁴ Contudo, o próprio autor faz ressalvas quanto à importância de analisá-lo a partir da sua vinculação com outros domínios da prática social:

⁹ ELMIR, Cláudio. História política e história do presente: uma contribuição para o debate. *Logos: Revista de Divulgação Científica*. Canoas: ULBRA, v. 11, n. 1, maio 1999. p. 38.

¹⁰ *Ibid.*, p. 37.

¹¹ PADRÓS. História do Tempo Presente... op. cit., p. 31.

¹² Para uma visão panorâmica da ascensão e do declínio da história política tradicional, bem como da renovação pela qual passou, a partir da década de 1970, e seu impacto na historiografia brasileira recente, ver FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

¹³ *Ibid.*, p. 63.

¹⁴ RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, FGV, 1996. p. 445.

O político não se constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social. [...] Se o político deve explicar-se antes de tudo pelo político, há também no político mais que o político. Em consequência, a história política não poderia se fechar sobre si mesma, nem se comprazer na contemplação exclusiva de seu próprio objeto.¹⁵

Duas noções caras à história política são fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa: o conceito de resistência e de repressão. Quanto à primeira noção, Sinara Fajardo analisou o seu caráter relacional: “A resistência não é um fenômeno separado, alheio à relação de poder. É um dos elementos que compõem essa relação, uma das formas de expressão de seu caráter contraditório.”¹⁶ Ela expressa uma força de oposição, sendo mais uma reação do que ação e antes uma resposta do que iniciativa.¹⁷ Os atos de resistência podem ser sistemáticos ou pontuais, espontâneos ou organizados, isolados ou articulados, violentos ou pacíficos:

Quaisquer que sejam os tipos e variações possíveis de atos de resistência, eles comportam um certo grau de conflito mais ou menos explícito, pois pressupõem um descontentamento e uma oposição. Esse conflito pode envolver diferentes dimensões nas relações de poder, desde a revolta pessoal ainda não expressa verbal ou fisicamente, até a luta física entre sujeitos em função das diferentes posições na correlação de forças em determinado processo histórico.¹⁸

Conforme mencionado, os atos de resistência comportam, em alguma medida, uma oposição. Segundo Giampaolo Zucchini, esta pode ser entendida como

[...] a união de pessoas ou grupos que objetivam fins contrastantes com fins identificados e visados pelo grupo ou grupos detentores do poder econômico ou político; a estes, institucionalmente reconhecidos como autoridades políticas, econômicas e sociais, opõem os grupos de oposição a sua resistência, servindo-se de métodos e meios constitucionais e legais, ou de métodos e meios de outros tipos, mesmo ilegais e violentos.¹⁹

O conceito de repressão, por sua vez, é entendido, segundo Manuel Ossorio, como “acción y efecto de reprimir o reprimirse, de contener o dominar, de sujetarse. Acción y

¹⁵ Ibid, p. 35-36.

¹⁶ FAJARDO, Sinara. *Espionagem Política: Instituições e Processo no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993. p. 38.

¹⁷ Sobre essa questão, ver também MATTEUCCI, Nicola. “Resistência”. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. 13. ed. Brasília: Editora UnB, 2010. 2 v. p. 1114.

¹⁸ FAJARDO, op. cit., p. 43.

¹⁹ ZUCCHINI, Giampaolo. “Oposição”. In: BOBBIO et al., op. cit., p. 846.

método de oponerse la fuerza pública a las alteraciones del orden general. Aplicación de penas y correctivos por delitos y faltas.”²⁰

Ainda em relação aos conceitos que fundamentaram o presente estudo, vale mencionar o importante diálogo estabelecido com a geografia. Nesse sentido, algumas ferramentas dessa disciplina, tanto no campo empírico, quanto teórico, mostraram-se de suma importância para o desenvolvimento da investigação, sobretudo no que concerne aos estudos sobre fronteiras. Essas questões serão debatidas e aprofundadas, especialmente, no primeiro capítulo, ainda que perpassem a dissertação como um todo.

Ao longo da pesquisa, empregou-se uma gama variada de fontes com o intuito de responder à problemática proposta. Destaca-se, assim, a utilização de documentos oficiais e depoimentos, tanto impressos quanto aqueles produzidos a partir de entrevistas. Cada fonte requer uma metodologia específica e adequada, com vistas a um melhor aproveitamento e tratamento, sendo necessário, portanto, realizar algumas considerações pertinentes àquelas selecionadas.

Em primeiro lugar, é necessário levar em consideração, ao se trabalhar com qualquer fonte, que tudo aquilo que chegou até nós não chegou por acaso. Todo documento envolve saberes, poderes e intencionalidades. Nesse sentido, a objetividade do documento - o qual parecia se apresentar como uma prova histórica, desde que fosse testada a sua autenticidade -, que se opunha à intencionalidade do monumento, é uma ideia superada. Jacques Le Goff teceu algumas considerações em relação a esse ponto. Segundo o autor,

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.²¹

Dessa forma, ao se trabalhar com os documentos que servem de subsídio para a pesquisa, é importante encontrar as condições de produção histórica desses (que, no presente estudo, está ligada ao rompimento da ordem democrática e à exacerbação da metodologia repressiva) e, assim, analisar as implicações e intencionalidades que estes documentos-monumentos carregam:

²⁰ OSSORIO, Manuel. *Diccionario de Ciencias Jurídicas, Políticas y Sociales*. Buenos Aires: Ruy Diaz, 1995. p. 869.

²¹ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 545.

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. Os medievalistas, que tanto trabalharam para construir uma crítica – sempre útil, decerto – do falso, devem superar esta problemática porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem.²²

À luz das reflexões de Le Goff, acreditamos ser importante analisar a documentação levando-se em consideração o contexto de produção e os atores que “falam” nos documentos, assim como o conteúdo da mencionada “fala”. Não obstante, os silenciamentos podem ser bastante elucidativos também. Nesse sentido, é mister empreender uma reflexão sobre o lugar de onde se “fala” e, por decorrência, as implicações que estão imbricadas nessa posição. Nas fontes em questão, trata-se do olhar vigilante da repressão sobre uma sociedade, ou parcela da mesma, potencialmente subversiva. Dessa forma, conforme destacou Carlos Bacellar, “o historiador não pode se submeter à sua fonte, julgar que o documento é a verdade [...]; antes de tudo, ser historiador exige que se desconfie das fontes, das intenções de quem a produziu, somente entendidas com o olhar crítico e a correta contextualização do documento que se tem em mãos.”²³

Para falar mais especificamente dos arquivos produzidos pela repressão, é necessário tecer alguns comentários a respeito da repressão propriamente dita ou, ao menos, reconstituir a estrutura burocrática – como os sistemas de informações – que os produziram. Segundo os historiadores Caroline Bauer e René Gertz, ao longo da história da República brasileira, sobressaem-se dois períodos nos quais a repressão política adquiriu um novo papel e um redimensionamento dentro do aparelho estatal. São eles: o primeiro governo Vargas (1930-1945) e a ditadura civil-militar deflagrada com o golpe de 31 de março de 1964. Tendo em vista os objetivos do presente trabalho, centraremos a análise apenas nesse último período.

Ainda que as origens dos arquivos da repressão remontem aos tribunais inquisitoriais da Idade Média, a discussão a respeito da conservação e preservação, assim como sobre a disponibilização e especificidades dos mesmos, data do final da Guerra Fria na Europa e da redemocratização de países latino-americanos durante a década de 1980. Apesar de não existir consenso sobre essas questões, os arquivos da repressão, em uma

²² Ibid., p. 548.

²³ BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 64.

definição ampla, são caracterizados como “conjuntos documentais produzidos pelos órgãos de informação e segurança do aparato estatal em ações repressivas, durante períodos não-democráticos.”²⁴

Quanto à composição desses arquivos, destaca-se a existência de registros elaborados a partir da ação policial cotidiana, materiais roubados das vítimas, interrogatórios obtidos, muitas vezes, sem o respeito ao código penal, assim como a documentação produzida ou obtida pelas organizações de Direitos Humanos. No tocante ao conteúdo, por serem fruto de situações-limite, as informações obtidas nesses documentos são, normalmente, bastante imprecisas. É necessário também desmistificar essa documentação no que tange à metodologia repressiva e atentar para os “eufemismos” utilizados nos relatos:

Raramente um documento demonstrará, de forma explícita, práticas como o seqüestro como forma de detenção; a tortura física e psicológica como fonte de informações e punição; e mortes e desaparecimentos como políticas de extermínio. Assim, torna-se imprescindível estar atento às sutilezas que essas fontes possuem, e às evidências que trazem subentendidas.²⁵

Essa documentação possibilita o acesso tanto ao funcionamento de um importante instrumental de repressão utilizado durante o período, delineando assim a lógica do regime militar, como ao potencial e ao caráter da resistência. Segundo Maria Aparecida de Aquino,

Os relatórios dos “agentes infiltrados” mostram a que eles estavam atentos e quais os seus procedimentos de vigilância e controle. Exibem, também, graças ao conhecimento, que, no exercício de sua função, precisavam adquirir em relação às pessoas/instituições/atividades que acompanhavam, o funcionamento e a lógica que ditava o seu procedimento. Além disso, o farto material apreendido nessa atuação repressiva fornece uma radiografia das diferentes expressões de oposição ao regime.²⁶

Uma das principais discussões suscitadas por esse tipo de documentação, em especial aquelas relativas ao período analisando, diz respeito à privacidade e à preservação da intimidade de inúmeras pessoas, uma vez que parte dos protagonistas ainda está viva.

²⁴ BAUER, Caroline; GERTZ, René. Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 177.

²⁵ *Ibid.*, p. 190.

²⁶ AQUINO, Maria Aparecida de. Jornalistas/Militantes na mira do DEOPS/SP. In: _____; et al. (Org.). *No coração das trevas: O DEOPS/SP visto por dentro*. V. 1. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001. (Dossiês DEOPS/SP). p. 179.

Entre outros aspectos, essa documentação possui valor histórico e também judicial, afetando diretamente a sociedade em que foram recuperados:

Esses arquivos possuem uma especificidade intrínseca, chamada por alguns pesquisadores de “efeito bumerangue”: os documentos que compõem os acervos provenientes das forças repressivas servem, no presente, para atividades opostas à sua origem – produzidos para coordenar ações repressivas, agora podem ser usados para compensar vítimas por arbitrariedades e violações a seus direitos.²⁷

No tocante aos cuidados indispensáveis no tratamento e análise das referidas fontes, é necessário estar atento a algumas questões que, de forma geral, em maior ou menor grau, se aplicam ao trabalho com outros tipos de documentos. Destacam-se, nesse sentido, o conhecimento relativo ao funcionamento do órgão de informação ou repressão responsável pela produção da fonte analisada; o exame da data de produção do documento, cotejando e relacionando o seu conteúdo com a conjuntura; o indispensável e correto cruzamento de informações provenientes de diferentes origens; e, por fim, mas não menos importante, o devido cuidado com aspectos de cunho ético, como a divulgação de nomes, entre outras questões. Percebe-se, pois, que essas fontes sensíveis exigem por parte dos historiadores uma série de cuidados de cunho teórico-metodológicos e também éticos.

Neste trabalho, optou-se pela análise da documentação disponível no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), instituição vinculada à Secretaria de Estado da Cultura. O AHRs tem sob sua custódia documentos concernentes ao âmbito político, econômico e administrativo do Rio Grande do Sul, datados do século XVIII até a contemporaneidade.²⁸

Em relação especificamente às fontes referentes ao período analisado no presente trabalho, segundo o Meio de Busca do Arquivo, os documentos que compõem o acervo do Centro de Memória Documental da Ditadura Militar (antigo Acervo da Luta Contra a Ditadura²⁹) foram produzidos por órgãos do Poder Executivo Estadual. Este Centro conta

²⁷ BAUER; GERTZ, op. cit., p. 178.

²⁸ Para maiores informações: PENNA, Rejane (Org.). *O tempo e o Rio Grande nas imagens do Arquivo Histórico do RS*. Porto Alegre: IEL, 2011. Ver também: <http://www.cultura.rs.gov.br/v2/instituicoes-sedac/instituto-2/>. Acesso em 30 mai. 2013.

²⁹ O Acervo da Luta Contra a Ditadura foi criado, através do Decreto n. 39.680 de agosto de 1999, no marco das comemorações dos vinte anos da Lei de Anistia. Este acabou se configurando enquanto um importante espaço de pesquisas e de debates acerca da nossa história recente. Não obstante, em 2008, com a nova gestão do governo estadual, o Acervo sofreu, de forma arbitrária, um processo de despolitização. Por um lado, teve seu nome alterado para Centro de Memória Documental da Ditadura Militar, descaracterizando a conotação política presente desde sua criação. E, por outro, foi agregado ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, indo de encontro às recomendações e orientações referentes ao tratamento diferenciado dispensando pelos arquivos repressivos, as quais argumentam que essa documentação não pode ser diluída em outros arquivos,

também com acervos particulares, tais como o de Omar Ferri – que reúne documentação referente ao sequestro dos uruguaios, ocorrido em Porto Alegre, nos marcos da Operação Condor –, e o Acervo Lícia Peres – concernente ao Movimento Feminino pela Anistia –, entre outros. O Sistema de Arranjo, no tocante aos órgãos ligados ao Executivo, é constituído por dois fundos, quais sejam, a Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria da Justiça. Verifica-se que existem algumas lacunas, o que caracteriza que o acervo registra apenas uma parcela da produção documental desses órgãos, e não a sua totalidade. Em relação ao âmbito e ao conteúdo dessas fontes,

abrange o controle individual de presos, identificação pessoal, civil e criminal, coleta e processamento de informações: controle de indivíduos/grupos estrangeiros suspeitos, grupos suspeitos brasileiros, associações civis, movimentos sociais, partidos políticos, meios de comunicação e divulgação suspeita, estabelecimentos de ensino. Controle de armas, munição e explosivos – vigilância e segurança bancária, crimes contra a economia popular, etc.³⁰

No que concerne à presente pesquisa, analisou-se o Fundo Secretaria de Segurança Pública e, mais especificamente, o Subfundo Polícia Civil referente às Seções de Ordem Política e Social (SOPS). Estas eram órgãos das delegacias regionais de polícia do interior do estado que cumpriam funções semelhantes ao Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS), sendo a ele subordinadas. Tem-se acesso à documentação das SOPS sediadas em Alegrete, Cachoeira do Sul, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Lajeado, Lagoa Vermelha, Osório, Rio Grande e Santo Ângelo. Ainda que a região fronteiriça estudada esteja contemplada apenas de forma tangencial, é possível ter acesso a informações referentes a esse espaço, já que a Divisão Central de Informações (DCI), ligada à Secretaria de Segurança Pública, replicava as informações que chegavam de alguma região policial, difundindo-as para as demais SOPS. Nesse sentido, é possível ter acesso a informações referentes aos municípios localizados nas mais variadas regiões do estado. Esse conjunto documental é formado por ofícios, memorandos, radiogramas, entre outros, assim como relatórios de exilados brasileiros e pedidos de informações sobre movimentação de pessoas que cruzavam a fronteira, permitindo vislumbrar um olhar diferenciado sobre a região e acompanhar algumas políticas específicas de controle e monitoramento.

sobretudo enquanto for utilizada como comprovação documental para a reparação das vítimas ou como peça acusatória contra os responsáveis pela violência perpetrada. Cf. FERNANDES, op. cit., p. 27.

³⁰ Meio de Busca Memórias Reveladas do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Ainda em relação à documentação oficial, utilizou-se também parcela da legislação federal do período concernente, mais especificamente, ao Conselho de Segurança Nacional e a diretrizes específicas para a faixa e região de fronteira. A análise dessas fontes permite vislumbrar a política que se pretendia implementar para as localidades estudadas, tendo em vista, entre outras questões, a incessante busca do regime em legitimar-se, conforme ressalta o estudo de Maria Helena Moreira Alves³¹. Não obstante, é importante ressaltar, que, por um lado, nem toda a legislação cumpre o papel esperado e, por outro, nem todas as ações e políticas do período estavam necessariamente prescritas por alguma lei. Para aceder a esse material, utilizou-se os sítios eletrônicos do Poder Executivo e Legislativo.

Por fim, no que concerne às fontes oficiais, procedeu-se ao exame da documentação recebida e expedida pela Embaixada Brasileira em Montevideu. Essa fonte possibilita o acesso a diversas matérias e assuntos diretamente da alçada da diplomacia brasileira, mas também, a partir de trocas de informações com outros órgãos, permite-nos aceder a inúmeras outras questões, tais como, por exemplo, ações de militares na região de fronteira do Brasil com o Uruguai, bem como especificamente no território vizinho. Nesse sentido, essa documentação possui um valor inestimável para a pesquisa histórica, tendo em vista, entre outros aspectos, que não é possível ainda ter acesso a grande parte dos arquivos que pertenciam a órgãos da repressão, destacadamente os das Forças Armadas. Além disso, é digno de nota o fato de que inúmeras operações acabavam deixando escassos rastros na documentação, tendo em vista o seu caráter clandestino.

Outro elemento importante a destacar, relativo à fonte ora assinalada, é o fato de que, através de sua análise, é possível perceber a fluidez da informação entre os mais variados órgãos do governo brasileiro. Isso porque, apenas a partir do exame de uma ínfima parcela da documentação do Itamaraty, podemos perceber a troca de Notas, Ofícios, Pareceres, Memorandos, entre outros, com o Conselho de Segurança Nacional, o Departamento Federal de Segurança Pública, a Escola Superior de Guerra e o Ministério da Guerra.³²

Quanto aos depoimentos utilizados nesta pesquisa, por sua vez, é importante levar em consideração, ao se trabalhar com relatos produzidos *a posteriori*, que a constituição da memória é objeto de contínua negociação, e que pressupõe seleção e esquecimentos.

³¹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

³² Ministério das Relações Exteriores, Seção de Correspondência Especial, correspondência expedida, Secreto, Circulares, Despachos, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, diversos no Brasil. Ano: 1964, caixa 35.

Elizabeth Jelin, no livro “Los trabajos de la memoria”, nos ajuda a pensar algumas problemáticas envolvendo essas questões, ao analisar as presenças e sentidos do passado, a partir de três premissas centrais, quais sejam,

Primero, entender las memorias como procesos subjetivos, anclados en experiencias y en marcas simbólicas y materiales. Segundo, reconocer a las memorias como objeto de disputas, conflictos y luchas, lo cual apunta a prestar atención al rol activo y productor de sentido de los participantes en esas luchas, enmarcados en relaciones de poder. Tercero, “historizar” las memorias, o sea, reconocer que existen cambios históricos en el sentido del pasado, así como en el lugar asignado a las memorias en diferentes sociedades, climas culturales, espacios de luchas políticas e ideológicas.³³

Tendo em vista as peculiaridades dessa fonte, é preciso estar atento à atribuição de significados determinados por uma visão retrospectiva, sem perder de vista também que “el pasado que se rememora y se olvida es activado en un presente y en función de expectativas futuras”.³⁴

Na presente pesquisa, utilizaram-se tanto fontes orais, produzidas a partir de entrevistas, quanto depoimentos impressos. Sendo assim, é importante ressaltar, antes de tudo, que as primeiras necessitam de um tratamento diferenciado em relação às segundas.³⁵ Isso porque, entre outros aspectos, no primeiro caso, deve-se levar em consideração a interferência do entrevistador-pesquisador na elaboração do roteiro de entrevista, assim como no desenvolvimento da mesma.

Entre os livros de memória utilizados, destacam-se aqueles escritos por Frei Betto e Claudio Gutiérrez, ambos vinculados a esquemas de fronteira no Rio Grande do Sul. Além desses, sobressai-se o livro de Manoel Pio Corrêa, ex-embaixador brasileiro no Uruguai, um dos responsáveis por pressionar o governo do país vizinho, no contexto analisado, e também por estabelecer contatos com figuras de proeminência política e econômica na fronteira entre ambos os países, com vistas a controlar e restringir o trânsito de exilados pela região.

Realizaram-se também entrevistas temáticas, ou seja, que versaram prioritariamente sobre a participação dos entrevistados no contexto analisado. Através do contato inicial com alguns militantes foi possível levantar outros nomes, locais, dinâmicas. Primeiramente, em outubro de 2010, em Santana do Livramento, entrevistou-se uma série

³³ JELIN, op. cit., p. 2.

³⁴ Ibid., p. 18.

³⁵ ALBERTI, Verena. Fontes Orais: Histórias dentro da História. In: PINSKY, op. cit., p. 171.

de pessoas que desempenhou diferentes papéis no universo estudado, dentre eles militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), membro do diretório municipal da Arena, vereador cassado pela ditadura, “pombos-correio”, assim como pessoas sem um envolvimento político explícito, mas que participaram da articulação de redes de solidariedade nas localidades em questão. São eles: Luiz Carlos Santana, servidor público municipal; Antônio Apoitia Neto, advogado; Estoécel Ribeiro Santanna, professor e Capitão da Aeronáutica; Maria José (Lia), professora; Edair Machado Pujol, professora; Zuil Correa Pujol, médico e escritor; e América Ineu Chaves, dona de casa. Posteriormente, em dezembro de 2012, realizaram-se entrevistas com cidadãos uruguaios em Rivera, os quais eram vinculados ao Partido Comunista Uruguaio (PCU) e tiveram um ativo papel nas citadas redes: Sérgio Alves Perez e Vladimir Fagúndez. No ano seguinte, em dezembro de 2013, novamente, agora com a pesquisa em outro estágio, voltou-se a entrevistar, em Livramento, Estoécel Ribeiro Santanna. Por fim, no início de 2014, realizou-se uma entrevista, em Porto Alegre, com o já citado militante Claudio Gutiérrez.

Em síntese, no tocante ao conjunto de fontes analisadas, é importante destacar que o trabalho com uma gama variada é válido para a realização de um cruzamento de informações, tão importante para a pesquisa histórica. A apreensão decorrente da análise dos documentos foi cotejada com a bibliografia selecionada.

No tocante aos capítulos, optou-se pela divisão da presente dissertação em quatro partes. No primeiro capítulo, foram analisadas, por um lado, as noções de fronteira, limite internacional, faixa e zona de fronteira. Além disso, nos debruçamos sobre as dinâmicas específicas que marcam esse espaço e também sobre a caracterização histórico-geográfica da região fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Particularmente, focalizamos as cidades-gêmeas de Santana do Livramento e Rivera, destacando-se o intercâmbio político existente entre ambas as localidades. Por outro lado, abordamos a noção de “fronteiras ideológicas”, em contraste com o conceito de fronteiras estatais, analisado anteriormente. Buscou-se compreender como esta diretriz, presente na Doutrina de Segurança Nacional, pautou as ações das ditaduras civil-militares que foram instauradas no Cone Sul nas décadas de 1960 e 1970, justificando, dentre outros aspectos, a atuação do aparato repressivo para além do espaço circunscrito ao território nacional.

No segundo capítulo, por sua vez, analisamos as dinâmicas específicas que marcaram o Rio Grande do Sul, no contexto estudado, tendo em vista a sua configuração fronteira. Focalizamos, assim, o contingente de exilados que se refugiou, sobretudo, no

Uruguai, além dos “esquemas de fronteira” montados por diversas organizações para atravessar a linha divisória. Além disso, analisamos pormenorizadamente o espaço fronteiriço propriamente dito entre o Brasil e o Uruguai, especialmente as cidades-gêmeas de Santana do Livramento e Rivera. Dentre outros aspectos, examinamos o impacto do golpe de Estado nessa região, assim como a importância do estabelecimento de redes de solidariedade e, inclusive, resistência, que auxiliaram na passagem de inúmeras pessoas, assim como na sua permanência na fronteira.

No terceiro capítulo, por sua vez, examinamos a atuação da diplomacia brasileira, destacadamente da Missão Diplomática em Montevidéu, baluarte da ditadura civil-militar no país vizinho. Nesse sentido, nos centramos, sobretudo, nas impressões e ações que tiveram como foco a fronteira Brasil-Uruguai, tendo em vista a constante preocupação das autoridades brasileiras com o trânsito de exilados pela região. Além disso, focalizamos as pressões políticas e econômicas levadas a cabo no intuito de forçar o governo uruguaio a agir em sintonia com os interesses do regime brasileiro. Sobressaíram-se da análise as incansáveis estratégias do Itamaraty para cercear a capacidade de mobilização e deslocamento dos nacionais que se encontravam exilados em território vizinho, fatos que atestam o importante e ativo papel da comunidade de política externa ao longo do período ditatorial, a despeito do que, até bem pouco tempo, era sustentado em relação à suposta isenção dessa instituição nesse contexto.

No quarto e último capítulo, por seu turno, nos centramos, destacadamente, nas ações e políticas das forças de segurança na fronteira brasileiro-uruguaio ou, ainda, em território vizinho propriamente dito. Focamos, em um primeiro momento, as ações das Forças Armadas, especialmente do Exército e da Aeronáutica, as quais, em diversas oportunidades, efetuaram ações clandestinas em território vizinho, em um desrespeito explícito à soberania do Estado uruguaio. Posteriormente, examinamos ações do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul. Essas, via de regra, denotam uma profunda preocupação com o monitoramento da região fronteiriça e com os possíveis contatos estabelecidos entre a oposição interna, destacadamente aquele atuante no estado sul-rio-grandense, e aquela radicada em território uruguaio. Por fim, mapeamos, literal e metafóricamente, a intervenção ocorrida ao longo da faixa de fronteira por parte do Conselho de Segurança Nacional, a partir do ano de 1968. Em relação a esse processo, nos centramos, sobretudo, em aspectos concernentes às especificidades da região fronteiriça sul-rio-grandense, a qual, entre outros aspectos, foi transformada, nesse período, em Sub-

Área de Defesa Interna, tendo em vista os cuidados especiais dispensados pela mesma, conforme assinala a bibliografia pertinente ao tema.

1. A DICOTOMIA FRONTEIRAS ESTATAIS-FRONTEIRAS IDEOLÓGICAS NO MARCO DA ESTRUTURAÇÃO DE DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL NO CONE SUL

Outro tema que vem sendo objeto de especulações é o das declarações atribuídas ao Coronel González, Comandante da IV Região Militar [uruguaia]. As palavras de cortesia que proferiu durante sua viagem a Bagé - no sentido de que não havia mais fronteiras entre os dois países e de que os dois exércitos, uruguaio e brasileiro, estavam unidos contra o inimigo comum - foram objeto de violentas críticas, especialmente pelos jornais de esquerda. [...] Para conhecimento de Vossa Excelência, informo que as declarações atribuídas pela imprensa riograndense àquela autoridade militar uruguaia foram realmente por êle feitas, durante o almoço que lhe foi oferecido pelas autoridades do III Exército, em Bagé.³⁶

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, com a eclosão de golpes de Estado e com a decorrente proliferação de ditaduras civil-militares no Cone Sul, as fronteiras estatais dos países da região estiveram, em alguma medida, subordinadas à diretriz ideológica dos regimes de Segurança Nacional instaurados, qual seja, o anticomunismo. Procurou-se, dessa forma, tornar as fronteiras, por um lado, barreiras para a oposição política e, por outro, fluídas para a repressão. Para alguns, a busca pela região fronteira representou uma estratégia de sobrevivência e, quiçá, de seguir lutando, com o refúgio do outro lado da linha divisória; para outros, as fronteiras tornaram-se alvo de incessante vigilância e também porta-de-entrada para monitorar o "inimigo interno" asilado, assim como aqueles cidadãos do país vizinho também

³⁶ Carta-telegrama expedida pelo então Embaixador da Missão Diplomática em Montevidéu, Manoel Pio Corrêa, em 15 de dezembro de 1964, ao Ministério das Relações Exteriores. Seção de Correspondência Especial, Confidencial, Telegramas Embaixadas Recebidos Montevidéu, ano: 1960/64, caixa 337.

considerados "inimigos", os quais eram vistos como potenciais fatores de ameaça e perturbação da ordem e da propalada Segurança Nacional, segundo premissas desses regimes ditatoriais.

Percebe-se, pois, que a região fronteira dos países em questão assumiu um papel central nesse contexto. Tendo em vista o recorte espacial da presente pesquisa, centraremos nossa análise, sobretudo, no estado do Rio Grande do Sul, o qual possui importantes fronteiras com os países do Prata e, destacadamente, com o Uruguai. Nesse sentido, este capítulo versará, primeiramente, sobre algumas questões envolvendo as noções de fronteira, limite, zona e faixa fronteira, bem como examinaremos as dinâmicas próprias desse espaço. Procederemos também à caracterização histórico-geográfica da fronteira brasileiro-uruguaia e, especificamente, das cidades-gêmeas de Santana do Livramento (República Federativa do Brasil) e Rivera (República Oriental do Uruguai), foco desta investigação. Acredita-se que, dessa forma, é possível aceder às particularidades desse espaço, as quais nos ajudam a analisar e compreender um processo singular. Posteriormente, será analisada a noção de fronteiras ideológicas, presente na Doutrina de Segurança Nacional, cotejando-a com o conceito de fronteiras estatais. Isso porque a violação dos limites internacionais estabelecidos, por parte de agentes da ditadura civil-militar brasileira, pautou-se, sobretudo, pela mencionada sustentação ideológica. Nos debruçaremos, assim, sobre os principais elementos contidos nessa noção, bem como sobre as diversas implicações decorrentes da mesma. Com esse intuito, buscaremos também contextualizar a emergência dos regimes ditatoriais em questão ao longo dos anos 1960 e 1970, particularmente na região do Cone Sul.

1.1 FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI: NOÇÕES, HISTÓRICO, DINÂMICAS E INTERCÂMBIO POLÍTICO

Acredita-se ser de fundamental importância analisarmos as noções de fronteira, limite, zona e faixa fronteira para entendermos as singularidades desse espaço, tendo em vista a mencionada problemática de pesquisa. Ao focalizarmos o Rio Grande do Sul, no contexto

supracitado, é importante levarmos em consideração que não apenas a sua configuração fronteiriça o torna um estado singular, já que muitos outros estados da federação também possuem fronteiras internacionais. Possivelmente, o que o singularize seja o histórico de contato e intercâmbio com os países vizinhos. Nesse sentido, o entrelaçamento entre essas populações adjacentes perpassa as mais variadas esferas e âmbitos sociais e data dos momentos iniciais de delineamento dessa fronteira. A análise dos mencionados aspectos, indubitavelmente, nos auxilia a compreender as dinâmicas específicas características do ambiente fronteiriço em questão na conjuntura estudada.

1.1.1 Fronteira, limite internacional, faixa e zona de fronteira: apontamentos para uma discussão conceitual

A noção de fronteira, que constitui um dos cerne deste trabalho de investigação, apresenta um caráter, aparentemente, contraditório, mas que é inerente a ela, qual seja, sendo o limite entre objetos ou fenômenos, tanto separa, quanto os põe em contato. Em outras palavras, conforme afirmaram Adriana Dorfman e Gladys Rosés, “a fronteira é uma característica de qualquer objeto ou fenômeno, cuja existência possua extensão e fim. O fim, ou fronteira, representará também o contato, caso haja um objeto ou fenômeno de igual natureza adjacente ao primeiro.”³⁷

Em relação especificamente às fronteiras estatais, é importante destacar, ainda que brevemente, que, com o advento do Estado Moderno, passou a existir a necessidade de demarcar o limite territorial do mesmo e de sua correspondente soberania. O estabelecimento de fronteiras, dessa forma, situa-se na esteira desse processo. De acordo com Hélène Velasco-Graciet,

³⁷ DORFMAN, Adriana; ROSÉS, Gladys. Regionalismo fronteiriço e o “Acordo para os nacionais fronteiriços brasileiros e uruguaios”. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). *Território sem Limites: estudos sobre fronteiras*. Campo Grande: Editora UFMS, 2005. p. 196.

O interesse sobre as fronteiras foi inicialmente geopolítico, geoestratégico, utilitário, poderia-se dizer, já que ele respondeu, em um primeiro momento, a fins políticos. Este interesse se manifestou cedo nas esferas próximas ao poder e construiu-se mais sobre uma compilação de casos específicos que sobre qualquer tentativa de conceituação. [...] A preocupação com as fronteiras é recente porque elas se tornaram efetivamente um objeto de questionamento no momento da formação dos Estados. Os Tratados de Westphalia, a partir de 1648, impuseram progressivamente uma nova ordem geopolítica na Europa, uma Europa desejada como um conjunto de Estados, dispondo de limites precisos e reconhecidos, limites sobre os quais a autoridade exerce a sua soberania plena. [...] Antes do século 16, em geral, a espacialização das entidades políticas era vaga e pouco claros são os limites do exercício do seu poder.³⁸

Nesse mesmo sentido, conforme ressaltou Ana Luiza Reckziegel em estudo sobre o tema, "a territorialidade de um Estado exige uma correspondente demarcação da sua soberania mediante o estabelecimento de fronteiras." Assim, no período moderno, sobressai-se a importância da cartografia, visto que, a partir de então, foi necessário representar nos mapas os limites do Estados. Em função disso, essa questão passa a ser central nos compêndios políticos da época.³⁹

Desse modo, ainda que noções como limite e fronteira datem de épocas anteriores à supracitada, esses termos passaram a ser sistematicamente utilizados e alcançaram acentuada relevância para os campos da Geografia Política, Ciência Política, entre outros, sobretudo com o desenvolvimento do sistema de estados modernos. A partir de então, noções como a de limite internacional tornaram-se centrais nas análises que versam sobre esse tema. Antes disso, ainda que fossem importantes, eram aplicadas, segundo Lia Osório Machado, de forma intuitiva, "provavelmente porque, desde cedo, a percepção da territorialidade dos seres vivos,

³⁸ VELASCO-GRACIET, Hélène. Les frontières et les géographes. *Géococonfluences*, 11 mar. 2008. Disponível em <<http://geoconfluences.ens-lyon.fr/doc/typespace/frontier/FrontScient.htm#1>>. Acesso em 07 jul. 2014. Tradução-livre de Adriana Dorfman. Conforme consta no original: "L'intérêt porté aux frontières fut tout d'abord géopolitique, géostratégique, utilitaire pourrait-on dire car il répondait, en un premier temps, à des besoins politiques. Cet intérêt s'est ainsi manifesté assez précocement dans les sphères proches du pouvoir et s'est construit bien plus sur une compilation de cas particuliers que sur de quelconques essais de conceptualisation. [...] Ces préoccupations relatives aux frontières sont récentes car ces dernières sont devenues de façon effective un objet de questionnement au moment de la formation des États. Ce sont les traités de Westphalie qui, à partir de 1648, imposeront progressivement un nouvel ordre géopolitique au sein de l'Europe, une Europe voulue comme un ensemble d'États, disposant de frontières précises et reconnues, et sur lequel le pouvoir exerce sa pleine et entière souveraineté. [...] Antérieurement au XVIIe siècle, de façon générale, la spatialisation des entités politiques sont vagues et les limites de leur exercice de pouvoir floues."

³⁹ RECKZIEGEL, Ana Luiza. A fronteira como marco das conexões políticas inter-regionais. *História Debates e Tendências: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Passo Fundo*, V. 3, n. 2, dez. 2002. p. 28.

a emergência dos conflitos de poder e o desejo de estabilidade fizeram emergir formas de marcar artificialmente a separação entre grupos humanos”⁴⁰. Assim,

O limite internacional foi estabelecido como conceito jurídico associado ao Estado territorial no sentido de delimitar espaços mutuamente excludentes e definir o perímetro máximo de controle soberano exercido por um Estado central. Apesar de não ter vida própria nem existência material (por definição, a linha é abstrata e não pertence a nenhum dos lados) o limite internacional não é uma ficção e sim uma realidade geográfica que gera outras realidades.⁴¹

No tocante ao limite, a autora afirma que ele pode, no entanto, ser materializado, como no caso, por exemplo, do muro atualmente existente entre os Estados Unidos e o México, embora, ao menos por enquanto, constitua uma exceção. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Machado fala ainda de uma “causação circular cumulativa”, uma vez que as realidades geradas pelo limite acabam reforçando o próprio limite, visto que promovem a organização e regulação daquilo que delimitam – o território e o seu conteúdo. Cabe destacar, ainda, a importância do limite para o sistema interestatal ao operar no sentido da construção de uma imagem monolítica:

os limites são importantes ao afirmar a existência de um conjunto de indivíduos que compartilham um espaço vivido e um governo comum, separado e diferente de outro conjunto de indivíduos (não importa se vizinho ou não). Simultâneo à consolidação do sistema interestatal essa representação se ampliou no sentido de que cada estado se apresenta diante dos outros como uma unidade monolítica. Se essa representação teve êxito ao criar a imagem de unidades estanques costuradas por relações interestatais, foi ao preço de mascarar a real fluidez social, étnica, cultural e territorial dos agrupamentos humanos.⁴²

Nesse mesmo sentido, é válido atentarmos para as considerações abaixo destacadas concernentes à noção de limite e ao aspecto social que o engendra. De acordo com Susana Kralich, Alejandro Benedetti e Esteban Salizzi,

[...] límite es un dispositivo lineal y continuo; pero en el estudio de la dinámica territorial de los Estados modernos (o de cualquier otra entidad geohistórica), no

⁴⁰ MACHADO, Lia Osório. Cidades na fronteira internacional: conceitos e tipologia. In: NÚÑEZ, Ángel; PADOIN, Maria Medianeira; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). *Dilemas e diálogos platinos: fronteiras*. Dourados: Ed. UFGD, 2010. p. 60.

⁴¹ *Ibid.*, p. 60-61.

⁴² *Ibid.*, p. 61-62.

debería considerarse como categoría formal, externa a las relaciones sociales, ni como atributo natural del espacio físico, sino como construcción social, generadora de diferencias y conflictos y a menudo cuestionada por espacialidades de otras escalas.⁴³

Segundo Rebeca Steiman, o estabelecimento dos limites políticos internacionais é constituído, via de regra, por três etapas. São elas: 1) a delimitação (relativa à fixação de limites através de tratados internacionais); 2) a demarcação (etapa na qual ocorre a implantação física dos limites, através, por exemplo, da colocação de marcos de fronteira em alguns pontos específicos); e 3) a caracterização (concernente ao aperfeiçoamento, de cunho sistemático, em relação à materialização da linha internacional, através da intercalação de outros marcos, com o intuito de fazê-los mais intervisíveis).⁴⁴

A noção de fronteira internacional, por sua vez, refere-se a uma realidade mais complexa do que aquela encerrada pelo limite, já que, segundo Machado,

o conceito de fronteira internacional se refere a uma área indefinida, uma zona percorrida pelo limite internacional e que se aproxima da noção geográfica de região. No entanto, na realidade o ambiente geográfico de fronteira é mais complexo do que aquele simbolizado pelo limite, pois se faz pela territorialização de grupos humanos e de redes de circulação e intercâmbio, unidos pela permeabilidade dos limites estatais através da comunicação entre populações pertencentes a diferentes sistemas de poder territorial.⁴⁵

Ainda de acordo com a autora, a excepcionalidade e singularidade da posição geográfica, responsável por marcar o começo e o fim do Estado, conferem à fronteira uma territorialização definida pela proximidade entre populações separadas, ainda que, muitas vezes, apenas formalmente, pelo limite internacional. A partir dessa noção relacional - e não dicotômica - de fronteira, não constitui um paradoxo o fato desta ser ao mesmo tempo um lugar marcado pela comunicação e por trocas, mas também pela tensão e pelo conflito, visto

⁴³ KRALICH, Susana; BENEDETTI, Alejandro; SALIZZI, Esteban. Aglomeraciones transfronterizas y movilidad. Una aproximación desde casos sudamericanos *Boletim Gaúcho de Geografia BGG*, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Porto Alegre, vol.38, maio 2012. p. 115.

⁴⁴ STEIMAN, Rebeca. *A Geografia das Cidades de Fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. p. 18.

⁴⁵ MACHADO, op. cit., p. 62-63.

ser intrínseco à fronteira reunir noções aparentemente contraditórias⁴⁶, conforme inicialmente destacado.

Em síntese, em relação às noções elencadas anteriormente, pode-se dizer, segundo Machado, que

enquanto a *fronteira* pode ser um fator de integração, na medida que for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sócio-políticas e culturais distintas, o *limite* é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais.⁴⁷ (grifos da autora)

Nesse sentido, no que concerne à fronteira internacional, percebe-se um espaço onde se entrelaçam as influências dos estados em contato, a partir do compartilhamento de diversas práticas no âmbito social, econômico, político e cultural. Assim, ao mesmo tempo em que é responsável por distinguir os territórios estatais, a fronteira não os torna estanques, uma vez que o fluxo de pessoas, objetos, práticas, informações, entre outros, cruza permanentemente o limite, de acordo com Dorfman e Rosés.⁴⁸

Dessa forma, ao se deslocar a ênfase de uma concepção um tanto restritiva intrínseca à noção de limite internacional para uma concepção deveras mais complexa, como é o caso das noções de área ou região de fronteira, torna-se necessário realizar uma distinção entre faixa de fronteira e zona de fronteira. De acordo com o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF),

Enquanto a faixa de fronteira constitui uma expressão *de jure*, associada aos limites territoriais do poder do Estado, o conceito de zona de fronteira aponta para um espaço de interação, uma paisagem específica, com espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças, cuja territorialização mais evoluída é a das cidades-gêmeas. Produto de processos e interações econômicas, culturais e políticas, tanto espontâneas como promovidas, a zona de fronteira é o espaço-teste de políticas públicas de integração e cooperação, espaço-exemplo das diferenças de expectativas

⁴⁶ Ibid., p. 63.

⁴⁷ MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras, Redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques; DAMIANI, Anelisa; SCHÄFFER, Neiva Otero; BLAUTH, Nely; DUTRA, Viviane Saad (Org.). *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre, 1998. p. 42.

⁴⁸ DORFMAN; ROSÉS. In: OLIVEIRA (Org.), op. cit., p. 196.

e transações do local e do internacional, e espaço-limite do desejo de homogeneizar a geografia dos Estados nacionais.⁴⁹ (grifos do autor)

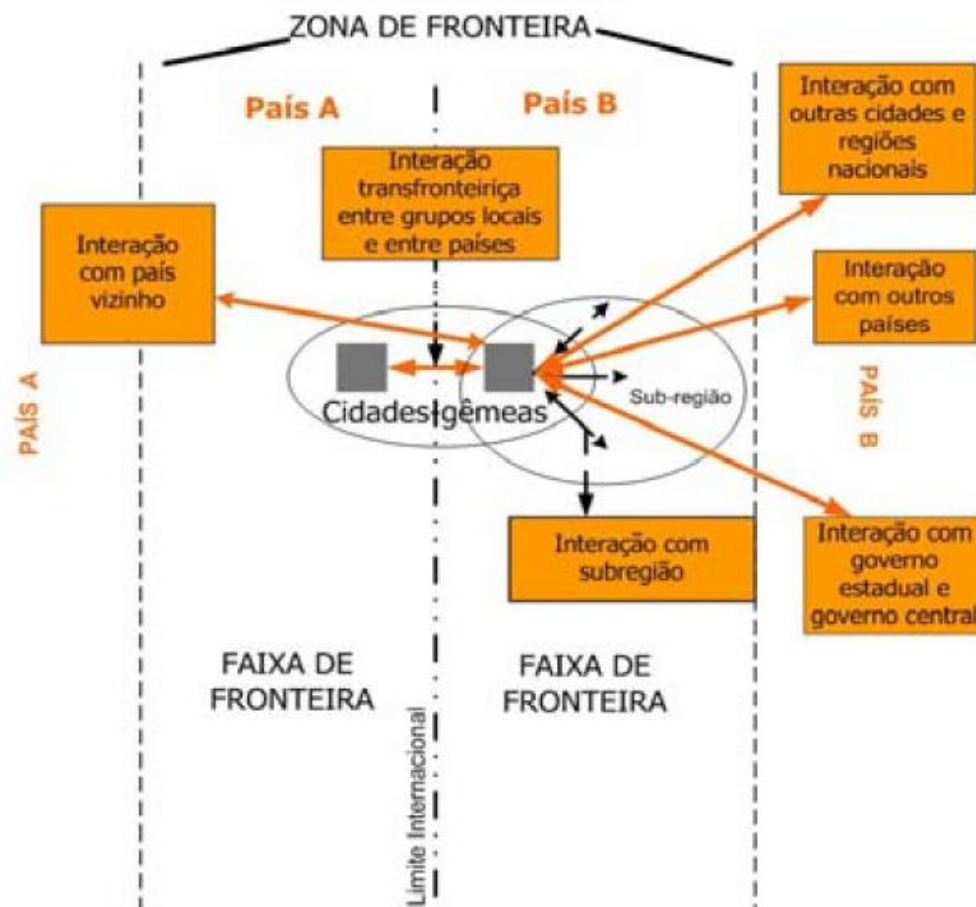
Em relação mais especificamente à zona de fronteira, para facilitar a compreensão, vale a pena atentarmos para outros aspectos ressaltados no PDFF. Segundo este, podemos considerar como zona de fronteira a área resultante do conjunto das faixas territoriais de ambos os lados da linha internacional. A zona é marcada, por sua vez, por trocas que, a despeito de ocorrerem no âmbito internacional, redundam em um meio geográfico específico de fronteira, o qual apenas se torna perceptível em uma escala local/regional dessas interações transfronteiriças.⁵⁰ A seguir, podemos visualizar uma ilustração, constante no Programa em questão, através da qual é possível perceber os elementos destacados até aqui em relação às diversas interações que ocorrem em âmbito local, nacional e internacional na zona de fronteira, visto que esta encerra uma complexa teia de relações. Ainda no que concerne à faixa de fronteira, seguindo a linha de raciocínio explicitada no PDFF, é importante compreendê-la também como possibilidade de contato e interação, e não como áreas-limite ou margens do Estado.⁵¹

⁴⁹ BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, op. cit., p. 21.

⁵⁰ Ibid., p. 152.

⁵¹ Ibid., p. 165.

Figura 1: Faixa e Zona de Fronteira



Fonte: BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, op. cit., p. 22.

Atendo-nos ao caso das cidades-gêmeas de Santana do Livramento e Rivera, para exemplificar, podemos considerar as interações ocorridas em âmbito local entre ambos municípios situados em jurisdições distintas. Além desse contato, percebe-se aquele estabelecido por Livramento com outros municípios brasileiros e/ou uruguaios situados próximos à fronteira, bem como com a capital estadual sul-rio-grandense e, ainda, com o governo central brasileiro. Além disso, devemos considerar as possibilidades de interação com

a capital nacional uruguaia e assim por diante. No caso de Rivera, o raciocínio é análogo. Mais adiante, aprofundaremos essas questões relativas ao par de cidades ora referido.

Por fim, vale a pena assinalar que, ao longo dos anos, o tratamento dispensado às áreas de fronteira, por parte dos Estados, sofreu diversas alterações, seja para se adequar a novas realidades, seja em função de modificações nas diretrizes orientadoras de políticas públicas. Dessa forma, os países sul-americanos, via de regra, estabeleceram regimes jurídicos específicos para essas áreas, às quais normalmente se conferiu o status de "zonas ou faixas de segurança nacional". Na esteira desse processo, o Brasil não fugiu à regra.⁵² Nos debruçaremos com mais afinco sobre as relações entre o estabelecimento da faixa de fronteira e a propalada segurança nacional no último capítulo do presente trabalho, o qual, entre outros aspectos, examinará as políticas de intervenção do Conselho de Segurança Nacional nessa região, sobretudo após o golpe de Estado no Brasil.

1.1.2 Dinâmica e cotidiano de intercâmbio na região fronteira entre o Brasil e o Uruguai

Em um primeiro momento, acredita-se ser importante caracterizar, ainda que brevemente, a fronteira entre ambos os países. Em relação ao traçado da linha internacional, o Uruguai possui um limite costeiro sobre o Rio da Prata e o Oceano Atlântico de aproximadamente 680 km. A fronteira com o Brasil tem uma extensão de cerca de 1.003 km, e o Rio Uruguai, que linda com a Argentina, alcança em torno de 480 km.⁵³ Além da extensão do limite internacional, devemos atentar para a própria distribuição populacional no território uruguaio, a qual, entre outros aspectos, leva alguns estudiosos a classificarem-no como um "país fronteira", conforme podemos notar pelas considerações de Adriano Silva Pucci reproduzidas a seguir.

⁵² Ibid., p. 174.

⁵³ Para maiores informações, ver <<http://www.montevideo.com.uy/enciclopedia/politica.htm>>. Acesso em 14 jul. 2014.

O Uruguai, em si mesmo, é um “país-fronteira”. Historicamente, o Estado Oriental foi constituído como zona-tampão entre as potências ibéricas. Mesmo depois de superada essa condição, a dimensão fronteiriça continua a ser um modo de definir o país. [...] Tanto é assim que a própria distribuição territorial da população uruguaia assume o formato perimetral: observam-se concentrações humanas no litoral, na fronteira seca e às margens do rio Uruguai, em contraste com os vazios demográficos do interior. A imagem do Uruguai como “país-casca” sugere maior peso das zonas de fronteira na composição da rede urbana nacional. Uma breve consulta ao mapa evidencia a importância da fronteira para o Uruguai.⁵⁴

O Brasil, por seu turno, é um país com dimensões continentais que possui, atualmente, uma linha divisória de, aproximadamente, 23.102 km. Desse total, cerca de 7.367 km são de fronteira marítima. Além disso, tem limites terrestres com nove países da América do Sul, quais sejam, Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname, além do Departamento Ultramarino Francês da Guiana.⁵⁵ Assim, o amplo limite internacional (continental) do país soma cerca de 15.735 km de extensão.⁵⁶

O Rio Grande do Sul, por sua vez, é um estado localizado no extremo sul do Brasil e possui uma linha divisória internacional com a Argentina e o Uruguai de aproximadamente 1.700 km de extensão, dos quais, conforme acima citado, cerca de 1.003 km de divisa com o último.⁵⁷ É válido ressaltar, ainda, que este é o único estado brasileiro a fazer fronteira com o Uruguai. Os municípios brasileiros que limitam com o Uruguai são: Chuí, Santa Vitória do Palmar, Jaguarão, Herval, Pedras Altas, Aceguá, Bagé, Dom Pedrito, Santana do Livramento, Quaraí, Uruguaiana (ainda que a cidade linde com Paso de los Libres na Argentina) e Barra do Quaraí. O Uruguai, por seu turno, possui cinco departamentos fronteiriços com o Brasil. São eles: Rocha, Treinta y Tres, Cerro Largo, Rivera e Artigas. Nessa extensa fronteira internacional, sobressaem-se seis pontos de contato urbano, dos quais três são contíguos: Santana do Livramento e Rivera conectam-se através de uma praça binacional, denominada Parque Internacional; Aceguá liga-se à vizinha homônima por uma rua; e o Chuí une-se ao Chuy pela Avenida Internacional. As outras cidades fronteiriças conectam-se por pontes, quais

⁵⁴ PUCCI, Adriano Silva. *O Estatuto da Fronteira Brasil-Uruguai*. Brasília: FUNAG, 2010. p. 29.

⁵⁵ Para maiores informações, ver o sítio da Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (SCDL) – comissão técnica coordenada pela Divisão de Fronteiras, vinculada ao Ministério de Relações Exteriores: <<http://www.scdl.gov.br/>>. Acesso em 10 abr. 2013.

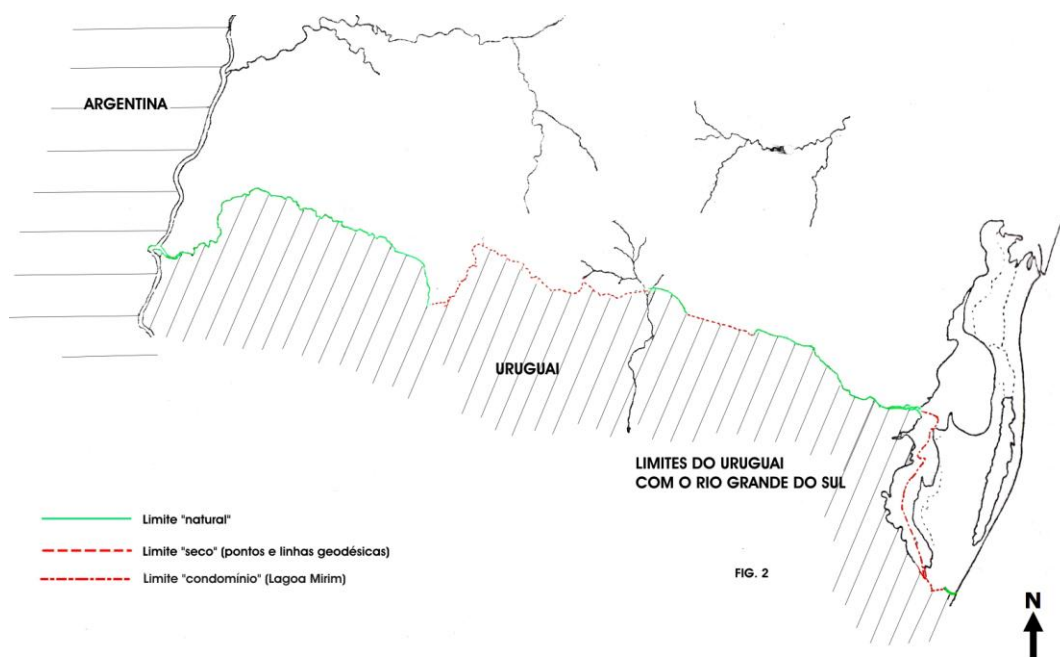
⁵⁶ FURQUIM JUNIOR, Laercio. *Fronteiras Terrestres e Marítimas do Brasil: um contorno dinâmico*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 34.

⁵⁷ SCHÄFFER, Neiva Otero. A especificidade funcional da urbanização na fronteira meridional do Estado. *História Debates e Tendências: Revista do PPGH*, Passo Fundo, V. 3, n. 2, dez. 2002. p. 136.

sejam, Quaraí e Artigas interligam-se pela Ponte Internacional da Concórdia (1968); Barra do Quaraí e Bella Unión unem-se por uma ponte ferroviária de 1915 e pela Ponte Rodoviária Internacional Rio Quaraí, construída ao lado daquela (1976); Jaguarão e Rio Branco conectam-se pela Ponte Internacional Barão de Mauá (1930).⁵⁸

Ao longo desse limite, com o passar do tempo, estabeleceram-se pares de centros urbanos entre as populações orientais e suas contrapartes brasileiras, que se tornaram “áreas privilegiadas de contato e entrelaçamento político.”⁵⁹ A figura abaixo permite visualizar a linha de fronteira entre o Uruguai e o Brasil, apontando as características do limite internacional em cada região.

Figura 2: Limites do Uruguai com o Brasil



Fonte: Adaptado de NEVES, Gervásio Rodrigo. Fronteira gaúcha (fronteira do Brasil com o Uruguai). Dissertação (Livre-docência) - Pós-Graduação, Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1976. p. 10.

⁵⁸ PUCCI, op. cit., p. 72-73.

⁵⁹ DORFMAN; ROSÉS. In: OLIVEIRA (Org.), op. cit, p. 201.

Conforme se pode perceber pelo exame da imagem, são poucos os limites “secos” entre os dois países - estes se estendem por aproximadamente 320 km, ou seja, cerca de um terço do total.⁶⁰ A maior parte, no entanto, é constituída por limites caracterizados no próprio mapa como “naturais”⁶¹, entre os quais despontam quase 700 km de rios, canais e lagoas.⁶² Ainda assim, diferentemente do que ocorre em outras fronteiras do país, marcadas, muitas vezes, pela escassez de contato, estes não se constituíram em obstáculos para a interação social. Segundo destacou Neiva Otero Schäffer, são poucas as localidades de fronteira do continente que não se enquadram na caracterização advinda da escassez histórica de contato. Entre as exceções, figura a fronteira meridional entre o Estado brasileiro e o uruguaio, a qual é identificada como "fronteira viva", tendo em vista as relações históricas de intercâmbio que ali se estabeleceram.⁶³

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, no tocante ao estado do Rio Grande do Sul e, mais especificamente, à sua região fronteira, foco da presente análise, pode-se dizer que este constitui um espaço diferenciado em relação aos centros - políticos e econômicos - do país. Essa singularidade sobressai-se, até mesmo, quando o cotejamos com outras fronteiras do Brasil, cuja escassez de contato é, muitas vezes, a regra, conforme acima assinalado. Nesse sentido, de acordo com Enrique Serra Padrós, a região de fronteira pode ser marcada - como no caso da sul-rio-grandense - por

⁶⁰ ENGEL, Juvenal Milton. *As comissões brasileiras demarcadoras de limites: breve notícia histórica*. Disponível em: <<http://www.info.lncc.br/cbdl.html>>. Acesso em 10 abr. 2013.

⁶¹ É importante relativizarmos, em alguma medida, a ideia de "fronteira natural". Isso porque o estabelecimento de fronteiras é um produto da ação humana. Pucci, ao se debruçar sobre essa questão, ressaltou que "entende-se por limite a linha imaginária que define o contorno territorial de um Estado e, por consequência, o alcance de sua jurisdição. Quando essa linha coincide com acidentes geográficos, como rios e montanhas, costuma-se chamá-la de 'limite natural'. A rigor, contudo, todo limite é convencional, visto que, seja quando negociado bilateralmente, seja quando imposto unilateralmente, deverá sempre, ao fim e ao cabo, ser reconhecido pela sociedade internacional." In: PUCCI, op. cit., p. 23. Segundo Hélène Velasco-Graciet, "Do ponto de vista teórico, estabeleceu-se muito cedo que a fronteira não é da natureza, ao contrário, é um 'construto' político, cujas formas materiais podem ser diferentes. Numa visão organicista, ela é considerada como viva, mais ou menos estanque, mais ou menos estável, mas nunca congelada ou perene." Tradução-livre de Adriana Dorfman. Conforme consta no original: "D'un point de vue théorique, il fut acquis très précocement que la frontière ne relève en rien de la nature, elle est au contraire un "construit" politique dont les formes matérielles peuvent être diverses (tout autant une montagne qu'une muraille). Dans une visée organiciste, elle est aussi considérée comme vivante, plus ou moins étanche, plus ou moins stable, mais jamais figée et pérenne." In: VELASCO-GRACIET, op. cit.

⁶² Os trabalhos de caracterização da fronteira em questão estão a cargo da Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Uruguaio, a qual já implantou centenas de marcos desde sua criação em 1919. Cf. PUCCI, op. cit., p. 27.

⁶³ SCHÄFFER, Neiva Otero. *Urbanização na fronteira: a expansão de Sant'Ana do Livramento/RS*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993. p. 13.

uma sobreposição de dinâmicas sócio-econômicas diversas que a tornam uma difusa zona de transição que acaba diferindo das características nacionais dos países em contato. [...] Conseqüentemente, forma-se um novo espaço que contém territórios dos países em contato e que sofre, além dos influxos das economias nacionais, uma dinâmica própria resultante da interação social dos agentes fronteiriços.⁶⁴

Ao se trabalhar com um espaço singular, como é o caso das cidades de fronteira estudadas, é importante levar em consideração que nem todas as interações que conformam as dinâmicas locais possuem respaldo institucional. Trata-se, muitas vezes, de práticas originadas a partir de demandas que não são legitimadas juridicamente, mas que são características do cotidiano fronteiriço. Assim, conforme inicialmente destacado, a linha divisória internacional, responsável por distinguir a territorialização do Estado em relação à do outro, não é, necessariamente, análoga ao limite traçado pelo fluxo social, cuja imbricação penetra ambos os territórios e cuja demarcação é de difícil precisão. Pucci assinalou que a presença do Estado na fronteira destina-se, muitas vezes, a diferenciar as populações adjacentes valendo-se da imposição do respectivo sistema jurídico e das instituições nacionais. Em diversas circunstâncias, essas ações vão de encontro a hábitos e vivências próprias dessas localidades fronteiriças, visto serem, via de regra, excessivamente restritivas, uma vez que elaboradas para regular fluxos internacionais, desconsiderando que os mesmos são atravessados pelo âmbito intrarregional.⁶⁵

Nesse mesmo sentido, Carlos Garcia Rizzon assinalou que as determinações, imposições e demarcações que visam caracterizar e diferenciar o que diz respeito a um e outro lado são definidas, via de regra, por representantes do poder central, os quais, muitas vezes, não possuem a vivência da área que tentam metódica e milimetricamente separar.⁶⁶ É importante considerar, não obstante, que, em algumas circunstâncias, são os próprios agentes fronteiriços que reivindicam essa diferenciação. Ainda assim, em diversas ocasiões e em

⁶⁴ PADRÓS, Enrique. Fronteiras e Integração Fronteiriça: elementos para uma abordagem conceitual. *Humanas: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 17, n. 1/2, jan./dez. 1994. p. 69.

⁶⁵ PUCCI, op. cit., p. 84.

⁶⁶ RIZZON, Carlos Garcia. Outras geografias em literaturas de fronteira. *Para onde?!*, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Volume 6, Número 2, jul./dez. 2012. p.121.

variados graus, os cidadãos fronteiriços acabam projetando um limite que se sobrepõe àquele adotado pelo Estado, segundo assinalou Tito Carlos Machado de Oliveira.⁶⁷

A partir dos aspectos expostos, acredita-se ser necessário realizar um breve apanhado histórico do surgimento da fronteira entre o Brasil e o Uruguai, a despeito de não pretender ser esta uma análise exaustiva, já que estaria além dos propósitos da presente pesquisa. Busca-se, dessa forma, reconhecer a historicidade das fronteiras políticas, lembrando ainda que estas nem sempre se localizaram onde hoje em dia se encontram, sendo o produto de diversas disputas e interesses entre os Estados em questão. De acordo com Alejandro Grimson,

Decir que las fronteras políticas son artificiales, que son un producto de la historia y rechazar la existencia de fronteras “naturales” entre los estados es el punto de partida de los trabajos reunidos en este libro. [...] la historicidad (esto es, la concepción de la frontera y sus procesos como contingentes, sujetos al tiempo y la acción humana) es un requisito ineludible.⁶⁸

Nesse sentido, para um melhor entendimento das relações características que se estabeleceram, a partir da fronteira entre os dois países, torna-se necessário recuar no tempo. Assim, ao analisar os primórdios do processo de ocupação e apropriação desse território, por parte das coroas ibéricas, é possível notar que, desde muito cedo, constituiu-se uma importante conexão. Segundo ressaltou Reckziegel em seu estudo, ao trabalharmos, desde uma perspectiva histórica, as relações estabelecidas entre as populações das áreas americanas meridionais das Coroas portuguesa e espanhola, é possível notar um vínculo significativo entre ambos os territórios, mesmo nos primórdios do processo de ocupação pelas metrópoles em questão.⁶⁹ Ainda de acordo com a autora, o estabelecimento desses laços se deu em variados âmbitos e em diferentes graus, desde o começo, ainda que essa relação nem sempre fosse pacífica:

As condições peculiares que se estabeleceram durante o processo de formação da sociedade sulina facilitaram o intercâmbio regional, tanto no que diz respeito às transações comerciais como no que se refere à formação de uma cultura que mesclou

⁶⁷ OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate teórico-práticos. In: _____ (Org.), op. cit., p. 378.

⁶⁸ GRIMSON, Alejandro (Comp.). *Fronteras, naciones e identidades*. La periferia como centro. Buenos Aires: Ciccus-La Crujía, 2000. p. 33.

⁶⁹ RECKZIEGEL, op. cit., p. 27.

elementos do lado português e do lado espanhol no transcorrer dos séculos XVII e XVIII. Essa aproximação, no entanto, não significou ausência de conflito.⁷⁰

Essa região, alvo de inúmeras disputas, principalmente ao longo do século XIX, foi marcada por uma incorporação tardia aos demais territórios ocupados pelos impérios ibéricos, conforme destacou Suzana Bleil de Souza. Essa característica é comum, portanto, à região platina e ao atual estado do Rio Grande do Sul. Assim, durante o período colonial, sendo pouco povoada e fortemente militarizada, a fronteira sulina fora alvo de inúmeras contendas entre ambas as Coroas.⁷¹

É importante ressaltar que os territórios ora examinados conformavam uma região dominada por povos originários kaingang, guarani e guaicuru. Não obstante, com o avanço da colonização de matriz ibérica ao longo dos séculos, esses territórios foram - e continuam sendo - conquistados e apagados.⁷²

O povoamento da área em questão por parte das Coroas luso-hispânicas deu-se a partir do estabelecimento de povoações que visavam defender e reivindicar para si a posse do território.⁷³ No início, o estabelecimento de limites e as tentativas de demarcação eram extremamente frágeis e tênues, o que fazia com que a linha fosse demasiadamente fluída, ora favorecendo o lado espanhol, ora o português. Segundo Reckziegel, as disputas entre espanhóis e portugueses, envolvendo a fronteira, desencadearam inúmeras tentativas de fixar os limites a partir de tratados firmados ao longo do século XVIII e parte do XIX. Na esteira desse processo, cada lado intentava deslocar a linha divisória em seu favor.⁷⁴

Dessa forma, a despeito das inúmeras tentativas de delimitar o território, no decorrer do século XIX, o mapa político do sul do continente não havia adquirido seus contornos definitivos. No entanto, ainda que os conflitos fossem a tônica da região, este espaço, conforme Souza, desde muito cedo, foi marcado por relações de troca que forjavam uma

⁷⁰ Ibid., p. 27.

⁷¹ SOUZA, Suzana Bleil de. Identidade e Nacionalismo no Processo de Integração da Fronteira Uruguiaia no Final do Século XIX. *Humanas: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*, Porto Alegre, v. 18, n. 1/2, jan./dez. 1995. p. 154.

⁷² DORFMAN, Adriana. *Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais*. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. p. 31-32.

⁷³ SOUZA, op. cit., p. 157.

⁷⁴ RECKZIEGEL, op. cit., p. 28.

história com elementos em comum.⁷⁵ Nesse sentido, constituiu-se, com o passar dos anos, uma situação de cooperação, chave para o entendimento das relações traçadas entre os agentes fronteiriços desde então, passando, pois, de acordo com Padrós, de uma postura de tensão e conflito para, via de regra, uma convivência amistosa e solidária.⁷⁶

Configurou-se, dessa forma, uma região comum ou, ainda, “binacional”⁷⁷, na qual os vínculos existentes - conforme mencionado anteriormente - se sobreponham, muitas vezes, às limitações jurídicas, a despeito de existir uma divisão artificial e arbitrariamente traçada. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Gladys Teresa Bentancor assinalou em seu estudo que

La realidad espacial de contacto e integración de hecho, genera un espacio fronterizo singular, son verdaderos territorios diferenciados con códigos comunes que le dan sentido. Ese espacio fronterizo de interrelaciones de profundidad histórica, de cotidianos que construyen el presente, escapa a limitaciones políticamente impuestas, hacia construcciones comunes y específicas.⁷⁸

Conforme se pode observar, a partir da análise dos aspectos acima discutidos, nesse espaço singular, as relações travadas perpassam, ontem e hoje, as mais variadas esferas da sociedade. Sendo assim, essa região era e é impactada pelos fatos ocorridos em ambos os lados da linha demarcatória. Em outras palavras, “os acontecimentos políticos daqui repercutiam lá e vice-versa. Isto é, na esfera política igualmente se manifestou a interação inter-regional já anteriormente percebida nas imbricações socioeconômicas e culturais antecedentes.”⁷⁹ No tocante ao intercâmbio político nessa região de fronteira, vale destacar que este remonta às primeiras tentativas de apropriação desse espaço. E o mencionado entrelaçamento político, registrado historicamente, chega até o presente momento.⁸⁰

⁷⁵ SOUZA, op. cit., p. 155.

⁷⁶ PADRÓS. Fronteira e Integração Fronteiriça... op. cit., p. 64.

⁷⁷ Em relação à fronteira Brasil-Uruguaí, esta é vivenciada pela população local mais enquanto um espaço binacional do que propriamente como um limite internacional. Não obstante, é importante assinalar que a relativa invisibilidade física da fronteira não anula a sua presença institucional em diversas circunstâncias e contextos. Cf. PUCCI, op. cit., p. 46.

⁷⁸ BENTANCOR, Gladys Teresa. Las fronteras en un contexto de cambios: la vida cotidiana en ciudades gemelas - Rivera (Uruguay) y Sant’Ana do Livramento (Brasil). *Revista Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 2, n. 3, maio de 2008. p. 24.

⁷⁹ RECKZIEGEL, op. cit., p. 29.

⁸⁰ BENTANCOR, op. cit., p. 28.

No que concerne às localidades de Santana do Livramento e Rivera, podemos acompanhar os elementos pontuados quanto à imbricação no âmbito em questão em situações, por exemplo, nas quais candidatos a cargos eletivos do governo uruguaio são levados a fazer campanha em ambas as cidades. É emblemática, nesse sentido, a situação evocada pelo telegrama que se segue, datado de 5 de fevereiro de 1966, da Embaixada em Montevidéu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, o qual trata da campanha eleitoral de Jorge Battle:

410 - [...] No almoço que teve comigo, Jorge Battle, depois de dizer-me que fôra a Rivera para cuidar de sua campanha eleitoral, acrescentou que procurava contacto com a guarnição de Sant'Ana para solicitar-lhe que o ajudasse na votação que esperava obter na região. Êste auxílio se concretizaria, segundo palavras textuais do candidato, na facilidade que pudesse ser oferecida aos binacionais uruguaio-brasileiros que votam em Rivera, especialmente em têrmos de transporte. Rivera tem nove circunscric oes eleitorais. Tradicional e ir onicamente, diz que a 10ª Circunscric ao   formada por aquêles eleitores. Entre "blagueur" e sério, meu conviva ajuntou que aproveitara para pedir que os votantes "blancos" não f ossem autorizados a passar a fronteira. Estas declara oes foram confirmadas pelas informaçoes que colheu em Sant'Ana, no último fim de semana, o Adido Militar a essa Embaixada. Apurou que o candidato colorado   Presidência buscara o contacto com o comandante do regimento através de uma correligion aria residente em Sant'Ana, de nome Chiesa, senhora de certo prestígio e já conhecida de um major do VII Regimento de Cavalaria,  nico oficial com quem finalmente falou. Nessa ocasião, Jorge Battle, elaborando sôbre as vantagens que adviriam para o Brasil de uma vitória colorada, depois de referir-se aos eleitores da 10ª Circunscric ao, chegou mesmo a insinuar a possibilidade de recebimento de erva-mate brasileira para sua campanha em Rivera. Até agora, o interêsse que manifestou por apoio brasileiro está circunscrito   região fronteira e nos têrmos acima descritos. Não   impossível, entretanto, que, em encontrando oportunidade ou pretexto, possa vir a tocar mais fundamente nesse assunto comigo, ampliando inclusive aquelas mais modestas pretensões. Jorge Battle deverá voltar a Rivera, possivelmente em fins de setembro. [...] Sérgio Armando Frazão.⁸¹

Do documento acima depreende-se, entre outros aspectos, a busca de apoio do outro lado da fronteira, tendo em vista a men ao ao fato de Livramento, presumivelmente, ser considerada uma das comarcas eleitorais de Rivera. O quanto de exagero encerra essa coloca ao   algo difícil de precisarmos. Não obstante, as observa oes acima reproduzidas dão conta, em alguma medida, do grau de imbricamento político entre essas popula oes adjacentes e contribuem t mbem no entendimento dos usos políticos da fronteira. Além disso, sobressai-

⁸¹ Ministério das Relac oes Exteriores, Secreto, Se ao de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

se a situação peculiar vivenciada pelos habitantes da região durante esse contexto, na qual, do lado uruguaio, as eleições corriam normalmente e, do brasileiro, não. Ainda assim, diversos cidadãos de Santana do Livramento, localidade na qual o processo eleitoral fora, em algumas esferas e para alguns cargos, interrompido⁸², podiam votar a poucos metros de sua residência, na cidade de Rivera. Entretanto, é digno de nota a alusão à possibilidade de que eleitores opositores - *blancos* - pudessem ser barrados na fronteira, ficando impossibilitados de votar, postura esta não condizente com o clima democrático ainda vigente no Uruguai de meados dos anos 1960. Nesse caso, podemos perceber também uma constante ao longo desse contexto: a tentativa de disciplinar o trânsito na fronteira, sobretudo no que toca ao deslocamento de opositores na região.

Ainda em relação ao entrelaçamento político, vale a pena atentarmos para as colocações de Reckziegel. Segundo a autora,

Nenhum estudo sobre o território platino pode ser considerado válido, do ponto de vista histórico, se não levar em conta o fato de que, naqueles tempos, a região se constituía num todo, numa unidade político-geográfica na qual os limites convencionados não isolavam, na prática, as populações. Em ambos os países, os homens tinham amigos e inimigos, aliados e adversários, e tais influências não se continham dentro das linhas legais, ou seja, ultrapassavam as fronteiras. [...] sempre que uma revolução, uma revolta, um levante ocorria, alongavam-se os olhos para a banda da fronteira, onde os grupos tinham certeza de encontrar auxílio e apoio sempre que disso precisassem.⁸³

Da análise da citação acima reproduzida, sobressaem-se, entre outros aspectos, a forte atração exercida pela região fronteiriça e o decorrente trânsito bilateral, os quais eram fonte de preocupação para as autoridades constituídas, especialmente em conjunturas de conturbação política, quando a fronteira acabava atraindo os grupos sublevados. Segundo Bentancor, “también en el plano político, la frontera se asume como ‘refugio’: movimientos revolucionarios y dictaduras han movilizado la búsqueda del ‘otro lado’ en ese sentido.”⁸⁴ Este recurso foi historicamente utilizado, sendo válido também em relação ao período abarcado

⁸² Alguns anos depois, a partir de 1968, contudo, com a intervenção do Conselho de Segurança Nacional, as eleições no âmbito municipal, em diversas localidades, sobretudo na zona fronteiriça, também foram interrompidas. Assim, Livramento passou a ser governada por um interventor. No capítulo 4 do presente trabalho, analisaremos com mais afinco essa e outras questões.

⁸³ RECKZIEGEL, op. cit., p. 31.

⁸⁴ BENTANCOR, op. cit., p. 35-36.

pelo presente trabalho, ou seja, os anos que se seguiram à deflagração do golpe de Estado no Brasil em 1964. Nesse sentido,

Ao longo do século XX, foi prática comum na política do Cone Sul a brusca mudança na ordem do poder, com a substituição dos líderes e a perseguição dos derrotados. Como consequência, sucederam-se os exílios, tendo como destino freqüente a área fronteira do país vizinho, lugar de asilo e proteção sem distanciamento, facilitado pela familiaridade cultural e proximidade geográfica, e possibilitando a continuidade das lutas. Esse foi o caso de Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola, entre muitos outros. Da mesma forma, a repressão política durante o período ditatorial no Cone Sul desconsiderou os limites nacionais e criou a região de ação do Plano Condor.⁸⁵

Em relação ao momento histórico recente supracitado, qual seja, o contexto marcado pela deflagração de golpes de Estado e instauração de ditaduras de Segurança Nacional em diversos países da América Latina, é válido destacar as considerações feitas por Dorfman ao analisar algumas metáforas relativas à fronteira gaúcha recorrentes em obras literárias durante esse período: “a fronteira como materialização do Estado foi usada, na literatura produzida durante os ‘anos de chumbo’ das ditaduras latino-americanas, como um símbolo da autoridade ilegítima. Nesse contexto, burlar a fronteira é um gesto político e subversivo, de quem possui suficiente discernimento para desafiar leis opressivas.”⁸⁶ Pode-se perceber, entre outras questões, que a associação da região fronteira a locais de travessia e refúgio foi e é deveras importante, sobretudo em momentos de rompimento da ordem política. Não obstante, vale a pena destacar, conforme assinalou Jorge Christian Fernandez, que a essa passagem, muitas vezes, é adicionado um componente de tensão e constrangimento. De acordo com o autor,

Mesmo em condições político-institucionais ditas “normais”, ou seja, quando o Estado de Direito rege as ações normativas do um governo, a travessia de uma fronteira internacional sempre provoca nas pessoas certa tensão e nervosismo, em maior ou menor grau. Isso depende de uma multiplicidade de fatores que incluem desde a estabilidade emocional do sujeito que está cruzando a fronteira e passando pela formação e a habilidade dos agentes do Estado encarregados de efetuar os controles migratórios, alfandegários, etc. E, sem esquecer o contexto histórico específico no qual se insere o processo que envolve o atravessar uma fronteira entre dois países. [...] Em grande parte, esses sentimentos começam a ser construídos com antecedência ao ato de partir da “sua” zona de conforto e adentrar em um terreno desconhecido, os domínios do “outro” [...]. Ao desconforto de índole psicológica,

⁸⁵ DORFMAN; ROSÉS. In: OLIVEIRA (Org.), op. cit., p. 206.

⁸⁶ DORFMAN, Adriana. “Pequenas pontes submersas”: interpretações geográficas e antropológicas de literaturas de contrabando. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v.3, n.1, jan.-abr. 2008. p. 104.

ainda pode-se adicionar outros entraves bem objetivos, como a barreira da língua associada à corriqueira ausência ou a áspera negativa de informação por parte das autoridades encarregadas.⁸⁷

Se as colocações acima apresentadas são válidas, ainda que em diferentes graus, mesmo em um contexto marcado por uma “normalidade” político-institucional, conforme ressaltado pelo autor, imagine-se, então, o que pode representar o ato de atravessar a fronteira em conjunturas de conturbação política e de rompimento da ordem legal. Em relação a esse aspecto, podemos pensar, mais especificamente, nas décadas de 1960 e 1970 no Cone Sul. Nesse sentido, cruzar a linha divisória no contexto ora examinado poderia, muitas vezes, revelar-se como a única alternativa viável de sobrevivência - ainda que as ações e as atividades de monitoramento e perseguição levadas a cabo por autoridades civis e militares dos regimes ditatoriais também extrapolassem tais limites, conforme aprofundaremos mais adiante. Acrescente-se, também, o fato de que é característico de alguns pontos da região de fronteira contar com contingentes militares, via de regra, desproporcionais às localidades em questão. De acordo com Fernández, “nessas condições, para um perseguido político atravessar a linha de fronteira podia se transformar em algo tão temerário e perigoso quanto permanecer no país de origem.”⁸⁸ No intuito de burlar os mencionados controles, destaca-se a importância do contato estabelecido com os agentes fronteiriços, já que, em diversas circunstâncias, era necessário um conhecimento prévio da região:

Este tipo de saída se adequava mais aos paisanos da região [...] acostumados desde sempre a cruzar a fronteira de um lado para o outro, geralmente ignorando os controles migratórios, uma característica típica da particular dinâmica de zona fronteiriça, onde é freqüente o contato próximo entre os habitantes dos dois lados.⁸⁹

Vale ressaltar que essas relações bilaterais não se restringiam à solidariedade prestada àqueles que necessitavam cruzar a fronteira, no intuito de fugir do regime ditatorial, já que a facilidade conferida pela proximidade dos países possibilitava uma colaboração direta e sem maiores restrições entre as forças repressivas de ambos os lados, conferindo a essas ações uma

⁸⁷ FERNÁNDEZ, Jorge Christian. *Anclaos en Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. p. 208-209.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 209.

⁸⁹ *Ibid.*, p. 213.

dinâmica própria, característica da região fronteiriça. Segundo destacou Fernandez em seu estudo,

a atuação da repressão na linha de fronteira tinha uma dinâmica que era peculiar. Apesar de não possuírem autonomia formal, a distância dos centros do poder de ambos os países levava freqüentemente a acertos conjuntos entre as unidades militares e policiais de ambos os lados da fronteira, sem que isso necessariamente colidisse com a política de Segurança Nacional, muito antes pelo contrário. Além das relações profissionais e corporativas entre estas entidades, certamente também mediavam relações de tipo pessoal, como camaradagem entre colegas de armas, amizade e até mesmo possíveis laços de família. Isto facilitava a sua ação em conjunto e tornando mais expeditiva a busca e a captura de supostos “subversivos” em operações que não raramente extrapolavam os limites da lei.⁹⁰

Conforme se pode perceber, a zona de fronteira possibilitava uma cooperação que, na prática, antecedeu ao que, anos mais tarde, viria a ser a Operação Condor. Estas e outras questões serão retomadas nos capítulos subsequentes, sobretudo no que concerne à atuação da diplomacia brasileira no Uruguai e no tocante aos contatos estabelecidos entre as forças de segurança localizadas em ambos os lados da fronteira, as quais atuaram no sentido de coibir o trânsito na região.

Em síntese, a partir dos aspectos destacados até agora, é possível constatar que a fronteira do Brasil com o Uruguai é marcada por algumas especificidades, das quais decorrem outras dinâmicas, em relação às demais regiões e, inclusive, fronteiras do país. Nesse sentido, torna-se necessário examinar cada fronteira enquanto uma fronteira singular.⁹¹ Observa-se, dessa forma, que o espaço onde se desenvolveram as relações sul-rio-grandenses-uruguaias é marcado por um histórico de trocas e intercâmbio que o diferencia de outras regiões fronteiriças, cuja falta de contato, via de regra, sobressai-se. De acordo com Isabel Clemente,

[...] en el proceso de conformación de la región de frontera, han operado líneas tendenciales de largo plazo con incidencia en la realidad demográfica, económica y política de las sociedades de Río Grande y departamentos uruguayos de la frontera con Brasil. La historia de la frontera uruguayo-brasileña se inicia con la historia misma de ambos países y está marcada por intercambios intensos y multifacéticos entre sus habitantes. El rol de la región fronteriza ha sido determinante en el

⁹⁰ Ibid., p. 227.

⁹¹ Além de levarmos em consideração que a fronteira em questão distingue-se das demais fronteiras brasileiras, é importante não perdermos de vista que, mesmo na fronteira entre o Brasil e o Uruguai, cada localidade contígua é em si mesma uma fronteira singular, visto que possui características próprias. Por essa razão, é possível dizer que há “várias fronteiras” entre ambos os países. Cf. PUCCI, op. cit., p. 74.

desarrollo de procesos políticos y económicos en los que han coexistido dinámicas de conflicto como los que caracterizan el ciclo de guerras civiles y dinámicas de cooperación en las relaciones económicas y sociales a lo largo de un extenso período de la historia de los dos países.⁹²

As considerações aqui pontuadas, ainda que de maneira incipiente, são fundamentais para compreender as dinâmicas características da fronteira estudada, as quais nos instrumentalizam, em alguma medida, para a análise do período abarcado pela presente dissertação.

1.1.2.1 O delineamento da fronteira Santana do Livramento-Rivera e a integração em cidades-gêmeas

As localidades fronteiriças analisadas - Santana do Livramento e Rivera - configuram o que muitos autores chamam de cidades-gêmeas, ou seja, conforme assinalou Machado, são núcleos adjacentes, situados de um lado e de outro do limite internacional, nos quais, muitas vezes, a interdependência é maior do que de cada cidade com a região onde se localiza ou, ainda, com o próprio território nacional.⁹³ Essas aglomerações próximas à linha internacional possuem um potencial acentuado no sentido de atuarem como nódulos articuladores de redes locais, regionais, nacionais e transnacionais. Vale também ressaltar que, a despeito de operarem, em maior ou menor grau, em todo o território nacional, de acordo com a autora, “essas redes encontram um ambiente que favorece o estabelecimento de nódulos de articulação transnacionais nas cidades de fronteira, particularmente nas cidades situadas na divisa internacional - o ambiente fronteiriço.”⁹⁴

Seguindo a tipologia adotada pelo já citado PDFF, pode-se elencar cinco modelos relativos às interações transfronteiriças observadas. São eles: margem, zona-tampão, frentes,

⁹² CLEMENTE, Isabel. La región de frontera Uruguay-Brasil y la relación binacional: pasado y perspectivas. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, Vol. 19, nº 1, ICP, Montevideo. p. 182.

⁹³ MACHADO, Lia Osório. Cidades na fronteira internacional... op. cit., p. 66.

⁹⁴ *Ibid.*, p. 71.

capilar e sinapse. No primeiro caso, as populações localizadas em ambos os lados da linha divisória mantém pouco contato entre si, visto que, a despeito da vizinhança, as relações são mais direcionadas ao nacional de cada país do que entre si. O segundo modelo, por sua vez, está relacionado àquelas zonas consideradas estratégicas pelo Estado, nas quais são restringido ou, inclusive, interdito o acesso. Não obstante, "a situação de bloqueio espaço-institucional 'pelo alto', ou seja, pelo governo central, pode criar uma dicotomia espacial com potencial de conflito entre o institucional e os nexos de passagem e expansão espontânea do povoamento no nível local."⁹⁵ Ainda segundo consta no PDFF, inúmeros fatores subjazem políticas desse cunho, tais como a presença de recursos naturais próximos à fronteira, a tentativa de impedir, em alguma medida, o avanço de frentes pioneiras, a existência de áreas com algum foco de tensão militar, o intuito de diminuir custos relativos à defesa e à vigilância e o reconhecimento da ocupação do território por grupos locais (como é o caso das terras indígenas, por exemplo). O termo frente, por seu turno, designa usualmente frentes pioneiras, noção associada a frentes de povoamento. No que toca às interações fronteiriças, esse modelo é utilizado também para caracterizar outras dinâmicas espaciais, seja a frente cultural, seja a indígena ou a militar. Ao longo da história do Brasil, pode-se identificar, em diferentes momentos, todas as frentes antes destacadas. No que concerne especificamente à frente militar, esta é, via de regra, constituída por postos de vigilância administrados pelas Forças Armadas, sem que exista população fronteiriça comunicando-se entre os batalhões de fronteira. No caso do modelo capilar, as interações, normalmente, ocorrem apenas no âmbito local e possuem um viés mais espontâneo do que propriamente articulado e incentivado pelo Estado (observa-se, pois, a primazia do local). No tocante ao Brasil, as interações deste tipo ocorrem em várias regiões ao longo do país. Por fim, vale a pena atentarmos para o último modelo elencado pela tipologia ora examinada, no qual se enquadram as cidades- gêmeas da fronteira entre Brasil e Uruguai. Segundo o PDFF,

O modelo da sinapse, termo importado da biologia, se refere à presença de alto grau de troca entre as populações fronteiriças. Esse tipo de interação é ativamente apoiado pelos Estados contíguos, que geralmente constroem em certos lugares de comunicação e trânsito infra-estrutura especializada e operacional de suporte, mecanismos de apoio ao intercâmbio e regulamentação de dinâmicas, principalmente

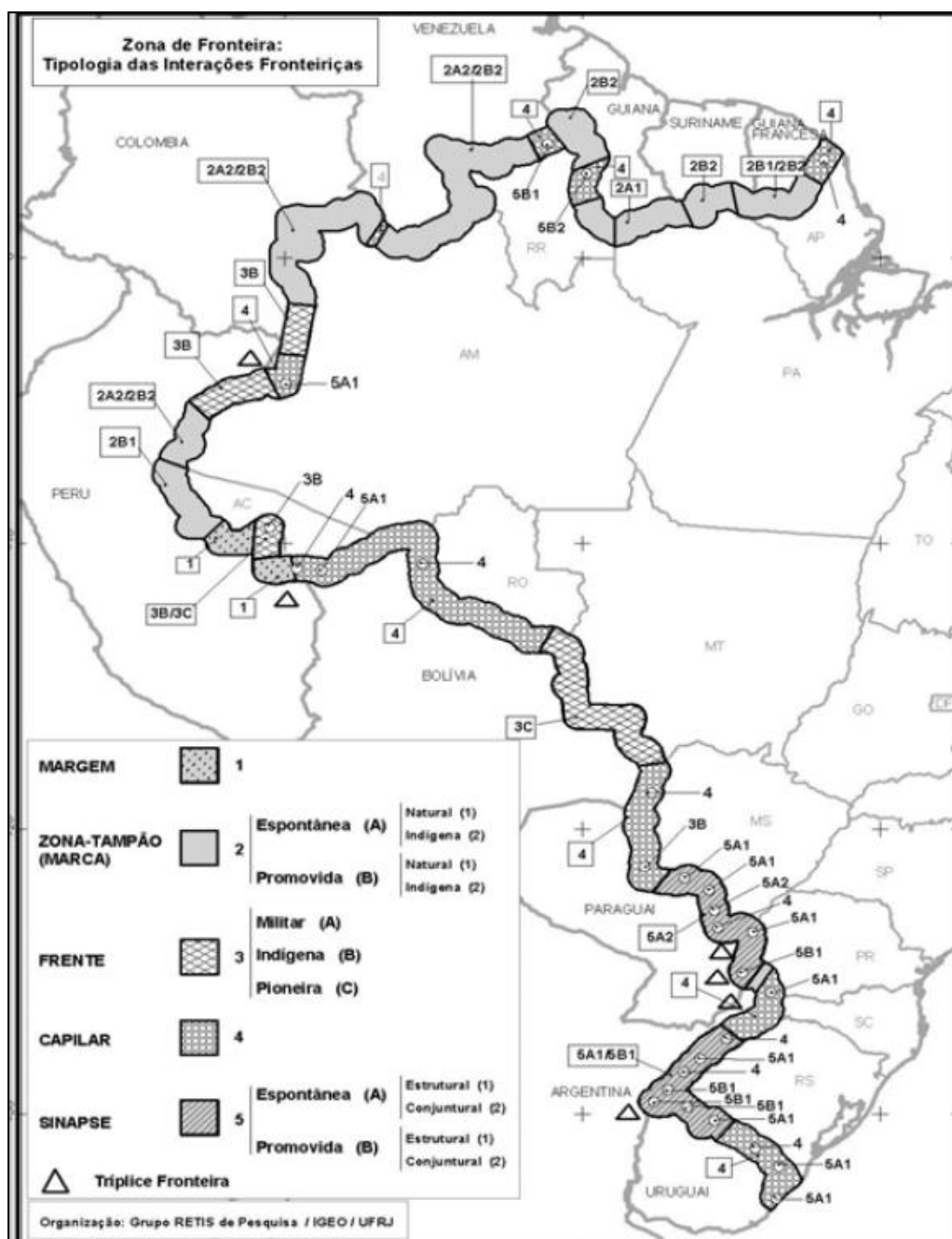
⁹⁵ BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, op. cit., p. 145.

mercantis. As cidades-gêmeas mais dinâmicas podem ser caracterizadas de acordo com este modelo.⁹⁶

A interação de tipo sináptico é, ainda, caracterizada como tendo um cunho estrutural ou conjuntural. Em relação ao primeiro caso, podemos elencar, por exemplo, a fronteira sul-rio-grandense, tendo em vista a longa história comum e o intenso intercâmbio e articulação promovidas - ainda que não em todos os contextos e circunstâncias - pelos Estados em questão. Por outro lado, algumas outras fronteiras do país são classificadas de acordo com o segundo caso, visto que as interações, a despeito de serem marcantes, são frutos de elementos conjunturais. A seguir, podemos acompanhar a classificação supracitada da tipologia de interações transfronteiriças em relação à toda extensão da faixa de fronteira brasileira.

⁹⁶ Ibid., p. 147.

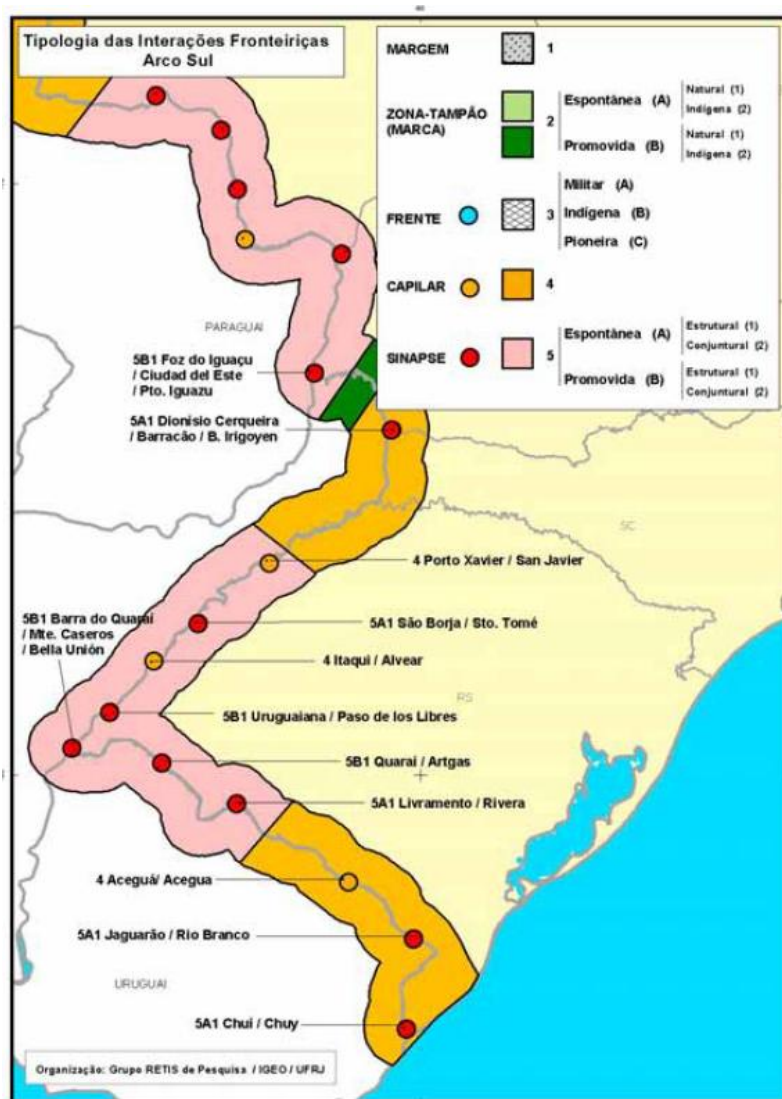
Figura 3: Tipologia das Interações Fronteiriças



Fonte: BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, op. cit., p. 148.

A partir da análise da imagem acima reproduzida, é possível observar, primeiramente, o quão heterogêneas são as interações travadas ao longo da fronteira brasileira com os países vizinhos. Além disso, é patente o fato de que as relações sinápticas são percebidas na fronteira meridional, destacadamente nos estados do Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul. Logo abaixo, é possível visualizar, mais especificamente, aspectos concernentes à fronteira Brasil-Uruguaí.

Figura 4: Tipologia das Interações Fronteiriças no Arco Sul



Fonte: BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, op. cit., p. 151.

Observando as figuras em questão podemos notar que a fronteira sul-rio-grandense tem como característica a presença de relações capilares e sinápticas com as localidades contíguas, o que denota o intenso intercâmbio existente. Além disso, percebe-se que a interação, via de regra, é caracterizada como tendo uma matriz estrutural, tendo em vista a extensa história comum da região em questão. Esse é o caso, por exemplo, do par de cidade Santana do Livramento-Rivera.

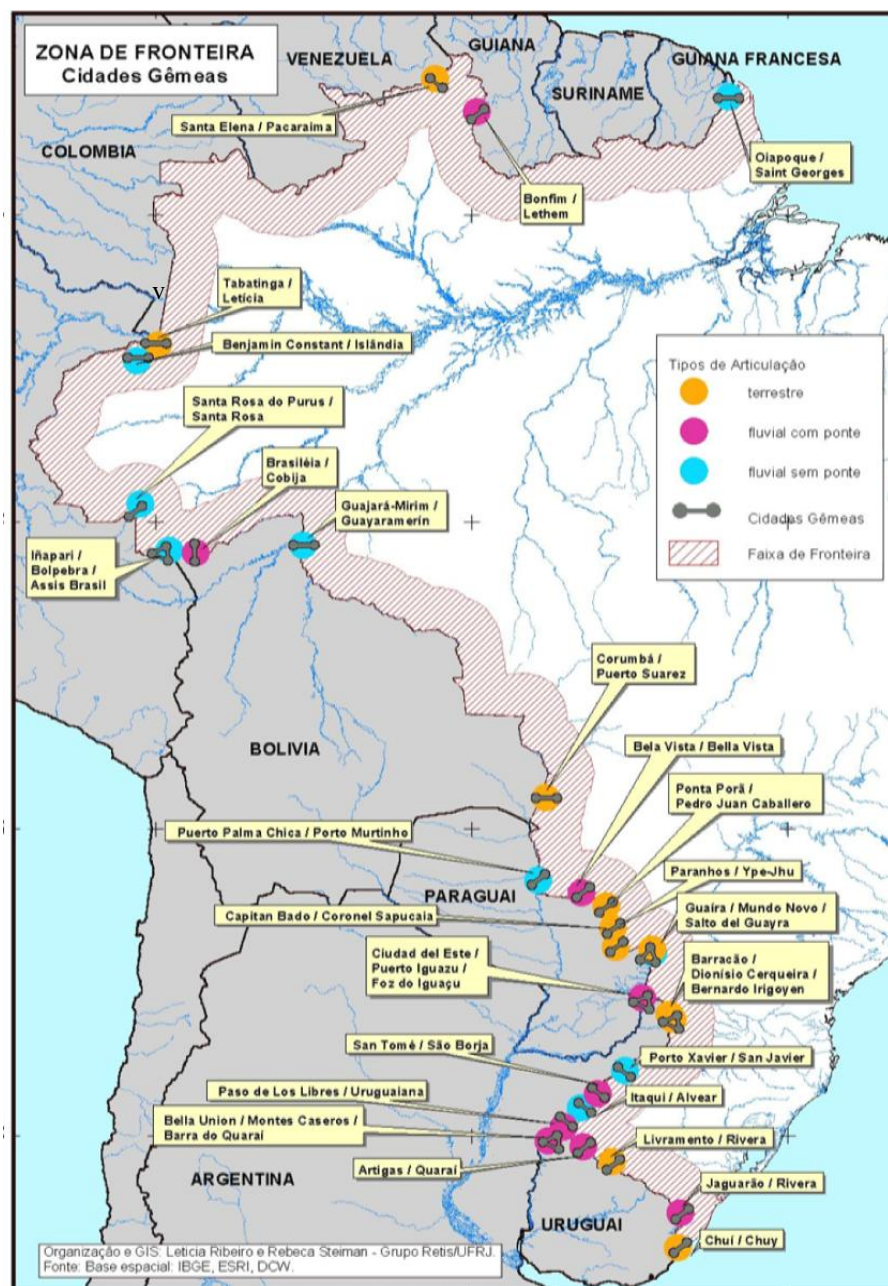
A imagem reproduzida na página subsequente, também elaborada pelo conceituado grupo Retis⁹⁷, permite visualizar a presença desses núcleos contíguos ao longo da zona de fronteira do Brasil com os países limítrofes, destacando o tipo de articulação existente entre as cidades-gêmeas. É possível notar, observando o mapa, a importância da fronteira sul do Brasil na constituição dessas localidades vinculadas. O Rio Grande do Sul, por sua vez, é o estado que concentra o maior número de cidades-gêmeas, fruto, possivelmente, do histórico de intercâmbio dessa região, característico já dos momentos iniciais de delineamento da fronteira em questão, conforme já assinalado.

Ainda em relação a essas localidades, vale ressaltar que, a despeito das vias fluviais coincidentes com a linha divisória não constituírem necessariamente fatores impeditivos para o surgimento de cidades-gêmeas, em diversas circunstâncias, acabam inibindo o seu potencial de crescimento. Nesse sentido, sobressai-se o fato de que a maior parte delas - e, entre essas, as mais importantes - está localizada em fronteira seca ou, ao menos, encontra-se articulada por ponte (de pequeno ou grande porte).⁹⁸

⁹⁷ O Grupo Retis é formado por pesquisadores-doutores, doutorandos, mestres, mestrandos e bolsistas de iniciação científica, e atua desde 1994 no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), contando com o apoio de agências de financiamento e também com a participação de pesquisadores associados de outras instituições. As linhas de pesquisa desenvolvidas pelos membros do Retis são as seguintes: "Geografia das drogas ilícitas e do sistema bancário-financeiro global; Geopolítica da segurança e da defesa", "Limites e Fronteiras Internacionais", "Pensamento Geográfico e Organização do Território" e "Redes, Território e Governo Local na Amazônia". Fonte: <<http://www.retis.igeo.ufrj.br>>. Acesso em 31 mar. 2013.

⁹⁸ BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, op. cit., p. 153.

Figura 5: Cidades-gêmeas na fronteira brasileira



Fonte: Grupo Retis/UFRJ. Disponível em <http://www.retis.igeo.ufrj.br/atlas_de_frenteira/atlas2/atlas203.htm>. Acesso em 31 mar. 2013.

Tendo em vista os objetivos do presente trabalho, dentre os pares de cidade localizados entre o Brasil e o Uruguai, destacamos o principal núcleo urbano existente ao longo da linha demarcatória entre ambos os países, qual seja, as cidades de Rivera e Santana do Livramento. Vale ressaltar que estas possuem diferentes papéis e pesos para os países em questão,

conforme destacaram Dorfman e Rosés, visto que Rivera, por um lado, é uma capital departamental, unidade política situada diretamente abaixo do Estado nacional. Livramento, por sua vez, é sede de município, existindo, ainda, a escala relativa à unidade da federação - nesse caso, o estado do Rio Grande do Sul, o qual, por seu turno, se encontra subordinado ao Estado nacional.⁹⁹

Acredita-se ser importante, novamente, para um melhor entendimento das características desse espaço fronteiro, recuar no tempo no sentido de compreender as origens dos laços existentes entre as comunidades de Livramento e Rivera, artificialmente separadas pela linha divisória internacional. Nesse sentido, é mister traçarmos, a seguir, um breve histórico do surgimento de ambas as cidades.

A posse de terras na localidade onde hoje se situa o município de Santana do Livramento, por parte do Império lusitano, data do primeiro quartel do século XIX e se insere no ciclo de fundações de povoações fronteiriças, o qual objetivava garantir a soberania lusa sobre essa região limítrofe, caracterizada por um constante litígio. Conforme ressaltou Nadir Mendonça, com o intuito de garantir a posse das terras lindeiras, a partir de 1801, foram distribuídas uma quantidade considerável de sesmarias nesta área. No caso de Livramento, as primeiras a serem concedidas datam do primeiro decênio do século dezenove.¹⁰⁰ Não obstante, mesmo nos anos subsequentes às primeiras concessões de terras, esta região contava com uma parcela ínfima de colonizadores. Apenas quando o distrito de Entrerios - nome que tinha até então a localidade de Alegrete, à qual Santana do Livramento permaneceu subordinada até o ano de 1857 - estava quase todo distribuído por concessões de sesmarias é que parte da população afluíu para o que mais tarde ficaria conhecido como Livramento. Podemos localizar os indícios de seu surgimento nos acampamentos militares decorrentes do deslocamento dessas forças responsáveis por guarnecer a região fronteira:

Como as marchas eram dificultosas pela ausência de meios de transportes, muitos oficiais se faziam acompanhar de suas famílias. Estas forças acampadas, guarnecendo a fronteira, foram as responsáveis pelas primeiras edificações em Sant'Ana do Livramento, embora tenham sido construções muito deficientes, pelo seu caráter não definitivo. Tratava-se de um acampamento para uma população em

⁹⁹ DORFMAN; ROSÉS. In: OLIVEIRA (Org.), op. cit., p. 201.

¹⁰⁰ MENDONÇA, Nadir. *O impacto da fronteira sobre a vida de uma comunidade (Rivera-Livramento)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980. p. 38.

contínua marcha. Temos um início de uma povoação com mais regularidade e segurança a partir de 1818.¹⁰¹

Em relação a esse processo, a autora assevera ainda que, simultaneamente à exposição desta faixa lindeira aos combatentes, se assistiu à distribuição de sesmarias. Assim, se, por um lado, o êxito decorrente de algumas contendas conquistava o território, por outro, a carta concedida a um sesmeiro garantia a consolidação da conquista.¹⁰² É considerar, não obstante, as motivações econômicas dos estancieiros por trás do interesse em garantir a posse dessas terras. No que concerne ao surgimento dessas localidades, Pucci assinalou que

Os assentamentos urbanos estabelecidos nos atuais limites entre o Brasil e o Uruguai obedeceram, em sua formação, à função clássica de defesa nacional. O homem fronteiriço era a primeira sentinela da pátria, encarregado da missão de proteger a “fronteira interior” do País, separada do inimigo externo por uma zona *buffer*, estrategicamente isolada, física e economicamente, do resto do território nacional. Nesse processo histórico, vários acampamentos militares do Brasil Imperial transformaram-se em embriões de diversas cidades lindeiras.¹⁰³ (grifo do autor)

Nos momentos iniciais da colonização lusitana nessa porção do território, podemos caracterizar a fronteira como uma fronteira esboçada, na medida em que não havia ainda uma definição precisa nos contornos da região, nem órgãos de controle.

Já no início de 1857, Livramento desmembra-se de Alegrete e é elevada a categoria de vila, fato que, segundo Mendonça, atestava a existência de um núcleo de população bem desenvolvido:

A 10 de fevereiro de 1857, Sant’Ana do Livramento, desmembrou-se do município de Alegrete e foi elevada à categoria de vila. Ainda neste ano, em setembro e outubro foram celebrados ajustes necessários para livrar Sant’Ana do Livramento dos inconvenientes e danos resultantes de pertencer o terreno dos limites urbanos a dois territórios de países diferentes. Com este fim, o Estado Oriental do Uruguai faria concessão de uma pequena faixa de seu território para edificação da cidade nascente, e o Governo Imperial brasileiro, em troca concederia uma superfície de terreno igual em valor e extensão em outro qualquer ponto da fronteira.¹⁰⁴

¹⁰¹ Ibid., p. 43.

¹⁰² Ibid., p. 44.

¹⁰³ PUCCI, op. cit., p. 56.

¹⁰⁴ MENDONÇA, op. cit., p. 58.

O crescimento atravessado por Livramento, ainda em meados do século XIX, somado à expansão brasileira sobre as terras da Banda Oriental, eram fonte de preocupação para as autoridades uruguaias. E é justamente na esteira desse processo que podemos entender a fundação de localidades próximas à fronteira com o Brasil.

O fato que mais atesta o assustador desenvolvimento de Santana é a preocupação do governo oriental em conter esse crescimento, criando nas cercanias da vila, um ponto de referência fronteiriço como marco da soberania uruguaia. [...] A preocupação do governo oriental não é só deter o crescimento de Santana, o problema sob o ângulo uruguaio, é bem mais profundo, trata-se de uma questão ligada à sua própria soberania e a deter a ocupação brasileira.¹⁰⁵

Nesse sentido, em relação à fundação de Rivera, é importante inseri-la no projeto de colonização das fronteiras, proposto em 1861 por autoridades uruguaias, tendo em vista a penetração dos sul-rio-grandenses em área oriental, estimulada, em grande parte, pela queda do preço das terras no país vizinho. Um número considerável de proprietários uruguaios, arruinados no contexto da Guerra Grande, desencadeada em 1842, foi obrigado a vender suas estâncias por uma terça parte do seu valor. Dessa forma, cerca de 30% do território uruguaio foi ocupado por fazendeiros gaúchos. Nessa conjuntura, em 1863, ocorreu a fundação de Rivera, a qual, de acordo com Reckziegel, acabou estreitando os laços já existentes:

Simultaneamente às medidas adotadas para a colonização oficial das terras públicas junto à fronteira do Rio Grande do Sul pelo governo de Montevideú, ocorreu, em 1863, a fundação de Rivera, povoado uruguaio localizado em frente a Santana do Livramento. Essa fronteira política deveria, em tese, conter a expansão socioeconômica que se deslocava rumo ao sul, porém Rivera desenvolveu-se como um ativo foco de comércio e contrabando, oferecendo artigos 50% mais baratos do que os vendidos em Livramento e abastecendo outras localidades vizinhas, como Dom Pedrito, Alegrete e Bagé. O que se constatava na prática era um processo de interação entre rio-grandenses e orientais cada vez mais significativo, no qual o espaço-fronteira foi decisivo para estreitar vinculações já existentes, quer fosse por interesses econômicos, quer por laços familiares ou características culturais. Assim, nesse espaço compartilhado seguiam também os intercâmbios políticos.¹⁰⁶

A cidade de Rivera nasce, naquele momento, como Villa Ceballos. A despeito de ter sido fundada com o intuito de conter o mencionado avanço brasileiro sobre as terras

¹⁰⁵ Ibid., p. 60.

¹⁰⁶ RECKZIEGEL, op. cit., p. 32-33.

orientais¹⁰⁷, os primeiros censos demográficos (1867, 1895), segundo Dorfman e Rosés, apontavam a existência de uma maioria brasileira¹⁰⁸. Dessa forma, entre os primeiros povoadores de Rivera, destaca-se um grande número de brasileiros, assim como, por outro lado, muitos uruguaios, proprietários de terra em Rivera, residiam em Livramento. Essa constatação é deveras elucidativa na medida em que ilustra o entrelaçamento social existente, desde muito cedo, entre essa comunidade. Nesse sentido, conforme destacou Mendonça,

São fatos que demonstram desde o início a integração dos moradores de ambas as localidades embora as autoridades governamentais estejam preocupadas e com temores de conflitos na linha da fronteira. De fato, eles ocorreram, mas muito menos motivados pelos moradores de Rivera e Livramento do que pelas guerras civis das duas nações e por causas acionadas do centro.¹⁰⁹

Em síntese, no que concerne ao mencionado processo de estabelecimento dessas localidades em ambos os lados da fronteira Brasil-Uruguai, ao longo do século XIX, Dorfman assinalou que

Tratam-se [...] de cidades que surgem graças aos projetos de demarcação das fronteiras, e não de núcleos urbanos ligados a uma territorialidade anterior e que passassem a conviver com um limite originado pela colonização por europeus ou mesmo pela formação dos Estados nacionais americanos. Em outras palavras, o povoamento mais significativo dessa região foi promovido pelos Estados nacionais em seu esforço de delimitação do território. Observe-se ainda que o traçado dos limites visava também o estabelecimento dos equipamentos de controle aduaneiro, com funcionários para administrar e legislação específica, associando a construção do território estatal ao seu controle fiscal.¹¹⁰

Todavia, é importante assinalar que, ainda que o estabelecimento da fronteira em questão estivesse associado aos projetos colonizadores luso-hispânicos, a dinâmica de interações entre essas populações, ao menos nos momentos iniciais, foi anterior à ação planejada dos Estados adjacentes. Nesse sentido, se atualmente podemos observar uma série de iniciativas de ambos os países no sentido de promover e potencializar o intercâmbio,

¹⁰⁷ Tendo em vista as diversas contendas ocorridas na esteira do processo de formação histórica do Uruguai e a acentuada assimetria territorial, demográfica e econômica com os vizinhos, o limite setentrional evoca, muitas vezes, para o povo uruaio a ideia de independência frente "al gigante norteño", ou seja, frente ao Brasil. Cf. PUCCI, op. cit., p. 26.

¹⁰⁸ DORFMAN; ROSÉS. In: OLIVEIRA (Org.), op. cit., p. 203.

¹⁰⁹ MENDONÇA, op. cit., p. 66.

¹¹⁰ DORFMAN. *Contrabandistas na fronteira gaúcha...* op. cit., p. 43.

inicialmente o estabelecimento dessas localidades fora fruto de questões de cunho estratégico, no sentido de barrar o avanço de um Estado sobre o outro. Entretanto, conforme já mencionado, tais iniciativas concorreram para intensificar as trocas já observadas. Segundo apontou Pucci

Na longa extensão das fronteiras terrestres do Brasil, a divisa com o Uruguai é a mais aberta, densa e homoganeamente povoada. A complexa dinâmica das relações sociais nesse espaço preexiste à ação planejada dos Estados limítrofes e, por isso mesmo, sobrevive às suas crises conjunturais, pois é capaz de engendrar mecanismos de integração informal, que poderão funcionar através dos canais oficiais, sempre e quando estes sejam dotados dos requisitos de atualidade, praticidade e celeridade indispensáveis ao exercício desembaraçado da cidadania fronteiriça.¹¹¹

Assim, a constituição dessa fronteira sul entre o Brasil e o Uruguai, ao longo dos séculos, e a partir de negociações de variadas ordens, de conflitos de interesse, entre outros, foi fruto de um processo que impactou sobremaneira a região e, ainda hoje, a torna uma fronteira que tem como uma de suas tônicas um cotidiano de trocas e intercâmbios. Segundo Schäffer,

[...] há questões que são específicas dessa fronteira [Brasil-Uruguai]. Um dos aspectos notáveis refere-se ao processo de construção e de evolução deste espaço, ao passado de lutas decorrentes de avanços periódicos de uma soberania sobre a outra durante o período colonial e mesmo posteriormente. Da parte portuguesa, o projeto de expansão promoveu a formação de "plataformas de povoamento" e, nelas, de pontos que foram a gênese dos atuais núcleos urbanos e os definidores da territorialidade. No lado uruguaio surgiram também pontos de ocupação urbana como resposta à presença portuguesa/brasileira. Os núcleos evoluíram juntos. Estão hoje conurbados.¹¹²

No intuito de realizar um fechamento do presente subcapítulo, acredita-se ser importante ressaltar que, ao realizar essas breves considerações sobre as características e sobre o surgimento da fronteira foco desta pesquisa, não se pretendeu traçar exaustivamente um histórico do desenvolvimento de ambas as cidades - o que, aliás, extrapolaria os limites deste trabalho. Buscou-se, sim, analisar elementos que contribuam no entendimento de razões que concorreram para a formação de uma comunidade fronteiriça integrada. Dessa forma, acredita-se que a chave desse processo encontra-se no delineamento de uma história que se fez comum

¹¹¹ PUCCI, op. cit., p. 30.

¹¹² SCHÄFFER, Neiva Otero. A especificidade funcional... op. cit., p. 136.

desde o princípio. Tais aspectos auxiliam na compreensão da movimentação política que impactou a fronteira entre o Brasil e o Uruguai e, destacadamente, Santana do Livramento e Rivera, a partir da deflagração do golpe de Estado em 1964. Nesse sentido, sobressai-se a formação de redes de solidariedade, que contaram com a participação de cidadãos fronteiriços de ambos os países, os quais colaboraram e prestaram assistência àquelas pessoas impelidas, em alguma medida, a deixar o território brasileiro - questões essas que serão discutidas a seguir e aprofundadas nos próximos capítulos.

1.2 A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E A NOÇÃO DE FRONTEIRAS IDEOLÓGICAS

Após termos realizado uma análise sucinta das características histórico-geográficas, bem como das dinâmicas do espaço fronteiriço entre o Brasil e o Uruguai, cabe destacarmos uma diretriz difundida entre setores civis e militares, durante o período estudado, a qual, em certo sentido, vai de encontro às fronteiras estatais, qual seja, a noção de fronteiras ideológicas. Nesse sentido, no tópico que se segue, nos propomos a discutir a diretriz em questão, presente na Doutrina de Segurança Nacional, que se encontra no cerne do processo de estruturação dos regimes que se alastraram pelo Cone Sul ao longo das décadas de 1960 e 1970. A estreita relação entre as ditaduras civil-militares e a mencionada noção possui duas implicações fundamentais nesse contexto: por um lado, alicerçou a definição de um inimigo, ainda que demasiadamente imprecisa; por outro, orientou o estabelecimento de estratégias para monitorá-lo e combatê-lo, mesmo que este se encontrasse fora do espaço circunscrito ao território dos Estados em questão.¹¹³

A Doutrina de Segurança Nacional, elaborada e disseminada pelos Estados Unidos em um contexto de Guerra Fria, desempenhou um papel de acentuada importância na América Latina durante as décadas de 1950, 1960 e 1970. Ao longo desses anos, assistiu-se a uma

¹¹³ BAUER, Caroline. As ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul e o conceito de “fronteiras ideológicas”. In: GUAZZELLI, Cesar et al. (Org.). *Fronteiras Americanas: teoria e práticas de pesquisa*. Porto Alegre: Suliani Letra&Vida, 2009. p. 178.

proliferação de intervenções, diretas ou não, capitaneadas por aquele país no subcontinente. Em relação mais especificamente aos primórdios do pensamento em questão, Nilson Borges pontuou que

A rigor, os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional têm suas origens na noção de segurança coletiva que se inscreve na concepção de uma segurança hemisférica enunciada pela Doutrina Monroe, de 1823. Esta segurança coletiva se afirmou, sobretudo, em face da ameaça comunista, o que obrigou os norte-americanos a promover uma aliança interamericana de defesa contra a subversão inimiga.¹¹⁴

É importante considerar que, a despeito de podermos traçar uma linha de continuidade no que se refere à ideia de uma segurança hemisférica, gerida pelos Estados Unidos, indubitavelmente, observou-se, durante o período analisado, a exacerbação dessa lógica, fruto, entre outros aspectos, da polarização ideológica característica do momento histórico em questão. Nesse sentido, conforme assinalou Nilson Borges, "dentro desse contexto, todo esforço nacional de descolonização, toda guerra nacional de libertação e todo processo nacional de mudança social são medidos e pesados em função de significação para um dos sistemas (leste-oeste) que disputavam, na época, a hegemonia mundial."¹¹⁵ Formularam-se, assim, doutrinas de contra-insurgência, as quais tinham como alvo preferencial o suposto inimigo infiltrado. Dessa forma, na esteira do processo em questão, buscou-se prolongar para o subcontinente diretrizes desenvolvidas pelos Estados Unidos a respeito da sua propalada segurança nacional. Assim, paulatinamente, foram-se tecendo e aprimorando os laços de afinidade e dependência entre os militares latino-americanos e o Pentágono. Conforme pontuou Patrice McSherry,

Las Conferencias y la Escuela de las Américas, así como otros programas de capacitación militar en el Fuerte Holabird y en otros lugares, fueron vehículos clave para la movilización que los Estados Unidos patrocinaron en la cruzada anticomunista del sistema de seguridad hemisférica. Cada país latinoamericano mezcló la nueva doctrina de seguridad con sus propias tradiciones históricas y sus percepciones de la amenaza nacional. Las modalidades y la extensión de la represión política fueron diferentes en cada país. Sin embargo, en toda la región, las fuerzas armadas y de seguridad adoptaron una nueva misión mesiánica: reformular sus

¹¹⁴ BORGES, op. cit., 2003, p. 24.

¹¹⁵ Ibid., p. 27-28.

Estados y sus sociedades y eliminar la “subversión”, una categoría muy expansiva que llegó a incluir a grandes sectores de la sociedad.¹¹⁶

De acordo com Ananda Simões Fernandes, podemos localizar a origem embrionária da Doutrina de Segurança Nacional mais especificamente direcionada ao subcontinente por volta do ano de 1954. Isso porque, nesse momento, na X Conferência Interamericana, os Estados Unidos conseguiram aprovar uma condenação por parte da Organização dos Estados Americanos (OEA) à intervenção do “comunismo internacional na América Latina”. Esse recado fora claramente dirigido à Guatemala, tendo em vista, especialmente, o processo de implementação de reformas, de cunho progressista, atravessado por aquele país.¹¹⁷ Não obstante, o advento do processo revolucionário cubano e o seu decorrente êxito, em 1959, imprimiu uma tônica de caráter mais contundente e agressivo à política externa estadunidense, a qual historicamente se caracterizou pela interferência nos assuntos internos dos Estados latino-americanos. A partir de então, adotou-se a contra-insurreição como estratégia primordial a pautar as relações com a região, disseminando-a através das mencionadas escolas de guerra. Vale ressaltar que a Revolução Cubana impactou sobremaneira o continente americano: por um lado, figurou como um exemplo para a luta de outros países; e, por outro, exacerbou a necessidade de conter outros possíveis processos revolucionários.¹¹⁸ Segundo assinalou Clara Aldrighi,

Estados Unidos aumentó sustancialmente el presupuesto de Defensa, potenció su arsenal nuclear e incrementó la intervención abierta o encubierta en diversas regiones del planeta. En especial en América Latina, donde la revolución cubana en 1959 y su posterior alineación con la Unión Soviética, supuso la instalación de una base del poderío soviético a escasas millas del territorio norteamericano.¹¹⁹

O aumento dos gastos dos Estados Unidos com o subcontinente, por sua vez, sobretudo a partir de 1959, foi sintomático. De acordo com Lars Schoultz, os investimentos ampliaram-se progressivamente, principalmente em comparação com os expressivos valores despendidos

¹¹⁶ MCSHERRY, J. Patrice. *Los Estados depredadores: la Operación Condor y la guerra encubierta en América Latina*. Montevideo: Banda Oriental, 2009. p. 92.

¹¹⁷ FERNANDES, op. cit., p. 38.

¹¹⁸ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *História Contemporânea da América Latina: 1960-1990*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

¹¹⁹ ALDRIGHI, Clara. *Conversaciones reservadas entre políticos uruguayos y diplomáticos estadounidenses*. Montevideo: Banda Oriental, 2012. p. XXIV-XXV.

com o continente europeu no contexto que se seguiu ao término da Segunda Grande Guerra¹²⁰. Seguindo essa mesma linha, conforme destacou Eduardo Duhalde, “todo este esfuerzo de capacitación técnica tiene como base el aseguramiento del orden interno continental a cualquier precio: fundamentalmente mediante el uso del terror.”¹²¹ É importante considerar, pois, que o mencionado processo revolucionário constituiu um importante ponto de inflexão nas relações Estados Unidos-América Latina. Nesse sentido, segundo Ananda Simões Fernandes, “foi a partir da Revolução Cubana que os norte-americanos montaram a sua estratégia de luta antiguerrilheira – a contra-insurreição –, apropriando-se da experiência da guerra revolucionária das lutas de libertação nacional dos impérios coloniais ingleses e, principalmente, franceses.”¹²²

Assim, as ditaduras civil-militares que se alastraram pela região tiveram como sustentação ideológica a Doutrina de Segurança Nacional, elaborada pelo Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos e disseminada através das referidas escolas militares para o subcontinente. Percebe-se, portanto, a importância e o papel dos Estados Unidos na desestabilização da América Latina, uma vez que, conforme destacou Padrós, “la mayor parte de los militares que pasaron por los cursos ministrados por EUA participaron de los golpes de Estado en sus respectivos países o se sumaron a la dirección de los regímenes de Seguridad Nacional ya existentes.”¹²³ Desse modo, os estadunidenses, juntamente com os seus aliados locais, tanto militares quanto civis (e, entre esses, podemos citar parcela dos setores clericais, empresariais e conservadores), foram responsáveis pela instauração de ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul, baseadas nos golpes contra-insurgentes. Em síntese, segundo assinalou o referido autor, podemos compreender a emergência de golpes de Estado nos países da região a partir, sobretudo, da combinação de três fatores fundamentais, quais sejam, as pressões dos setores dominantes diante do clima de questionamento da ordem vigente; a aplicação das premissas da Doutrina de Segurança Nacional, base de sustentação ideológica desses regimes;

¹²⁰ Sobre essa questão, ver SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão*. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauru: EDUSC, 2000.

¹²¹ DUHALDE, Eduardo. *El Estado Terrorista Argentino*. Quince años después, una mirada crítica. Buenos Aires: Eudeba, 1999. p. 226.

¹²² FERNANDES, op. cit., p. 40.

¹²³ PADRÓS, Enrique. Los Estados Unidos y la *pentagonización* de América Latina. In: JORNADAS INTERESCUELAS, XI, Tucumán, 2007. p. 1-19. p. 14.

e o amadurecimento das condições para desencadear intensa política repressiva.¹²⁴ Dessa forma, a despeito dos desdobramentos específicos que tiveram em um ou outro caso os regimes ora analisados, resultantes das particularidades de cada país, não podemos perder de vista as aproximações dos processos históricos na região. Nesse sentido, conforme destacou Silvia Dutrénit Bielous,

Si bien América Latina no puede ser referida como un todo ni el Cono Sur como una realidad uniforme, es un hecho innegable que la tendencia a procurar modelos alternativos o transformadores se presentó, resultando una amenaza para las elites políticas, económico-financieras y militares sin descartar algún otro sector de la sociedad.¹²⁵

No que tange, mais especificamente, ao caso brasileiro, a Escola Superior de Guerra (ESG) tratou de reformular a Doutrina de Segurança Nacional. A disseminação do escopo teórico em questão, por sua vez, deu-se através de cursos promovidos pela sede da Escola no Rio de Janeiro e também por suas congêneres espalhadas por cada Estado-membro, denominadas Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG). A ESG teve como um de seus expoentes o general Golbery do Couto e Silva. Este, além de acrescentar àquela doutrina o projeto geopolítico expansionista, deu maior ênfase ao conceito de guerra revolucionária. Nesse sentido, já que, supostamente, a União Soviética possuía predileção pela mencionada modalidade de guerra como forma de controlar os países do Terceiro Mundo, aquela ideia deveria ter papel de destaque na variante nacional da doutrina. Em relação a esse aspecto, Aldrighi, ao discutir a mudança de rumo da política exterior estadunidense nesse contexto, assinala que

La nueva estrategia apuntaba a que Estados Unidos adquiriera la capacidad de involucrarse en las guerras irregulares, al igual que en las convencionales, y elaborara un programa político-militar para enfrentar exitosamente la oleada revolucionaria que conmocionaba el Tercer Mundo. El cambio de rumbo estuvo determinado por la convicción de los estrategas estadounidenses de que la Unión Soviética promovía e instigaba las insurgencias guerrilleras y las guerras de liberación nacional en los países en vías de desarrollo. Más allá de sus motivaciones políticas, nacionalistas o revolucionarias, los movimientos insurgentes se inscribían

¹²⁴ PADRÓS. *Como el Uruguay no hay...* op. cit., p. 119.

¹²⁵ BIELOUS, Silvia Dutrénit. Aconteceres en el Cono Sur de los setenta: tierras de exilio que obligan a nuevos exilios. In: TRISTÁN, Eduardo Rey. *Memorias de la violencia en Uruguay y Argentina*. Universidad Santiago de Compostela, 2007. p. 235-236.

en el diseño de la ofensiva global soviética, que procuraba, con esas agresiones indirectas, expandir su área de influencia evitando una confrontación nuclear.¹²⁶

Nesse mesmo sentido, Fernandes destacou alguns dos desdobramentos da estratégia em questão:

Na concepção de guerra revolucionária, a guerra ideológica substituiu a guerra convencional entre Estados delimitados por fronteiras nacionais. Desse modo, o conceito de soberania passou a ser reformulado, pois não se basearia mais em limites e fronteiras geográficas, mas, sim, no caráter político e ideológico dos regimes. Os governos de segurança nacional da América Latina poderiam ajudar-se entre si, caso algum deles estivesse sendo ameaçado por movimentos de orientação comunista.¹²⁷

Essas e outras questões são patentes nos manuais da ESG. Segundo a passagem que se segue, extraída dos textos em questão, os antagonismos e pressões existentes vinculavam-se à segurança interna, independentemente de sua origem, na medida em que ecoassem dentro das fronteiras do Brasil.

A Segurança Interna integra-se no quadro da Segurança Nacional, tendo como campo de ação os antagonismos e pressões que se manifestam no âmbito interno. Não importa considerar as origens dos antagonismos e pressões: externa, interna ou externo-interna. Não importa a sua natureza: política, econômica, psicossocial ou militar; nem mesmo considerar as variadas formas como se apresentem: violência, subversão, corrupção, tráfico de influência, infiltração ideológica, domínio econômico, desagregação social ou quebra de soberania. Sempre que quaisquer antagonismos ou pressões produzam efeitos dentro das fronteiras nacionais, a tarefa de superá-los, neutralizá-los e reduzi-los está compreendida no complexo de ações planejadas e executadas, que se define como Política de Segurança Interna.¹²⁸

Desse modo, no contexto analisado, conforme mencionado anteriormente, ocupou lugar de destaque a noção de fronteiras ideológicas, presente na Doutrina de Segurança Nacional. Vale destacar que essas ideias reverberaram, inclusive, no âmbito legal, segundo podemos notar através do exame do Decreto-Lei nº 314 de 1967, o qual, entre outros aspectos, definiu os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social.

¹²⁶ ALDRIGHI, op. cit., p. XXV.

¹²⁷ FERNANDES, op. cit., p. 19-20.

¹²⁸ Manual Básico da Escola Superior de Guerra, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, Departamento de Estudos, 1976, p. 431 apud ALVES, op. cit., p. 40.

Art. 2º A segurança nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos.

Art. 3º A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.

§ 1º A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagonicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no âmbito interno do país.

§ 2º A guerra psicológica adversa é o emprêgo da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

§ 3º A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação.

Art. 4º Na aplicação deste decreto-lei o juiz, ou Tribunal, deverá inspirar-se nos conceitos básicos da segurança nacional definidos nos artigos anteriores.¹²⁹

Assim, a imbricação entre assuntos de ordem externa e interna, a partir da flexibilização do limite entre ambos, teve inúmeras implicações. Destacamos aqui, sobretudo, o comprometimento da soberania dos países do Cone Sul, tendo em vista a predileção por essa diretriz em detrimento, de certo modo, das fronteiras político-internacionais dos Estados da região. De acordo com Borges,

[...] a geopolítica dos militares latino-americanos em geral visa não somente a estabelecer os limites geográficos do Estado, mas trabalhar com as fronteiras ideológicas (Doutrina de Segurança Nacional), um tipo de fronteira que não separa um Estado-Nação de outro Estado-Nação, mas uma parte do povo de outra parte do povo, no interior de cada Nação. Ocupando posições estratégicas no interior do Estado, os militares estabelecem os limites e restringem a ação civil.¹³⁰

É importante destacar que, a despeito dessa noção não se restringir a sua utilização pelas ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, a apropriação da mesma pautou o

¹²⁹ BRASIL. Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 25 ago. 2014.

¹³⁰ BORGES, op. cit., p. 27.

pensamento e a ação dos militares golpistas do subcontinente nesse contexto, de acordo com Caroline Bauer.¹³¹ Ainda segundo assinalou a autora,

A partir do conflito ideológico estabelecido com a Guerra Fria, o conceito de “fronteiras ideológicas” passou a traduzir uma tese geopolítica de que o mundo estaria dividido em dois blocos antagônicos, irreconciliáveis, o comunista e o anticomunista. Apesar de restringir-se ao mundo das idéias, a noção de “fronteira ideológica” está intrinsecamente ligada à noção de nação: a nação não seria apenas um território a ser defendido contra as forças armadas estrangeiras ou qualquer outra ameaça externa, mas um conjunto de crenças, instituições, religião e valores. Os militares, devido à “inabilidade” dos civis para lidarem com prováveis situações bélicas como essas, deveriam somar-se à política continental desenvolvida pelos Estados Unidos para a região.¹³²

A concepção ora examinada relaciona-se, assim, intrinsecamente, a uma questão identitária, qual seja, o reconhecimento da existência de um *eu* e um *outro*. Este último, por sua vez, classificado como inimigo. Com o término da Segunda Guerra Mundial e o advento da Guerra Fria, este inimigo, de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional, foi identificado enquanto uma ameaça exógena, associado, mais especificamente, com a China e com a União Soviética; contudo, após a Revolução Cubana em 1959, conforme assinalado, passou a ser identificado como um inimigo interno, o qual, supostamente, se alastrava entre a sociedade latino-americana.

Ainda segundo Bauer, no tocante ao caso brasileiro, pode-se situar no ano de 1922 um primeiro indício de emergência da noção fronteiras ideológicas, com a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A criação da Escola Superior de Guerra, no ano de 1949, por seu turno, pode ser apontada como um segundo indício, lembrando que uma parcela significativa dos militares e civis que participaram da deflagração do golpe de Estado passaram por esse espaço de formação.

É importante considerar também a enorme elasticidade encerrada pela imprecisa noção de inimigo interno, a qual, na prática, conforme referido, podia abarcar inúmeros setores. Segundo assinalou Padrós,

¹³¹ Segundo Caroline Bauer, as origens da utilização desse conceito pelos militares latino-americanos devem ser buscadas nas teorias geopolíticas e de guerra que formaram os mesmos, basicamente através dos ensinamentos e treinamentos conferidos pelas forças armadas alemã, francesa e estadunidense. Cf. BAUER. In: GUAZZELLI et al. (Org.), op. cit., p. 175.

¹³² Ibid., p. 171.

A DSN associou diretamente o “subversivo”, portador de tensões e “contaminado” por idéias e influências “estranhas” (externas), com o comunismo, sendo este tratado de forma tão vulgar e imprecisa que abrangeu toda e qualquer forma de manifestação de descontentamento diante da ordem vigente. Extrapolando a leitura da Guerra Fria, a América Latina, durante os anos 60 e 70, foi vista como cenário da expansão da influência soviética, o que justificou o virulento anticomunismo existente nos setores dominantes locais.¹³³

No tocante a esse aspecto, Maria Helena Moreira Alves acrescentou que

Por definição [...] torna-se suspeita toda a população, constituída de “inimigos internos” potenciais que devem ser cuidadosamente controlados, perseguidos e eliminados. Tornam-se portanto indispensáveis à necessária defesa do país o planejamento da segurança nacional e em especial um eficiente sistema de coleta de informações sobre as atividades de todos os setores políticos e da sociedade civil.¹³⁴

Da análise da citação acima reproduzida, depreende-se, entre outros aspectos, a importância dos órgãos de informação na caçada ao mencionado alvo. A centralidade do sistema de inteligência para o regime é atestada pela criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) menos de três meses após a deflagração do golpe de Estado no Brasil. Tal agência teve como principal autor do decreto de criação e primeiro chefe o já referenciado general Golbery do Couto e Silva. De acordo com Vivien Ishaq, Pablo Franco e Teresa de Sousa, o SNI

Surgiu como um órgão da Presidência da República com a missão de coordenar, em todo o território nacional e no exterior, as atividades de informação e contrainformação e subsidiar o Conselho de Segurança Nacional (CSN) nas questões atinentes à Segurança Nacional. Embora a lei que criou o extinto Serviço Nacional de Informações o tenha instituído como um órgão da administração pública direta, ela estabeleceu que ele teria quadro de pessoal próprio, sendo seus servidores regidos pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho, e que disporia de regulamento de promoções específico. O SNI poderia, ainda, requisitar funcionários junto a outros órgão civis e militares. Em sua lei de criação, o artigo 4º o isentava de “quaisquer prescrições que determinem a publicação ou divulgação de sua organização, funcionamento e efetivos.” Começava assim, sob completo segredo, a história do principal serviço de informação do regime militar.¹³⁵

¹³³ PADRÓS. *Como el Uruguay no hay...* op. cit., p. 55.

¹³⁴ ALVES, op. cit., p. 38.

¹³⁵ ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo; SOUSA, Teresa de. *A escrita da repressão e da subversão 1964-1985*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. p. 270-271.

Nesse sentido, vale ressaltar os apontamentos feitos por Alfred Stepan no tocante ao grau extraordinário de prerrogativas legalmente sancionadas e de autonomia burocrática que teve, no caso brasileiro, o Serviço Nacional de Informações, experiência esta que não possui correspondência nos demais regimes da região. O autor vai ainda mais longe ao afirmar que a combinação de prerrogativas que o SNI possuía não tem paralelo em nenhuma das principais agências de inteligência do mundo.¹³⁶ Essas colocações sobre o poder da comunidade de informações, no caso brasileiro, são corroboradas por Pio Penna Filho.¹³⁷ Pela chefia do SNI passaram figuras chave do governo militar, fato que atesta a importância conferida aos órgãos de informação. Desde sua criação até a sua extinção em 1990, foi chefiado por Golbery do Couto e Silva (1964-1967), Emílio Garrastazu Médici (1967-1969), Carlos Alberto da Fontoura (1969-1974), João Batista Figueiredo (1974-1978), Otávio Aguiar de Medeiros (1978-1985) e Ivan de Sousa Mendes (1985-1990).¹³⁸

Ainda em relação ao monitoramento e perseguição ao denominado inimigo interno, é válido destacar que estes não se restringiram ao território dos Estados em questão. Isso porque, mesmo quando os opositores se refugiavam em outros países, continuavam, supostamente conspirando e ameaçando a ordem estabelecida. Logo, diante de tal situação, era necessário, segundo a leitura que se fazia, continuar o combate ao mesmo. Para tanto, as fronteiras políticas não poderiam representar um entrave. Além do mais, via de regra, não se distinguia entre o que era política interna e o que dizia respeito à política externa, conforme assinalado no aludido manual da ESG. Sendo assim, consideravam-se os demais países, particularmente os vizinhos, como extensão da política interna, especialmente no tocante à perseguição ao inimigo, fora ou dentro dos limites de cada país. Nesse sentido, a atuação extrafronteiriça das ditaduras civil-militares do Cone Sul seguiu a lógica da Doutrina de Segurança Nacional, a qual se pautava na dicotomia criada pela concepção de inimigo sustentada por esses regimes.¹³⁹

Com o intuito de estender a perseguição aos opositores para além das fronteiras nacionais aprimoraram-se também os mecanismos de colaboração entre os regimes da região.

¹³⁶ STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à nova república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 30-36.

¹³⁷ PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo – O Centro de Informações do Exterior (Ciex) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 52, n. 2, jul.-dez. 2009. p. 55.

¹³⁸ ISHAQ; FRANCO; SOUSA, op. cit., p. 271.

¹³⁹ BAUER. In: GUAZZELLI et al. (Org.), op. cit., p.178.

O estabelecimento de políticas de cooperação efetiva entre os aparatos repressivos do subcontinente, particularmente do Cone Sul, em um contexto de latino-americanização da Guerra Fria, teve como um de seus marcos a deflagração do golpe de Estado no Brasil, em março de 1964. A partir desse momento, paulatinamente, foram-se estreitando as relações estabelecidas bi e multilateralmente. Esse processo teve como ápice, indubitavelmente, a Operação Condor durante a década de 1970; contudo, podemos traçar uma linha de continuidade entre a mesma e a colaboração que já era colocada em prática há, no mínimo, uma década. Nesse sentido, de acordo com Padrós,

A Operação Condor não foi o início da colaboração efetiva entre os sistemas repressivos do Cone Sul. Em realidade, foi um mecanismo de continuidade, embora num âmbito mais complexo, sofisticado e, certamente, mais letal. Na prática, foi montada sobre uma longa tradição de cooperação subterrânea entre policiais e militares da região. De fato, na experiência das ditaduras de Segurança Nacional, a aplicação da metodologia repressiva ilegal extrapolou fronteiras nacionais; o monitoramento, a espionagem, o seguimento e a perseguição implacável extra-fronteira contou com o auxílio dos organismos de segurança dos países limítrofes. A colaboração e a reciprocidade de “favores” foi uma característica comum.¹⁴⁰

Assim, conforme mencionado, a subordinação da noção de fronteiras estatais à diretriz das fronteiras ideológicas sancionou a ação de forças estrangeiras em território alheio¹⁴¹. Ainda segundo o autor,

¹⁴⁰ PADRÓS. *Como el Uruguay no hay...* op. cit., p. 702.

¹⁴¹ É importante ponderar que, ainda que essa diretriz, conforme examinado, tenha ocupado lugar de destaque entre as forças de segurança, civis e militares, durante esse contexto, as ações de autoridades brasileiras em território alheio precedem a elaboração da Doutrina de Segurança Nacional. Isso porque o próprio processo de formação e consolidação dos Estados Nacionais da região, por exemplo, esteve atravessado por constantes ingerências do Império brasileiro. O caso do Uruguai é bastante emblemático nesse sentido. Além disso, sobressaem-se, entre outros, os acordos informais existentes por muito tempo - inclusive antes da instauração de ditaduras civil-militares - entre as polícias das localidades fronteiriças, os quais sancionam a continuidade das ações em território vizinho, via de regra, em nome da segurança dessas regiões. Existem algumas iniciativas recentes que visam formalizar acordos bi ou multilaterais entre os Estados adjacentes. Na passagem que se segue, é possível notar uma menção a ações levadas a cabo pelas forças de segurança de regiões de fronteira, mesmo sem respaldo institucional, conforme alusão feita no texto de Sérgio Flores de Campos, Major da Brigada Militar, sobre o trabalho conjunto entre órgãos de segurança do Estado do Rio Grande do Sul e da Província de Misiones, na região lindeira entre o Brasil e a Argentina: "Em ata lavrada no dia 24 de julho de 2005, conforme arquivo do Comando Regional Fronteira Noroeste da Brigada Militar de Santa Rosa, uma questão relevante foi registrada por ocasião da manifestação do comandante Mayor Julio Oegg, da Gendarmeria Nacional da Argentina, que se referiu à necessidade de desenvolvimento das relações entre Brasil e Argentina voltadas à segurança pública, afirmando que as ações baseadas na informalidade acabam por carecer de legitimidade e que o centralismo dos governos federais prejudica o dinamismo e a agilidade das atividades policiais em área de fronteira." In: CAMPOS, Sérgio Flores de. *Ações Integradas: segurança pública em área de fronteira*. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, Ano 3, Edição 4, fev./mar. 2009. p. 161.

A concretização da coordenação repressiva foi possível a partir do momento em que as Forças Armadas da região extrapolaram a função de proteção das fronteiras territoriais e passaram a incorporar a idéia de fronteiras ideológicas ventiladas através dos diversos mecanismos de “pentagonização” dos exércitos latino-americanos. Foi a assimilação dessa idéia que promoveu a percepção de um território único visto como campo de batalha produzido pela agressão do comunismo internacional.¹⁴²

No tocante a esse aspecto, é importante destacar que, a despeito das divergências históricas existentes entre os militares da região, sobretudo em relação a elementos de cunho nacionalista – centrais nas doutrinas castrenses de forma geral –, ainda assim a percepção de um território único de combate aos opositores parece ter prevalecido em detrimento, em alguma medida, de contendas que marcaram a história da região.¹⁴³ Tal premissa possibilitou a ação em conjunto de setores do aparato repressivo dos países em questão ou, no mínimo, que forças estrangeiras agissem impunemente com o aval de autoridades dos respectivos Estados. Fernandez, ao focalizar as relações travadas entre o Estado brasileiro e o argentino, destacou que, apesar da antiga rivalidade, “os países deveriam se unir na luta contra o mesmo inimigo que, na concepção dos militares, era um inimigo apátrida e que não reconhecia fronteiras, personificado na imagem da ‘subversão’. Frente a este inimigo em comum, as autoridades de um país não hesitavam em solicitar apoio ao vizinho.”¹⁴⁴ Essas ações de clara violação ao direito de soberania de cada país foram acobertadas pelo seu caráter clandestino, o que praticamente inviabilizava qualquer iniciativa no sentido de denunciá-las. De acordo com Padrós,

A clandestinidade dessas ações foi condição para sua eficiência, deflagrando o terror entre os coletivos atingidos e tornando muito difícil toda e qualquer denúncia, pois, a priori, a denúncia de comandos estrangeiros agindo com toda liberdade no interior de um país era peremptoriamente negada pelos governos, os quais enfatizavam que sob nenhuma hipótese permitiriam agressões à soberania nacional.¹⁴⁵

Os elementos pontuados até aqui atestam a importância da Doutrina de Segurança Nacional na estruturação e sustentação das ditaduras civil-militares do Cone Sul, sobretudo da diretriz das fronteiras ideológicas, a qual, entre outros aspectos, pautou a ação da ditadura

¹⁴² PADRÓS. *Como el Uruguay no hay....* op. cit., p. 707.

¹⁴³ PENNA FILHO, op. cit., p. 53.

¹⁴⁴ FERNÁNDEZ, op. cit., p. 227.

¹⁴⁵ PADRÓS. *Como el Uruguay no hay....* op. cit., p. 705.

brasileira - assim como dos demais regimes que se alastraram pela região - para além do seu território, viabilizando também políticas de cooperação bi ou multinacional. Tendo em vista os aspectos destacados, acredita-se ser de fundamental importância - sem perder de vista as especificidades e desdobramentos do processo histórico em questão em cada país - analisar a dimensão internacional dos mencionados regimes. Nesse sentido, sobressai-se o ativo papel do Brasil, através de seus Consulados e Embaixadas, para citar um dos tantos exemplos existentes, na desestabilização dos demais países do Cone Sul. Em relação mais especificamente ao caso uruguaio - o qual, tendo em vista os objetivos da presente dissertação, nos interessa mais diretamente -, Aldrighi destacou que

El golpe de Estado en Brasil, con la instauración de una dictadura militar vinculada a los intereses estadounidenses y portaestandarte de la doctrina de la seguridad nacional, influyó decisivamente en la evolución de la política regional. El nuevo régimen autoritario condicionó no sólo las relaciones de Uruguay con Brasil sino también con Estados Unidos. Mil novecientos sesenta y cuatro se volvió por ello un punto de cesura en la historia de las relaciones exteriores de Uruguay.¹⁴⁶

O advento do golpe de Estado no Chile em 1973 é um caso, entre tantos outros, bastante emblemático do financiamento prestado pela ditadura brasileira à desestabilização de outros países da região.¹⁴⁷ Assim, se conforme anteriormente ressaltado, o processo revolucionário cubano representou um ponto de inflexão na história do subcontinente, tendo em vista seus desdobramentos, sobretudo no tocante a intervenções capitaneadas pelos Estados Unidos na América Latina, o golpe de março de 1964 no Brasil figurou também enquanto um importante marco na história da região. Concorreram, nesse sentido, a transnacionalização do aparato repressivo da ditadura brasileira e a participação direta no rompimento da ordem legal nos demais países. Em função disso, o regime brasileiro ficou conhecido como "la dictadura madre", visto que também inaugurou o ciclo de ditaduras que, nos anos subsequentes, se alastrariam pelo Cone Sul e teriam como base de sustentação a Doutrina de Segurança Nacional.¹⁴⁸

¹⁴⁶ ALDRIGHI, op. cit., p. X.

¹⁴⁷ Sobre o apoio da ditadura brasileira ao golpe de Estado no Chile, ver MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Militância política e solidariedades transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

¹⁴⁸ BIELOUS. In: TRISTÁN, op. cit., p. 236-237.

A título de conclusão, cabe ressaltar que é patente a centralidade, no contexto histórico examinado, do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, sobressai-se, entre outros aspectos, a sua localização, visto ser este o único estado brasileiro a fazer fronteira com o Uruguai, país que figurou como o principal endereço dos exilados que saíram do país nos anos que se seguiram ao golpe de Estado de 1964. Tais fatos despertaram a desconfiança das autoridades brasileiras, as quais pressionaram permanentemente o governo uruguaio, assim como outros setores do país vizinho, para que agissem em conformidade com seus ditames. Nesse sentido, tanto as fronteiras estatais quanto as ideológicas alçaram o Rio Grande do Sul a uma posição de destaque nos anos que se seguiram à deflagração do golpe no Brasil. Concorreram, por um lado, o refúgio do outro lado da linha divisória; e, por outro, a sustentação ideológica dos regimes de Segurança Nacional, a qual tolerava e, inclusive, sancionava o desrespeito aos limites territoriais anteriormente traçados, já que se tratava, então, de uma guerra ideológica, cujas fronteiras entre os países não poderiam significar um entrave. Tendo em vista essas questões, no capítulo que se segue será analisada, entre outros aspectos, a busca de asilo político no Uruguai, a partir da articulação e colaboração de redes de solidariedade que se formaram na região de fronteira.

2. IDAS E VINDAS PELA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI

Não tem quem vigie, porque eles não conhecem os corredorzinhos que têm, as picadas, os rios.[...] e o pessoal passou, passou, passou, passou e passou.¹⁴⁹

No capítulo que se segue, pretende-se analisar a especificidade da ditadura civil-militar brasileira no Rio Grande do Sul, tendo em vista, sobretudo, a configuração fronteiriça dessa porção do território. Essa característica, entre outras, contribuiu para que se delineassem algumas dinâmicas que o diferenciam dos centros do país, destacadamente do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, normalmente focalizado por grande parte das pesquisas sobre o período ditatorial. Não obstante, é importante assinalar que, recentemente, pode-se considerar que esse quadro esteja se alterando, visto que alguns pesquisadores se debruçaram sobre o papel do estado sulino na conexão estabelecida com os demais países da região, conforme elencado na introdução.

Nesse sentido, é mister examinar a fronteira em questão enquanto um local de refúgio, marcadamente em momentos de conturbação política, conforme examinado. Assim, o Rio Grande do Sul se constituiu, no contexto analisado, como um estado central no mapa da mobilidade empreendida seja pela oposição, seja pela repressão.

Tendo em vista os aspectos supracitados, em um primeiro momento, analisar-se-á a busca de refúgio nos países vizinhos, destacadamente no Uruguai. Como um desdobramento dessa questão, examinar-se-ão a especificidade do estado durante a ditadura brasileira, bem como as redes de solidariedade que auxiliaram na passagem e na

¹⁴⁹ Comentários de Estoécel Ribeiro Santana, que esteve exilado durante 10 anos em Rivera (Uruguai), a respeito das redes de solidariedade que se formaram na região para auxiliar na passagem de militantes. Seu relato ressalta também a dificuldade de realizar um monitoramento dessa envergadura. Entrevista concedida à autora na cidade de Livramento, no dia 13 de dezembro de 2013.

permanência de diversas pessoas em território uruguaio. Em um segundo momento, buscar-se-á analisar algumas características concernentes ao exílio no Uruguai, a partir da conjuntura política, econômica e social do país vizinho, assim como o cotidiano e a movimentação política dos exilados.

2.1 A BUSCA POR REFÚGIO DO OUTRO LADO DA LINHA DEMARCATÓRIA

Neste tópico, discutiremos, primeiramente, alguns aspectos que particularizam o contexto sul-rio-grandense durante a ditadura civil-militar, a partir de pesquisas concernentes a essa questão e também de fontes consultadas. Em um segundo momento, nos debruçaremos sobre as redes de solidariedade que se formaram no estado. Para tanto, discutiremos o conceito de rede, sobretudo através da contribuição de estudos que focalizaram a formação de redes de migração internacional. Em seguida, à luz dessas questões, examinaremos a dinâmica de esquemas de fronteira que se formaram no Rio Grande do Sul e também a atuação de cidadãos fronteiriços, brasileiros e uruguaiois, que prestaram assistência àqueles que se radicaram no país vizinho.

2.1.1 A especificidade do Rio Grande do Sul durante a ditadura civil-militar

O estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista a sua configuração fronteiriça, entre outros aspectos, foi marcado por dinâmicas diferenciadas. Essa percepção é reforçada pelo estudo de Evelisse Neves, no qual a autora analisa e coteja dados referentes ao “perfil dos atingidos” traçados pelo Projeto “Brasil: Nunca Mais”. A comparação das informações do Rio Grande do Sul com as características generalizadas para o Brasil corrobora com a ideia de que é necessário analisar o estado sul-rio-grandense a partir de outros problemas e questões em relação às demais regiões. Segundo assinala Neves,

Mesmo que não tenhamos acesso a dados que abranjam todo o universo de reparados, os dados de que dispomos permitem afirmar que os tocados pela repressão, no RS [Rio Grande do Sul], apresentam perfil diferenciado daquele apresentado pelo capítulo I – Dados estatísticos e caracterização geral – do tomo III – Perfil dos atingidos do Projeto “Brasil: Nunca Mais”, fonte primeira de todos os perfis até hoje traçados sobre os alvos da repressão ditatorial. [...] Os gaúchos não só eram em sua maioria nascidos no interior do Estado, mas também foram majoritariamente presos e torturados no interior do Estado, nos pequenos municípios.¹⁵⁰

As constatações acima elencadas são de suma importância para o presente estudo, o qual analisa a região fronteira gaúcha de forma geral e, particularmente, uma cidade de fronteira do interior gaúcho. A localidade examinada era marcada por uma forte influência do trabalhismo, um dos principais alvos a ser combatido pelo novo regime. Nesse sentido, percebe-se que os aspectos referentes ao grupo de pessoas que, desde os momentos iniciais, foi perseguido, e que corresponde, sobretudo, àqueles que possuíam alguma espécie de vínculo com o governo deposto, ainda que em graus variados, vão ao encontro do perfil dos gaúchos:

Quanto à militância política propriamente dita, o pertencimento a organizações partidárias, o BNM [Brasil Nunca Mais] apresenta 4.935, 66% dos processados, como pertencentes a organizações partidárias clandestinas, basicamente organizações da esquerda armada. Mais uma vez, os dados referentes aos gaúchos divergem. Mais de 60% pertenciam a organizações banidas pelo regime militar – como o PTB e os Grupos dos Onze – mas que eram legais quando nelas ingressaram.¹⁵¹

Os Grupos dos Onze – cuja nomenclatura fazia alusão ao número de jogadores de um time de futebol – foram organizados, sobretudo, em 1963, antes da deflagração do golpe de Estado. Segundo Ananda Simões Fernandes, esses surgiram

[...] da mobilização popular liderada por Leonel Brizola a fim de que as reformas de base fossem realizadas; para tanto, esses vários grupos de “onze companheiros” deveriam pressionar o Congresso e o presidente João Goulart. Também deveriam resistir ao golpe que os setores conservadores estavam organizando (na concepção de Brizola, o golpe de Estado encontrava-se em gestação).¹⁵²

¹⁵⁰ NEVES, Evelisse. *Comissão Especial de Indenização a ex-presos políticos do Estado do Rio Grande do Sul: significados e perfil dos atingidos*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. p. 182-184.

¹⁵¹ *Ibid.*, p. 185.

¹⁵² FERNANDES, op. cit., p. 104.

Assim, o vínculo com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o pertencimento a esses grupos eram marcas recorrentes daqueles que foram atingidos pelo novo regime, já nos momentos iniciais. Conforme analisaremos mais adiante, a partir de entrevistas realizadas nas cidades-gêmeas de Santana do Livramento-Rivera, muitos dos que lá buscaram refúgio possuíam alguma espécie de vínculo com o governo deposto, seja por ocuparem postos no governo, seja por apoiarem o mesmo e, em função disso, sofrerem alguma espécie de retaliação.

De acordo com aspectos destacados anteriormente no estudo de Neves, essas pessoas, em sua maioria, não apenas eram provenientes do interior do estado, como também foram perseguidas nas localidades de procedência, e não nos grandes centros do país. Segundo a autora,

No Rio Grande do Sul, foram especialmente os residentes de municípios do interior do Estado, pessoas vinculadas ao PTB, com fortes laços de lealdade política ao “Dr. Leonel” e cujo foco de interesse nas reformas era a reforma agrária, a melhoria das condições de trabalho no campo e o maior apoio aos pequenos produtores que aderiram aos Grupos dos Onze. Eles eram pequenos agricultores – colonos – pequenos comerciantes, vereadores, prefeitos, vice e sub-prefeitos, servidores públicos, professores, participantes de cooperativas, alguns brigadianos.¹⁵³

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), entregue em cerimônia oficial no dia 10 de dezembro de 2014, ao elencar a quantidade de “locais de graves violações de direitos humanos (1964-1985)” por estado da federação aponta o Rio Grande do Sul como aquele com o maior número, 39 no total. Além da quantidade, é patente a distribuição geográfica desses locais, visto que abrangem diversas regiões do estado, nas cidades de Alegrete, Canoas, Caxias do Sul, Charqueadas, Frederico Westphalen, Guaíba, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Porto Alegre, Santa Maria, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel, São Leopoldo, Três Passos e Viamão. Apesar de um número expressivo de locais apontados se concentrar na região metropolitana, a maior parte dos municípios acima se localiza no interior do estado. Além disso, se cotejarmos a distribuição geográfica do Rio Grande do Sul com os demais estados brasileiros, percebe-se a singularidade do caso sulino, visto que, na grande maioria das unidades da federação, os locais se concentravam em uma quantidade bem menor de municípios, não abrangendo diversas regiões dos respectivos estados. Entre os municípios fronteiriços sul-rio-

¹⁵³ NEVES, Evelisse, op. cit., p. 161.

grandenses, destacamos o de Santana do Livramento, no qual o relatório aponta o 17^o Regimento de Cavalaria de Santana do Livramento como um local de graves violações aos direitos humanos.¹⁵⁴

A documentação disponível no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), especialmente aquela proveniente da Sessão de Ordem Política e Social (SOPS)¹⁵⁵ de Erechim – município do interior gaúcho –, datada do final de abril de 1964, ou seja, ainda nos momentos iniciais da nova conjuntura política do país, atesta a intensa adesão de cidadãos aos mencionados Grupos dos Onze, bem como a preocupação e o alarde das autoridades com os mesmos.

AOS vinte e nove dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e quatro (1964), nesta cidade de Erechim, RGS., na Delegacia Regional de Polícia [...] compareceu PEDRO PINHO MENDES [...] casado, com 36 anos de idade [...] de profissão agricultor, [...] residente em VOTOURO, no distrito de São Valentim e declarou pela maneira seguinte:- / “- QUE, ouviu através da Estação de Rádio Mayrink Veiga, os apelos do ex-deputado LEONEL DE MOURA BRIZOLA para que se organizassem em “GRUPO DE ONZE”; QUE, em vista dos apelos, o declarante resolveu organizar uma lista com onze assinaturas; QUE, o declarante ficou de Presidente do Grupo e o restante assinaram sem encargos; QUE, os outros que assinaram são agricultores [...]. QUE, segundo ouvia falar pelo rádio achava que era para beneficiar o povo, auxiliar a colônia com sementes e ferramentas; QUE, foi essa a sua deliberação; QUE, entendendo que êle era um trabalhista democrático, achou que não ficaria mal; [...] QUE, o seu grupo não tinha armamento; QUE, nunca se reuniram; QUE, a sua lista remeteu ao Brizola, pelo Correio; [...] QUE, na zona de Votouro todos os habitantes faziam parte do Grupo dos Onze.¹⁵⁶

Assim como o documento acima reproduzido, encontramos algumas dezenas de outras fontes correlatas disponíveis no arquivo referenciado. Optou-se por analisá-lo enquanto uma amostra, a qual nos permite visualizar uma série de elementos, alguns dos quais já pontuados e outros que aprofundaremos mais adiante. Nesse sentido, entre outros aspectos, destaca-se o período imediatamente posterior ao golpe de Estado, cerca de quatro semanas apenas, no qual ações de repressão política já se faziam sentir; trata-se também de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, conforme citado. As ligações com o trabalhismo e, especificamente, com o Brizola são patentes. Em suma, as possibilidades de

¹⁵⁴ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1). p. 830-833.

¹⁵⁵ No último capítulo da presente dissertação, serão analisadas, entre outros aspectos, a estrutura do aparato repressivo gaúcho, tais como o Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul e suas congêneres no interior do estado, as SOPS.

¹⁵⁶ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Erechim. SOPS/E – 1.2.92.3.1 Erechim, 29/04/1964.

leitura e as potencialidades de análise dessa documentação são muitas, as quais, conforme ressaltado, extrapolam o exemplar acima reproduzido. Dessa forma, não apenas a documentação do AHRs consultada, como também aquela analisada por Neves atestam as mencionadas características. Em relação à efetiva participação nos citados grupos, a autora faz uma ressalva importante:

É difícil distinguir entre aqueles que foram presos especificamente por envolvimento com os mais diversos movimentos sociais, com as mobilizações pela reforma agrária, por participação no PTB, por ter participado em um Grupo dos Onze. A acusação de participação nos Grupos dos Onze foi um grande guarda-chuva para o aparato repressivo, sob ele, no Rio Grande do Sul, especialmente no interior do Estado, a repressão abrigou e rotulou toda sorte de adversários do regime.¹⁵⁷

Percebe-se, pois, que o leque de pessoas e grupos atingidos pela ditadura foi deveras amplo. Isso porque a imprecisa noção de inimigo interno permitia que diferentes setores ou movimentos fossem abarcados de acordo com as circunstâncias e conveniências do regime ditatorial. Nesse sentido,

[...] não só os que lutavam pela terra, os que apoiavam a reforma agrária, os que pertenciam ou eram suspeitos de pertencer aos Grupos dos Onze foram alvos imediatos do regime militar. Buscaram também aos colegas de farda que tentaram resistir ao golpe, aos militares legalistas, aos vinculados ao esquema militar de Jango e Brizola, aos alinhados politicamente ao PTB e ao PCB. Além dos colegas de farda das Forças Armadas, buscaram, com especial atenção, aos brigadianos, aos integrantes da polícia-militar estadual.¹⁵⁸

Mais adiante, nos debruçaremos sobre alguns casos que ilustram a amplitude do rol de perseguidos pela ditadura, como, por exemplo, o do exilado Estoécel Ribeiro Santanna - referenciado na epígrafe do presente capítulo. Este, quando da eclosão do golpe de Estado, servia na Base Aérea de Canoas e, em função do apoio prestado ao governo deposto, fora expulso da fileira da Força Aérea Brasileira (FAB).

Em síntese, sendo o Rio Grande do Sul um espaço que apresentava uma situação excepcional, seja pelos aspectos elencados no estudo de Neves, seja pela configuração fronteiriça - focalizada na presente dissertação -, acabava exigindo um permanente alerta e acompanhamento por parte das forças de segurança. Nesse sentido, desde a deflagração do golpe a fronteira brasileira passou a ser vigiada, principalmente na divisa com o Uruguai,

¹⁵⁷ NEVES, Evelisse, op. cit., p. 165.

¹⁵⁸ Ibid., p. 167-168.

já que muitos daqueles que foram perseguidos ou ameaçados pelo novo regime solicitaram asilo político nesse país, ingressando no mesmo, via de regra, através da fronteira gaúcha. Assim, conforme assinalaram Enrique Padrós e Fábio Marçal,

Cada vez mais, a extensa fronteira seca e as cidades “binacionais” (Chuí-Chuy e Santana do Livramento-Rivera), tornaram-se áreas extremamente sensíveis tanto aos acontecimentos da política interna de cada um dos países, quanto da política regional tomada em perspectiva global. Diversas rotas de passagem se constituíram no espaço interfronteiriço entre os dois países, de uso da resistência e da repressão.¹⁵⁹

É importante ressaltar que as fronteiras estatais, a partir da diretriz das fronteiras ideológicas, tornaram-se, muitas vezes, obstáculos para o trânsito daqueles que eram perseguidos, tendo em vista o permanente controle da região, a despeito de serem extremamente fluídas para a repressão.

Levando-se em conta os aspectos até aqui mencionados, examinaremos, a seguir, os esquemas de fronteira constituídos por algumas organizações no contexto estudado, bem como as redes de solidariedade e resistência na fronteira Brasil-Uruguai, particularmente em Santana do Livramento-Rivera. Entre outros aspectos, buscar-se-á examinar o impacto do golpe de Estado nessa região, que iniciou uma nova busca pela fronteira como um local de refúgio, característica de momentos de rompimento da ordem política. Assim, a partir do exame dessas questões referentes ao estado sulino, acredita-se ser possível compreender algumas razões que o levaram a ser extremamente visado, seja pela oposição política, seja pela repressão.

2.1.2 A articulação de redes de solidariedade na fronteira Brasil-Uruguai

2.1.2.1 A noção de rede

¹⁵⁹ PADRÓS, Enrique; MARÇAL, Fábio. O Rio Grande do Sul no Cenário da Coordenação Repressiva de Segurança Nacional. In: PADRÓS, Enrique et al. (Org.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*. Vol. 3 – Conexão Repressiva e Operação Condor. Porto Alegre: Corag, 2010. 4 v. p. 40.

Tendo em vista a centralidade conferida à análise da formação de redes de solidariedade na fronteira entre o Brasil e o Uruguai na presente pesquisa, torna-se necessário tecer alguns comentários sobre a noção de rede. Esse conceito auxilia na compreensão de elementos que conectavam e possibilitavam a cooperação entre aqueles que necessitavam sair do país ou também reingressar em território nacional, no contexto supracitado, e os agentes fronteiriços que auxiliavam nessa empreitada. Para tanto, acredita-se que alguns aspectos referentes às análises de redes de migração possam ser úteis à compreensão da dinâmica estudada no trabalho em questão, ainda que se trate de lógicas e processos, em muitos sentidos, distintos.

Inicialmente, é importante atentarmos para alguns aspectos etimológicos da categoria de análise. Segundo Leila Christina Dias,

A palavra rede provém do latim *retis* e aparece no século XII para designar o conjunto de fios entrelaçados, linhas e nós. A essa definição corresponde a dos principais dicionários modernos [...]. Embora a palavra ainda não existisse, desde a antiguidade a rede aparece como técnica de tecelagem composta de fios regularmente entrelaçados e servia para capturar pequenos animais.¹⁶⁰ (grifo da autora)

Sílvia Portugal, por sua vez, a partir de alguns estudos, atenta para uma definição de rede, destacando o caráter relacional entre um conjunto de unidades sociais:

As unidades sociais podem ser indivíduos ou grupos de indivíduos, informais ou formais, como associações, empresas, países. As relações entre os elementos da rede podem ser transações monetárias, troca de bens e serviços, transmissão de informações, podem envolver interação face a face ou não, podem ser permanentes ou episódicas.¹⁶¹

Além da materialidade característica da rede – conforme destacam inúmeros trabalhos –, é importante ressaltar o aspecto social que também a engendra. Nesse sentido, de acordo com Milton Santos, “a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração.”¹⁶²

¹⁶⁰ DIAS, Leila Christina. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Org.). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 14.

¹⁶¹ PORTUGAL, Sílvia. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. *Oficina do CES*: publicação seriada do Centro de Estudos Sociais. Coimbra, Portugal, Universidade de Coimbra, n. 271, 2007. p. 23-24.

¹⁶² SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p. 262.

Ao analisar a incorporação da abordagem das redes sociais às pesquisas de migração internacional, no final da década de 1980, Gislene Santos assinala que os trabalhos que possuem o mencionado enfoque evidenciaram que

[...] a migração internacional ocorre ancorada nos laços das redes pessoais de relações, as quais, por sua vez, propiciam a circulação de informações e de pessoas, aliciando, amenizando e facultando a travessia e o alojamento do migrante desde o seu lugar de origem até o país de destino. Táticas e estratégias são acionadas entre os membros da rede, possibilitando que pessoas circulem e habitem em diferentes lugares, fundando um uso do território que não se conforma aos limites físicos das fronteiras nacionais.¹⁶³

A pesquisa de Douglas Massey foi uma das precursoras nas análises acima referenciadas, ao destacar a importância das redes nos processos de migração. Segundo assevera o autor,

Redes de migrantes consistem em laços sociais que ligam comunidades de origem a pontos específicos de destino em sociedades receptoras. Esses laços vinculam migrantes e não-migrantes dentro de uma complexa teia de papéis sociais complementares e relações interpessoais que são mantidas por um conjunto informal de expectativas mútuas e comportamentos prescritos. As relações sociais que constituem as redes de migrantes não são exclusivas aos migrantes, mas se desenvolvem como um resultado de laços humanos universais que são moldados por circunstâncias especiais da migração internacional. Esses laços sociais não são criados pelo processo migratório, mas são adaptados por ele e, ao longo do tempo, são reforçados pela experiência comum da migração em si.¹⁶⁴

Massey ressalta que as mencionadas redes pessoais precedem o processo de migração, mas que tendem a aumentar paralelamente a este: “Redes sociais tão extensas não são criadas da noite para o dia. [...] Quanto mais pessoas se dedicam à migração, mais aumenta o número de pessoas com conexões de rede.”¹⁶⁵ Nesse sentido, no tocante à presente pesquisa, podemos inferir que os laços sociais existentes antes da eclosão do

¹⁶³ SANTOS, Gislene Aparecida dos. Redes e território: reflexões sobre a migração. In: DIAS; SILVEIRA (Org.), op. cit., p. 53.

¹⁶⁴ MASSEY, Douglas et al. *Return to aztlán*. Los Angeles: University of California Press, 1987. p. 139-140. A tradução é de inteira responsabilidade da autora. Conforme consta no original: “Migrant networks consist of social ties that link sending communities to specific points of destination in receiving societies. These ties bind migrants and nonmigrants within a complex web of complementary social roles and interpersonal relationships that are maintained by an informal set of mutual expectations and prescribed behaviors. The social relationships that constitute migrant networks are not unique to migrants but develop as a result of universal human bonds that are molded to the special circumstances of international migration. These social ties are not created by the migratory process but are adapted to it and over time are reinforced by the common experience of migration itself.”

¹⁶⁵ Ibid., p. 148. A tradução é de inteira responsabilidade da autora. Conforme consta no original: “Such extensive social networks are not created overnight. [...] As more people take up migration, the number of people with network connections increases.”

golpe de 1964 mostraram-se de fundamental importância para a estruturação das redes de solidariedade na fronteira estudada. Dessa forma, é possível compreender o importante auxílio prestado por cidadãos brasileiros e uruguaios, entre outras circunstâncias, à luz dos contatos existentes em cidades-gêmeas.

Diferentes relações são experimentadas pelos membros que se conectam através da rede, entre as quais se destacam as relações de amizade e parentesco¹⁶⁶. Em relação a esta última, conforme sustenta Massey, “o parentesco constitui uma das mais importantes bases da organização social da migração, e as conexões familiares são os laços mais seguros dentro da rede.”¹⁶⁷ Como observaremos mais adiante, através da análise das dinâmicas das redes de solidariedade na fronteira brasileiro-uruguaia, as relações pessoais, entre elas as familiares, tiveram um papel de suma importância no auxílio prestado aos que ali buscavam abrigo. Nesse mesmo sentido, Jorge Fernandez, ao analisar o processo de emigração da Argentina para o Brasil, destaca que

parte desta emigração se deu principalmente devido à existência dessas redes de conhecidos, seja no âmbito profissional ou privado. A existência de uma rede social permite, ao recém-chegado, facilidades concretas de inserção na nova sociedade, a começar por garantir um meio de subsistência, mas também por oferecer a possibilidade de contar com um grupo onde possa encontrar suporte material e/ou afetivo em determinadas circunstâncias. Para aqueles que não dispunham desse suporte prévio, a tarefa de adaptação ao novo habitat obviamente se tornava mais difícil.¹⁶⁸

O autor tece também alguns comentários mais especificamente em relação ao exílio político, assinalando que

Entre os exilados políticos, a vinda ao Brasil também podia ser resultado de um convite prévio feito por amigos, parentes ou conhecidos residentes em Porto Alegre ou outras cidades gaúchas, fossem eles argentinos ou brasileiros. Isso também nos indica que grande parte desta peculiar emigração se estabeleceu aqui principalmente devido à existência de redes pessoais de sociabilidade atuantes no âmbito político, profissional ou privado.¹⁶⁹

É importante assinalar, conforme aprofundaremos mais adiante, que, muitas vezes, esses contatos feitos previamente eram essenciais, sobretudo em um contexto ditatorial,

¹⁶⁶ SANTOS. In: DIAS; SILVEIRA (Org.), op. cit., p. 67.

¹⁶⁷ MASSEY, op. cit., p. 141. A tradução é de inteira responsabilidade da autora. Conforme consta no original: “Kinship forms one of the most important bases of migrant social organization, and family connections are the most secure bonds within the networks.”

¹⁶⁸ FERNÁNDEZ, op. cit., p. 254.

¹⁶⁹ Ibid., p. 268-269.

marcado pela perseguição aos opositores. Isso porque, dessa forma, podia-se evitar ou, no mínimo, diminuir os riscos de que agentes da repressão se infiltrassem nessas redes e as desmantelassem.

Seguindo, ainda, os já referenciados estudos sobre redes de migração internacional, Gislene Santos conclui que “pertencer à rede social implica oportunizar recursos e informações, o que permite ao migrante amenizar as dificuldades de sua travessia, desde a sua partida até a hospedagem no local de destino e a garantia do emprego.”¹⁷⁰ Dessa forma, através das mencionadas redes, conforme destaca Massey, tem-se acesso a diferentes recursos: “as redes proporcionam empregos, alimentação, moradia, transporte, e vida social para os migrantes no exterior.”¹⁷¹ Nesse sentido, o auxílio prestado, tanto na passagem para o Uruguai, quanto na acolhida de militantes em moradias na cidade de Rivera, ou ainda na obtenção de um emprego, por exemplo, evidenciam a importância do papel desempenhado por essas redes de solidariedade na fronteira ou próximo a ela. Assim, sobressai-se a importância dos agentes fronteiriços nesse contexto, os quais, de acordo com suas possibilidades, resistiram e burlaram os mecanismos de vigilância e repressão da ditadura, seja através de uma postura de enfrentamento mais explícita, seja através da assistência aos que necessitavam.

A seguir, analisaremos alguns dos esquemas de fronteira que se formaram no estado sul-rio-grandense e que auxiliaram inúmeras pessoas, provenientes das mais variadas regiões, a cruzar a linha internacional. Os militantes que atuaram nesses esquemas, muitas vezes, serviam de elo de ligação entre as cidades de origem - São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, entre outras -, e a localidade de destino - via de regra, cidades uruguaias.

2.1.2.2 Os esquemas de fronteira

A inexorável perseguição aos opositores provocou a saída do país de um contingente expressivo de pessoas. Todavia, muitos tiveram que deixar o território

¹⁷⁰ SANTOS. In: DIAS; SILVEIRA (Org.), op. cit., p. 55.

¹⁷¹ MASSEY, op. cit., p. 148. A tradução é de inteira responsabilidade da autora. Conforme consta no original: “The networks provide jobs, food, housing, transport, and social life to migrants abroad.”

nacional clandestinamente. Estes, via de regra, foram auxiliados por redes de apoio que os ajudavam na passagem terrestre para um país vizinho pela fronteira. Conforme assinala Denise Rollemberg,

[...] recorrendo bastante à fronteira, via relativamente fácil para o clandestino, de posse de carteira de identidade falsa ou verdadeira. Obter passaporte, para a maioria, seria impossível e arriscado. Os “esquemas” de saída, ou seja, a rede de militantes e simpatizantes ajudava, dando informações, “dicas”, fornecendo documentos falsos, conseguindo algum dinheiro, casas ou “aparelhos” – em geral, no sul do país –, disponíveis para abrigar o militante por uma ou duas noites. Não se tratava de uma poderosa e eficiente rede de apoio. Ao contrário. Às vezes, podia-se contribuir com uma coisa, mas não com outra. A maior parte das vezes, não podia dar mais que informações, bem recebidas na hora da fuga, com a repressão atrás, o desconhecido à frente e pouca ou nenhuma experiência em viagens ao exterior. Com o tempo e o desmantelamento das organizações políticas, ficava mais e mais difícil ajudar. [...] Outros recorriam às próprias famílias para deixar o país. Há os que partiram simplesmente sozinhos, sem contar com ninguém.¹⁷²

As considerações da autora dão conta da diversidade de casos existentes. Podemos cotejá-los com as colocações anteriormente esboçadas acerca das redes de migração. Mais especificamente em relação aos laços que conectavam os nelas envolvidos. Nesse sentido, sobressaem-se as vinculações de cunho político e também aquelas de cunho pessoal, destacadamente familiar. Não obstante, existiram aquelas situações nas quais os opositores partiram sozinhos. Essa última possibilidade parece ter sido o caso de Françal Terra Pires, cidadão brasileiro, que, já nos momentos seguintes à deflagração do golpe de Estado em 1964, com receio de ser preso, fugiu de Rio Grande, com destino a Pelotas, ficando alguns dias na cidade, de onde rumou para fronteira Jaguarão-Rio Branco, penetrando, assim, em território uruguaio. Após permanecer por alguns meses no país vizinho, decidiu retornar ao Brasil, ainda naquele ano, onde foi preso e submetido a interrogatório. As perguntas que se seguem, feitas pela polícia política gaúcha, são bastante elucidativas no tocante à preocupação das forças repressivas, por um lado, com a utilização da fronteira sulina como meio de deixar o país clandestinamente, e, por outro, com as possíveis vinculações estabelecidas com os demais exilados:

- 1 – Com que documento se identificou ao entrar em território uruguaio ou ao solicitar o asilo territorial?
- 2 – Se durante sua permanência no URUGUAI, teve de informar a polícia uruguaia do seu domicílio e se o fez cada vez que mudou de residência?
- 3 – Quando deixou o território uruguaio?

¹⁷² ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 73-74.

- 4 – Por que ponto da fronteira?
 5 – Deu conhecimento do fato às autoridades uruguaias?
 [não consta na documentação a segunda folha do interrogatório]
 11 – Que outros documentos de identidade tinha consigo ao deixar o Uruguai?
 12 – Que documento apresentou na fronteira brasileira?
 [...]
 14 – Enquanto estava asilado veio alguma vez ao Brasil?
 15 – Sabe de algum outro asilado que tenha vindo? Qual?
 16 – Como e onde passou a fronteira? Com que documentos?
 17 – Havia alguma possibilidade de obter documentos que facilitassem uma viagem ao Brasil? Qual? Com quem?
 [...]
 19 – Que meio ou meios de transporte utilizou o interrogado em sua viagem para o Brasil? Se de automóvel, quem era o proprietário? Marca, tipo, e se possível nº do carro? Matrícula brasileira ou uruguaia? Onde matriculado? Nome do condutor?
 20 – Quais eram os asilados com quem mais conviveu no Uruguai?
 [...]
 23 – Que meio ou meios de transporte utilizou o interrogado em sua viagem para o Uruguai? Quem o auxiliou nessa viagem?
 24 – Que auxílios recebeu no Uruguai para sua manutenção? Por meio de quem? Quando? Como recebia? Se havia intermediários, quais eram?¹⁷³

O documento acima nos ajuda a pensar quais as preocupações de autoridades vinculadas ao aparato repressivo implícitas em cada um dos questionamentos. Além disso, auxilia na compreensão das diferentes estratégias utilizadas por aqueles que, pelos mais variados motivos, não puderam permanecer em solo brasileiro, e que recorreram ao recurso do refúgio em outro país, através da passagem pela fronteira.¹⁷⁴ No último capítulo da presente dissertação, aprofundaremos a análise da atuação das forças de segurança em relação ao monitoramento da fronteira sul-rio-grandense, no intuito de coibir o trânsito indesejado. Examinaremos também ações levadas a cabo na região para perseguir e prender opositores, mesmo que isso, em diversas circunstâncias, implicasse na violação do território vizinho. Por enquanto, é importante assinalarmos que a escalada repressiva intensificou e tornou indispensável a utilização das fronteiras como alternativa de fuga e sobrevivência. Isso fazia com que, para aqueles que não obedeciam atentamente ao plano traçado anteriormente, as consequências pudessem ser bastante graves. De acordo com Silvia Dutrénit Bielous, "Las formas de huída tuvieron como característica pronunciada un fuerte componente de peligro que podría llegar a significar perder lo que se estaba

¹⁷³ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG). Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Rio Grande. SOPS/RG – 1.2.488.5.2. Rio Grande, 4/05/1965.

¹⁷⁴ Nesse sentido, é importante fazer referência, novamente, às colocações de Maria Aparecido Aquino acerca dos arquivos repressivos, os quais ao mesmo tempo que permitem aceder ao *modus operandis* do aparato repressivo, evidenciam algumas estratégias de resistência. Cf. AQUINO, op. cit., p. 179.

procurando salvar."¹⁷⁵ Assim, a prisão na fronteira ou, até mesmo, no país vizinho gerava uma dinâmica de perseguição que podia ser muito eficiente. Segundo Marlon Assef,

Uma vez de posse de um trunfo nas mãos, os agentes faziam a rota inversa, ou seja, voltavam com o prisioneiro, muitas vezes sob tortura, até a casa onde foi recebido em Porto Alegre e aí desmantelavam a conexão, buscavam cúmplices e promoviam uma varredura nas casas de acolhida. O vacilo na linha de fronteira poderia ser o fim de uma rota segura, alimentada com os cuidados que a clandestinidade exigia.¹⁷⁶

Percebe-se, pois, que a falta de cuidado na vigiada fronteira podia resultar na queda de algum perseguido e podia colocar em risco, outrossim, uma estrutura de proteção e preservação das organizações perseguidas. Nesse sentido, a própria manutenção da rede de assistência aos que necessitavam deixar o país estaria em jogo.

Assim, no contexto analisado, foram organizados diversos "esquemas de fronteira", que eram rotas de saída do território nacional pela fronteira, constituídas através das mencionadas redes de solidariedade mantidas por militantes de oposição e por simpatizantes. Estes auxiliavam na passagem e na permanência de pessoas que atravessavam clandestinamente para um país vizinho. No que concerne à fronteira estudada, é importante destacar o papel de suma importância desempenhado por cidadãos fronteiriços, uruguaios e brasileiros. Nesse sentido, sobressai-se o auxílio a muitos daqueles que, oriundos de outras localidades, desconheciam, via de regra, a região e necessitavam de assistência para cruzá-la, burlando os postos de vigilância por ventura existentes. Além disso, havia, ainda, o caso daqueles que se radicaram na região e precisavam de algum auxílio material.

Conforme depreende-se da análise de alguns depoimentos, os esquemas montados tiveram graus variados de organização, duração e rotas adotadas para deixar o país. Em muitas circunstâncias, inclusive, esse auxílio foi prestado de forma quase espontânea, segundo podemos observar pelo relato de Claudio Gutiérrez,

Inicialmente, [...] antes mesmo da chegada do Frei Betto ao Seminário Cristo Rei para cumprir uma determinação da ALN, a nossa participação e ajuda a pessoas que deixam as fronteiras se dá de forma espontânea, porque a esses grupos [...] que nós tínhamos ligações começa uma repressão muito grande. [...] Entre janeiro e fevereiro de 1969, cai quase toda a direção de São Paulo da VPR. [...] E muitas pessoas se dirigem para cá e o Frei Betto não está ainda no Cristo Rei, e

¹⁷⁵ BIELOUS, op. cit., p. 241.

¹⁷⁶ ASSEF, Marlon. *Retratos do exílio: solidariedade e resistência na fronteira*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009. p. 97.

nem são pessoas da ALN. Então era normal, quando essas pessoas chegavam aqui, nos procuravam, a mim, ao Luiz Eurico, ao Carlos Araújo, [...] eram tudo grupos que tinham vinculações. Então a solidariedade - conseguir lugar para essas pessoas dormirem, ajudá-los a chegar até a fronteira - se deu de forma natural, não tinha nada organizado para isso, mas foi assim que aconteceu. As pessoas nos conheciam, isso aqui é fronteira, perto da fronteira, então as pessoas nos procuravam.¹⁷⁷

A partir das colocações de Gutiérrez, é importante retomarmos a noção de "segunda fronteira", levando-se em conta as considerações presentes no PDFF. Nesse sentido, para além das cidades situadas na faixa de fronteira, podemos considerar algumas outras localidades como estando, de alguma forma e em diferentes graus, inseridas na dinâmica fronteiriça. Assim, Porto Alegre podia se constituir como o ponto de contato mais próximo à fronteira para aqueles militantes oriundos dos centros do país - no caso do relato acima reproduzido, o estado de São Paulo. Dessa forma, os militantes atuantes na capital sulina - ou próximo a ela - podiam ser o elo de ligação com o país de destino.

Possivelmente, o esquema de fronteira mais emblemático tenha sido aquele montado por Frei Betto em 1969, já na conjuntura inaugurada pelo Ato Institucional nº5 (AI-5), com o decorrente endurecimento do regime. Nesse sentido, destacam-se a repercussão que teve na época de seu desmantelamento, assim como as referências que se fazem ao mesmo - tanto em trabalhos acadêmicos, quanto em relatos memorialistas, conforme acima citado no depoimento de Gutiérrez. Acredita-se ser essencial analisar o seu funcionamento, mesmo que brevemente. E isso se justifica por diversos fatores: a já citada importância que teve; a utilização da fronteira sul-rio-grandense, sobretudo das cidades-gêmeas de Santana do Livramento-Rivera, para retirar diversas pessoas do país; e, em última análise, porque, de acordo com levantamentos feitos, acredita-se que ele pode servir como um modelo para entendermos algumas lógicas intrínsecas aos mais diferentes "esquemas" montados antes ou depois dele. Não obstante, é importante ressaltar que, conforme anteriormente destacado, esses esquemas não eram estruturas rigidamente organizadas, mas funcionavam de acordo com as necessidades e possibilidades do momento.

A rota supracitada era mantida pelo dominicano Frei Betto, a pedido de Carlos Marighella, integrante da Aliança Libertadora Nacional (ALN). Enquanto o primeiro aguardava os meses que restavam antes de seu embarque para cursar teologia na

¹⁷⁷ Entrevista concedida à autora, em fevereiro de 2014, por Claudio Gutiérrez para o projeto "Vozes contra o silêncio", coordenado pelos historiadores Enrique Serra Padrós (UFRGS) e Francisco Carvalho Júnior (UFRGS).

Alemanha, decidira ir para o Seminário Cristo Rei, dos padres jesuítas, em São Leopoldo, cidade gaúcha próxima a Porto Alegre (onde seu primo ministrava aulas), e que se localizava em uma região na qual ele não era muito conhecido. Nos primeiros dias de maio de 1969, Frei Betto se encontrou com Marighella, que já possuía estreito contato com os dominicanos, e pediu ao frade que auxiliasse na passagem de companheiros para os países do Prata, tendo em vista o cerco às organizações de resistência à ditadura naquela conjuntura.

Ele [Marighella] soubera que eu estava de mudança para o Rio Grande do Sul. Queria que eu aceitasse acompanhar, em Porto Alegre, a passagem de refugiados políticos que se destinavam ao Uruguai ou à Argentina para, em seguida, viajar à Europa. Seria uma ajuda a todos que precisassem deixar o país, independentemente de siglas políticas, e não um serviço exclusivo à ALN. Aceitei o encargo, ciente de que se adequava à tradição da Igreja de auxílio a refugiados políticos.¹⁷⁸

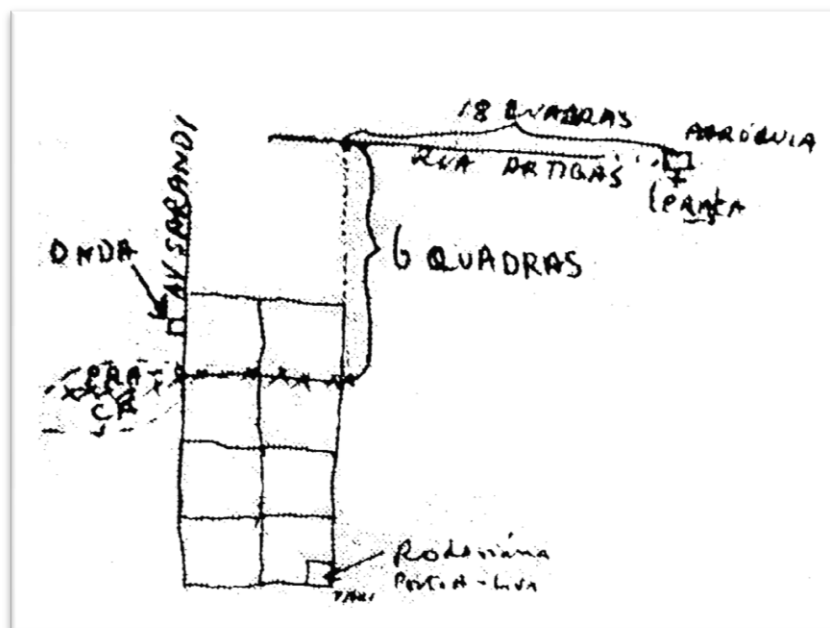
De acordo com o frade, o primeiro a passar através desse novo “esquema” pela fronteira sul foi o jornalista Jorge de Miranda Jordão¹⁷⁹, levado ao Uruguai no início de agosto de 1969. Assim como ele, muitos outros atravessaram a fronteira com o auxílio do dominicano, que normalmente encontrava no centro de Porto Alegre - e, portanto, na referenciada "segunda fronteira" - aqueles que precisavam deixar o país. Conforme Frei Betto relata em seu livro de memórias: "fui esperá-lo em Porto Alegre, pois era preferível que os passageiros da liberdade não dessem as caras no Cristo Rei. O sistema de identificação era simples e habitual: ele me encontraria em frente ao Cine São João, na Avenida Salgado Filho, e me reconheceria pela revista *Veja*, que eu traria à mão."¹⁸⁰ (grifo do autor) Feito o contato, explicava-lhes como chegar à fronteira e deixar o país, além de passar para os mesmos uma cópia do croqui das localidades fronteiriças utilizadas com esse intuito, o qual podemos visualizar a seguir.

¹⁷⁸ BETTO, Frei. *Batismo de sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006. p. 92.

¹⁷⁹ No capítulo seguinte, consta um documento reproduzido no relatório final da Comissão Nacional da Verdade que trata do pedido de detenção no Uruguai de Jorge de Miranda Jordão.

¹⁸⁰ BETTO, op. cit., p. 102.

Figura 6: Croqui da fronteira Santana do Livramento-Rivera utilizado por Frei Betto



Fonte: Correio do Povo, Capa, 20/11/1969.

No esboço acima, é possível acompanhar o trajeto delineado que servia de guia para os que atravessavam para o Uruguai. O frade assinala também, em seu livro de memórias, as indicações de como esses militantes deveriam proceder na fronteira sul-riograndense.

[...] bastava tomar o ônibus na rodoviária de Porto Alegre, com destino a Livramento – cidade fronteira geminada com Rivera, município uruguaio. Para atravessar a fronteira, era só cruzar a rua que divide os dois países e, do outro lado, tomar o ônibus para Montevidéu. Isso eu aprendera por informações obtidas de pessoas que conheciam bem a região. Nunca cheguei à fronteira, embora meus interrogadores jamais se convencessem disso.¹⁸¹

Além da cópia do croqui utilizado por Frei Betto para auxiliar na passagem para o Uruguai, via Santana do Livramento-Rivera, entre as figuras elencadas nesta pesquisa, destacamos também fotos de algumas ruas e pontos assinalados pelo frade. Conforme podemos acompanhar através da imagem supra reproduzida, o croqui aponta como destino uma paróquia localizada na *Calle Artigas*, em Rivera, a qual podemos visualizar através das fotografias presentes nas páginas que se seguem.

¹⁸¹ Ibid., p. 101.

Figura 7: Rua de Rivera assinalada no croqui



Foto: Marla Barbosa Assumpção - Rivera, dezembro de 2013.

Figura 8: Fachada da paróquia assinalada no croqui



Foto: Marla Barbosa Assumpção - Rivera, dezembro de 2013.

Figura 9: Instalações internas da paróquia riverense

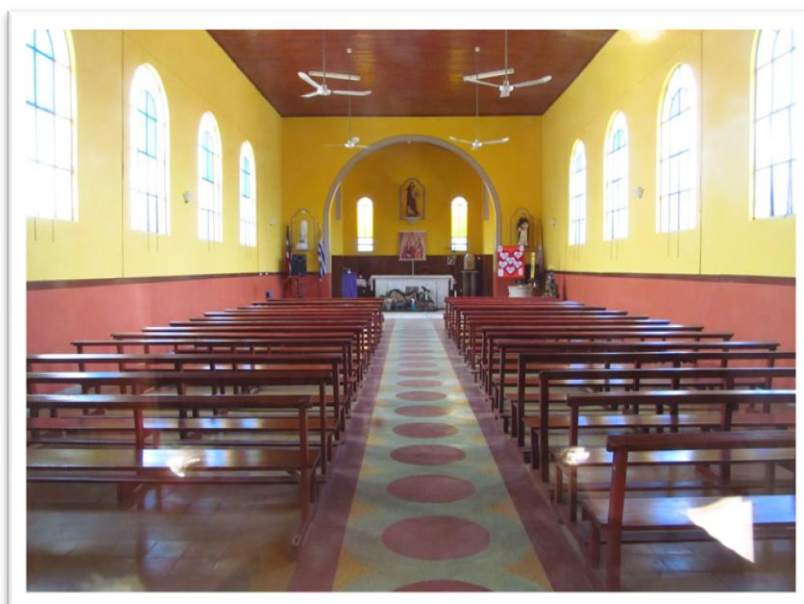


Foto: Marla Barbosa Assumpção - Rivera, dezembro de 2013.

Claudio Gutiérrez, em entrevista concedida recentemente, teceu comentários acerca do esquema de fronteira relatado por Frei Betto e sobre alguns pontos de referência indicados pelo mesmo nas localidades ora examinadas, bem como assinalou outros aspectos relativos a essas questões.

Em 1972, eu vou pra Rivera e Santana para fazer um esquema de fronteira para a VPR, que não deu certo, nada deu certo. Eu peguei a repressão ao movimento Tupamaro a milhão. Os contatos que eu tinha estavam queimados, alguns foram presos, tudo deu errado. Isso aqui [croqui] era um bairro, tinha uma paróquia, uma Igreja, na qual o Padre Veríssimo era o pároco. Era um padre bastante jovem, um padre de esquerda. [...] O Frei Betto tinha contato com uma série de padres. [...] Possivelmente isso aqui era esquema da igreja mesmo. Frei Betto, dominicanos, contatos deles com a JEC, Juventude Estudantil Católica, com caras que tinham sido da Ação Popular, enfim que tiveram contato com essa rede de padres, padres terceiro-mundistas, padres de esquerda. O [padre] Veríssimo eu vou encontrar em 1972 quando eu vou para Rivera. Quando eu vou para Rivera, eu tinha uma namorada, com quem depois eu me casei, que vai comigo. Era uma uruguaia, simpatizante dos Tupamaros, do movimento estudantil, então meu vínculo se dá muito com as amigas que ela tem. [...] O Uruguai é um país onde tudo se centraliza em Montevidéu, [...] então o pessoal vêm estudar em Montevidéu, na Universidad de la República. E essas meninas eram quase todas ligadas à Universidade e uma delas era muito amiga desse padre, então eu conheci o Veríssimo. [...] Eu não conhecia o Veríssimo, o conheci nesse momento. [...] Eu olhei esse esquema no jornal, porque eu vi o jornal, mas não liguei. Em 1972, tampouco eu liguei.¹⁸²

Mais adiante, analisaremos a tentativa de Gutiérrez de, em 1972, estabelecer uma base de apoio na fronteira citada, bem como as dificuldades relativas à atuação solitária, longe das mencionadas redes de solidariedade. Por enquanto, vale a pena atentarmos, no que concerne ao seu relato acima reproduzido, para as questões relacionadas à conexão estabelecida entre religiosos da Igreja Católica no Brasil e Uruguai. Nesse sentido, é importante observarmos a atuação solidária em relação aos que necessitavam deixar o país e os contatos estabelecidos em diferentes pontos do território, quais sejam, o local de origem - muitas vezes, o sudeste do país, base de operações da ALN -, alguma localidade no sul do Brasil - no caso do esquema em questão, São Leopoldo e Porto Alegre - e um ponto de apoio na fronteira, que possivelmente estaria a cargo do padre Veríssimo. Dessa forma, sobressai-se a importância das considerações esboçadas acerca das redes de migração internacional, tendo em vista a conexão estabelecida entre pontos de origem e chegada e os vínculos anteriormente estabelecidos.

¹⁸² Entrevista concedida à autora, em fevereiro de 2014, por Claudio Gutiérrez para o projeto "Vozes contra o silêncio", coordenado pelos historiadores Enrique Serra Padrós (UFRGS) e Francisco Carvalho Júnior (UFRGS).

Ainda em relação ao esquema no qual Frei Betto era uma das figuras-chave, existiam, segundo suas indicações, duas vias de acesso ao Uruguai: aqueles que possuíam documentação insuspeita podiam viajar direto a Montevideu pela empresa Transporte Turismo Limitada (TTL); enquanto que os outros tinham que cruzar as cidades de Livramento-Rivera. Conforme se pode observar novamente pelo croqui utilizado, são destacadas as informações de como atravessar a pé para o país vizinho, após desembarcar na rodoviária santanense. Em relação à agência de ônibus utilizada, podemos inferir que se tratava da empresa Organización Nacional de Autobuses (ONDA), segundo se percebe em uma referência por escrito no croqui utilizado por Frei Betto. Nesse mesmo sentido, Gutiérrez assinalou, ao examinar a imagem em questão, que "hoje, a principal empresa de ônibus do Uruguai é a EGA, Empresa General Artigas, mas na época era a ONDA. [...] Era a grande empresa de ônibus internacionais [da rota Uruguai-Brasil], e mesmo do interior do Uruguai."¹⁸³

Nos primeiros dias de novembro de 1969, Frei Betto inaugurou uma nova rota de saída do país, rumo à Argentina, através da cidade lindeira de Uruguaiana, contígua a Paso de los Libres. Não obstante, pouco depois do embarque na rodoviária de Porto Alegre dos primeiros e últimos militantes auxiliados por Frei Betto nesse “esquema”, o frade acabou sendo preso.

Tendo em vista a importância de realizar um cruzamento entre as diferentes fontes utilizadas, é válido analisar, ainda, outras colocações de Claudio Gutiérrez a respeito do esquema de fronteira mencionado por Frei Betto. Nesse sentido, vale a pena também atentarmos para a manchete de capa do Correio do Povo, de 20 de novembro de 1969, constante na página seguinte, a qual menciona a ligação entre Frei Betto, Vera Maria Idiarte e Gutiérrez.

¹⁸³ Entrevista concedida à autora, em fevereiro de 2014, por Claudio Gutiérrez para o projeto "Vozes contra o silêncio", coordenado pelos historiadores Enrique Serra Padrós (UFRGS) e Francisco Carvalho Júnior (UFRGS).

Figura 10: Reportagem sobre esquema de fronteira



Fonte: Correio do Povo, Capa, 20/11/1969.

De acordo com Gutiérrez,

O esquema do Frei Betto foi um esquema de fato organizado pela direção da ALN. O Marighella pediu para o Frei Betto, que era um frei da ordem dos dominicanos. O Marighella tinha fortes contatos com os dominicanos, com o Convento de Perdizes. O Marighella precisava ter seus contatos internacionais, era a necessidade de mandar quadros fazerem treinamentos, principalmente em Cuba [...] e trazer quadros que estavam no exterior para o Brasil. Ele queria montar um esquema de fronteira aqui no Rio Grande do Sul. E o Frei Betto veio com esta missão específica. A única coisa que ele tinha que fazer é que ligavam para ele, acho que lá da Editora Vozes, do Convento, dizendo mensagens cifradas, vem esse, vem aquele, tu tens que receber. A sistemática do Frei Betto sempre era a mesma: tu tinha o cinema São João, que era um cinema aqui no centro, e o Frei Betto sempre marcava ponto na frente do cinema São João. A combinação é que a pessoa vinha com a Revista Realidade, que era uma revista nacional, na época bem badalada, e era uma revista grande, então a pessoa vinha

com aquela revista debaixo do braço e ele se encontrava com essa pessoa. E aí ele encaminhava as pessoas para esquemas de fronteira. Na verdade, o esquema de fronteira do Frei Betto teve alguns pontos de apoio: mais do que nós no sentido geral, eu, o Luiz Eurico - os Brancaleones -, tinha uma pessoa específica que ajudou muito, a Dedé, a Vera Maria Idiarte. A Dedé tinha alguns anos mais do que nós. [...] E a Dedé nos esquemas brizolistas, ela tinha uma grande experiência em toda essa área de fronteira. Ela tinha contato com o Burmann [Beno Orlando Burmann], que estava em Rivera, e era ligado ao Consulado brasileiro, tinha contato com padres da fronteira, tinha contatos diversos. E tinha contatos no Uruguai com exilados, com organizações uruguaias. A Dedé, de fato, é quem vai ter a participação mais ativa nesse esquema de fronteira. [...] Esse esquema de fronteira vai tirar o Marighella e trazer o Marighella, vai tirar o "velho", que era o Câmara Ferreira, que era o segundo da ALN, depois o primeiro, quando o Marighella é assassinado. O Câmara Ferreira passa duas vezes por esse esquema de fronteira, vai e volta, vai e volta. E na maioria dessas viagens a Dedé acompanhou. Nós demos algum apoio, alguma estrutura, mas de fato quem tinha um papel muito ativo no esquema de fronteira era a Dedé.¹⁸⁴

Podemos perceber, entre outros aspectos, que, a despeito de algumas questões pontuais divergentes entre o relato de um e de outro (tais como a menção à revista que servia como identificação), Gutiérrez acrescenta novas informações, sobretudo no que concerne à participação de outros militantes que possuíam um papel-chave no esquema supracitado, principalmente no caso de Vera Maria Idiarte. Nesse sentido, o seu relato atenta para a rede de apoio que se formava nesses esquemas e para a conexão estabelecida em diferentes pontos do território, tendendo sempre à região de fronteira. Assim, ainda que o livro de memórias de Frei Betto, pelo menos no que concerne à edição utilizada, não mencione a participação de outros militantes no Rio Grande do Sul, as colocações de Gutiérrez expandem e complexificam a atuação da rede de solidariedade ora referida. Outra questão que se sobressai é a menção, silenciada nos relatos do frade, à saída do país de diversos militantes com o intuito de realizar treinamentos armados. Além disso, seu depoimento contribui no sentido de aceder à leitura que muitas organizações atuantes no centro do país faziam a respeito do Rio Grande do Sul, a qual corrobora com a importância estratégica do estado, tendo em vista a sua configuração fronteira:

A nossa discussão com o Frei Betto era muito no sentido de estruturar a ALN aqui no Rio Grande do Sul. Estruturar enquanto grupo operacional, não apenas fronteira, coisa que a ALN acho que não estava muito interessada. A ALN queria manter isso aqui como um ponto de cruzamento. O poder de fogo da organização eles queriam concentrar mais onde estavam, São Paulo e Rio. Não havia grande interesse de expandir a ALN para o Rio Grande do Sul. E eu, o Luiz Eurico e

¹⁸⁴ Entrevista concedida à autora, em fevereiro de 2014, por Claudio Gutiérrez para o projeto "Vozes contra o silêncio", coordenado pelos historiadores Enrique Serra Padrós (UFRGS) e Francisco Carvalho Júnior (UFRGS).

outros companheiros tínhamos a opinião de que não. Mas, enfim, nós apoiávamos, estávamos juntos.¹⁸⁵

No tocante às rotas utilizadas no esquema em questão e os meios de acesso à fronteira, Gutiérrez assinala que eram feitas

Normalmente, com ônibus de linha comum. Tinha um motorista, que eu acho que também fazia parte do esquema da Dedé, que era um cara conhecido, confiável. As viagens se davam até Rivera. Através de contatos no Consulado se via o visto como turista. Em Uruguiana, tinha um esquema similar, mas acho que não tinha contatos no Consulado, mas Uruguiana também era usada. Acho que Rio Branco alguma vez foi usada. Mas Rivera era o ponto, sem dúvida nenhuma, principal, porque Santana e Rivera é uma cidade só, então é uma fronteira muito porosa, muito permeável. Também algumas vezes se fez de automóvel isso, com um Fuca. O "velho" [Câmara Ferreira] quando foi levado a Montevideu foi de Fuca em uma das vezes, eu não sei se na segunda também. Quem dirigia o Fuca era um cara da ALN [...], o Paulo de Tarso. Uma dessas viagens foi feita com o Paulo de Tarso. [...] O esquema de fronteira da ALN era um esquema que se apoiava em estruturas principalmente para o cruzamento de pessoas dos grupos nacionalistas, talvez de alguns antigos comunistas também.¹⁸⁶

Outra rede existente para auxiliar na passagem de militantes foi montada pela Ação Popular (AP), no Rio Grande do Sul, no final da década de 1960. Tal “esquema” ficou conhecido como “Operação Fronteira”. Segundo Cristiane Medianeira Ávila Dias, “a AP realizava a travessia de muitas pessoas por essa área, sendo que alguns membros estavam encarregados, exclusivamente, dessa atividade.”¹⁸⁷ O Uruguai, normalmente, era o país de destino – ainda que, depois, muitos militantes seguissem para outros países do Cone Sul, especialmente em direção ao Chile – e a rota utilizada passava pelo par de cidades Livramento-Rivera. De acordo com Dias,

[...] a Operação Fronteira teria sido um esquema montado no estado e que permitiu a passagem de integrantes da AP para o Uruguai. Sua base de articulação estaria localizada em Pelotas, cidade onde os militantes se encontravam para organizar a travessia pela fronteira, seguindo principalmente

¹⁸⁵ Entrevista concedida à autora, em fevereiro de 2014, por Claudio Gutiérrez para o projeto "Vozes contra o silêncio", coordenado pelos historiadores Enrique Serra Padrós (UFRGS) e Francisco Carvalho Júnior (UFRGS).

¹⁸⁶ Entrevista concedida à autora, em fevereiro de 2014, por Claudio Gutiérrez para o projeto "Vozes contra o silêncio", coordenado pelos historiadores Enrique Serra Padrós (UFRGS) e Francisco Carvalho Júnior (UFRGS).

¹⁸⁷ DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. *A trajetória da Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul: estudantes e operários no trabalho de conscientização política das massas (1962/1972)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011. p. 166.

para a cidade de Livramento e, posteriormente, para as cidades uruguaias de Rivera e Montevideú.¹⁸⁸

Não obstante, a rota utilizada não era fixa, uma vez que ficava condicionada às possibilidades das redes de apoio:

[...] não existia uma rota única de travessia e a escolha do trajeto a ser seguido dependia do auxílio que o grupo de apoio da organização, que estava distribuído em várias cidades do estado pudesse dar a passagem dos militantes pela região, com destino principalmente para o Uruguai seguido depois pela Argentina, de onde a maior parte dos militantes seguiu para o Chile.¹⁸⁹

Mais uma vez, é patente a existência de uma conexão que se estabelecia, através de militantes e/ou simpatizantes, em diferentes pontos do território, ligando localidades distintas e possibilitando a travessia para o outro lado da linha demarcatória, através da fronteira sul-rio-grandense.

Tendo em vista o caráter clandestino dessas ações, torna-se complicado, muitas vezes, reconstituir o seu funcionamento. Vale destacar também, conforme já mencionado, que grande parte desses “esquemas” não eram redes fixas de passagem de militantes para outros países. Isso porque eles variavam muito conforme a conjuntura e, possivelmente, eram ativados de acordo com as necessidades do momento. Outro fator que, certamente, influenciava nessas alterações eram os sofisticados mecanismos de controle do aparato repressivo que, ao descobrir o funcionamento de algum “esquema”, poderia desmantelá-lo, obrigando as organizações a modificarem a rota utilizada. Não obstante, a despeito dessas diferenças, a partir do levantamento feito, foram constatadas algumas recorrências, entre as quais se destacam a existência de militantes diretamente responsáveis pelas mencionadas travessias; esses, por sua vez, se situavam na zona de fronteira ou próximo a ela - mesmo que na "segunda fronteira" -, formando redes de apoio e conectando pontos de origem a localidades de destino; a opção preferencial pelas cidades-gêmeas de Santana do Livramento-Rivera, entre outras semelhanças.

No tópico que se segue, nos debruçaremos de forma mais detida sobre a atuação de cidadãos fronteiriços, uruguaios e brasileiros, nas redes de solidariedade analisadas, especialmente no que concerne ao par de cidades estudado.

¹⁸⁸ Ibid., p. 168.

¹⁸⁹ Ibid., p. 170.

2.1.2.3 A sobrevivência em outro país a partir da solidariedade dos agentes fronteiriços

A atuação de agentes fronteiriços tanto no tocante ao auxílio àqueles que cruzavam a região, quanto na obtenção de recursos para que alguns permanecessem na fronteira foi de vital importância diante da nova conjuntura política atravessada pelo país. Estes formaram redes locais de solidariedade e, inclusive, de resistência ao regime, ainda que precariamente, dadas as condições vigentes. Assim, após termos analisado aspectos concernentes aos “esquemas de fronteira”, cabe examinar o papel dos cidadãos fronteiriços nessa empreitada. Pretende-se, em um primeiro momento, investigar o impacto do golpe de Estado na região - o qual desencadeou o trânsito de perseguidos pelas localidades lindeiras -, assim como a constituição das citadas redes fronteiriças, cuja atuação envolvia sujeitos de ambos os países, tendo em vista os laços e a integração próprias desse espaço.

O golpe de Estado, já em um primeiro momento, repercutiu nas localidades ora examinadas. Nesse sentido, vale destacar que o então prefeito petebista de Livramento, Sérgio Fuentes, criou um foco de resistência na Prefeitura do Município com vistas a defender a ordem democrática e a apoiar o presidente deposto. Conforme mencionado anteriormente, a região possuía forte influência do trabalhismo – um dos inimigos internos a ser combatido pelo novo regime, segundo premissas contidas na Doutrina de Segurança Nacional. De acordo com Assef,

Com o golpe já em andamento, nos primeiros momentos do dia 1º de abril, Sérgio Fuentes decide dispor a Prefeitura Municipal como sede da resistência. No saguão do prédio é instalado um transmissor de rádio, doado por militantes comunistas de Rivera. Para lá se dirigem representantes sindicais, jornalistas, ativistas políticos e simpatizantes do governo deposto.¹⁹⁰

A partir da análise do trecho acima destacado, pode-se perceber a participação e a solidariedade dos riverenses com os brasileiros de Santana do Livramento, fruto, possivelmente, dos já citados vínculos existentes entre ambos os lados artificialmente separados. Além disso, sobressai-se o auxílio prestado pelos militantes comunistas.

¹⁹⁰ ASSEF, op. cit., p. 65.

As declarações de João Goulart, por seu turno, ainda nos primeiros dias de abril daquele ano, somadas à sua chegada a Montevideu e à decorrente percepção da efetivação do golpe, produziram forte impacto sobre a dinâmica fronteira e sobre os atores locais. Assim, segundo o autor,

Para os envolvidos diretamente com os partidos opositores e líderes sindicais, a saída emergencial foi um breve resguardo em Rivera, à espera dos acontecimentos. A movimentação dos atores políticos perseguidos e autoexilados começava a aumentar dia a dia, conferindo um outro perfil político à fronteira, renovando um ciclo que mais uma vez abraçaria a região.¹⁹¹

Dessa forma, o fluxo de pessoas proveniente de Livramento, e que se resguardou em Rivera, assim como daqueles que vieram de diferentes regiões do país, e que atravessaram para o Uruguai, foi aumentando paulatinamente. Em função disso, a constituição de redes locais de assistência aos mesmos foi de suma importância naquele contexto. Pode-se perceber também, novamente, o papel da fronteira em questão enquanto local de refúgio, sobretudo em momentos de rompimento da ordem política.

Para aqueles que optavam por essa região enquanto rota de saída, a sobrevivência exigia uma carga de informações que incluía, entre outros aspectos, o conhecimento do sinuoso traçado entre os dois países. Entretanto, atravessar para o país vizinho não garantia a segurança dos que se retiravam, tendo em vista as constantes violações de fronteira dos demais países do Cone Sul levadas a cabo pelas forças repressivas brasileiras. Além disso, cruzar a linha demarcatória podia representar uma árdua tarefa. Segundo Fernandes, “a fronteira brasileira passou a ser percebida como o último local de alcance da repressão (o que nem sempre ocorria, em realidade). Entretanto, cruzá-la não era tão fácil: a fronteira havia se constituído em um verdadeiro alçapão.”¹⁹² Assim, para ingressar no país vizinho era necessário burlar os mecanismos de vigilância existentes na fronteira. Conforme destacou Assef,

Por inúmeras vezes a linha imaginária exerceu uma atração ilusória e enganadora. Eleita como uma rota de fuga natural para o Uruguai, os cerca de 600 quilômetros que separam a capital gaúcha de Santana do Livramento nunca foram fáceis de transpor, como poderia parecer. As rotas de trem, via Santa Maria e Cacequi, ou de carro e mesmo as de ônibus – mais usadas – esbarravam constantemente na vigilância militar.¹⁹³

¹⁹¹ Ibid., p. 72.

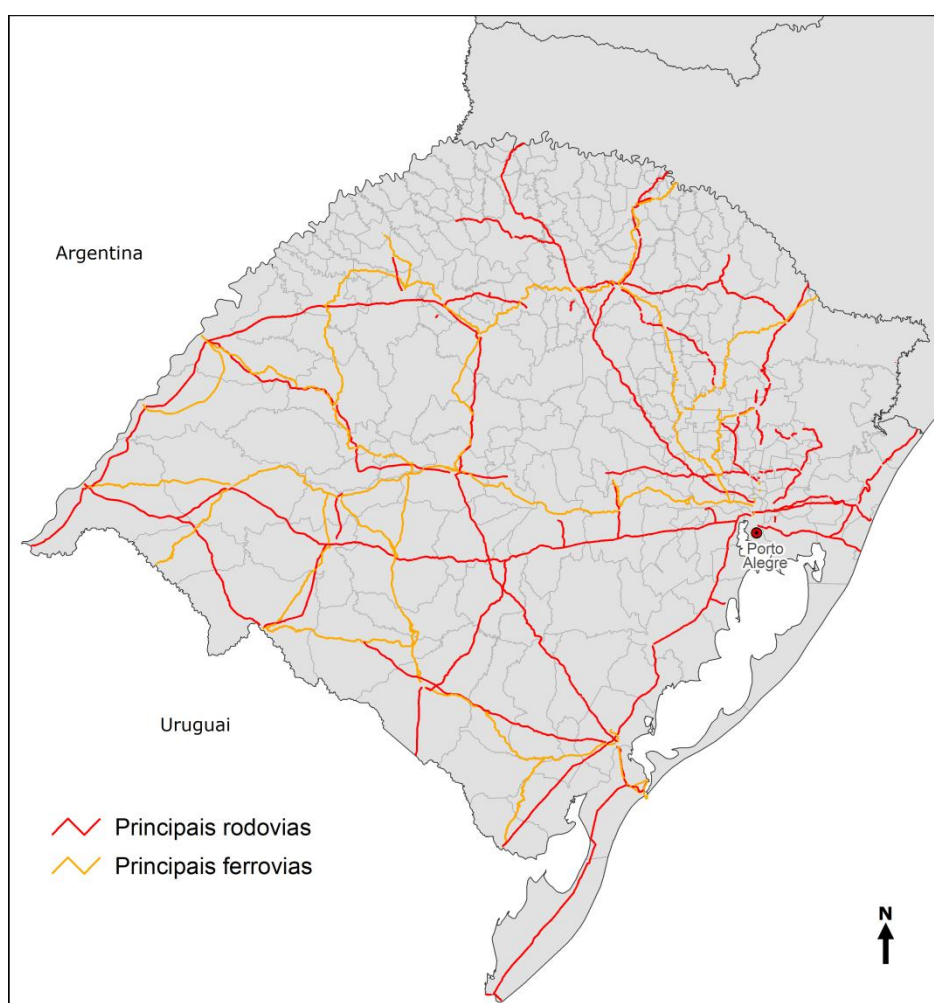
¹⁹² FERNANDES, op. cit., p. 83.

¹⁹³ ASSEF, op. cit., p. 94.

Segundo ressaltou-se anteriormente, para deixar o país, muitos esquemas de fronteira adotaram, via de regra, as linhas de ônibus. Contudo, Estoécel Ribeiro Santanna ressalta que, inicialmente, o monitoramento, por parte das autoridades brasileiras, das rotas de trem era diminuto: "O trem era menos visado pela ditadura. Depois, sim. No trem eles não pediam documento. Os ônibus, sim."¹⁹⁴

Dando prosseguimento às discussões das rotas utilizadas, na imagem abaixo, podemos visualizar um mapa com as principais rodovias e ferrovias do estado do Rio Grande do Sul.

Figura 11: Rodovias e ferrovias sul-rio-grandenses



Fonte: Elaborado por Marla Barbosa Assumpção e Luana de Lima e Silva com base em cartas produzidas pelo Exército.

¹⁹⁴ Entrevista concedida à autora por Estoécel Ribeiro Santanna, em Santana do Livramento, em 2 de outubro de 2010.

O mapa acima foi elaborado por mim e pela geógrafa Luana de Lima e Silva com base em cartas produzidas pelo Exército a partir das décadas de 1960 e 1970. Sendo assim, é possível que as informações contenham alguma imprecisão em relação ao período abarcado pelo presente trabalho. Não obstante, acreditamos ser importante atentarmos para as vias de acesso à fronteira e visualizarmos, através do mapa, rotas indicadas nos depoimentos impressos e nas entrevistas realizadas. Dentre as vias assinaladas, algumas possuíam contiguidade no exterior. Contudo, aceder a informações sobre rodovias e ferrovias uruguaias, construídas já no período estudado, é ainda mais difícil do que no caso das brasileiras, visto que dados antigos acabam, via de regra, se perdendo e sendo substituídos por aqueles referentes ao atual estado das vias. Assim, optamos por utilizar informações atualizadas disponibilizadas pelo Servicio Geográfico Militar do Uruguai.

Figura 12: Vias uruguaias



Fonte: Infraestructura de Datos Espaciales del Uruguay. Disponível em <http://idevisualizador.agesic.gub.uy/>. Acesso em: 1º set. 2014.

Observando os mapas, pode-se inferir que antigas rodovias assinaladas no mapa brasileiro se conectavam ao chamado corredor internacional uruguaio, desembocando em Montevidéu. Em relação à localidade que nos toca mais diretamente, é possível perceber que, chegando em Rivera, era possível seguir até Montevidéu - ou, ainda, a outras localidades do país - utilizando-se tanto a malha ferroviária quanto a rodoviária existente. A partir dos documentos analisados e também levando-se em consideração a bibliografia sobre o tema, pode-se deduzir que a capital uruguaia foi o grande foco de atração dos exilados brasileiros, ao menos nos primeiros anos que se seguiram ao golpe. Entre os que lá se instalaram, muitos utilizaram as vias acima destacadas no intuito de burlar alguns controles feitos em Aeroportos por exemplo.¹⁹⁵ E mesmo para aqueles que lá fixaram residência, a aproximação com a fronteira foi frequente em alguns casos. Além disso, é preciso levar em consideração que por essas vias passaram também aqueles que permanentemente realizavam a conexão entre o exílio e a oposição interna, levando materiais e informações. Assim, podemos inferir que os elos entre Montevidéu, a fronteira e Porto Alegre, assinalados em diversos estudos e relatos sobre esse período, eram estabelecidos a partir das vias destacadas.

Muitos daqueles que rumaram para o país vizinho permaneceram na fronteira. Este foi o caso do já citado Estoécel Santanna, o qual servia na Base Aérea de Canoas quando da eclosão do golpe de Estado. Na época, era Terceiro Sargento, mecânico de avião. Juntamente com outros colegas de farda, deu sustentação para o governo Jango, então deposto pelos militares: "Nós tínhamos um grupo que apoiava o Presidente João Goulart, ou seja, éramos contra o golpe. Era um grupo grande de oficiais, sargentos, cabos na Base Aérea."¹⁹⁶ Poucos dias após o golpe, diante da decisão do presidente de partir para o exílio, resolveram apoiá-lo:

Quando o Jango decolou, nós demos sustentação para ele decolar. [...] então as nossas forças ficaram desintegradas e os golpistas voltaram devagarzinho para o quartel e foram nos prendendo. [...] Eu fiquei 21 dias presos na Base Aérea de Canoas. Eu não tinha nada, só tinha o pensamento, que era o de defender o poder constitucional. Não provaram nada contra mim, me soltaram, mas depois

¹⁹⁵ Não podemos desconsiderar, contudo, aqueles que solicitaram asilo em alguma Missão Diplomática do Uruguai no Brasil e de lá saíram rumo ao país vizinho através de rotas aéreas, utilizando aviões da Força Aérea uruguaia. Conforme veremos no capítulo seguinte, a autorização necessária por parte do governo brasileiro foi utilizada como moeda de troca para que o governo uruguaio cedesse a algumas pressões feitas pelas autoridades do nosso país.

¹⁹⁶ Entrevista concedida à autora por Estoécel Ribeiro Santanna, em Santana do Livramento, em 13 de dezembro de 2013.

expulsaram todo mundo que era do Jango, botaram para a rua e eu fiquei 10 anos exilado no Uruguai.¹⁹⁷

Conforme depreende-se do relato de Santanna, ele e outros militares da Força Aérea sofreram retaliação devido ao apoio prestado ao governo deposto. O caso de Alfeu de Alcântara Monteiro teve como desfecho o seu assassinato. Conforme consta no Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos,

ALFEU DE ALCÂNTARA MONTEIRO. Coronel Aviador. Fuzilado, no dia 4 de abril de 1964, na Base Aérea de Canoas, Rio Grande do Sul. A perícia médica constatou que foi assassinado pelas costas por uma rajada de metralhadora, tendo sido encontrados 16 projéteis em seu corpo. Com base nessa perícia e nos depoimentos de vários oficiais que presenciaram o assassinato, a família moveu um processo incriminando o principal responsável e autor dos disparos, o então Cel. Roberto Hipólito da Costa que, apesar das inúmeras evidências, foi absolvido.¹⁹⁸

Acompanhando outras informações sobre o caso de Monteiro, reunidas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), pode-se averiguar que o mesmo teria se recusado a apoiar o golpe de Estado contra João Goulart, além de, anos antes, em 1961, ter sido um dos líderes, entre os militares, da Campanha da Legalidade, encabeçada pelo então governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola.¹⁹⁹

No que toca ao caso de Santanna, bem como de alguns outros colegas de farda, após passarem quase um mês presos, foram transferidos e, por fim, expulsos da carreira militar. Segundo asseverou,

Eu fui preso, depois nos soltaram, a gente tinha que se apresentar no quartel todos os dias, depois nos transferiram todos [...] Eu fui para Recife, outros foram para Belém do Pará e quando nós chegamos nos lugares é que se deu a expulsão, para nos desarticular, prejudicar a nossa família. [...] Eu fui expulso na entrada da primavera, dia 23 de setembro de 1964, foi a pior primavera da minha vida.²⁰⁰

¹⁹⁷ Entrevista concedida à autora por Estoécel Ribeiro Santanna, em Santana do Livramento, em 13 de dezembro de 2013.

¹⁹⁸ COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS; INSTITUTO DE ESTUDO DA VIOLÊNCIA DO ESTADO; GRUPO TORTURA NUNCA MAIS - RJ E SP. *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995. p. 41.

¹⁹⁹ Para mais informações, ver: "Militares perseguidos no RS pela ditadura serão ouvidos pela CNV". Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/536-militares-perseguidos-no-rs-pela-ditadura-serao-ouvidos-pela-cnv>>. Acesso em 14 set. 2014.

²⁰⁰ Entrevista concedida por Estoécel Ribeiro Santanna à autora, em Santana do Livramento, em 13 de dezembro de 2013.

Diante do expurgo e da decorrente dificuldade de permanecer em solo brasileiro, decidiu partir para o exílio no Uruguai:

Depois de expulso, eles me deram um certificado de expulsão, não me deram um certificado de reservista. Eu tinha nove anos e meio de serviço na Força Aérea Brasileira e eles me deram um certificado "atesto para fins de direito que o Senhor Estoécel Ribeiro Santanna foi expulso da fileira da Força Aérea Brasileira por subversão de acordo com o Ato Institucional nº1", esse foi o documento que eles me deram. Tu achas que eu podia apresentar esse documento para alguém? Não, então eu não tinha condições de trabalhar no Brasil. Nas vésperas do Natal [de 1964], eu peguei um trem e vim embora para o Uruguai, que é a minha segunda pátria. Outros vieram depois.²⁰¹

No trecho abaixo, Santanna elenca, novamente, algumas das motivações para ter escolhido ir para a fronteira utilizando trem.

Eu vim de trem, porque eles pediam documentos nos ônibus, mas não estavam pedindo nos trens. E eu tinha ainda minha carteira de Sargento da Aeronáutica. Eles não caçaram a minha carteira, porque quando eles me expulsaram, me chamaram para fazer inspeção de saúde e eles me pediram a carteira, mas eu disse que não tinha mais, que tinha colocado fora. [...] Eu fiquei com a carteira, então se alguém me pedia a identidade, eu apresentava. Claro que se eles vissem a lista, iam me prender, mas no trem eles não estavam pedindo documento. Então eu cheguei de trem, peguei um táxi e fui para Rivera. Como me criei aqui, ali fiquei. Conhecia todo mundo em Rivera também, me criei em Rivera. [...] O trem partia de Porto Alegre, perto da estação rodoviária, e vinha até aqui, onde tem um museu agora. E ali peguei um táxi e em cinco quadras já estava no Uruguai.²⁰²

A respeito da escolha do Uruguai como destino, e da fronteira Santana do Livramento-Rivera em particular, Santanna elenca alguns aspectos observados também em outros depoimentos e/ou estudos acerca das motivações que concorreram para a escolha do país vizinho. Segundo relata, o fator primordial possuía estreita relação com uma questão de

Sobrevivência, porque eu não tinha outro lugar para sobreviver. [...] Então eu vim para o lugar onde eu tinha meus parentes. E é onde a minha família Santanna, que tem o mesmo nome do município, era conhecida. No início, eu encontrei muita dificuldade, mas eu tinha parentes que moravam também no Uruguai.²⁰³

²⁰¹ Entrevista concedida por Estoécel Ribeiro Santanna à autora, em Santana do Livramento, em 13 de dezembro de 2013.

²⁰² Entrevista concedida por Estoécel Ribeiro Santanna à autora, em Santana do Livramento, em 13 de dezembro de 2013.

²⁰³ Entrevista concedida por Estoécel Ribeiro Santanna à autora, em Santana do Livramento, em 13 de dezembro de 2013.

Assim, entre aquelas famílias que se estabeleceram na fronteira Brasil-Uruguai após 1964, algumas já possuíam laços de parentesco em Livramento e Rivera, o que certamente facilitou, em alguma medida, o estabelecimento na região. Nesse sentido, vale a pena retomarmos a importância dos laços familiares na constituição de redes de solidariedade. Não obstante, outras pessoas lá chegaram com pouca ou nenhuma referência, já que a proveniência dos que buscavam refúgio na região era bastante diversa, ainda que um número significativo tivesse como ponto de partida o Rio Grande do Sul. Segundo Estoécel, essas pessoas partiam

De todos os lados. Do Recife, Ceará, tinha gente pernambucana, tinha de tudo. Porque aqui tinha muito brasileiro morando lá [Uruguai], que era contra a ditadura [...] então eles vinham para cá, porque aqui tinham muito apoio. [...] a maioria era gaúcho, de todo o Rio Grande, mas também de Santa Catarina, Pernambuco, Ceará, Bahia, São Paulo.²⁰⁴

No que concerne aos pormenores relativos às rotas utilizadas e à maneira como essas pessoas chegavam até eles, Estoécel opta por não entrar em detalhes. Todavia, é patente a importância do contato estabelecido previamente, tendo em vista o receio da atuação de infiltrados. Nesse sentido, sobressaem-se os laços anteriormente traçados, via de regra, na constituição dessas redes de colaboração. Segundo assinala,

Isso não competia a nós e nem queríamos saber. O que interessa é que chegavam, nos procuravam em algum determinado lugar, que eu não posso dizer. Quando perguntaram para o Prestes como é que ele ficou no Brasil tantos anos escondidos ele dizia "eu nunca vou dizer, porque eu não sei se eu não tenho que ficar de novo". Então eles chegavam e nós tínhamos uns quantos exilados, Rivera tinha mais de 50 exilados, então nós dávamos apoio para eles, companheiros perseguidos, e de 50, 5 ou 10 conheciam aquele cara que estava chegando, que era pessoa de confiança, que não era um infiltrado. E se o cara queria ficar em Rivera já ficava ali conosco, e de um jeito ou de outro ia sobrevivendo, porque tinha muita solidariedade do pessoal do Uruguai.²⁰⁵

Inicialmente, o núcleo santanense do Partido Comunista Brasileiro (PCB), acostumado à clandestinidade dos anos precedentes, assumiu a recepção aos que buscavam refúgio na região de fronteira. Além da já citada influência trabalhista, percebe-se que o PCB possuía um número considerável de adeptos em Livramento, conforme pode-se notar a partir do relato de Luiz Carlos Santana:

²⁰⁴ Entrevista concedida por Estoécel Ribeiro Santanna à autora, em Santana do Livramento, em 13 de dezembro de 2013.

²⁰⁵ Entrevista concedida por Estoécel Ribeiro Santanna à autora, em Santana do Livramento, em 13 de dezembro de 2013.

Eu sou filho de um trabalhador que era do Partido Comunista. E eu na juventude ou até na infância, observava as reuniões do PC, que, às vezes, eram feitas em casa. Um determinado tipo de reunião com todo um cuidado, muito apurado, em função da repressão. Então, [...] meus irmãos montavam guarda para reunião acontecer com normalidade e não correrem risco. A partir de um certo momento, com o advento do governo Jango, há uma movimentação extraordinária em relação ao que se vinha vivenciando anteriormente e uma expectativa, um alvoroço político, que se estabelecia aqui na fronteira, porque o PC, embora na clandestinidade, era um partido relativamente atuante. A gente via, por exemplo, o jornalista, o militante jornalista do PC, cruzando a rua e distribuindo o jornal do partido.²⁰⁶

Vale destacar também que o PCB, justamente por estar na clandestinidade, reunia-se, muitas vezes, do lado uruguaio, mesmo antes do golpe de Estado de 1964, conforme destacou Sérgio Alves Perez,

O PCB na época estava na clandestinidade. E o lugar mais fácil deles se reunirem era no Uruguai. Tinha uma chácara de um tio meu, que se chamava Solón Santanna, era muito conhecido como Castelhana Santanna e essa chácara, depois de 1964, e antes de 1964 também, eu lembro que ali se reuniam dirigentes do Partido Comunista do Rio Grande do Sul inteiro. O local de reunião deles era esse. Eu era um *piazinho*, eu participava até da segurança da chácara. Eu fazia a segurança a cavalo e meu pai me recomendava "se tu veres entrar um auto, alguma coisa, tu vens correndo". Eram reuniões grandes. Vinham em torno de 20 pessoas, dirigentes de todos os lugares. A chácara era em Rivera.²⁰⁷

Perez é filho de um comunista brasileiro exilado em 1950, em função do massacre responsável pela morte de militantes, ocorrido na Praça Internacional, situada na fronteira em questão.²⁰⁸ Nascido em Santana do Livramento, no mesmo ano da chacina, cresceu com a família no exílio em Rivera:

Eu sou filho de um comunista que se exilou em 1950 na cidade de Rivera, como consequência de um massacre que houve no Parque Internacional. Foi no ano em

²⁰⁶ Entrevista concedida por Luiz Carlos Santana à autora, em Santana do Livramento, em 2 de outubro de 2010.

²⁰⁷ Entrevista concedida por Sérgio Alves Perez à autora, em Santana do Livramento, em 18 de dezembro de 2012.

²⁰⁸ Na noite de 24 de setembro de 1950, ocorreu um episódio que ficou conhecido como "chacina dos quatro A", em alusão ao nome dos quatro militantes do Partido Comunista assassinados, quais sejam, Aladim Rosales, Ary Kulmann, Aristides Correa Leite e Abdias da Rocha. O caso ocorreu no Parque Internacional, nas cidades-gêmeas de Santana do Livramento e Rivera, localizado, portanto, parte no território brasileiro e parte no Uruguai. A tragédia teria iniciado quando uma pichação feita pelos militantes, a poucos metros da linha internacional, mas ainda do lado brasileiro, teve como resposta uma ação truculenta das forças de segurança do Brasil. Assim, em torno de 10 policiais, entre civis e militares, chegaram atirando. Segundo relatos, o massacre só não foi maior devido a uma intervenção da polícia uruguaia, a qual alegou que alguns dos sobreviventes estariam em solo uruguaio, barrando a atuação da polícia brasileira. Assim, partir para Rivera foi, para muitos, a única possibilidade de sobrevivência. Cf. ASSEF, op. cit.

que eu nasci, eu tinha 6 meses de idade, onde meu pai e outra pessoa mais que se chamava Santos Rodriguez foram os dois sobreviventes desse massacre. Os dois passaram feridos para o Uruguai. E a minha vida de criança já foi com a minha família no exílio no lado uruguaio. [...] À raiz dessa chacina que houve, os filhos dos comunistas no Uruguai sofriam muito [...] no colégio, por exemplo, as crianças brincavam contigo e tu eras um filho de um comunista.²⁰⁹

É válido ressaltar que o Partido Comunista Uruguaio (PCU) também auxiliou aquelas pessoas que, por diversas razões, foram impelidas, direta ou indiretamente, a deixar o território brasileiro, saindo pela fronteira. Perez tece comentários sobre a sua militância na juventude comunista e sobre o auxílio prestado pelo PCU aos exilados pós-golpe de 1964:

1964, vem o golpe de Estado. Nós morávamos no Uruguai. Já aí eu era militante da juventude comunista. E o Partido Comunista Uruguaio cumpriu um papel muito grande, fundamental, em toda essa história, porque todas as pessoas que atravessavam a fronteira, disparando do golpe, disparando da repressão, [...] foi o Partido Comunista Uruguaio, então, que se encarregou de ajudar todas essas pessoas que passavam para o outro lado. Tem uma história linda de uma casa que existia na rua Paysandú, era a casa de um comunista brasileiro que morava no Uruguai, que era um pequeno pecuarista, e ali se refugiou centos de pessoas. Eu lembro de uma noite que chegou a estar 80 pessoas dormindo um ao lado do outro no chão. E as pessoas batiam a toda a hora, de madrugada, iam entrando e era o endereço que todo mundo tinha, que as pessoas tinham para sobreviver. E o Partido Comunista Uruguaio derivava de um lado para o outro, para uma casa de família, outros queriam ir embora para Montevidéu [...] era um clima de terror muito forte.²¹⁰

Estoécel Santanna destacou também, em seu depoimento, a participação de cidadãos uruguaio na constituição dessas redes locais: “Nós tínhamos muito apoio dos uruguaio e de cidadãos brasileiros que moravam aqui [...] e do Partido Comunista do Uruguai, que nos deu um grande apoio.”²¹¹

A partir do relato de Vladimir Fagúndez, nascido em 1951, em Rivera, podemos também aceder ao importante papel desempenhado pelos comunistas de ambos os lados da fronteira: “[meu pai] como militante do PCB sempre foi um centro de contatos. O PCB vivia na clandestinidade. Eu acho que foi uma coisa natural que, quando do golpe, comessem a chegar aí [...] por ser ali [Confeitaria Metropolitana] um centro de

²⁰⁹ Entrevista concedida por Sérgio Alves Perez à autora, em Santana do Livramento, em 18 de dezembro de 2012.

²¹⁰ Entrevista concedida por Sérgio Alves Perez à autora, em Santana do Livramento, em 18 de dezembro de 2012.

²¹¹ Entrevista concedida por Estoécel Ribeiro Santanna à autora, em Santana do Livramento, em 2 de outubro de 2010.

assistência, de congregação."²¹² A confeitaria, localizada em Rivera, foi um dos pontos no qual aqueles que chegavam à fronteira encontraram assistência, conforme podemos notar pelas colocações de Perez:

A gente auxiliava com moradia, com lugar para parar, casa de amigos, casa de parentes. Muitos não queriam ficar aqui na fronteira por medo [...]. E emprego praticamente não tinha, mas nós comunistas temos como princípio a solidariedade com quem seja, e muito mais com companheiros que vem de história de um golpe de Estado brutal. Mas se tratava de conseguir emprego, fome nunca deixamos ninguém passar. Na Confeitaria Metropolitana chegou a comer umas 50 pessoas durante um dia, uns pagavam, outros não tinham dinheiro, outros lavavam prato, mas os companheiros uruguaios ajudaram muito e eles nos ajudaram aqui [Livramento] também [depois do golpe no Uruguai].²¹³

Além da ajuda material, a Confeitaria se constituiu enquanto um lugar que congregava diferentes expressões de oposição à ditadura civil-militar brasileira. Nesse sentido, em relação a grupos armados, Fagúndez assinalou que

Eles estavam em um grupo se organizando. Foi o único contato que eu tive, que eu conheci. Eles se reuniam ali na Confeitaria [Metropolitana]. [risada] Faziam treino de tiro no pátio da Confeitaria. [...] por razões que eu desconheço, em determinado momento, se desarticulou tudo isso. Eles estavam com muito entusiasmo treinando e conseguindo equipamentos e, de repente, terminou tudo isso. Estamos falando de 1965, 1966. O que eu acho é que isso aqui era uma coluna, um agrupamento de uma coisa muito maior. Nesse esquema estava o Edmur [Péricles Camargo]. Tinha umas cinco pessoas, mais ou menos. Por isso que eu digo, evidentemente, faziam parte de uma organização muito maior. Cinco Pessoas não podem invadir o Brasil. A ideia deles era fazer uma marcha armada. Entrar por aqui e ir até Porto Alegre. Isso foi das poucas coisas que eu pude perceber. Logicamente eles não falavam muita coisa para mim, pois eu era um guri de 13 ou 14 anos. Eu funcionava como correio para eles, muitas vezes fiz isso.²¹⁴

Podemos realizar um cruzamento entre esse relato e as colocações de Gutiérrez no que se refere à ida de muitos militantes para o exílio visando realizar algum treinamento armado com vistas a reingressar em território nacional. Ainda que a relação entre membros do Partido Comunista e integrantes de grupos armados fosse marcada por contendas, pode-se perceber a cooperação existente no contexto analisado. Nesse sentido, além de grupos brasileiros, o auxílio se deu também em relação aos Tupamaros. Segundo Fagúndez,

²¹² Entrevista concedida por Vladimir Fagúndez à autora, em Santana do Livramento, em 18 de dezembro de 2012.

²¹³ Entrevista concedida por Sérgio Alves Perez à autora, em Santana do Livramento, em 18 de dezembro de 2012.

²¹⁴ Entrevista concedida por Vladimir Fagúndez à autora, em Santana do Livramento, em 18 de dezembro de 2012.

[...] tinha um lugar que se chama Passo do Anão, *Paso del Enano*, onde tinha também uma chácara de um galego, um galego muito vinculado ao Partido, que terminou sendo preso por assistência e colaboração com os Tupamaros. Ele foi preso em 1970 ou 1971. Foi a primeira grande arremetida contra os Tupamaros massivamente. [...] Os Tupamaros tinham uma coluna aqui [Rivera] e foram presos, devem ter levado uns 20 mais ou menos, com diferentes *grados* de compromisso. Eu sei que a nível de direção eles tinham contatos [com o Partido Comunista]. Mas os Tupamaros sempre trataram de *involucrar* o Partido na luta armada. [...] E inclusive eles chegaram a cooptar alguns companheiros.[...] Foi o grande problema nosso de enfrentamento, na época, com os Tupamaros. Eu sei que a nível de direção tinham contatos e, muitas vezes, o Partido deu muita assistência aos Tupamaros.²¹⁵

Nas cercanias da chácara supracitada, de acordo com Fagúndez, existia, possivelmente, uma outra localidade, também em Rivera, próxima ao centro, que congregava brasileiros exilados e uruguaios em discussões políticas. Conforme assinala,

Eu lembro de [...] um caso do Major Ulisses Vilar. Meu pai alugou uma chácara muito perto daqui (hoje em dia já nem existe mais chácara porque, nesse lugar, é tudo cidade) e eles foram para lá. E eu não sei, agora é que eu estou pensando, se não foi alguma coisa organizada, pois meu pai nunca teve nenhum vínculo com o campo. [...] Mas eu estou pensando agora, recém agora, depois de tantos anos, que foi uma coisa orquestrada, organizada para que ele [Ulisses Vilar] ficasse lá. Era muito perto da cidade, dava para ir caminhando. [...] Ele me convidou para fazer uns cursos de economia, marxismo. [...] Ele ficou muito tempo ali, tomando conta da chácara. Eu gostava muito de ir lá, conversar, eu pegava a bicicleta e ia. Ficava a uns 6 ou 7 km daqui do centro. Quem morava lá mesmo era o Ulisses, ocasionalmente um tio meu também.²¹⁶

Percebe-se, pois, que a movimentação política na fronteira era deveras intensa, fato que, somado a outros, concorreu para a atenção dispensada à mesma. A esquerda uruguaia, além do citado apoio, ajudava também no deslocamento daqueles que optavam por seguir até Montevideú, conectando, mais uma vez, diferentes pontos do território a partir da atuação dessas redes de solidariedade. Estoécel Santanna, em seu relato, dá conta de alguns auxílios prestados:

[...] primeira coisa com comida, pois chegavam com fome. Em segundo lugar, um lugar para se dormir. Os que queriam ir para Montevideú, então a parte da esquerda do Uruguai era que fazia isso. Nós só os recebíamos, porque nós os

²¹⁵ Entrevista concedida por Vladimir Fagúndez à autora, em Santana do Livramento, em 18 de dezembro de 2012.

²¹⁶ Entrevista concedida por Vladimir Fagúndez à autora, em Santana do Livramento, em 18 de dezembro de 2012.

conhecíamos, senão podia vir um infiltrado aqui e se meter, então entregávamos para o pessoal da esquerda do Uruguai.²¹⁷

A marcante atuação de membros do PCB e do PCU, todavia, não excluía a ação de diversos outros grupos partidários ou não. Isso porque muitos religiosos e funcionários públicos locais de ambos os lados da fronteira, assim como diversas famílias, também prestaram assistência. Estabeleceu-se também uma rede de informações que envolvia contatos da polícia brasileira e uruguaia, bem como eram obtidos dados privilegiados do próprio Exército, conseguidos, muitas vezes, através de redes de parentesco e amizades. Esses vínculos eram de vital importância na constituição dessas redes, as quais contavam, inclusive, com o apoio de membros do partido governista. Nesse sentido, é emblemático o auxílio prestado pelo casal Zuil Correa Pujol e Edair Machado Pujol aos que se encontravam em Rivera. Zuil Pujol era proveniente de uma família udenista e seu pai era um militar da Brigada. Assim, ainda que não fosse filiado, tinha formação na União Democrática Nacional (UDN). No início de 1966, voltou para Livramento para exercer a profissão de médico, depois de ter concluído seus estudos em Santa Maria. Nesse período, entrou para a Aliança Renovadora Nacional (Arena), tendo sido, inclusive, membro do diretório municipal. O casal Pujol ajudava aqueles que se radicaram no Uruguai de diversas formas, tanto através da assistência médica, quanto da ajuda material, a partir do fornecimento de alimentos, por exemplo. Segundo assinalou em entrevista realizada, os companheiros da Arena, presumivelmente, não desconfiavam do auxílio prestado aos exilados, visto que ele fora cotado, inclusive, para ser vereador pelo partido em Livramento. O fato em questão, de acordo com Zuil, atestava a confiança dos companheiros arenistas. Foi apenas em meados da década de 1970 que começou a se desgostar com o partido, deixando-o nos anos subsequentes.²¹⁸

Pode-se inferir que o êxito da passagem e, sobretudo, da permanência no país vizinho dependia, via de regra, da conexão realizada, através de militantes ou simpatizantes, entre aqueles que almejam deixar o país e a base de apoio na cidade fronteiriça, segundo buscou-se assinalar no exame das redes de migração. De acordo com Edair Pujol, "aqui na fronteira as pessoas eram solidárias. Às vezes, não eram nem

²¹⁷ Entrevista concedida por Estoécel Ribeiro Santanna à autora, em Santana do Livramento, em 13 de dezembro de 2013.

²¹⁸ Entrevista concedida por Edair Machado Pujol e Zuil Correa Pujol à autora, em Santana do Livramento, em 2 de outubro de 2010.

políticos, mas ajudavam. Não estavam nem envolvidas com política e ajudavam."²¹⁹ Dessa forma, a assistência prestada pelas redes de solidariedade locais, a qual, muitas vezes independia de vinculações políticas, foi vital para a sobrevivência daqueles que chegavam à fronteira em condições precárias e que, depois de atravessarem em segurança para o outro lado, necessitavam de auxílio para sobreviver em uma terra estranha. Conforme Assef,

O envolvimento político e a ajuda de simpatizantes, policiais ou funcionários públicos de ambas as cidades muitas vezes seria fundamental para a passagem dar certo. Desde a resolução de problemas dos mais prosaicos até a obtenção de documentação e passes para chegar a Montevideú, de remédios ou auxílio médico, tudo dependia de uma rede de solidariedade que protegia a quem chegava ali pela primeira vez.²²⁰

Esse auxílio prestado envolvia, conforme assinalado, pessoas ligadas à instituição policial e às Forças Armadas de ambos os países. Segundo destacou o advogado Antônio Apoitia em entrevista realizada,

[...] tinha uma organização aqui para passar gente. E tinha um policial de Rivera, que morava naquela rua do Cassino, por ali, e eu tinha com ele um acerto. Quando precisava passar alguém para o Uruguai, ele é que fornecia um formulário, fulano de tal, colocava um nome, e com aquilo ali, que era um documento oficial carimbado, ele tinha assinado como chefe de polícia. E ele colocava um nome de posto, que as pessoas usassem. Eu mesmo usava aquilo frequentemente. Eu usava outro nome. Eu, por exemplo, usava o nome Alma Fuerte, então quem viajava era o Antônio Alma Fuerte, que era meu pseudônimo, minha identidade. Então, eu deixava os meus documentos por aqui, e pegava minha identidade de Alma Fuerte, que foi feita no quartel general de Porto Alegre. Eu tinha um amigo lá que me fez uma Carteira de Identidade do Exército, uma carteira verde, mas eu era civil. E ele me fez lá no QG assinado pelo general. [...] claro que aquela Carteira eu só usava quando eu viajava para o Uruguai. Eu escondia a carteira aqui.²²¹

A movimentação política na fronteira era intensa, conforme anteriormente citado no caso das chácaras em Rivera, bem como no tocante à Confeitaria Metropolitana, a despeito da permanente vigilância a que estavam sujeitos os que por lá passavam ou viviam. Apoitia ressaltou alguns dos estratagemas utilizados para burlar esse controle:

²¹⁹ Entrevista concedida por Edair Machado Pujol à autora, em Santana do Livramento, em 2 de outubro de 2010.

²²⁰ ASSEF, op. cit., p. 98.

²²¹ Entrevista concedida por Antônio Apoitia Neto à autora, em Santana do Livramento, em 2 de outubro de 2010.

[...] e quando havia uma reunião importante, que era uma reunião secreta, com pessoas que estavam foragidas da polícia, nós a fazíamos em um carro, dentro do automóvel, de noite. A gente marcava uma hora, por exemplo, lá pelo Cassino, uma rua qualquer. E subia cinco pessoas em um automóvel. [...] E a gente discutia uma série de coisas sobre política, pra tomar alguma decisão sobre a passagem de algum fulano. E tinha um que ficava encarregado de conseguir um papel da polícia uruguaia. Daquele policial uruguaio. [...] Havia muita gente [que ajudava], tinha gente do Exército. [...] E isso era muito comum por aqui. E políticos passaram por aqui, gente do governo federal. É a natureza da fronteira, não é? Atravessa a rua e está do outro lado. Com documento falso, que tinha gente aqui que fazia.²²²

Perez comenta também o cuidado que os militantes possuíam durante as reuniões do Partido Comunista, mesmo quando estas ocorriam em território uruguaio:

O Partido Comunista Brasileiro, por exemplo, quando se reunia do lado uruguaio tinha o cuidado nessa chácara. Chegavam companheiros por outros lados, uns chegavam a cavalo, tudo muito bem preparado com uma segurança muito grande. Era a forma que tinha de se reunir. Eles chamavam, na época, de *subterrâneo da liberdade*.²²³

No tocante à importância da colaboração prestada, é importante lembrar que, normalmente, os exilados passavam por complicações materiais, dadas as difíceis condições em que se encontravam em uma terra desconhecida. Segundo Rollemberg, “em geral, trata-se de um processo penoso, agravado pelas carências materiais, pelo desconhecimento da língua, da cultura e dos trâmites burocráticos, pela falta de documentos, pela não rara impossibilidade de exercer a profissão de origem.”²²⁴ Nesse sentido, Teresa Schneider Marques destacou também que

[...] a maioria dos brasileiros no Uruguai foi obrigada ainda a sobreviver com graves dificuldades financeiras. A saída forçada e inesperada do país encontrou muitos desprevenidos – sem reservas financeiras –, o que foi agravado pela perda das suas ocupações de trabalho – muitos ocupavam cargos no governo deposto, e os demais, devido às suas vinculações políticas, foram obrigados a abandonar tudo para escaparem da repressão. Além disso, vale lembrar que vários dos perseguidos pela ditadura perderam parte de seus bens devido às apreensões ilegais que ocorreram constantemente durante esse período de repressão política.²²⁵

²²² Entrevista concedida por Antônio Apoitia Neto à autora, em Santana do Livramento, em 2 de outubro de 2010.

²²³ Entrevista concedida por Sérgio Alves Perez à autora, em Santana do Livramento, em 18 de dezembro de 2012.

²²⁴ ROLLEMBERG, op. cit., p. 28.

²²⁵ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. Ditadura, Exílio e Oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2006. p. 68.

O citado caso de Santanna é bastante emblemático no tocante a essas considerações, tendo em vista a sua expulsão dos quadros das Forças Armadas brasileiras, devido ao apoio conferido ao governo deposto. Quando Estoécel resolveu partir para o Uruguai, deixou a esposa grávida e mais outra filha com a família dela, que residia em Salvador, no estado da Bahia, em função da carência de condições materiais: "eles [militares] cortaram nosso salário, cortaram tudo. De uma hora para a outra, tu passas de Sargento da Força Aérea Brasileira para indigente."²²⁶ Santanna, após se estabilizar em Rivera - muito em função do apoio recebido por parte de familiares, entre outros -, passou a prestar assistência aos que lá chegavam sem condições materiais de sobreviver, pois empregava algumas pessoas como professores no curso que fundara para conseguir permanecer na fronteira. Segundo relata,

Comecei com um boteco, vendendo doce, mas depois não deu certo. Então o Aquiles Alves, professor que ajudou todo mundo, [...] me disse “porque tu não anuncia para dar aula?”, porque eu era bom em matemática. [...] E daí ele colocou em *A Platéia* [jornal local] o anúncio e ele me cedeu a casa dele para dar aula. [...] Eu comecei ali no Aquiles com três alunos. [...] começaram no boca-a-boca a vir mais alunos, então já não dava mais pra dar aula no Aquiles.²²⁷

Em entrevista feita recentemente, Estoécel acrescentou ainda:

Aluguei uma salinha na [rua] Agraciada. [...] depois aluguei uma casa passando o Cassino, uma casa amarela grande. E ali o cursinho cresceu. E ali eu montei o cursinho pré-vestibular. [...] então eu fui ganhando fama, tanto é que o cursinho vai fazer, em 2015, 50 anos. [...] Então a aula no início foi sobrevivência, tinha que arrumar alguma coisa. Alguns colegas ficaram de mecânicos, ou outras coisas. Tínhamos que sobreviver, já que nós ficamos sem salário nenhum, sem nada. [...] Depois que eu já estava bem, mandei trazer a Lia [esposa] de Salvador.²²⁸

Na imagem abaixo, é possível visualizar a fachada atual do cursinho fundado no exílio por Estoécel, o qual funcionou durante 10 anos em Rivera e os outros quase 40 em Santana do Livramento. A partir do auxílio prestado por ele, muitos puderam exercer uma profissão, ainda que destoasse de sua formação original. Isso foi recorrente entre grande

²²⁶ Entrevista concedida por Estoécel Ribeiro Santanna à autora, em Santana do Livramento, em 13 de dezembro de 2013.

²²⁷ Entrevista concedida por Estoécel Ribeiro Santanna à autora, em Santana do Livramento, em 2 de outubro de 2010.

²²⁸ Entrevista concedida por Estoécel Ribeiro Santanna à autora, em Santana do Livramento, em 13 de dezembro de 2013.

parte dos exilados brasileiros no Uruguai, visto que muitos recorreram a profissões que não tinham relação, necessariamente, com a sua formação, conforme destacou Marques.²²⁹

Figura 13: Fachada atual do curso fundado no exílio por Estoécel Ribeiro Santanna



Foto: Marla Barbosa Assumpção - Santana do Livramento, dezembro de 2013.

É patente, em diversos casos, que muitos dos que se radicaram em Rivera e que necessitaram do apoio inicial concedido por familiares, amigos e/ou militantes, após fixarem residência, passaram também a prestar auxílio àqueles que continuaram chegando à região. De acordo com América Ineu Chaves, "desde que eu fiquei com casa instalada aqui [Rivera], em 1965-1966, a gente já começou a receber o pessoal, os vizinhos me

²²⁹ MARQUES. *Ditadura, Exílio...* op. cit., p. 69.

procuravam. Uns passavam para os outros. Uns vinham na minha casa, outros vinham na do Santanna, outros vinham para o Burmann."²³⁰ Essa colaboração com os que se encontravam exilados na fronteira ou que a utilizavam como rota de passagem ia, conforme observado, desde a obtenção de algum emprego, até algo para se comer, um lugar para se dormir, entre outros auxílios. Conforme acrescentou Chaves,

Na minha casa passaram inúmeros exilados. Tem uns que marcam a gente. Teve um rapaz, Armênio, que era de São Paulo, de Santos. Era ele e uma irmã. E ele apareceu na minha casa com os pés em carne viva. Ele veio de carona até Rosário. Ele conseguiu carona com um caminhão. E de Rosário até chegar aqui em Rivera, ele veio por dentro dos campos, para poder não passar nos controles. Chegou praticamente só com a roupa do corpo, de pés descalços. E eu fiquei chocada de ver o estado dele. E era um menino também. [...] e daí eu fui conseguir com um sobrinho do Santanna [...] roupa. Daí ele me levou roupa, levou calçado.²³¹

É importante considerar, a partir desse relato, as diferentes rotas que foram utilizadas com o intuito de burlar a vigilância. Nesse sentido, Santanna tece comentários também acerca das dificuldades concernentes às tentativas de realizar um monitoramento mais ostensivo da região, tendo em vista as inúmeras possibilidades de cruzá-la. Conforme assevera,

Aqui não adiantava. Silveira Martins já dizia o seguinte: "aqui nessa fronteira do Brasil com o Uruguai, se botar todos de mãos dadas e deixar uma porteira, não tem quem botar na porteira." Não tem quem vigie, porque eles não conhecem os corredorzinhos que tem, as picadas, os rios.[...] e o pessoal passou, passou, passou, passou e passou. Eu fui duas vezes a Montevidéu, de Montevidéu fui a Porto Alegre, tudo clandestino.²³²

Nos capítulos que se seguem, analisaremos mais detidamente as preocupações de autoridades brasileiras com o trânsito na fronteira Brasil-Uruguai e os diferentes estratagemas utilizados com o intuito de coibi-lo. Nesse sentido, assinalamos desde já a importância de cotejarmos as colocações de Santanna com as impressões esboçadas por uma Missão Especial comandada pelo Itamaraty, que realizou um mapeamento da fronteira sul-rio-grandense no ano de 1964. Isso porque é visível, ao cruzarmos ambos os casos, a diferença entre o território projetado na concepção do Estado e seus agentes e as

²³⁰ Entrevista concedida por América Ineu Chaves à autora, em Santana do Livramento, em 2 de outubro de 2010.

²³¹ Entrevista concedida por América Ineu Chaves à autora, em Santana do Livramento, em 2 de outubro de 2010.

²³² Entrevista concedida por Estoécel Ribeiro Santanna à autora, em Santana do Livramento, em 13 de dezembro de 2013.

territorialidades concretas de quem o conhece e o usa. Além disso, a partir do relato acima, é possível perceber a conexão entre o exílio no Uruguai, seja na fronteira, seja em Montevideu, com Porto Alegre. Ainda em relação a essa questão, Fagúndez destaca que

Na minha casa, vinham correios, contatos da direção do Partido estadual de Porto Alegre. Eles ficavam lá em casa e me davam coisas. Eu funcionava como correio deles, eu ia procurar fulano, depois se encontravam e ficavam lá em casa conversando. Esses contatos da direção estadual do Partidão existiam. Iam e voltavam de Porto Alegre. Eram frequentes, em geral vinha a mesma pessoa, ia lá para casa e alguns companheiros iam lá conversar com ele. Ficava um dia ou dois e ia embora. [...] Fazia a ponte entre as organizações lá de Porto Alegre e os exilados aqui [Rivera].²³³

Para muitos dos que se encontravam no Uruguai após o golpe, inclusive para os que estavam instalados em Montevideu, a aproximação frequente com a fronteira significava não apenas o auxílio aos que lá se encontravam exilados, como também àqueles que mantinham uma posição de confronto com a ditadura brasileira a poucos metros de distância da linha divisória. Assim, a ida para Rivera e o estabelecimento nessa cidade obedecia tanto à necessidade de fugir da nova ordem instaurada em 1964, como também significava uma possibilidade de enfrentamento, mesmo que tênue, à ditadura civil-militar. Antônio Apoitia, além de prestar o citado auxílio para facilitar a passagem daqueles que necessitavam, também conectava o exílio daqueles que estavam em Montevideu, com a fronteira e, inclusive, Porto Alegre:

Vim para Rivera, daí tirei a cidadania uruguaia e passei a ir frequentemente a Montevideu. [...] Eu tinha a certidão de identidade com outro nome e eu viajava frequentemente a Montevideu. Tive contato com o Brizola, com o Jango, com o Ministro Amaury Silva [...] que estavam exilados lá, e com vários subversivos e exilados. E eu usava documento falso. Eu usava outra identidade. E vivia indo de Rivera a Montevideu. E Porto Alegre também. Fazia documentos, passava pessoas. Eu era muito ativo nesse sentido. [...] Eu era subversivo, inimigo do regime, da ditadura.²³⁴

E acrescenta ainda: "A gente conseguia no Uruguai muito material político que a gente fazia chegar até Porto Alegre. Levava aquilo clandestinamente. Material de gente mesmo como o Jango, o Amaury, o Brizola que estavam lá. Às vezes, correspondência.

²³³ Entrevista concedida por Vladimir Fagúndez à autora, em Santana do Livramento, em 18 de dezembro de 2012.

²³⁴ Entrevista concedida por Antônio Apoitia Neto à autora, em Santana do Livramento, em 2 de outubro de 2010.

[...] mandava por alguém ou ia pessoalmente."²³⁵ Esses vínculos entre o lado uruguaio e brasileiro, sobretudo no que concerne ao estado do Rio Grande do Sul, são patentes também no relato de Fagúndez, o qual tece comentários acerca dessa peculiaridade de um exílio vivido sem que houvesse uma marcante distância cultural, visto a proximidade em diversos âmbitos entre os países em questão, principalmente entre os uruguaios e os sul-rio-grandenses.²³⁶ Via de regra, a experiência do exílio deixa inúmeras marcas e perdas de referenciais naqueles que a vivenciam. Não obstante, esse processo se agudiza quando a distância, geográfica e cultural, passa a ser cada vez maior. Ao se debruçar sobre o caso de uruguaios que, em um primeiro momento, buscaram refúgio nos países do Cone Sul, quando da escalada autoritária atravessada pelo país a partir de 1968, e, posteriormente, tendo em vista a onda de golpes que se alastrou pela região, precisaram se exilar em outros lugares, como a Europa, Bielous assinala que

Se profundizó la pérdida de referentes, la ajenidad respecto al medio, la distancia de lo propio y el aprendizaje forzado de códigos, pautas culturales, formas de humor de la sociedad receptora aunque sólo fuera para sobrevivir. Todo este cúmulo de borramientos de la identidad y apropiamiento de otros perfiles, a marchas forzadas, acompañado de la experiencia traumática de la pérdida, de la separación de los afectos, muchas veces en situaciones de extrema violencia e impotencia formó parte de la cotidianidad del exilio. Alcanzar una tierra de refugio era apenas comenzar un difícil y traumático proceso de trasplante en el que se estaba en un lado pero se vivía pensando en el otro.²³⁷

Santanna ressalta também que o exílio no Uruguai e, sobretudo, na fronteira foi sentido de forma diversa em relação àqueles casos nos quais o refúgio se dava em localidades longínquas: "Para nós foi mais fácil porque nós tivemos o apoio dos nossos parentes aqui. Para eles lá [Chile, Argélia, países europeus] foi muito difícil." Além disso, conforme relata, "eu trabalhei durante 10 anos a 20 metros da linha [demarcatória]."²³⁸

A vizinhança entre os territórios em questão fazia com que se estivesse, por decorrência, também a poucos metros de autoridades das forças de segurança brasileiras. Assim, ainda que alguns militares, policiais, entre outros, colaborassem com os exilados - a partir de laços de amizade e/ou parentesco, por exemplo -, conforme anteriormente

²³⁵ Entrevista concedida por Antônio Apoitia Neto à autora, em Santana do Livramento, em 2 de outubro de 2010.

²³⁶ Entrevista concedida por Vladimir Fagúndez à autora, em Santana do Livramento, em 18 de dezembro de 2012.

²³⁷ BIELOUS, op. cit., p. 255.

²³⁸ Entrevista concedida por Estoécel Ribeiro Santanna à autora, em Santana do Livramento, em 13 de dezembro de 2013.

mencionado, percebe-se que a vigilância era permanente. De acordo com relatos de Santanna,

Por incrível que pareça, e esse é um fato interessante, os milicos passaram a estudar lá [no curso fundado por ele]. Os militares, para fazer a escola militar. [...] Eu não podia entrar aqui, mas eles iam para lá. [...] Aí, era gente que estudava na polícia, e tinham também os que eram investigadores, que iam para aula para observar.²³⁹

A partir de seus relatos, podemos também aceder a outras ações do aparato repressivo brasileiro.

Eu não sofri perseguição nem do lado de lá, nem do lado de cá. [...] não vou te dizer que com todos foi assim. O ex-deputado Burmann eles tentaram passar para lá [Livramento] e só não passaram porque o Burmann era muito forte, e eles eram três e o Burmann lutou com eles. E vinha vindo um *policia* uruguaio ali perto da Igreja da Matriz uruguaia e viu, e eles tiveram que disparar, mas eles iam levar o Burmann, que era do PTB.

Santanna esboça, ainda, considerações acerca de outros casos que envolveram conhecidos seus na cidade de Rivera:

Tentaram trazer [...] o comissário Chaves, que morava a meia quadra do meu cursinho. E já estavam com ele entre Livramento e Artigas, vindo por dentro do Uruguai para passar ele por aqui. Quando o Doutor René Fajardo, advogado, botou em alerta tudo quanto é autoridade uruguaia e pegaram ele no meio do caminho. [...] E lá no meu cursinho eu também sabia que tinha gente espionando.²⁴⁰

Perez também tece comentários acerca da atuação da repressão brasileira em território uruguaio, mesmo antes da deflagração do golpe de Estado em 1964. Nesse sentido, é importante atentarmos para o fato de que, assim como o refúgio de membros da oposição do outro lado da linha demarcatória foi utilizado em diferentes conjunturas, também a atuação de autoridades brasileiras no Uruguai, sobretudo daquelas atuantes em um ambiente de fronteira, extrapola o contexto ditatorial analisado. Assim, indubitavelmente, uma das mudanças significativas que se processou no contexto de Guerra Fria foi o alvo dessa perseguição que transcendia os limites territoriais estabelecidos, direcionando-se, então, para os inimigos internos. Segundo relata,

²³⁹ Entrevista concedida por Estoécel Ribeiro Santanna à autora, em Santana do Livramento, em 2 de outubro de 2010.

²⁴⁰ Entrevista concedida por Estoécel Ribeiro Santanna à autora, em Santana do Livramento, em 13 de dezembro de 2013.

[...] mesmo com o Uruguai democrático, eles [militares] entravam na fronteira, nunca pegaram ninguém lá dentro porque não podiam, porque, nessa época, o Uruguai era um país democrático mesmo. Em 1950, quando meu pai saiu ferido para o lado uruguaio, na noite, tentaram trazer ele para cá, para o lado brasileiro. Foram lá onde ele estava lastimado, queriam queimar os arquivos, queriam que dessa chacina [da Praça Internacional] não ficasse nenhum vivo, então tentaram trazer ele. E o comissário encarregado de, no lado uruguaio, prender meu pai, que estava muito machucado, estava ferido, era um homem muito direito e não permitiu, disse que esse preso não saía do Uruguai de jeito nenhum, e não deixou. Mas foram para trazer ele para matar.²⁴¹

Cabe ressaltar, ainda, que a sobrevivência isolada na fronteira, longe das mencionadas redes de solidariedade, se revelava uma tarefa árdua. Não obstante, a atuação de forma solitária foi um recurso necessário, sobretudo, com o recrudescimento da repressão, após a decretação do AI-5, quando a infiltração nas organizações de esquerda cresceu significativamente. Nesse sentido, é emblemática a anteriormente aludida tentativa de Gutiérrez, o qual, em função da condenação pelo Superior Tribunal Militar, que foi vítima em outubro de 1969, teve que sair do país, passando pelo Uruguai, Chile e Bolívia. Gutiérrez tentou criar uma rede de apoio na fronteira Livramento-Rivera em 1972. Segundo relata em seu livro de memórias, tentou fixar-se nessa zona como fotógrafo: “Minha próxima tarefa era estabelecer-me na fronteira Uruguai-Brasil e criar uma base de apoio sem contar com os brasileiros asilados no Uruguai. Para tanto, dispunha de mil dólares e de uma máquina fotográfica.”²⁴² Contudo, conforme mencionado, a dificuldade de operar sozinho em um ambiente como aquele era patente:

Tentei, durante alguns meses, me estabelecer como fotógrafo. [...] Certamente, estava muito longe de ser um profissional bem-sucedido. Trocava correspondências codificadas com a VPR. Estabelecer-me em Rivera, construir uma infra-estrutura para permitir a passagem de militantes, sem nenhum contato e sem dinheiro, revelou-se uma tarefa impossível. Por volta de junho, me convenci da inviabilidade de minha missão naquelas condições e retornei a Montevideú.²⁴³

Percebe-se, pois, a importância dos agentes fronteiriços nesse contexto, que, de acordo com suas possibilidades, resistiram e burlaram os mecanismos de vigilância e repressão da ditadura civil-militar, seja através de uma postura de enfrentamento mais explícita, seja através da assistência prestada aos que necessitavam.

²⁴¹ Entrevista concedida por Sérgio Alves Perez à autora, em Santana do Livramento, em 18 de dezembro de 2012.

²⁴² GUTIÉRREZ, Claudio. *A guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Proletra, 1999. p. 97.

²⁴³ *Ibid.*, p. 98.

Segundo mencionado, quando do golpe de Estado em 1964, muitos brasileiros se refugiaram na fronteira com o Uruguai, contando com a solidariedade de muitos cidadãos vizinhos. Assim, com o início da abertura política no Brasil, a qual praticamente coincide com o golpe no Uruguai, assistiu-se ao fenômeno inverso, uma vez que foram os uruguaios que passaram a buscar outros países para sobreviver. É importante considerar, todavia, que o trânsito empreendido por brasileiros não cessou, conforme assinalou Santanna, ele "foi diminuindo porque teve ditadura [no Uruguai], mas não parou. Gente indo para lá e para cá. [...] Embora eles tivessem listas comuns, os caminhos são infinitos, para tu saíres de Livramento deve ter cinquenta maneiras diferentes."²⁴⁴

No caso de um ambiente fronteiriço, como o focalizado pelo presente estudo, muitas uruguaios, nesse contexto, cruzaram a linha demarcatória, passando de Rivera a Livramento, e mesmo para outras regiões do estado. Perez, ao comentar essas questões, assinala: "a vida política da fronteira é esta: sempre de uma ajuda mútua." E acrescenta: "sempre existiu uma coordenação muito boa, muito solidária. Tanto é que Universindo Díaz e Lilián Celiberti estavam em Porto Alegre. Muitas pessoas foram embora para a Suécia através do Brasil também. Conseguiram sair pelo Brasil, com a ajuda da esquerda brasileira."²⁴⁵ Não obstante, é importante não perdermos de vista que, no Brasil, ainda vivíamos sob a égide de uma ditadura e que, ao longo da década de 1970, assistiu-se a um aprimoramento da coordenação repressiva entre os países do Cone Sul, através da Operação Condor, da qual Lilián e Universindo, além das crianças - filhas da primeira - Camilo (7 anos) e Francesca (3 anos), foram vítimas de uma ação perpetrada por forças de segurança uruguaio-brasileiras na cidade de Porto Alegre.²⁴⁶ Nesse mesmo sentido, Bielous comenta que

El destierro fue también para los uruguayos tanto una forma de mantenerse como de alejarse de la política. Como en general sucede en situaciones de persecución y obligado escape, los perseguidos procuran en lo posible, un lugar cercano. [...] De esta forma Argentina incluso antes de mayo 1973 en que concluía uno de los ciclos militares y también Brasil, pese a su régimen dictatorial iniciado en abril de 1964, fueron *puertos de llegada* de los exilados uruguayos. [...] La relativa facilidad con la que era factible atravesar la frontera terrestre que separa a Brasil y Uruguay y el relativo o comparativamente menor riesgo de ser detenido (respecto a Argentina) promovió la huida en esa dirección. Se debe insistir en lo

²⁴⁴ Entrevista concedida por Estoécel Ribeiro Santanna à autora, em Santana do Livramento, em 13 de dezembro de 2013.

²⁴⁵ Entrevista concedida por Sérgio Alves Perez à autora, em Santana do Livramento, em 18 de dezembro de 2012.

²⁴⁶ Sobre essa questão, ver REIS, op. cit. Ver também: CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor. O sequestro dos uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura.* Porto Alegre: LP&M, 2008.

relativo, porque el accionar del Cóndor estuvo presente en Brasil. Un ejemplo para los uruguayos está en el secuestro de Lilian Celiberti, Universindo Rodríguez Díaz y sus hijos.²⁴⁷ (grifos da autora)

Assim, o final da década de 1960 foi marcado por um ambiente hostil em ambos os lados da fronteira. Conforme analisaremos no último capítulo, nesse momento, Livramento sofreu um processo de intervenção por parte do Conselho de Segurança Nacional. Já em Rivera, o clima pré-golpe foi deveras complicado. Segundo assinalou Fagúndez, "eu fiquei aqui em Rivera até o golpe de Estado e era cada vez mais opressivo o clima."²⁴⁸ Gutiérrez assinalou também que o clima no país vizinho era bastante diferente do que encontraram aqueles exilados que deixaram o país nos primeiros anos que se seguiram ao golpe. Além disso, nos meses em que estive na fronteira Livramento-Rivera, no ano de 1972, tinha a impressão de que seria alvo de uma ação de forças de segurança, conforme já havia ocorrido anos antes em Montevideú. Segundo relata,

O padre [Verfíssimo] ficou absurdamente desconfiado quando me viu. [...] E foi um contexto terrível. Rivera é uma cidade pequena e pessoal de esquerda são poucos, todos conhecidos, meus contatos era esse povo, e está do lado do Brasil. Certamente se eu continuasse ali na fronteira eu ia ser sequestrado. Não tinha a mínima hipótese de não ser sequestrado ali. Eu fiquei uns quantos meses ali. Eu tinha um equipamento de fotografia e me estabeleci como fotógrafo. [...] Tudo que é Tupamaro que ia para esses lugares se estabelecia como fotógrafo, porque é algo fácil de criar. Meu esquema de cobertura era ruim, tudo era ruim, não tinha apoios efetivos nenhum. Eu fiquei quatro ou cinco meses, de janeiro a abril, não me lembro exatamente o período, e voltei para Montevideú, até porque já não tinha mais dinheiro, eu trouxe dinheiro da organização [VPR].²⁴⁹

Ainda em relação ao clima vivenciado na fronteira nesse momento, Gutiérrez acrescentou que

Quando eu vou para o Uruguai, eu sofri uma tentativa de sequestro, uma prisão com características de sequestro, de colaboração da polícia uruguaia com a polícia brasileira. [...] algumas vezes tive a impressão de ser seguido, algumas vezes tive a impressão de pessoas que me abordaram, brasileiros com papos meio estranhos [...]. Eu ficava em hotéis, pensões. Eu tinha suspeita de todo mundo em uma circunstância dessa. [...] eu nunca pesquisei se a repressão teve

²⁴⁷ BIELOUS, op. cit., p. 242-243.

²⁴⁸ Entrevista concedida por Vladimir Fagúndez à autora, em Santana do Livramento, em 18 de dezembro de 2012.

²⁴⁹ Entrevista concedida à autora, em fevereiro de 2014, por Claudio Gutiérrez para o projeto "Vozes contra o silêncio", coordenado pelos historiadores Enrique Serra Padrós (UFRGS) e Francisco Carvalho Júnior (UFRGS).

conhecimento da minha presença ali [Rivera], mas eu tenho fortes desconfianças de que sim.²⁵⁰

Ainda que a impressão de Gutiérrez de que seria sequestrado na fronteira Brasil-Uruguai não tenha se confirmado, essa desconfiança estava, em parte, assentada na ação de que fora alvo anos antes por parte de forças de segurança binacionais na capital uruguaia. Além disso, é preciso levar em conta que, em diferentes circunstâncias, autoridades brasileiras invadiram a fronteira para tentar prender cidadãos brasileiros residentes no Uruguai.

Com o golpe de Estado no Uruguai assistiu-se, segundo citado, a uma relativa inversão do trânsito na fronteira. As redes de solidariedade antes mencionadas passaram, então, a colaborar com os uruguaios que necessitavam deixar seu país.²⁵¹ Com esse intuito, muitos brasileiros de Livramento os auxiliaram a cruzar o Rio Grande do Sul em busca de refúgio. De acordo com Fagúndez,

Tivemos muitos companheiros que fugiram para o Brasil. [...] Tínhamos companheiros aqui que se dedicavam a pegar o seu carro e levar gente até Porto Alegre, porque estavam sendo perseguidos, porque podiam cair presos e entregar em mãos de quem lá pudessem auxiliar ele. Geralmente para entrar em alguma Embaixada. [...] ontem nós estávamos em uma reunião e lembramos de um companheiro nosso, que hoje em dia mora na Espanha, que foi levado daqui por uma pessoa que, aparentemente, não tinha muito compromisso político. [...] Esse companheiro fugiu e uma pessoa daqui de Livramento pegou ele, botou no carro e levou até Porto Alegre e deixou na porta de um Consulado, e eu sei que deram asilo para ele. E essa foi uma. Eu conheço outro companheiro nosso, esse sim era um companheiro comunista, agora ele mora na Espanha, e ele levou muitas pessoas.²⁵²

Percebe-se, pois, que o recurso do refúgio na fronteira, historicamente utilizado, em diferentes conjunturas, foi fomentado, mais uma vez, diante da escalada autoritária no país vizinho. Além disso, é patente a mútua colaboração entre os cidadãos fronteiriços, fruto, possivelmente, dos laços estabelecidos cultural, social e politicamente. É importante ponderar que o trânsito de uruguaios se deu, nesse contexto, em função da implantação de uma ditadura, mas também como consequência de uma crise econômica que assolou o país

²⁵⁰ Entrevista concedida à autora, em fevereiro de 2014, por Claudio Gutiérrez para o projeto "Vozes contra o silêncio", coordenado pelos historiadores Enrique Serra Padrós (UFRGS) e Francisco Carvalho Júnior (UFRGS).

²⁵¹ Na esteira desse processo o Movimento de Justiça e Direitos Humanos desempenhou um papel de suma importância. Sobre essa questão, ver PADRÓS, Enrique; VIVAR, Jorge Eduardo Enríquez. *Memórias da Resistência e da Solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva*. Porto Alegre: Ed. ASF-Brasil, 2013.

²⁵² Entrevista concedida por Vladimir Fagúndez à autora, em Santana do Livramento, em 18 de dezembro de 2012.

a partir, sobretudo, das décadas de 1950 e 1960. Assim, no tópico que se segue, além dessas questões, examinaremos o cotidiano do exílio no Uruguai.

2.2 MONTEVIDÉU, A "CAPITAL DOS EXILADOS": O CENÁRIO POLÍTICO-ECONÔMICO URUGUAIO E A MOVIMENTAÇÃO DE OPOSIÇÃO E DENÚNCIA À DITADURA BRASILEIRA

Antes de focalizarmos alguns dos fatores que concorreram para a escolha do Uruguai como local de refúgio, bem como o cenário político do país, e também o cotidiano do exílio, é válido partirmos para uma análise do contingente de exilados a deixar o Brasil. Nesse sentido, em primeiro lugar, cabe considerarmos alguns aspectos envolvendo o estatuto e a situação do asilado.

O exilado é classificado, de acordo com o entendimento e os critérios adotados por organismos internacionais, como refugiado. Não obstante, é marcado por algumas especificidades, conforme assinalou Rollemberg, e, entre elas, o aspecto político é o mais evidente:

O que seria específico do *exilado* classificado como *refugiado*? Sobretudo, o aspecto político. Por discordar do regime político e/ou econômico vigente e muitas vezes enfrentá-lo, é perseguido institucionalmente. [...] Pode ser expulso formalmente – como banido, por exemplo – ou ser informalmente “empurrado para fora”, devido às perseguições e ameaças do aparelho repressor. Nestes casos, a partida é a própria garantia de sobrevivência física. Mas há também situações em que, por não suportar o regime, os cerceamentos e o ambiente autoritário a que o país está submetido, o indivíduo acaba por partir.²⁵³ (grifo da autora)

Entretanto, a autora faz ressalvas quanto à abrangência desse conceito para o contexto analisado:

Como trabalho com um conceito amplo de exilado [...] nem sempre as pessoas atingidas pelo exílio nos anos 1960 e 1970 tinham essa característica. Para lembrar alguns exemplos, cito as crianças e os adolescentes filhos de exilados e mulheres que se tornaram exiladas por serem casadas com perseguidos. [...] No entanto, acredito que o exilado deva ser assim identificado.²⁵⁴

²⁵³ ROLLEMBERG, op. cit., p. 44-45.

²⁵⁴ Ibid., p. 40.

A imposição do exílio, ainda que, muitas vezes, de forma indireta, tem a prerrogativa muito clara de afastar elementos considerados incômodos para a manutenção da ordem vigente, a despeito de representar, em algumas ocasiões, a possibilidade concreta de se opor e de resistir:

O exílio tem, na história, a função de *afastar/excluir/eliminar* grupos ou indivíduos que, manifestando opiniões contrárias ao *status quo*, lutam para alterá-lo. O exilado é motivado pelas questões do país, envolve-se em conflitos sociais e políticos, diz *não* a uma realidade. [...] Ao mesmo tempo, o exílio aparece como possibilidade, quando a resistência interna é impossível.²⁵⁵ (grifo da autora)

Nesse sentido, tanto o aspecto da negação quanto da afirmação são intrínsecos ao mesmo, na medida em que “o exílio é fruto da exclusão, da negação, da dominação, da anulação, da intolerância. Em si, guarda um valor negativo. [...] Mas o exílio é também a negação da negação, a luta pela afirmação, a resistência.”²⁵⁶ E é justamente na esteira dessas colocações que entendemos a formação das referidas redes como se reportando a dinâmicas de solidariedade e também de resistência.

Em relação aos exílios latino-americanos, que se sucederam ao longo das décadas de 1960 e 1970, a utilização sistemática da tortura, que desestruturava física e emocionalmente aqueles que se opunham às ditaduras – ou que eram identificados e reconhecidos, de acordo com os critérios e as lógicas do regime, como potenciais fatores de ameaça – assim como a morte, seguida, em muitos casos, do desaparecimento, desempenharam um papel fundamental nessa mencionada prática de afastamento, exclusão e eliminação. Pode-se, inclusive, ampliar essa condição do exilado, guardada as devidas proporções e diferenças, para um universo mais amplo, que foi experimentado por aqueles que estavam presos ou clandestinos, e que vivenciaram uma espécie de exílio no próprio país. Segundo destacou Rollemberg,

O exílio dos anos 1960 e 1970 foi uma tentativa de afastar e eliminar as gerações que contestavam, a partir de um projeto, a ordem política e/ou econômica identificada à ditadura militar. [...] É preciso, portanto, compreendê-lo na mesma lógica da prisão política, dos assassinatos, da imposição à clandestinidade; como mais um esforço dos militares para controlar a liberdade de expressão e a manifestação intelectual; de destruição de toda criação contestatória e de uma determinada experiência política. O exílio, em sentido mais amplo, seria, ao

²⁵⁵ Ibid., p. 25.

²⁵⁶ Ibid., p. 24.

mesmo tempo, a emigração política, a cadeia e a clandestinidade vivida por muitos brasileiros.²⁵⁷

É importante ressaltar que, em muitas circunstâncias, aqueles que buscaram refúgio em outros países não solicitaram, junto ao Estado no qual se radicaram, o status de exilados. Bielous, ao analisar o exílio de uruguaios, tece alguns comentários que, acreditamos, fornecem pistas para analisarmos o caso focalizado pela presente investigação. De acordo com a autora,

[...] el destierro era un hecho conocido aunque sus protagonistas no siempre se asumiesen como exilados. El exilio se constituyó en una experiencia social aún cuando los primeros pasos de sus protagonistas hayan sido individuales y dispersos. Esto último procura subrayar que las decisiones y las formas de "escape" de la persecución y por tanto del Uruguay, no respondieron por lo general a un movimiento migratorio organizado, estructurado. En todo caso, los protagonistas del destierro se identificaron por el propósito de preservar la libertad y hasta la vida más que por un objetivo de reorganización en el exterior.²⁵⁸

As considerações da autora vão ao encontro de alguns elementos anteriormente pontuados acerca dos esquemas de fronteira, os quais se constituíam, via de regra, em redes tenuemente organizadas. Além disso, de maneira análoga à explicitada, muitos cidadãos brasileiros que rumaram para o Uruguai não solicitaram asilo político junto ao governo daquele país. Conforme relata Santanna, o qual, durante a ditadura brasileira, residira por 10 anos em Rivera: "eu nunca pedi exílio. Eu cheguei e fui ficando. [...] a maioria chegou e foi ficando. [...] E eu já tinha morado no Uruguai uns quanto anos. [...] tinha mais de 5 mil morando, quem é que ia saber quem era exilado e quem não era?"²⁵⁹ Talvez sobretudo em um ambiente de fronteira, marcado pelo trânsito contínuo de cidadãos de ambas as nacionalidades, muitos não tenham regularizado a sua situação no país vizinho durante o período ditatorial. Segundo comenta Perez, "Na fronteira não precisava de documentação. [...] Ficava morando aí como brasileiro. Depois de tantos anos de estarem morando aí, quem ficava conseguia se documentar como estrangeiro no Uruguai. [...] Quem ia para Montevideú, ia clandestino."²⁶⁰ O aspecto elencado, juntamente com outros, torna árdua a tarefa de precisar o número de pessoas que se refugiaram no Uruguai,

²⁵⁷ Ibid., p. 47-48.

²⁵⁸ BIELOUS, op. cit., p. 241.

²⁵⁹ Entrevista concedida por Estoécel Ribeiro Santanna à autora, em Santana do Livramento, em 13 de dezembro de 2013.

²⁶⁰ Entrevista concedida por Sérgio Alves Perez à autora, em Santana do Livramento, em 18 de dezembro de 2012.

motivadas pela instauração da ditadura no Brasil, assim como tentar mapear suas experiências. Nesse sentido, conforme assinalou Teresa Regúlez Blázquez, "el exilio fue algo que cada uno lo vivió como pudo y a su manera."²⁶¹ Acredita-se, pois, que a experiência do exílio é deveras heterogênea. E diversos fatores contribuíram para essas variações. Pode-se elencar alguns motivos, entre outros possíveis, que auxiliam nessa compreensão. Nesse sentido, destacam-se as motivações que desencadearam a opção pelo exílio, assim como as razões que o precipitaram; as origens e referências sociais do exilado; e o país de destino. Grande parte dos que se radicaram em outros países pertencia às camadas médias, escolarizadas e intelectualizadas da sociedade, ainda que também tenha havido camponeses, operários e pessoas com um baixo nível de instrução. Contudo, via de regra, sendo "obrigado a renunciar às relações sociais anteriores, chega desarmado ao novo país, em geral rebaixado em seu nível social e material."²⁶² Não obstante, é possível esboçar alguns padrões relativos ao exílio. Nesse sentido, pode-se traçar algumas semelhanças entre o contingente que deixou o país nos primeiros anos que se seguiram ao golpe de Estado e aqueles que o deixaram a partir da decretação do AI-5 com o decorrente recrudescimento da repressão. Em relação ao primeiro caso, sobressai-se a vinculação ao contexto e aos projetos anteriores ao golpe e também o primeiro endereço para o qual rumaram, em sua maioria, ou seja, o Uruguai. Em relação ao segundo caso, tratava-se, muitas vezes, de militantes ligados a organizações revolucionárias que atuavam na clandestinidade, os quais rumaram para diversos países do Cone Sul e, inclusive, para outras regiões.²⁶³ Todavia, esses agrupamentos, de forma alguma, eram estanques em termos cronológicos, visto que, já nos primeiros anos que se seguiram ao golpe, encontramos militantes vinculados à luta armada em território uruguaio - tal foi o caso, por exemplo, de grupos radicados em Rivera anteriormente examinados. Tampouco o Uruguai deixou de ser o destino de muitos militantes no final da década de 1960, ainda que a permanência no país vizinho tivesse diminuído.

Desde o início, portanto, ainda que o exílio brasileiro se estabelecesse em outros países, o Uruguai, país este que possuía forte tradição democrática e grande solidariedade na acolhida aos asilados políticos, se destacou como o principal endereço do contingente de exilados a deixar o país nos anos imediatamente posteriores ao golpe de Estado. Desses,

²⁶¹ BLÁZQUEZ, Teresa Regúlez. Testimonio personal del exilio. In: TRISTÁN, Eduardo Rey. *Memorias de la violencia en Uruguay y Argentina*. Universidad Santiago de Compostela, 2007. p. 233

²⁶² ROLLEMBERG, op. cit., p. 30.

²⁶³ Ibid.

um número significativo permaneceu no Uruguai até aproximadamente 1967. Diversos fatores contribuíram para o gradual abandono do Uruguai como terra acolhedora. Concorreram, nesse sentido, a ascensão de Pacheco Areco à presidência – fator desencadeante da escalada autoritária no país –, junto com a acentuada pressão, direta ou indireta, que a ditadura brasileira impunha à comunidade exilada, contando com a crescente colaboração do governo e das forças de segurança uruguaias, que restringia, cada vez mais, a mobilidade e a capacidade de ação dos exilados.²⁶⁴ Não obstante, ainda que, a partir de então, se privilegiassem outros destinos enquanto locais mais seguros para aqueles que se retiravam do Brasil, por questões de ordem política, o Uruguai continuou recebendo exilados nos anos subsequentes. Deve-se lembrar, novamente, que, mesmo para aqueles que se dirigiam a outros países, a rota de saída utilizada continuou sendo, para muitos, via fronteira Brasil-Uruguai, de onde seguiam para outros lugares. Assim, o Rio Grande do Sul, enquanto único Estado brasileiro a fazer fronteira com o Uruguai e, por conseguinte, principal rota de saída dos exilados, continuou exigindo uma especial atenção das forças repressivas. Nesse mesmo sentido, o Estado uruguaio seguiu sendo fonte de preocupações para as autoridades brasileiras.

Conforme mencionado tangencialmente, Montevidéu acabou se tornando a “capital do exílio”, sobretudo nos primeiros anos que se seguiram ao golpe de Estado. Cabe então destacar os motivos que, possivelmente, concorreram para que esse país fosse eleito o endereço preferencial. Nesse sentido, acredita-se ser importante levar em consideração a situação de vizinhança geográfica, mas também de proximidade em diversos outros âmbitos, entre os dois países. Fernandez, ao analisar as motivações que concorreram para a eleição do Brasil – e, sobretudo, do Rio Grande do Sul – como destino de muitos argentinos que, por diferentes razões, deixaram o seu país de origem, entre as décadas de 1960 e 1980, destaca o fator geográfico como um elemento importante, em maior ou menor grau, variando em cada caso. Assim, “a proximidade física entre os dois países possibilitaria maior fluidez nos contatos interpessoais, políticos e culturais; assim também como facilitaria a possibilidade de ir e vir ao seu país, caso fosse possível.”²⁶⁵ Dessa forma, a situação de vizinhança possibilitava, em alguma medida, a manutenção de alguns vínculos: “era como se a proximidade geográfica também pudesse, de alguma forma,

²⁶⁴ Essas e outras ingerências de autoridades brasileiras no país vizinho serão analisadas nos próximos capítulos.

²⁶⁵ FERNÁNDEZ, op. cit., p. 262.

mitigar os efeitos da experiência traumática do exílio.”²⁶⁶ Marques também comenta que, para os brasileiros provenientes de outras regiões do país, a adaptação durante o exílio no Uruguai foi mais complicada se comparada à dos que vieram do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, as experiências dos exilados em Rivera, anteriormente examinadas, é bastante emblemática. Não obstante, a autora ressalva que, mesmo estes últimos, “não tiveram um exílio isento de problemas e constrangimentos. Afinal, sendo exilado político não havia como escapar da distância do lar, da família, de amigos, enfim da terra natal.”²⁶⁷ Cabe destacar, ainda, o trabalho de Ana María Sosa Gonzáles que, ao analisar a imigração uruguaia, seja por motivação econômica ou política, no Rio Grande do Sul – e, mais especificamente, em Porto Alegre – a partir dos anos 1960, assinala que a proximidade geográfica com o país de origem “permite la constante comunicación por diversas vías.”²⁶⁸ Nesse mesmo sentido, em relação aos contatos estabelecidos com o Brasil e, sobretudo, com o Rio Grande do Sul desde o exílio, Gutiérrez assinalou que “eu tinha contatos com brasileiros. [...] Eu mantinha contato com o Rio Grande do Sul, sabia do desaparecimento do Luiz Eurico, tive contato com o Luiz Goulart, advogado, que foi estudante conosco no Julinho.”²⁶⁹ Nessa conjuntura inicial, marcada pela opção do Uruguai enquanto país de refúgio, a aproximação com o Brasil acabou também tornando a esperança do tão esperado retorno mais plausível, em relação a outros destinos:

Lá [no Uruguai], lideranças perseguidas se encontravam, discutiam, planejavam, conspiravam, sem poder avaliar os desdobramentos do golpe; sem imaginar o quanto a realidade mudara – e ainda mudaria. O Uruguai acabou se transformando, no imaginário político da época, numa espécie de sinônimo de “lugar de liberdade”. [...] Talvez este exílio inicial, no Uruguai, tenha sido aquele onde a perspectiva da volta imediata, tão comum entre os que deixavam o país, fosse mais facilmente realizada. Algumas figuras mais conhecidas acabaram ficando no Uruguai ou se instalaram em outros países. Alguns mantiveram o espírito de resistência, outros não guardaram grandes esperanças.²⁷⁰

Além dessa proximidade, segundo destacou Marques, concorreram para a eleição do Estado uruguaio alguns outros fatores, entre os quais se sobressai o cenário político do

²⁶⁶ Ibid., p. 271.

²⁶⁷ MARQUES. *Ditadura, Exílio...* op. cit., p. 64.

²⁶⁸ GONZÁLES, Ana María Sosa. *Identidad/es en diáspora, identidad/es en construcción: inmigración uruguaya en Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. p. 77.

²⁶⁹ Entrevista concedida à autora, em fevereiro de 2014, por Claudio Gutiérrez para o projeto “Vozes contra o silêncio”, coordenado pelos historiadores Enrique Serra Padrós (UFRGS) e Francisco Carvalho Júnior (UFRGS).

²⁷⁰ ROLLEMBERG, op. cit., p. 91-92.

país, visto como uma democracia exemplar.²⁷¹ Nesse mesmo sentido, em relação à escolha do Uruguai enquanto país de destino de um número significativo de pessoas, Gutiérrez destaca que

Por que o Uruguai? O Uruguai tinha uma tradição democrática muito forte. [...] Já a Argentina era uma país que tinha altos e baixos, que tinha de tanto em tanto ditaduras militares. O Uruguai fora o interregno de 1930 [...] sempre teve uma continuidade democrática até a ruptura de 1973. Mesmo na época do Pacheco Areco, com toda a repressão e com as "medidas prontas de seguridad", tinha o Parlamento aberto, sindicatos abertos, [...] jornais de esquerda funcionando, então por isso o Uruguai.²⁷²

Não obstante, conforme poder-se-á perceber, a partir das considerações que se seguem, o país vizinho atravessava, naquele momento, uma situação de crise econômica, a qual teve desdobramentos políticos profundos, entre outros, os quais culminaram com o golpe de Estado em 1973.

Nesse sentido, no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, o Uruguai era considerado a “Suíça da América”, noção, segundo Padrós, certamente “carregada de exagero mas que, de alguma forma, identificava uma sociedade marcada pela presença do Estado.”²⁷³ Contudo, a crise estrutural do final da década de 1950 e início de 1960 teve desdobramentos profundos, atingindo aquela que era considerada uma das democracias mais estáveis do subcontinente. Sobre o panorama geral dos anos 1960, o citado pesquisador atenta para o resultado de duas ordens de combinações:

[...] uma interna, de tensões e contradições resultantes do esgotamento econômico pela dependência estrutural do mercado mundial, da incapacidade política das velhas elites para encontrar soluções à crise e do protagonismo crescente de atores sociais em processo de pauperização acentuada; outra, na vinculação desses fatores internos com uma série de fatores e questões externas que realimentaram a dinâmica interna (a Revolução Cubana, a Guerra libertadora do Vietnã, a guerrilha de Che Guevara, o Maio Francês, etc.). Isso gerou um efervescente cenário que marcou a geração da crise, multifacetada quanto ao campo de atuação, mas coincidente em questões de fundo.²⁷⁴

²⁷¹ MARQUES. *Ditadura, Exílio...* op. cit., p. 41.

²⁷² Entrevista concedida à autora, em fevereiro de 2014, por Claudio Gutiérrez para o projeto "Vozes contra o silêncio", coordenado pelos historiadores Enrique Serra Padrós (UFRGS) e Francisco Carvalho Júnior (UFRGS).

²⁷³ PADRÓS, Enrique. *Como el Uruguay no hay...* op. cit., p. 256.

²⁷⁴ *Ibid.*, p. 264.

A junção desses fatores acabava por agravar as contradições sociais, o que levava a um tensionamento progressivo entre os atores envolvidos. Esse processo culminou com a paulatina deterioração do sistema político vigente:

Tudo isso levou diversos setores sociais ao entendimento de que o modelo vigente não dava mais conta dos desafios do seu tempo histórico. A consciência disso aumentou com a intensificação da crise geral. O resultado das contradições produziu o choque dialético entre os setores que, a partir do Estado e em nome do anticomunismo (e na defesa dos privilégios de uma minoria), usaram, cada vez mais, o recurso da força para conter os setores questionadores de tal situação, assumindo inclusive formas de participação política mais direta, as quais transbordaram, por vezes, os limites meramente eleitorais.²⁷⁵

Portanto, o cenário que encontrara o contingente de exilados, com a sua chegada no país vizinho, já nos primeiros momentos após o golpe de 1964, fora de uma situação de transição, marcada por uma conjuntura de crise acentuada:

[...] a imagem de “Suíça Latino-americana” começava a deixar de corresponder com a realidade uruguaia. Com a crise econômica que teve início após a segunda guerra mundial, o sistema bipartidário “conciliatório” que regia o seu governo não conseguiu conter os descontentamentos de diversos setores da sua população. Os partidos menores [esquerda], embora ainda não representassem uma grande ameaça à hegemonia dos partidos tradicionais nas urnas, começavam a se unir e a juntar forças, tal como fez o movimento sindical e movimento estudantil. Movimentos de guerrilha urbana, com destaque para os Tupamaros, também começavam a tornarem-se mais expressivos. Palavras de apoio às causas da Revolução Cubana e a líderes uruguaios de esquerda, tais como Raul Sendic, começaram a fazer parte do cotidiano deste país, bem como diversas críticas a crise econômica que acometia o país.²⁷⁶

Na esteira desse processo de crise acentuada, assistiu-se a um fenômeno emigratório sem precedentes na história do Uruguai, o qual fora agravado com a implantação de uma ditadura militar no país vizinho.

La sociedad uruguaya se vio alterada a partir de los años sesenta por un proceso emigratorio de significación, cuyo impacto llega hasta nuestros días. Si bien dicho fenómeno había estado presente en otros momentos de la historia del país, nunca lo había hecho con tanta intensidad y a un ritmo tan regularmente sostenido. [...] Los analistas del fenómeno emigratorio de los últimos veinticinco años coinciden en destacar factores económicos como los principales causantes del mismo. Esto no supone desconocer las motivaciones de origen político, sobre todo a partir de la implantación de la dictadura militar. [...] A partir del 1973, coincidente con la implantación del modelo económico de la dictadura, las cifras se multiplicaron. Sólo en el año de 1974 salieron del país para radicarse en el

²⁷⁵ Ibid., p. 266.

²⁷⁶ MARQUES. *Ditadura, Exílio...* op. cit., p. 54.

extranjero casi 65.000 personas. En tres años (1973-1975), pues, se concretó el 62% de la emigración del período.²⁷⁷

A crise atravessada por inúmeros setores do país vizinho certamente tornou ainda mais indispensável o auxílio prestado aos que lá chegavam, os quais, devido à conjuntura de complicações econômicas, encontravam uma dificuldade ainda maior de se inserir no mercado de trabalho. Nesse sentido, é válido assinalar, novamente, a condição material precária de muitos exilados, os quais tiveram que abandonar seus empregos para fugir da perseguição, ou mesmo foram expulsos de suas funções.

Não obstante, é importante frisar que, embora fosse um período de transição, o Uruguai ainda vivia sob a égide de um regime democrático considerado paradigmático, conforme já mencionado, constatação que certamente ajuda a entender a sua escolha pela maior parte dos exilados, pelo menos em um primeiro momento:

Embora o descontentamento com a crise econômica e com a submissão aos projetos do FMI fosse crescente, em 1964, o Uruguai ainda conservava as liberdades democráticas que a sua população tanto se orgulhava. Entre elas, merecem destaque a tradição de defesa do direito de asilo político, o que levou um grande número de brasileiros expulsos pelo golpe de 31 de março, a buscar acolhimento neste país vizinho.²⁷⁸

Além do acolhimento com o qual o grupo de exilados foi recebido pela sociedade uruguaia, cabe destacar que os mesmos estavam em conformidade no tocante a diversas questões de cunho político, econômico e social. Segundo Marques,

[...] muitas das idéias defendidas pelo grupo político que foi expulso do Brasil após a deposição do governo Goulart, eram compartilhadas por alguns setores políticos uruguaio e inclusive por parte da sua população. O discurso nacionalista, as críticas ao imperialismo norte-americano, a luta pela reforma agrária e o apoio às causas trabalhistas e à Revolução Cubana estão entre os pontos de acordo existentes entre a maior parte dos brasileiros que buscaram o exílio no Uruguai e uma parcela considerável do meio político e da população uruguaia. Dessa forma, embora os brasileiros tenham chegado no Uruguai em um momento de crise econômica e política, lá puderam encontrar um ambiente receptivo e apoio às suas motivações políticas. Diversos são os registros que provam que a sociedade uruguaia em geral demonstrava certa simpatia e solidariedade aos políticos brasileiros ligados ao governo deposto.²⁷⁹

²⁷⁷ NAHUM, Benjamin; FREGA, Ana; MARONNA, Mónica; TROCHON, Yvette. *El fin del Uruguay liberal: 1959-1973*. Montevideo: Banda Oriental, 2007.

²⁷⁸ MARQUES. *Ditadura, Exílio...* op. cit., p. 54.

²⁷⁹ *Ibid.*, p. 55.

Cabe ressaltar que, além das mencionadas questões, a condenação da ditadura civil-militar brasileira, que suplantara o regime democrático, era uma pauta comum entre os exilados e uma considerável parcela da sociedade uruguaia. Obviamente, esses aspectos eram fonte de preocupação tanto para os agentes da repressão brasileira, quanto para setores do país vizinho.

A partir de inúmeros relatos, podemos aceder, de alguma forma, à participação de exilados brasileiros na vida política uruguaia, para além das manifestações de denúncia à ditadura brasileira. Nesse sentido, segundo assinalou Perez, "depois do golpe de 1964, pessoas de esquerda participavam de política do lado uruguaio. [...] em 1964, então, tivemos muita ajuda dos brasileiros."²⁸⁰ O uruguaio Fagúndez também tece comentários no mesmo sentido a respeito da militância de brasileiros no exílio:

Depois eu encontrei também uns companheiros exilados que passaram por aqui [Rivera-Santana do Livramento]. Eu encontro eles em Montevideú, mas já plenamente integrados no Uruguai, inclusive com militância no Partido Comunista. [...] E eu falo do Partido Comunista porque era onde eu militava e, obviamente, conhecia, mas não duvido que em outras organizações também tivesse brasileiros que pensaram "agora eu estou nessa realidade, então vou participar aqui" e estamos falando de 1970, 1971, quer dizer, 6 ou 7 anos depois do golpe.²⁸¹

Notoriamente, a partir do final dos anos 1960 no Uruguai, a progressiva escalada autoritária por parte do governo do país vizinho, produziu, em diferentes graus e circunstâncias, impacto sobre o cotidiano dos exilados, os quais também foram alvos dessas políticas. Nesse sentido, conforme destacou Fagúndez,

No ano de 1970, talvez fim de 1969, eu estive preso em um quartel em Montevideú. Eu estive um mês preso lá por histórias de manifestações estudantis. E eu encontrei com brasileiros exilados presos lá, que eram do partido aqui do Rio Grande. [...]. Foram presos por problema de documentação. Nesse quartel iam presas pessoas que não tinham uma razão para ser processadas. Tinha uma figura que se chamava medidas prontas de segurança que habilitava a prisão por um determinado tempo sem necessidade de juízo, nem nada. [...] inclusive um deles era advogado, era do PCB daqui [Santana do Livramento].²⁸²

²⁸⁰ Entrevista concedida por Sérgio Alves Perez à autora, em Santana do Livramento, em 18 de dezembro de 2012.

²⁸¹ Entrevista concedida por Vladimir Fagúndez à autora, em Santana do Livramento, em 18 de dezembro de 2012.

²⁸² Entrevista concedida por Vladimir Fagúndez à autora, em Santana do Livramento, em 18 de dezembro de 2012.

Assim, paulatinamente, seja por fatores concernentes à política uruguaia, seja por interferências externas - destacadamente do governo brasileiro -, as possibilidades de mobilização e manifestação por parte da comunidade asilada foram cerceadas. No capítulo que se segue, analisaremos a atuação da Embaixada brasileira em Montevideú, a qual, sobretudo a partir de diretrizes do setor militar, reorientou a sua atuação, no contexto em questão, para a vigilância dos exilados e para pressionar o governo uruguaio para que restringisse a ação desse grupo e os monitorasse. Nesse sentido, a necessidade de controle da fronteira mostrou-se de fundamental importância, entre outros aspectos, para coibir o trânsito de opositores pela região.

3. AS INGERÊNCIAS NA POLÍTICA URUGUAIA E A VIGILÂNCIA DOS EXILADOS A PARTIR DA ATUAÇÃO DA MISSÃO DIPLOMÁTICA BRASILEIRA EM MONTEVIDÉU

O Governo uruguaio, pachorrento e paternal, via com tolerância a presença e as atividades dos asilados políticos brasileiros, certo de que elas nenhum perigo configuravam para a segurança interna do próprio Uruguai. A longa tradição de ampla hospitalidade do Uruguai para proscritos dos países vizinhos não parecia compadecer-se com uma atitude severa para com os brasileiros.²⁸³

Pode-se elencar uma série de fatores que contribuiu para que o Rio Grande do Sul e, particularmente, a região do território contígua ao Estado uruguaio fosse alvo, no contexto analisado, de permanente vigilância e de diversas ações por parte de autoridades civis e militares. Nesse sentido, destacam-se, entre outros aspectos, a constante passagem pela fronteira gaúcha de inúmeras pessoas em busca de refúgio em outro país, principalmente através das cidades-gêmeas de Santana do Livramento-Rivera; a atuação dos chamados “pombos-correio”; e as já mencionadas redes fronteiriças de resistência e solidariedade para com aqueles que cruzavam e/ou fixavam residência na região.

No período analisado, a flexibilização entre assuntos de ordem interna e externa, amparada na orientação das fronteiras ideológicas, autorizava, até certo ponto e segundo a leitura que se fazia, a interferência do Brasil em uma série de questões e matérias que competiam aos países vizinhos, em um claro desrespeito à soberania desses Estados. Nesse sentido, acredita-se ser de fundamental importância - sem perder de vista as especificidades e desdobramentos do processo histórico em cada país - analisar a dimensão

²⁸³ Comentários de Pio Corrêa, ex-embaixador brasileiro da Missão Diplomática em Montevidéu, acerca da postura do governo uruguaio frente à chegada e movimentação de exilados no país vizinho. In: PIO CORRÊA, Manoel. *O mundo em que vivi*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996. 2 v. p. 855.

internacional dos regimes em questão. Assim, se, por um lado, o exílio em outros países poderia representar uma alternativa viável de sobrevivência e, inclusive, para muitos, de seguir lutando, por outro, a repressão desconheceu fronteiras, visto que, em diversas ocasiões, desrespeitou os limites territoriais anteriormente traçados na perseguição e combate aos opositores.

Tendo em vista os aspectos supracitados, neste capítulo serão analisadas políticas de conexão binacional, o monitoramento dos exilados no Uruguai e as ingerências de autoridades brasileiras em assuntos concernentes à política interna daquele país. Os apontamentos em questão serão feitos, sobretudo, a partir do exame de parcela da documentação do Itamaraty referente à Missão Diplomática Brasileira em Montevideu, assim como através do livro de memórias do Embaixador Pio Corrêa. Acredita-se que, através do cruzamento desses diferentes materiais - sempre a partir do diálogo com as fontes concernentes à resistência e oposição propriamente ditas -, é possível delinear um quadro relativo às ações de agentes do Estado brasileiro no espaço fronteiriço entre o Brasil e o Uruguai no contexto em questão.

3.1 MISSÃO ESPECIAL DO ITAMARATY PARA INSPEÇÃO E MAPEAMENTO DA FRONTEIRA COM OS PAÍSES DO PRATA

Em relação à atuação da diplomacia brasileira nos países do Prata e, destacadamente, no Uruguai, é interessante observar o quanto, a partir do golpe de Estado em março de 1964, esta se afinou, paulatinamente, com os interesses e demandas do novo regime. Nesse sentido, é bastante elucidativa a análise dos documentos referentes à "Missão Especial para a Inspeção das Repartições Consulares Brasileiras no Uruguai e Argentina", ocorrida durante o mês de julho daquele mesmo ano, a qual examinaremos a seguir.

A Missão Especial ocorreu sob a chefia do Ministro João Navarro da Costa, sendo integrada também pelo Conselheiro Quintino Deseta e pelo Secretário Celso de Almeida Miguel Relvas. Sua atuação se pautou pelas instruções recebidas da Secretaria de Estado das Relações Exteriores com a colaboração de autoridades castrenses. Segundo o relatório secreto concernente à inspeção consular, expedido em 30 de julho de 1964, entre os

anteriores da Missão se encontra a solicitação, por parte de militares, de gestões do Itamaraty junto ao governo uruguaio no tocante à questão dos asilados. Para tanto, o relatório em questão reproduz a íntegra de um documento, datado de 05 de junho de 1964, remetido pelo Comandante do III Exército ao Ministro da Guerra, o qual trata dos anseios em torno da retirada de exilados e também da necessidade de substituição de representantes diplomáticos.

1 - Constitui motivo de preocupação para o Comando do III Exército a atual situação reinante na região fronteiriça e, em particular, na República Oriental do Uruguai, onde os comunistas e refugiados brasileiros gozam da mais ampla liberdade e proteção. Frequentemente informes dizem que tais elementos se estariam reunindo livremente, em plena atividade conspiratória, visando a uma rearticulação contra-revolucionária, aí incluindo a organização de guerrilhas, que se processariam na região limítrofe do Rio Grande do Sul. Consta, mesmo, que teriam estabelecido a sua base de operações em RIVERA, cidade geminada com LIVRAMENTO, o que permite o livre trânsito entre os dois países. 2 - Por tais razões julga o Comando do III Exército, como de toda conveniência para a Segurança Nacional, que o Governo brasileiro, através do ITAMARATY, atue junto ao Governo uruguaio, no sentido de que os Srs. JOÃO BELCHIOR GOULART E LEONEL DE MOURA BRIZOLA, que se constituem, inegavelmente, nos principais focos de atração de todos os elementos subversivos e agentes do comunismo internacional, deixem aquele País. 3 - Julga ainda, o Comando do III Exército, necessária a substituição imediata dos representantes diplomáticos brasileiros não identificados com a Revolução ou que tenham demonstrado conduta incompatível com as funções que exercem. Aí devem ser incluídos os elementos do Consulado Geral em MONTEVIDÉU, e mais, pelo menos, os Cônsules destacados em RIO BRANCO e nas cidades argentinas de CORRIENTES e ALVEAR [...]. Gen. Div. - MÁRIO POPPE DE FIGUEIREDO, Comandante do III Exército.²⁸⁴

A partir do documento em questão, o qual aborda inúmeras preocupações do III Exército referentes sobretudo à fronteira entre o Brasil e o Uruguai - particularmente no que concerne às cidades-gêmeas de Santana do Livramento e Rivera, foco da presente pesquisa -, o relatório expõe algumas das motivações para a criação da Missão Especial supracitada:

O Conselho de Segurança Nacional, alertado sobre a situação dos asilados e a atuação de determinados Cônsules Privativos, desenvolveu investigações, convocando ao Rio os titulares das Repartições em Corrientes, Alvear e Rio Branco, a fim de serem inquiridos. Por outro lado, vários órgãos da Imprensa no Rio, em frequentes artigos, denunciaram as atividades dos asilados e seus contactos com elementos de ligação de um e de outro lado da fronteira. Convém salientar os artigos do jornalista Pôrto Sobrinho, do "O Jornal", da Seção de Wilson Figueiredo do "Jornal do Brasil" e da "Tribuna da Imprensa". Estas são,

²⁸⁴ Ministério das Relações Exteriores, Seção de Correspondência Especial, correspondência expedida, Secreto, Circulares, Despachos, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, diversos no Brasil. Ano: 1964, caixa 35.

em linhas gerais, as motivações que induziram o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores a determinar o envio de uma Missão Especial para apurar, "in loco", a responsabilidade de nossos representantes consulares, do ponto de vista da Segurança Nacional.²⁸⁵

Em suma, os antecedentes apresentam alguns dos elementos que teriam motivado a execução da Missão Especial em questão. Vale destacar que a "sugestão" do III Exército, conforme aludido no documento, em relação ao papel que o Itamaraty deveria desempenhar frente ao governo uruguaio, foi seguida, via de regra, à risca pelos diplomatas que atuaram no país vizinho, ajustando-se aos interesses do novo regime, conforme observaremos mais adiante. Por hora, é digno de nota que a própria criação da aludida Missão atesta, em alguma medida, a imbricação entre os interesses de autoridades militares e a atuação de parcela da comunidade de política externa brasileira, ainda que, em determinadas ocasiões, possa ter havido alguma espécie de contenda, sobretudo no tocante a ações das Forças Armadas em território uruguaio, como analisaremos posteriormente.

A Missão Especial incumbida, entre outros aspectos, de examinar a atuação de representantes consulares brasileiros, sobretudo na zona fronteiriça, recebeu o caráter de secreta, por determinação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista, segundo consta no relatório, "os interesses da Segurança Nacional". A designação da Missão foi imediatamente comunicada por ofício secreto ao Chefe de Gabinete do Ministro da Guerra, General Syseno Sarmento. Além disso, a sua atuação processou-se através de um nítido entrosamento com as autoridades militares do Rio Grande do Sul, destacadamente com o General Mário Poppe de Figueiredo, Comandante do III Exército. Este, a pedido do Itamaraty, indicou o Tenente-Coronel Ângelo Irulegui Cunha para integrá-la em sua fase de inspeção aos Consulados Privativos, o qual, segundo consta no relatório, "desempenhou sua tarefa com devotamento e competência dignos de registro."²⁸⁶ A Missão se reuniu, em uma etapa inicial, com o Chefe do Estado-Maior do III Exército e demais autoridades da 2ª Seção para proceder ao estudo da situação. Nesse momento, além das considerações esboçadas por militares presentes, examinou-se a documentação ali coligida. Segundo consta no relatório, foram então colhidas as informações que se seguem:

²⁸⁵ Ministério das Relações Exteriores, Seção de Correspondência Especial, correspondência expedida, Secreto, Circulares, Despachos, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, diversos no Brasil. Ano: 1964, caixa 35.

²⁸⁶ Ministério das Relações Exteriores, Seção de Correspondência Especial, correspondência expedida, Secreto, Circulares, Despachos, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, diversos no Brasil. Ano: 1964, caixa 35.

I - As autoridades consulares brasileiras em Montevidéu e nos postos da fronteira, têm-se omitido com prejuízo do trabalho da 2ª Seção do III Exército. II - Asilados, em números que se estima próximo de 200, fixaram residência dentro e fora de Montevidéu, inclusive na faixa fronteira. III - Os asilados circulam pelo território uruguaio sem que as autoridades do país oponham a menor dificuldade de locomoção. IV - Muitos deles, particularmente os Senhores João Goulart e Leonel Brizola, têm contado com a proteção e cooperação daquelas autoridades. [...] V - O clima político no Uruguai propicia condições favoráveis ao deslocamento dos asilados no país e as suas atividades e contactos com elementos de ligação, que cruzam a fronteira com relativa frequência. VI - Os asilados instigam ações, por meio dos chamados "pombos-correio", e através de emissões transmitidas pelo Rádio-amador na zona de Tacuarembó (Prefixos: CX-50 S, CX-3 OK, CX-3 OM e CX-5 OF, todas operadas pela Brizolara, comunistas uruguaio). VII - Os asilados estão tentando adquirir terras na região limítrofe, a fim de assegurar mais fácil trânsito na fronteira. VIII - Dispõem os asilados de carros matriculados no Brasil e também de um Dodge que ostenta chapa diplomática uruguaia, pertencente ao ex-funcionário do SEPRO Sr. Alonso Mintegui. Foi apreendido um automóvel que circulava há algum tempo no Uruguai com chapa branca, brasileira. IX - O único matutino carioca que atinge a região fronteira no mesmo dia é o "Correio da Manhã", cujos artigos são lidos e reproduzidos por alguns órgãos de imprensa regional (por exemplo: a "Platéia" de Livramento, que possui seção em idioma espanhol). X - Necessidade da substituição dos Cônsules Privativos em Corrientes e Rio Branco, o primeiro por moralmente [espaço em branco], o segundo por envolvido em atos contra-revolucionários. A substituição do Cônsul Privativo em Alvear, tornou-se desnecessária, uma vez que investigações posteriores não acharam provas contra o mesmo.²⁸⁷

Segundo dados do relatório, no arquivo da 2ª Seção, encontrou-se também um plano supostamente utilizado por "pombos-correio". Este conteria indicações sobre a movimentação, itinerários e gastos de viagem entre Montevidéu e as localidades fronteiriças, e teria sido elaborado por Alberi Vieira dos Santos, ex-Sargento da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. É importante mencionar que existem evidências que apontam Alberi como um agente infiltrado. Segundo consta no relatório final da Comissão Nacional da Verdade, na seção sobre "Responsabilidade pela autoria direta de condutas que ocasionaram graves violações de direitos humanos", Alberi Vieira dos Santos (1937-1979) "foi colaborador do Centro de Informações do Exército (CIE). Assassinado em 1979. Teve participação em detenções ilegais, execuções, desaparecimento forçado de pessoas e ocultação de cadáveres."²⁸⁸ Ainda que não se possa precisar exatamente a partir de que momento passou a colaborar com a repressão, é importante assinalarmos esse

²⁸⁷ Ministério das Relações Exteriores, Seção de Correspondência Especial, correspondência expedida, Secreto, Circulares, Despachos, Notas, Offícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, diversos no Brasil. Ano: 1964, caixa 35.

²⁸⁸ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade... op. cit., p. 875. Sobre essa questão, ver também BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

aspecto. O seu nome desponta em uma série de outros documentos expedidos pela Embaixada em Montevidéu, sobretudo em função de seu envolvimento com a Guerrilha de Três Passos.

Retomando o relatório da Missão Especial referente ao arquivo da 2ª Seção, segundo informações complementares, do plano relativo aos pombos-correio se depreendeu que entre as possíveis bases de operação dos asilados, despontavam as seguintes: Montevidéu, Santa Vitória do Palmar, Rio Grande, Pelotas, Pedro Osório, Arroio Grande, Jaguarão, Rio Branco, Melo, Aceguá, Bagé, Dom Pedrito, Santana do Livramento, Uruguaiana, Maldonado, Rocha, Trinta y Três, Tacuarembó, Rivera, Alegrete, Cachoeira, Santa Maria, Santiago, Artigas, Quaraí e Itaqui. Conforme podemos observar, grande parte dessas localidades se localiza na faixa fronteiriça ou próximo a ela, o que justificaria a maior atenção dispensada pelas autoridades em questão, tendo em vista as preocupações relativas ao trânsito de opositores pela fronteira com o Uruguai.

Além da documentação acima destacada, a Missão Especial procedeu ao exame de exemplares do já referenciado jornal "A Platéia", editado em Santana do Livramento. Segundo o relatório, "é de observar-se que o aludido jornal apresenta, sistematicamente, em primeira página, artigos que analisam a atual conjuntura brasileira, com evidente má fé e distorções dos fatos."²⁸⁹ Possivelmente, a constatação reproduzida tenha relação com um elemento anteriormente mencionado, qual seja, a preocupação com a diminuta circulação de jornais do centro do país na região de fronteira. Podemos conjecturar acerca da citada inquietação levando em consideração a importância de que a opinião e a política local se afinem com os interesses ventilados por autoridades dos centros de poder, sobretudo em áreas consideradas estratégicas, como a fronteira do Rio Grande do Sul, no contexto em questão.

O citado levantamento de dados sobre a questão dos exilados motivou também o encontro com outras autoridades sul-rio-grandenses, tais como o Secretário de Segurança, Deputado Estadual Senhor Poty, o seu Chefe de Gabinete, Major Mena Barreto, e o Chefe de Polícia de Porto Alegre, o Major Léo Etchegoyen. Segundo o relatório, Mena Barreto teria aludido ao despreparo dos militares uruguaios para se opor às atividades dos refugiados. Além disso, teria mencionado que "os asilados pretendem empregar golpes de mão contra as populações fronteiriças, com o objetivo precípua de desmoralizar as

²⁸⁹ Ministério das Relações Exteriores, Seção de Correspondência Especial, correspondência expedida, Secreto, Circulares, Despachos, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, diversos no Brasil. Ano: 1964, caixa 35.

guarnições ali sediadas." A essas informações, o relatório ainda acrescenta, segundo dados coligidos: "há constante movimentação entre Rivera e Livramento, onde está localizada a base de operações. Ali foram vistos o Coronel Jefferson, o Cel. Pedro Alvarez, o Sargento Alberi Vieira dos Santos, o Senhor Alonso Mintegui e outros."²⁹⁰

Após a passagem por Porto Alegre, para realizar os mencionados encontros com autoridades gaúchas, a Missão Especial seguiu, via de regra, o seguinte roteiro: visita ao comando militar da região e, em seguida, inspeção aos consulados privativos. O trabalho de vistoria dividiu-se em diferentes fases, entre as quais desponta a formulação de um parecer relativo à atuação e ao funcionamento do Consulado inspecionado. Com este fim, elaborou-se um questionário destinado a "orientar o interrogatório". Eis abaixo alguns pontos que merecem destaque, tendo em vista o objeto de estudo da presente dissertação:

- [...] 4 - Qual a sua posição política relacionada com o atual Governo brasileiro?
- 5 - Qual a sua atuação com respeito aos asilados brasileiros ou refugiados?
- 6 - Tem observado ocorrências inusitadas na faixa fronteiriça, ou movimento de pessoas que lhe pareça estranho?
- 7 - Têm-lhe chegado ao conhecimento informações ligadas aos asilados ou refugiados que se encontram no Uruguai?
- 8 - Tem observado, pelo rádio, imprensa ou qualquer outro meio, ações que porventura estejam sendo empreendidas por refugiados, asilados ou elementos a eles direta ou indiretamente ligados?
- 9 - Têm-lhe chegado ao conhecimento informações referentes a contrabando de mercadorias ou de armas?
- 10 - Tem conhecimento de passagem pela fronteira de elementos chamados pombos-correios, ou de material de propaganda subversiva?
- 11 - Tem tido contatos com asilados ou elementos a êle ligados?
- 12 - Tem conhecimento do número aproximado de asilados radicados na faixa fronteiriça?
- 13 - Quais as informações que pode colher e a que autoridade tem informado com respeito à situação dos asilados e ao movimento dos mesmos através da fronteira?²⁹¹

As questões norteadoras das inspeções realizadas são bastante elucidativas no tocante às inquietações patentes nas autoridades brasileiras nessa nova conjuntura. Nesse sentido, acredita-se ser de suma importância realizar um cruzamento entre os pontos destacados pela Missão, acima reproduzidos, e o primeiro documento referenciado no presente capítulo, qual seja, a troca de informações entre o Comandante do III Exército e o

²⁹⁰ Ministério das Relações Exteriores, Seção de Correspondência Especial, correspondência expedida, Secreto, Circulares, Despachos, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, diversos no Brasil. Ano: 1964, caixa 35.

²⁹¹ Ministério das Relações Exteriores, Seção de Correspondência Especial, correspondência expedida, Secreto, Circulares, Despachos, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, diversos no Brasil. Ano: 1964, caixa 35.

Ministro da Guerra, a qual teria concorrido para motivar a criação da Missão em questão. Ao cotejarmos ambos, é possível notar o quanto as considerações elaboradas pelos militares em relação às necessárias gestões do Itamaraty orientou as ações dos representantes diplomáticos, conforme percebemos pelo exame do interrogatório. Dito isso, vale a pena analisarmos pormenorizadamente alguns dos aspectos ressaltados pela Missão Especial acerca das diferentes localidades inspecionadas na zona fronteiriça. Em relação ao Consulado Privativo de Rivera, da coleta de dados obtidos, observou-se que

[...] mantém as autoridades militares na fronteira devidamente informadas sobre movimento dos asilados. Tem estreito contato com as autoridades de Rivera, sobretudo com o Cel. Ariosa, Chefe da Brigada uruguaia (equivalente a uma Região Militar, no Brasil), com o Chefe do Conselho Departamental e com o Chefe de Polícia. Vem prestando informações ligadas à Segurança Nacional ao Coronel Knaack, Comandante do 7º RCI, de Santana do Livramento. Não tem notícias sobre asilados, salvo o Senhor Mintegui, que foi ali comprar gado com Moacir de Souza. Sabe que os Haedistas manifestaram apoio ao Senhor Leonel Brizola e que um certo Dr. Quiroz, médico comunista paraguaio, vai muito a Livramento. Afirmou que um certo Artigas Esmal, jornalista uruguaio em Melo, teria atuado como "pombo correio". Dadas as condições de contigüidade entre Livramento e Rivera, a entrada e saída do Brasil escapa a qualquer vigilância. Com efeito, Livramento e Rivera estão a tal ponto geminadas que um lado da praça é Brasil e o outro Uruguai. Não há, assim, nenhum contróle efetivo da fronteira nessa altura. Por outro lado, as autoridades militares de Livramento informam: o Cônsul em Rivera vem atuando a contento.²⁹² [grifos meus]

De acordo com a passagem assinalada no documento, as localidades em questão se encontravam de tal forma imbricadas que o trânsito pela região escapava facilmente do crivo da vigilância. A preocupação com esse aspecto perpassava a quase totalidade da extensão da linha internacional da porção sul do território brasileiro. É digno de nota também a comparação realizada entre as informações fornecidas pelas autoridades consulares e aquelas dadas pelos militares da região. Assim, a atuação do Cônsul em Rivera foi caracterizada como satisfatória, ainda que se considerasse, segundo consta no parecer formulado pela Missão Especial ora analisada, que caso fosse melhor orientado, poderia se tornar um agente de informação ainda mais útil.

Conforme acima destacado, a preocupação com o controle do trânsito pela linha divisória esteve presente em outras inspeções realizadas, como a do Consulado brasileiro em Artigas:

²⁹² Ministério das Relações Exteriores, Seção de Correspondência Especial, correspondência expedida, Secreto, Circulares, Despachos, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, diversos no Brasil. Ano: 1964, caixa 35.

a) Inspeção: [...] Quando da Revolução, tendo a autoridade militar brasileira fechado a fronteira, foi grande a afluência ao Consulado. [...] b) Coleta de dados informativos: mantém contato com tôdas as autoridades locais, sobretudo o Chefe de Polícia. Declarou-se afastado de qualquer movimento político. Está prestando a autoridade militar tôda colaboração. Enviou-lhes a lista dos comunistas integrantes da célula local. De asilados só tem conhecimento da residência lá de um certo Eufrásio Cesar de Araújo, sobrinho de Atilio Fernandes. [...] Tem conhecimento de carteiras modelo 19 forjadas e obtidas com a conivência de autoridades policiais. Por outro lado, o Tenente-Coronel Edison Boscacci Guedes, comandante militar em Quaraí declarou ser a fronteira difícil de controlar. Com efeito, o rio oferece numerosos "passos", ao longo da fronteira, o que praticamente impossibilita o contrôle. A ponte, com os postos de contrôle dos militares e da Imigração, consegue apenas controlar as pessoas que por lá não temem transitar. Declarou, igualmente, não ter conseguido entrosar-se com as autoridades uruguaias de Artigas, no sentido de exercerem vigilância conjunta.²⁹³

Podemos conjecturar, primeiramente, acerca da menção ao fechamento da fronteira por militares brasileiros quando do golpe de Estado. Essa atitude, possivelmente, relacionava-se ao intento de frear algum trânsito considerado incômodo naquele momento²⁹⁴, quiçá a espera dos desdobramentos do fato em questão. Além disso, cabe destacar que, a despeito de uma construção²⁹⁵ conectar as localidades citadas, a qual denotaria a existência de apenas um caminho para a travessia, era possível cruzar para o outro país através de alguns pontos do rio, conforme mencionado. Podemos também cotejar essas considerações com os relatos de Santanna, os quais dão conta das inúmeras possibilidades de cruzamento rumo às localidades adjacentes. É mister, nesse sentido, atentarmos para a importância dos contatos estabelecidos com pessoas da região que, por

²⁹³ Ministério das Relações Exteriores, Seção de Correspondência Especial, correspondência expedida, Secreto, Circulares, Despachos, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, diversos no Brasil. Ano: 1964, caixa 35.

²⁹⁴ A fonte faz menção a "carteiras modelo 19", as quais eram documentos de identificação expedidos pelo Estado brasileiro a estrangeiros, instituídos em 1938 durante o governo de Getúlio Vargas. Segunda Decreto que regulamentou a matéria, em seu artigo 135, "Fica instituída a carteira de identidade para estrangeiros, a qual será expedida pelo Instituto de Identificação, no Distrito Federal, e repartições congêneres nos Estados (modelo n. 19), e terá o valor da carteira de identidade ordinária." In: BRASIL. Decreto nº 3.010, de 20 de Agosto de 1938. Regulamenta o decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3010-20-agosto-1938-348850-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 27 out. 2014. Posteriormente, outros decretos versaram sobre essa questão, inclusive durante a ditadura de Segurança Nacional, tais como o Decreto-Lei nº 499, de 17 de março de 1969. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10499.htm>. Acesso em 27 out. 2014.

²⁹⁵ A despeito do documento fazer referência à existência de uma ponte conectando as localidades em questão, a declaração conjunta para construção de uma ponte internacional nesse ponto da fronteira foi celebrada no ano seguinte. Sobre essa questão, ver: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1965/b_37/>. Acesso em 30 mar. 2014. A assinatura do mencionado acordo fora alvo, inclusive, de tratativas, por parte do Brasil, com vistas a assegurar uma série de exigências relativas aos exilados, conforme analisaremos mais adiante. Por hora, vale a pena ponderar que, possivelmente, ao aludir à existência de uma ponte, o Relatório estaria se referindo a alguma espécie de construção/passagem provisória que conectaria as citadas localidades, tais como um pontão, conforme consta no Apêndice ao Relatório ora analisado, o qual examinaremos posteriormente.

conhecerem o leito fluvial, poderiam fornecer este tipo de informação para aqueles que necessitassem burlar a vigilância dos postos de fronteira. Por fim, é digno de nota, ainda, os intentos dos representantes diplomáticos brasileiros no sentido de estabelecer contatos com autoridades uruguaias visando a uma atuação conjunta na vigilância aos exilados, possibilidade esta facilitada, em comparação com outras circunstâncias, pela situação de vizinhança.

Em relação ao Consulado de Bella Unión, foram fornecidas informações sobre nomes de pessoas que solicitaram asilo no Uruguai. Além disso, frisou-se o estabelecimento de contatos da diplomacia com a polícia local. Outro ponto digno de nota foi a menção a ondas de agitações sociais que acometiam a região, com a presença inclusive de operários brasileiros, tendo em vista que a localidade em questão era um importante centro de produção açucareira. No que concerne mais especificamente ao controle dos deslocamentos na região, segundo consta no relatório, o Cônsul "comunicou, por telegrama, ao Consulado Geral em Montevideú, que as autoridades uruguaias de Bella Unión haviam estabelecido perfeito contrôlê das estradas vizinhas no dia 6 de abril. [...] Como medida de precaução, passou a exigir, por iniciativa própria, atestado de boa conduta para a concessão de vistos para entrada no Brasil."²⁹⁶ Percebe-se, pois, um aumento da vigilância exercida sobre o trânsito na região, tanto por parte de autoridades brasileiras, quanto de uruguaias, quando da eclosão do golpe de Estado em 1964. Assim, não apenas os deslocamentos pelo Uruguai foram alvo de vigilância, como também houve uma tentativa de restringir a entrada no Brasil de elementos considerados incômodos para o novo regime, mesmo em se tratando de cidadãos de outras nacionalidades. Nesse sentido, uruguaios foram monitorados por agentes brasileiros, assim como foram alvos de prisões e torturas no Brasil, sob a acusação de manterem ligações com exilados.

Em relação a Salto, segundo informações prestadas pelo Cônsul, não haveria interesse, por parte dos asilados, de irem à cidade. Além disso, este afirmou não ter constatado a atuação de pombos-correio portadores da já mencionada carteira "modelo 19". Por fim, declarou que "não há contrôlê de polícia de estrangeiros na fronteira, e que apreciaria receber instruções do Itamaraty. Informou que os Senhores Darcy Ribeiro e

²⁹⁶ Ministério das Relações Exteriores, Seção de Correspondência Especial, correspondência expedida, Secreto, Circulares, Despachos, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, diversos no Brasil. Ano: 1964, caixa 35.

Valdir Borges pararam em Salto a caminho de Montevidéu."²⁹⁷ Podemos perceber, a despeito das colocações iniciais do representante consular, que Salto fora utilizada por asilados em seus deslocamentos, ainda que, possivelmente, conforme podemos constatar pela análise de diferentes fontes, outras localidades, tais como Santana do Livramento-Rivera, tiveram a primazia no trânsito empreendido por aqueles.

Já no deslocamento feito para realizar a inspeção no Consulado Privativo em Melo, a obtenção de informações sobre a região ocorreu sobretudo a partir de conversas com o General Garrastazu, comandante da Guarnição de Bagé. Segundo este,

Bagé é dos mais ativos centros, na fronteira, de atividades subversivas; nos primeiros dias da revolução, os sargentos ali se sublevaram quase produzindo choque armado. O aludido General, proprietário de terras na zona fronteira uruguaia, afirmou ser amigo das autoridades daquele país e dispor de meios para obter informações preciosas a respeito dos asilados e suas atividades na fronteira. Informou estar próxima dali a fazenda Carpinteria, cujas terras se estendem pelo território brasileiro e uruguaio, e que os Senhores João Goulart e Leonel Brizola pretendem adquirir terras na região, perto de Vichadeiro, e de Carpinteria o que lhes daria acesso mais fácil à fronteira. Disse haver enviado oficiais à Melo para interrogarem o Cônsul, que não dera sinal de si depois da Revolução. Chegou mesmo a determinar-lhes que o trouxessem prêso, caso verificassem algo suspeito a seu respeito. Os oficiais, contudo, nada acharam que justificasse a prisão, embora advertissem o Cônsul sobre a necessidade de entrosar-se com a autoridade militar de Bagé. Até a data da inspeção, não tinha o Cônsul em Melo procurado entrar em contato com o General Garrastazu.²⁹⁸

Entre outros aspectos, pode-se notar as tentativas de afinar as diretrizes militares com a atuação da diplomacia brasileira em nível local, a partir do entrosamento entre as autoridades em questão. Além do Cônsul de Melo, o de Rio Branco também despertou desconfianças nas autoridades brasileiras após o golpe de Estado. Não obstante, nesse último caso, o Cônsul fora chamado para ser ouvido pelo Conselho de Segurança Nacional, no Rio de Janeiro, motivo de sua ausência no momento da inspeção realizada pela Missão Especial. Ainda assim, esta fizera questão de passar por Jaguarão, a fim de analisar as condições predominantes nesse ponto da fronteira e também com vistas a contatar o Comandante da Guarnição local, o Coronel Moraes. Segundo o relatório, a Missão pode averiguar in loco que

²⁹⁷ Ministério das Relações Exteriores, Seção de Correspondência Especial, correspondência expedida, Secreto, Circulares, Despachos, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, diversos no Brasil. Ano: 1964, caixa 35.

²⁹⁸ Ministério das Relações Exteriores, Seção de Correspondência Especial, correspondência expedida, Secreto, Circulares, Despachos, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, diversos no Brasil. Ano: 1964, caixa 35.

[...] na estrada que leva de Melo a Jaguarão pôde a Missão Especial constatar grande número de carros brasileiros em trânsito. A maioria apresenta chapas do Rio, São Paulo, Campinas, o que leva as autoridades a suspeitarem da ação dos contatos dos asilados. A passagem na fronteira entre Rio Branco e Jaguarão é feita por uma ponte, que facilitaria o controle, mas o aparente pouco caso com que é realizada a fiscalização levanta sérias dúvidas sobre a sua eficácia. Coleta de dados informativos: o Coronel Moraes, Comandante militar de Jaguarão, revelou acusações levantadas contra o Cônsul em Rio Branco, Senhor Pinto Machado. Quanto à vigilância da fronteira, declarou que as operações de contrabando são freqüentes, de vez que as autoridades brasileiras não têm condições para exercerem a repressão, por falta de equipamento adequado.²⁹⁹

Novamente, como se pode notar, a referência à existência de uma ponte ligando as localidades fronteiriças não garantia uma fiscalização satisfatória, tendo em vista, sobretudo, o suposto despreparo das autoridades locais, além da obsolescência dos equipamentos utilizados com este fim. É digno de registro também a menção feita ao trânsito empreendido por cidadãos oriundos do Sudeste do país, que supostamente realizariam uma conexão entre os exilados no Uruguai e a oposição interna.

No Consulado Privativo em Rocha, por sua vez, através dos contatos entre o Cônsul e o Chefe de Polícia local, soube-se que não existia inspetor de imigração no Chuy, "o que permite a entrada de grande número de estrangeiros no Brasil, sem qualquer visto."³⁰⁰ Percebe-se, pois, a consternação acerca do diminuto controle sobre a circulação através da fronteira.

Após termos realizado algumas considerações acerca do mapeamento e inspeção empreendida ao longo da fronteira com o Uruguai, é importante atentarmos para algumas conclusões gerais obtidas a partir do trabalho da Missão Especial e dos contatos estabelecidos localmente. Nesse sentido, o relatório rematou que

Com o advento da Revolução, o Brasil passou a tomar consciência de si mesmo, de seus problemas de Segurança Nacional e de sua própria destinação dentro do Hemisfério ocidental e no concerto das nações. [...] A estruturação dos Consulados Privativos demonstrou ser inadequada e deficiente, em face da atual realidade brasileira. Sua finalidade nunca foi a de atuar na esfera política; suas funções se confinavam ao trabalho estritamente consular, e os problemas de vigilância na zona fronteiriça, que exigiriam de seus titulares certa dose de discernimento político, nunca foram objeto de suas preocupações. Em tais circunstâncias e em face do problema de asilados políticos no Uruguai, as Repartições consulares privativas revelaram seu desaparecimento, desprovidas

²⁹⁹ Ministério das Relações Exteriores, Seção de Correspondência Especial, correspondência expedida, Secreto, Circulares, Despachos, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, diversos no Brasil. Ano: 1964, caixa 35.

³⁰⁰ Ministério das Relações Exteriores, Seção de Correspondência Especial, correspondência expedida, Secreto, Circulares, Despachos, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, diversos no Brasil. Ano: 1964, caixa 35.

que se achavam, entre outras coisas, de meios de comunicação rápidos e em código. Não têm condições para o desempenho de atividades de natureza política. O Regulamento que define suas atribuições carece de revisão e adaptação às novas exigências do Serviço consular na zona fronteiriça. Torna-se imperativo estabelecer entrosamento funcional entre tais Repartições e a Missão Diplomática no mesmo país, devendo caber a esta última a superintendência dos Serviços confiados àquelas, na esfera da Segurança Nacional. A zona da fronteira com o Uruguai é hoje pôsto de vigilância, com prioridade ponderável. O aludido entrosamento funcional, entretanto, não ficaria completo e seguro, se não se articulasse, de maneira prática e eficiente, com elementos especializados do III Exército. Segue-se daí que é imperativo reorganizar o Serviço consular na zona fronteiriça, dando-lhe estrutura dinamizante e capaz de atender aos requisitos da Segurança Nacional.³⁰¹

Percebe-se, pois, a conclusão da Missão Especial em relação à necessidade de reorientação do serviço diplomático, sobretudo em zonas sensíveis, como é o caso da fronteira Brasil-Uruguai, na nova conjuntura deflagrada pela instauração de uma ditadura civil-militar em 1964. Tais encaminhamentos, como inicialmente destacado, estavam em plena consonância com as preocupações esboçadas pelo III Exército já nos primeiros meses que se seguiram ao golpe de Estado. E mais: sugere-se, inclusive, um efetivo entrosamento com as autoridades militares da região no sentido de alcançar os objetivos vinculados à "segurança nacional". Nesse mesmo sentido, recomendou-se também a nomeação de um Chefe de Missão para a Embaixada em Montevidéu, tendo em vista a importância estratégica do Uruguai nesse contexto: "a presença do Embaixador em Montevidéu reforçará a posição do Brasil diante do Governo uruguaio e dará à representação diplomática estruturação capaz de atuar em perfeita sintonia com o espírito da Revolução."³⁰² Veremos, mais adiante, que a ida do Embaixador Manoel Pio Corrêa à capital uruguaia obedeceu justamente a essa expectativa.

Por fim, cabe, ainda, analisarmos algumas informações contidas no apêndice ao relatório da Missão Especial, datado de 02 de agosto de 1964. Ainda que se trate de um documento um tanto extenso, acreditamos ser importante reproduzi-lo na sua quase totalidade, tendo em vista que os dados contidos nele sintetizam algumas impressões da Missão - bem como dos militares - relativas às condições reinantes na fronteira do Rio Grande do Sul com os países da região. Acredita-se que essas informações formaram uma

³⁰¹ Ministério das Relações Exteriores, Seção de Correspondência Especial, correspondência expedida, Secreto, Circulares, Despachos, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, diversos no Brasil. Ano: 1964, caixa 35.

³⁰² Ministério das Relações Exteriores, Seção de Correspondência Especial, correspondência expedida, Secreto, Circulares, Despachos, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, diversos no Brasil. Ano: 1964, caixa 35.

espécie de guia no tocante a gestões desenvolvidas posteriormente com o intuito de sanar os problemas elencados, as quais serão analisadas mais adiante.

[...] a viagem realizada ao longo da fronteira sul-rio-grandense-uruguaia permitiu à Missão Especial observar "in loco" as condições ali reinantes, do ponto de vista da Segurança Nacional. Em geral, a linha divisória coincide com vastos espaços vazios, por vezes cortados por estradas pouco frequentadas, onde a guarda militar mal sabe ler. Outras vezes, calha de passar em meio a núcleos populacionais, cuja noção de fronteira vigiada é inteiramente vaga. Ali o que se chama contrabando é tido como correntes de comércio fronteiriço. Dadas as flutuações de preço que ocorrem, periodicamente, ora no Rio Grande do Sul, ora no Uruguai, os habitantes da região se habituaram a transportar a mercadoria ou levar o seu gado, além da linha divisória, para o mercado comprador que oferecer melhores condições. Tudo se processa com um mínimo de fiscalização, ou até sem nenhum controle, de vez que às autoridades responsáveis falcem recursos e equipamentos adequados para a repressão do contrabando e eficiente vigilância na zona fronteiriça. Somente em duas localidades nos foi dado constatar o exercício de fiscalização satisfatória: Uruguaiana e Jaguarão. Isto porque as pontes ligando Uruguaiana a Paso de los Libres, e Rio Branco a Jaguarão constituem passagem forçada do trânsito da região. Já em Santana do Livramento e Rivera as duas aglomerações se confundem numa só população, cujos elementos mal se dão conta de que, várias vezes ao dia, entre o local de trabalho e a residência, cruzam a linha da fronteira. A não ser um marco exposto em praça ou via pública, nenhum outro indício lhes chama a atenção para o fato de frequentarem, diariamente, dois países, sem que lhes seja exigida qualquer prova. Há fenômenos mais curiosos. Entre Quaraí e Artigas, as autoridades uruguaias permitiram a construção de um pontão que estaria afetando o próprio regime das águas do riacho que por ali corre. Do lado brasileiro, onde o fenômeno atinge os interesses da população local de Quaraí não se registra nenhum protesto formal, segundo informou o Cônsul privativo em Artigas. Do lado uruguaio, o controle não era mais eficiente. Na localidade de Aceguá, o inspetor de imigração, diante do passaporte diplomático que lhe foi exibido, surpreendeu-se com esse documento, que provavelmente desconhecia, e exigiu a apresentação da carteira de identidade. Ainda a respeito da vigilância na zona fronteiriça, vale ressaltar trechos do depoimento do Coronel Moraes, chefe da guarnição de Rio Branco. Segundo aquele oficial, a repressão ao contrabando na Lagoa Mirim é impossível, nas atuais condições. Os traficantes dispõem de lanchas a motor que desenvolvem velocidades bastante para escapar ao controle das autoridades brasileiras, que empregam veículos não motorizados. No ar, a 5ª Zona Aérea exerce a vigilância, através de patrulhas esporádicas. Os campos de pouso são rudimentares. A pequena aeronave que nos transportou localizava o aeroporto com real dificuldade. Certa vez sobrevoou larga faixa da zona fronteiriça, em busca de um campo de pouso disfarçado em pastagens. Por sinal, a habilidade do piloto salvou o gado pastando. O Tenente Couto, da guarnição de fuzileiros de São Borja, disse-nos da carência de lanchas e demais equipamentos adequados para exercer fiscalização, não dispondo nem mesmo de binóculo potente para identificar aeronaves. E adiantou-nos que a repressão ao contrabando de café não se exercia convenientemente por total falta de meios. Além disso o sistema de comunicações na zona fronteiriça é precário e não inspira confiança. Não há ligação telefônica, a não ser por meio de radiofonia de incerto funcionamento, e durante poucas horas do dia. Nenhum sistema de segurança será satisfatório, na faixa fronteiriça, sem adequada rede de telex ou telefone. Constatou-se que as próprias autoridades militares brasileiras se defrontam com esse grande problema de comunicações, hoje mais sério do que nunca. Na viagem de inspeção aos postos de fronteira, realizada, em grande parte, de automóvel, constatou-se não apenas os deficientes meios de comunicação, mas a ausência de policiamento. No trajeto de Bagé a Melo no

Uruguai, somente se deparou com duas praças-de-pré que, ao examinarem a carteira de identidade do Coronel que nos acompanhava, não se deram conta de que era militar, provavelmente por não saberem ler. De Uruguaiana a Salto, via Bella União, num percurso de cinco horas de automóvel, não se deparou com a presença de inspetor ou polícia alguma, a não ser em território uruguaio. [...] A movimentação dos asilados não esbarrava em obstáculo algum. Ao contrário, funcionários e parlamentares uruguaioes esmeraram-se em criar facilidades. A passagem pela fronteira não está sujeita à verificação de documentos, salvo em certas localidades, por exemplo, nas pontes entre Uruguaiana e Paso de los Libres, e Rio Branco a Jaguarão. Todo cidadão, de ambos os lados da linha divisória, cruza a fronteira sem apresentar documentos, simplesmente porque não existe sinal de inspeção desse gênero.³⁰³

Tais impressões dão conta de uma região um tanto heterogênea ao longo da extensão da faixa fronteira, tendo em vista, por exemplo, alguns aspectos relativos a elementos da natureza, como a existência de fronteira seca em alguns pontos e em outros não. Em relação ao último caso, em algumas localidades, contava-se com a presença de uma ponte ligando-as, e em outras não, fato responsável, conforme observado, por variações, ainda que diminutas, no grau de controle exercido na região. O nível de integração entre as populações fronteiriças também constituía um aspecto variável. Não obstante, alguns elementos perpassaram as impressões acerca de todas as localidades da faixa de fronteira inspecionadas, quais sejam, a quase inexistência de fiscalização sobre o trânsito na região, bem como o despreparo das autoridades locais e a carência de recursos materiais, os quais inviabilizavam uma fiscalização mais eficaz. É importante, ainda, atentarmos para o fato de causar estranhamento para as autoridades que encabeçaram a Missão Especial algumas dinâmicas próprias das localidades fronteiriças - tais como o entrosamento e a integração características desse espaço -, fruto possivelmente de uma visão alheia à ótica autóctone.

Conforme analisaremos a seguir, diversas impressões e recomendações apresentadas, fruto do contato com os militares e com autoridades policiais e também obtidas pela Missão Especial examinada, pautaram a atuação da comunidade de política externa brasileira, destacadamente no Uruguai, nos anos subsequentes, afinando-a às diretrizes do novo regime.

³⁰³ Ministério das Relações Exteriores, Seção de Correspondência Especial, correspondência expedida, Secreto, Circulares, Despachos, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, diversos no Brasil. Ano: 1964, caixa 35.

3.2 A PRESSÃO POLÍTICO-ECONÔMICA E A DETERIORAÇÃO DA RELAÇÃO BRASIL-URUGUAI

A partir dos aspectos expostos anteriormente, podemos considerar que, nos anos que se seguiram ao golpe de Estado, assistiu-se a uma guinada nas ações da Missão Diplomática do Brasil nos países vizinhos e, particularmente, no Uruguai. Conforme depreendeu-se da análise da documentação produzida a partir da troca de informações entre autoridades castrenses e membros da Missão Especial, com a instauração de uma ditadura no país, houve a necessidade de reorientação das práticas de membros da comunidade de política externa atuante no Estado uruguaio. Concorreram, nesse sentido, entre outros aspectos, a concessão de asilo político para um número significativo de brasileiros, bem como a acolhida com que foram recebidos e também a relativa liberdade de movimentação e manifestação com que contavam. Os fatores em questão contribuíram para a desestabilização das relações travadas entre os dois países, tendo em vista as inúmeras pressões empreendidas por autoridades brasileiras. Não obstante, é importante destacar que, desde o início, conforme analisaremos, diversas pretensões de representantes do governo brasileiro contaram com o apoio de determinados setores da sociedade uruguaia. Essas questões só foram superadas, em alguma medida, com o passar dos anos e com o decorrente estreitamento das afinidades entre os governos em questão. Assim, conforme assinalou Marques, a “calorosa recepção foi uma das questões iniciais que levaram ao deterioramento das relações bilaterais Brasil-Uruguai, o que apenas foi revertido na medida em que o governo uruguaio diminuía as liberdades com as quais os brasileiros podiam contar durante o exílio.”³⁰⁴ Podemos acompanhar o mencionado desgaste nas relações internacionais entre ambos os países através do exame de alguns documentos expedidos pela Missão Diplomática em Montevideú, como o telegrama secreto abaixo.

Somente, pois, um gesto público e inequívoco de consideração para com os interesses da Segurança interna do Brasil e para com os seus justos ressentimentos, pondo fim a um longo período de evasivas e de conversações, poderia desfazer as suspeitas de tolerância ante as atividades hostis ao Governo brasileiro, dissiparmos o mal-estar criado, e abrir o caminho para uma era de fecunda e amistosa colaboração em todos os domínios.³⁰⁵

³⁰⁴ MARQUES. *Ditadura, Exílio...* op. cit., p. 59.

³⁰⁵ Ministério das Relações Exteriores. Missão Diplomática Brasileira, Secreto M México - Montevideú, CTs Telegramas Recebidas e Expedidas, 1964, caixa 55.

O governo brasileiro coagiu permanentemente as autoridades do Estado uruguaio para que as ações do grupo de exilados fossem controladas e limitadas. Entre outros aspectos, essas eram vistas com grande preocupação pela proximidade entre os dois países e pela possibilidade de que viessem a desestabilizar o regime instaurado no Brasil. A leitura que o governo brasileiro fazia nesses casos, de acordo com premissas da Doutrina de Segurança Nacional, é de que aqueles antagonismos que reverberassem em território nacional, mesmo quando originados no plano externo, diziam respeito à segurança interna e, portanto, seriam passíveis de interferências. Segundo Fernandes,

A ditadura brasileira pressionava constantemente o governo uruguaio para que este controlasse os exilados brasileiros, restringindo suas ações. Segundo o Itamaraty, o Uruguai estava infringindo as regras do direito do asilo político, ao permitir que os exilados exercessem livremente atividades consideradas subversivas pela ditadura, como concessão de entrevistas a periódicos, reuniões, entre outros. Porém, pela Lei de Asilo, cabia ao país que acolhia o asilado impor as condições, e não ao que o expulsou, fato totalmente ignorado pela ditadura brasileira, gerando pressões políticas, diplomáticas e econômicas sobre o país vizinho.³⁰⁶

Essas questões são explícitas nos relatos de Manoel Pio Corrêa, que fora designado Embaixador do Brasil em Montevidéu, quando este discorre acerca das funções primordiais que estava encarregado de exercer no Uruguai. De acordo com Paulo Roberto de Almeida, o diplomata era um dos mais notórios anticomunistas do Itamaraty³⁰⁷. Segundo assevera Pio Corrêa em seu livro de memórias,

A minha missão como Embaixador do Brasil em Montevidéu, para a qual fui designado quando achava-me ainda no Viet-Nam, estava perfeitamente definida: seria meu dever conseguir que o Governo do Uruguai impusesse aos asilados políticos brasileiros naquele país a estrita observância das regras do asilo político, ditadas pelo Direito Internacional; essencialmente, a abstenção de toda e qualquer atividade política, bem como de atitudes públicas de hostilidade dirigidas contra o Governo do seu próprio país.³⁰⁸

É importante retomarmos, nesse momento, as conclusões elaboradas pela Missão Especial examinada. Um dos encaminhamentos dados por aquela dizia respeito justamente à necessidade de nomeação de um Chefe de Missão para a Embaixada em Montevidéu,

³⁰⁶ FERNANDES, op. cit., p. 80.

³⁰⁷ ALMEIDA, Paulo Roberto de. Do alinhamento recalcitrante à colaboração relutante: o Itamaraty em tempos de AI-5. In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane (Org.). *“Tempo negro, temperatura sufocante”*: Estado e Sociedade no Brasil do AI-5. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RJ, Contraponto, 2008. p. 6.

³⁰⁸ PIO CORRÊA, op. cit., p. 847.

tendo em vista a centralidade do Uruguai - foco de concentração de exilados - e a necessidade, por decorrência, de obstinada atuação do representante brasileiro em sintonia com o novo regime instaurado. É, pois, nesse sentido, que temos que compreender a designação de Pio Corrêa para chefiar a Missão Diplomática em questão. Assim, o citado diplomata teve um papel central como articulador dos estratagemas utilizados pelo regime brasileiro no intuito de pressionar o governo uruguaio para que este agisse de acordo com as suas expectativas. A utilização de diferentes pressões levadas a cabo nesse sentido é patente também no relato do diplomata.

Por “apertar o cerco” quero dizer aplicar o segundo ponto das “normas táticas” que me havia proposto, a saber, explorar todas as oportunidades da conclusão de acordos sobre assuntos de interesse do Uruguai, criando meios para uma útil colaboração entre os dois países, consolidando a amizade entre ambos, e aplainando os caminhos para o entendimento mais difícil.³⁰⁹

No caso acima relatado, assim como em outros, é manifesta a participação e o papel do Brasil na desestabilização de outros regimes da região, através de diferentes formas de coação e interferência. Possivelmente concorreram para a escolha de Pio Corrêa para encabeçar a Missão Diplomática em Montevideu - ponto estratégico de ação para o novo regime - a sua marcante atuação no plano interno. Na conjuntura anterior ao golpe de Estado, este chefiara o Departamento Político no Itamaraty, “dotado de uma visão propriamente policial da segurança política no ministério”³¹⁰, chegando a recrutar para auxiliá-lo nessa empreitada o delegado de polícia Rui Dourado, que posteriormente o acompanharia na Embaixada no Uruguai. O diplomata relata ter herdado de sua antecessora no mencionado Departamento um arquivo contendo fichas de “indivíduos, nacionais e estrangeiros, envolvidos em atividades subversivas contra os interesses do Brasil, e de organizações ditas ‘de fachada’, entidades encobrendo sob rótulos inocentes atividades inconvenientes”.³¹¹ Quando de sua chefia, Pio Corrêa afirma ter aumentado significativamente o mencionado acervo, recorrendo a este novamente após a eclosão do golpe.

Quando deixei o Departamento no fim do Governo Kubitschek, desconfiando, com toda a razão como se viu mais tarde, do que viria sob o Governo seguinte, deixei esse Arquivo, consideravelmente aumentado, confiado a um oficial amigo, que fazia a ligação do então Serviço de Informação e Contra-Informação

³⁰⁹ Ibid., p. 883.

³¹⁰ ALMEIDA, op. cit., p. 10.

³¹¹ PIO CORRÊA, op. cit., p. 581.

(SFICI) com o Itamaraty. O oficial guardou-o, sob a forma de vários caixotes e malas de aspecto inocente, em casa de uma tia, que nunca soube o conteúdo daquela “bagagem” de seu sobrinho. É claro que, logo depois da Revolução de 1964, recuperei aquele precioso acervo, que regressou ao Itamaraty.

Ainda em relação à desestabilização do governo no plano interno, como asseverou sem restrições o próprio diplomata: “em uma palavra e com todas as letras, eu conspirava contra o Governo, e a vitória da Revolução de 31 de março de 1964 representou a coroação de minhas mais caras esperanças”.³¹² Percebe-se, pois, que o perfil de Pio Corrêa se ajustava nitidamente com os objetivos do novo regime, tendo, inclusive, atuado no sentido da deposição do governo João Goulart, o qual se radicou, após o golpe, no país vizinho, juntamente com outros políticos vinculados ao trabalhismo.

Quando de sua nomeação para chefiar a Embaixada em Montevidéu, o diplomata tratou, antes, de estreitar os laços com autoridades sul-rio-grandenses, em sintonia com o ocorrido em relação aos trabalhos da Missão Especial examinada. Nesse sentido, é válido lembrar que a própria designação de uma Missão para Inspeccionar os Consulados nos países do Prata partira de sugestões do III Exército ao Ministério da Guerra, tendo em vista, sobretudo, a preocupação com a concentração de exilados no Uruguai e a carência de vigilância na fronteira. Assim, Pio Corrêa buscou alinhar sua atuação através da colaboração com autoridades gaúchas, conforme podemos observar abaixo a partir de seus relatos.

Antes, porém, de partir para o Uruguai tive o cuidado de fazer uma visita ao Rio Grande do Sul – vizinho e irmão do Uruguai, limítrofe com este a título próprio antes mesmo do que como pedaço do Brasil. No aeroporto de Porto Alegre [...] fui esperado pelo Governador do Estado em pessoa: eloqüente indicação da importância atribuída pelo Rio Grande do Sul à Embaixada do Brasil no Uruguai. O Governador Meneghetti levou-me com ele para o Palácio, onde informou-me de que tanto a Polícia Civil como a Brigada Militar do Estado agiriam em estreita ligação com a Embaixada do Brasil em Montevidéu no tocante à vigilância do trânsito pela fronteira e quanto a possíveis atividades subversivas fomentadas desde o território uruguaio.³¹³

Além da conexão entre corporações civis e militares com a Missão Diplomática em Montevidéu, as autoridades gaúchas trataram de efetuar diversas operações no Uruguai. Assim, em inúmeras ocasiões, invadiu-se a jurisdição do país vizinho, em ações clandestinas, e entrou-se, em alguma medida, em um conflito de competência com o Itamaraty, tendo em vista a incumbência do último de atuar na esfera internacional. Os

³¹² Ibid., p. 814.

³¹³ Ibid., p. 849.

aspectos em questão desencadearam uma série de reclamações por parte da comunidade de política externa, assim como do governo uruguaio. Não obstante, se a atuação conjunta desses órgãos não esteve isenta de conflitos, a regra, ao que tudo indica, foi a colaboração, a qual resultou em um aprimoramento da vigilância na extensão de fronteira entre ambos os países, conforme depreende-se da análise do trecho abaixo do livro de memórias de Pio Corrêa.

O General Comandante do III Exército, General-de-Exército Justino Alves Bastos, teve a gentileza de visitar-me e disse-me que os Generais Comandantes das Primeira, Segunda e Terceira Divisões de Cavalaria, guardiães da fronteira, manteriam ligação comigo e manteriam a Embaixada permanentemente informada quanto a tudo que ocorresse desde a foz do Arroio Chuí até a barra do Rio Quarai, em toda a extensão da linha divisória com o Uruguai.³¹⁴

Em primeiro lugar, é necessário relativizarmos o alcance do monitoramento de toda a extensão de fronteira, tendo em vista, entre outras circunstâncias, o despreparo de parcela das autoridades que atuavam nessas regiões e, inclusive, a obsolescência de suportes materiais para levar a efeito uma fiscalização dessa envergadura, conforme informações constantes no mencionado relatório da Missão Especial de inspeção. Além disso, levando-se em conta a dimensão da linha internacional entre ambos os países, qualquer iniciativa nesse sentido, possivelmente, seria malograda. Entretanto, diversas medidas foram tomadas, a partir do golpe de Estado e da centralidade do Uruguai na nova conjuntura, no sentido de incrementar o monitoramento da região. Nesse sentido, podemos elencar, como fora dito, a própria nomeação de um Chefe de Missão para Embaixada em Montevideú, assim como a formação de uma rede de contatos que envolveu representantes de ambos os países. Em função disso, o Embaixador Pio Corrêa tratou de estreitar relações com autoridades dos departamentos fronteiriços uruguaios, especialmente naqueles limítrofes com o Brasil:

[...] face a um governo uruguaio pouco cooperativo e pressionado pela opinião pública e pela imprensa da Capital, cuja população – metade da população do país – era preponderantemente simpática aos asilados políticos brasileiros e hostil ao Governo revolucionário do Brasil – e a mim, representante deste Governo. [...] A opinião da Capital sendo tão marcadamente infensa aos meus propósitos e aos do meu Governo, tratei de buscar aliados entre as forças políticas do interior – tradicionalmente rivais e ciumentas das de Montevideú. Empreendi infatigável romaria aos vários Departamentos, especialmente àqueles situados sobre a fronteira do Brasil ou próximos dela: Treinta y Tres, Rocha, Melo, Rivera, Artigas, Tacuarembó, Cerro Largo. Em cada Departamento

³¹⁴ Ibid., p. 849.

visitava zelosamente o Presidente da Junta Departamental e os Membros da Junta, o Chefe de Polícia, às vezes o Bispo, e sempre os principais chefes políticos, as notabilidades locais e os mais poderosos fazendeiros.³¹⁵

Ainda que a hostilidade de tratamento dispensada ao Embaixador em Montevideu esclareça uma de suas motivações na busca de apoio em outras localidades, a explicação estaria incompleta caso a encerrássemos nesse ponto. Isso porque a escolha desses locais certamente não foi casual, e o fato de se situarem em uma região fronteira é deveras significativo. Os relatos de Pio Corrêa sobre a visita ao chefe de polícia de um departamento fronteiro são bastante elucidativos nesse sentido. Conforme assevera em seu livro de memórias,

[...] passei a explicar o motivo de minha visita. Além, disse eu, do desejo de conhecer tão alta autoridade, desejava conversar sobre medidas próprias a facilitar e a disciplinar o trânsito pela fronteira com o Brasil. Não queria referir-me, frisei, a qualquer problema de contrabando; considerava o contrabando fronteiro como um aspecto natural, tradicional e nada de repreensível, das trocas de mercadorias entre populações vizinhas. [...] Esse tipo de visitas foi muito útil, pois encontrei nas Polícias Departamentais excelentes fontes de informação e ocasionalmente algum tipo de cooperação ativa, extra-oficial.³¹⁶

Conforme relatado, essas visitas lhe renderam importantes fontes de informação provenientes das polícias departamentais fronteiriças. A mencionada preocupação em “disciplinar o trânsito pela fronteira com o Brasil”, não estando ela relacionada ao aspecto do contrabando, segundo o próprio Pio Corrêa, nos permite inferir que se tratava da movimentação de opositores pela região. A análise de outros trechos do livro de sua autoria nos fornece algumas pistas nesse sentido.

Haviam recebido asilo político no Uruguai talvez duas centenas de brasileiros, formando uma verdadeira comunidade, um duro núcleo político, organizado em torno do ex-Presidente João Goulart, do ex-Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e do “Almirante Vermelho” Candido Aragão. A essa gente somavam-se talvez mais duas centenas de brasileiros, partidários de João Goulart e de Brizola, que não possuíam o status de asilos políticos, mas iam e vinham livremente entre o Brasil e o Uruguai, trazendo e levando mensagens de ou para correligionários no Brasil. Os conciliábulos entre os asilados e os chamados “pombos-correio” eram incessantes, e freqüentes as viagens de “pombos-correio” de um país ao outro.³¹⁷

³¹⁵ Ibid., p. 869-870.

³¹⁶ Ibid., p. 871.

³¹⁷ Ibid., p. 854.

Percebe-se, pois, que, entre outros aspectos, a preocupação com a fronteira se justificava, em grande medida, pela mobilidade empreendida pelos já citados “pombos-correio”, conforme se pode observar nas colocações do Embaixador brasileiro. Na tentativa de coibir e disciplinar esse trânsito, vale acrescentar que os contatos estabelecidos na região pelo diplomata não se limitaram apenas à fronteira uruguaia, mas também se estenderam para as suas contrapartes brasileiras.

Não menos freqüentes e extensas foram as minhas incursões do outro lado da fronteira, em território brasileiro. Visitei uma por uma, e algumas delas mais de uma vez, todas as cidades fronteiriças ou próximas da fronteira: Chuí, Santa Vitória do Palmar, Pelotas, Rio Grande, Jaguarão, Sant’Ana do Livramento, Bagé, Alegrete, Uruguaiana, Quaraí, São Gabriel, Santo Angelo, Santa Maria da Boca do Monte, Guaporé, sem falar em Porto Alegre.³¹⁸

Essa ligação e colaboração estabelecidas no âmbito local, marcadas por um estreitamento da relação entre as autoridades de comunidades vizinhas, se difundiram pelo restante do país, através de uma complexa e sofisticada rede de informações. Segundo destacou Fernandez,

O intercâmbio e a circulação de informação entre ambos os lados era bastante fluida e envolvia órgãos de segurança pública em diversos âmbitos, unidades militares e até mesmo repartições consulares. Mas esta informação não apenas circulava localmente. Graças à complexa interligação entre os diversos organismos de informações, ela podia transcender a esfera local, chegar até o centro nevrálgico do aparelho de informações no Distrito Federal, o SNI, e ser espraiada para todos os outros órgãos de inteligência que se julgasse necessário.³¹⁹

É, pois, de suma relevância analisarmos o importante e ativo papel do Itamaraty nessa conjuntura, o qual conformava um dos elos do sistema repressivo instaurado³²⁰. Assim, com o avanço das pesquisas, não se sustenta a ideia, durante algum tempo ventilada, de que a comunidade de política externa, especialmente o Ministério das Relações Exteriores, teria passado incólume no processo autoritário analisado. Segundo Penna Filho,

Um dos primeiros aspectos a ressaltar é que a pesquisa derruba o mito de que o Itamaraty não colaborou ou colaborou pouco com o lado mais sombrio da ditadura militar brasileira. Por muitos anos, gerações de diplomatas afirmaram que a tradição e a autonomia desfrutada pelo Ministério das Relações Exteriores

³¹⁸ Ibid., p. 874.

³¹⁹ FERNÁNDEZ, op. cit., p. 225.

³²⁰ Havia a percepção, por parte dos exilados, da vigilância a qual estavam submetidos por forças ligadas à repressão nos países onde se encontravam. Cf. PENNA FILHO, op. cit., p. 44.

no âmbito do serviço público teria lhes permitido evitar uma associação com a repressão generalizada que se instalou no país após o Golpe de Estado de 1964. Tal, de fato, não ocorreu. Houve a colaboração em diversos níveis, seja participando ativamente do processo de “depuração” interna promovida pelos inquéritos ideológicos no período inicial da ditadura, seja montando um aparato de espionagem que atuava preferencialmente nos países onde havia maior número de exilados brasileiros. Sua colaboração foi estreita com as principais agências responsáveis pela repressão no Brasil, como o temido SNI, com o Exército, com a Marinha e com a Aeronáutica, por meio de suas respectivas agências especializadas, a saber: o CIE, o Cenimar e o CISA.³²¹

O Centro de Informações do Exterior (CIEEx) foi uma estrutura criada, em 1966, na gestão de Pio Corrêa na Secretaria-Geral do Itamaraty, para atuar no plano externo em consonância com o serviço de informação atuante no âmbito doméstico. Ainda que gozasse de acentuada autonomia na estrutura administrativa do Itamaraty, na prática, estava hierarquicamente subordinado ao Serviço Nacional de Informações (SNI). Não obstante, é importante ressaltar que, mesmo antes da criação do CIEEx, as atividades ligadas ao monitoramento da comunidade brasileira asilada já eram sistemáticas, como atesta, por exemplo, a marcante atuação de Pio Corrêa no Uruguai. Essas experiências serviram, de alguma forma, como uma espécie de laboratório para a agência especializada que viria a ser criada pouco tempo depois. Segundo destaca Claudio Dantas Sequeira³²², “no plano externo, [Pio Corrêa] decidiu reproduzir a bem-sucedida experiência uruguaia a mais uma dúzia de países. Redigiu e assinou então a portaria ultra-secreta que instituiria o Centro de Informação do Exterior (Ciex).” Em relação às atividades do diplomata no país vizinho, Penna Filho assevera que

No caso específico do Uruguai, que foi o primeiro país a receber um fluxo considerável de exilados brasileiros, a embaixada em Montevideu logo se adaptou aos novos tempos e às novas funções. [...] Além das atividades de espionagem, a Embaixada tentou fazer com que Brasília tomasse uma atitude mais consistente com relação ao “problema” dos exilados brasileiros no Uruguai, tratando o assunto no nível político bilateral. Em longo ofício à Secretaria de Estado, o embaixador brasileiro solicitava que o Itamaraty avaliasse a possibilidade de provocar uma definição do governo uruguaio quanto a presença e atividades dos exilados brasileiros. Dentre as medidas sugeridas constavam a “apreensão de aeronaves em poder dos asilados ou a seu serviço”, a “vigilância estrita dos movimentos dos asilados e refugiados”, a “verificação constante do paradeiro dos asilados e refugiados, com obrigação de apresentarem-se freqüentemente a autoridade policial”, a “proibição de se aproximarem os

³²¹ Ibid., p. 44.

³²² O jornalista Claudio Dantas Sequeira produziu uma série de reportagens especiais, no Correio Braziliense, em julho de 2007, sobre o “Serviço Secreto do Itamaraty”, como resultado de uma extensa pesquisa nos documentos do CIEEx. O trabalho em questão rendeu ao jornalista, no final daquele ano, o Prêmio Esso de Jornalismo. O acesso por não assinantes do jornal às mencionadas matérias pode ser feito através do link <<http://pdt12.locaweb.com.br/primeirapagina.asp?id=85>>. Acesso em 30 nov. 2013.

mesmos da faixa de fronteiras” e mesmo a “internação de todos os asilados e refugiados”.³²³

Após a entrada em operação do CIEEx no Uruguai, a partir de sua criação, o monitoramento da comunidade exilada passou a ser ainda mais sistemático. No que concerne as suas atribuições, vale destacar que, a despeito de ter atuado na coleta de informações estratégicas de cunho político, militar ou econômico, especialmente no tocante aos países vizinhos, o padrão de atuação do Centro ligava-se, sobretudo, à vigilância dos exilados. Conforme afirma Penna Filho, “o volume de informes dedicados à pura espionagem política contra cidadãos brasileiros vivendo no exterior superava, e em muito, as análises estratégicas e de conjuntura política e econômica de outros Estados. Esse foi o padrão na atuação do CIEEx.”³²⁴ É válido, nesse sentido, ressaltar as consequências de muitas dessas ações, que extrapolavam às atividades de monitoramento: “a cúpula do Itamaraty se ajustou perfeitamente aos interesses do governo militar, e o Ciex contribuiu de maneira decisiva para a localização e detenção de muitos asilados.”³²⁵

É importante assinalar que as atividades do CIEEx não ficaram circunscritas apenas ao Cone Sul, visto que este produziu informes provenientes dos Estados Unidos, da Europa e também de alguns países africanos, sobretudo na conjuntura que se seguiu a onda de golpes que se alastrou pela região – o que inviabilizava, muitas vezes, a permanência nesses países –, conforme atesta a documentação produzida pelo Centro nesses anos.³²⁶ A série de reportagens especiais já mencionada, produzida pelo Correio Braziliense, mapeou o alcance do CIEEx no exterior:

O Correio obteve acesso exclusivo ao arquivo secreto do Ciex, um acervo com mais de 20 mil páginas de informes produzidos ao longo de 19 anos. Depois de quatro meses analisando cada documento, seu grau de confiabilidade e nível de distribuição, pode-se concluir que nunca houve refúgio seguro aos brasileiros contrários ao golpe de 64. Banidos ou exilados, eles foram monitorados a cada passo, conversa, transação ou viagem no exterior. A malha de agentes e informantes operada pelo Itamaraty se estendeu para além da América Latina, alcançando o Velho Continente, a antiga União Soviética e o norte da África.³²⁷

Vale ressaltar, ainda, que os agentes do CIEEx foram responsáveis pela perseguição de estrangeiros contrários ao regime em seus próprios países, algo que fere princípios do

³²³ PENNA FILHO, op. cit., p. 51-52.

³²⁴ Ibid., p. 47.

³²⁵ SEQUEIRA, op. cit.

³²⁶ PENNA FILHO, op. cit., p. 48.

³²⁷ SEQUEIRA, op. cit.

direito internacional e, em especial, a soberania desses Estados.³²⁸ Tais ações podem ser compreendidas, nesse contexto, nos marcos da Doutrina de Segurança Nacional e, sobretudo, da diretriz das fronteiras ideológicas.

Em síntese, podemos situar a antecâmara do que, posteriormente, viria a ser aprimorado com a entrada em cena do CIEx na veemente atuação de Pio Corrêa na estratégica Embaixada em Montevidéu. Assim, conforme destacado, a diplomacia conformava um dos elos do sistema de informação e segurança atuante naquele contexto, afinando-se, desde o início, com o novo regime instaurado no Brasil. Nesse sentido, segundo assinalou Padrós,

Também a diplomacia incidiu nesse processo de colaboração repressiva. [...] desde o golpe de 1964, o Brasil pressionava o governo uruguaio para que limitasse a mobilidade de Brizola e Goulart dentro do seu território. A tal ponto isso ocorreu que chegou a utilizar mecanismos de pressão comercial. Foi assim que o embaixador Manoel Pio Corrêa condicionou a compra de trigo uruguaio à tomada de alguma atitude contra os notórios exilados porque, segundo a interpretação do Itamaraty, estes desenvolviam intensa agenda política no país vizinho. Finalmente, a pressão se mostrou bem sucedida: [...] Brizola acabou confinado na cidade de Atlântida, em 1965.³²⁹

A inconformidade de Pio Corrêa com a postura do governo uruguaio, caracterizada como conivente em relação aos exilados e pouco simpática com o regime militar instaurado no Brasil, é patente no relato abaixo destacado, do qual extraímos alguns trechos que foram utilizados na epígrafe do presente capítulo.

O Governo uruguaio, pachorrento e paternal, via com tolerância a presença e as atividades dos asilados políticos brasileiros, certo de que elas nenhum perigo configuravam para a segurança interna do próprio Uruguai. A longa tradição de ampla hospitalidade do Uruguai para proscritos dos países vizinhos não parecia compadecer-se com uma atitude severa para com os brasileiros – quase todos gaúchos, irmãos de sangue dos orientais, muito deles contando com amizades pessoais no Uruguai. Finalmente, a também longa tradição de governos civis no Uruguai fazia com que o seu atual Governo considerasse sem particular simpatia, embora sem hostilidade, o Governo militar implantado no Brasil.³³⁰

Além do relato construído *a posteriori* pelo mencionado diplomata, em seu livro de memórias, o objetivo da Missão Diplomática para o qual fora designado, no tocante aos exilados brasileiros, é explícito também nas diretrizes dadas pelo Itamaraty à Embaixada no Uruguai. Podemos percebê-lo a partir da análise do telegrama secreto expedido por

³²⁸ Ibid.

³²⁹ PADRÓS. *Como el Uruguay no hay...* op. cit., p. 711.

³³⁰ PIO CORRÊA, op. cit., p. 855.

aquela Secretaria de Estado: "A nossa intenção no que toca aos asilados é cercear-lhes cada vez mais e firmemente as possibilidades de exercerem atividades subversivas, em etapas sucessivas e usando tôdas as pressões possíveis e aconselháveis."³³¹

A partir do exame de aspectos acima destacados, podemos inferir que o Brasil não poupou esforços no intuito de levar a cabo suas pretensões e objetivos, recorrendo a inúmeras pressões políticas e, inclusive, econômicas, ancorado na já mencionada orientação ideológica, que, em alguma medida, conferia um aval a essas interferências. É notório, pois, o papel desempenhado pela diplomacia brasileira em consonância com as políticas do regime ditatorial. Nesse sentido, é importante frisar que se tratava de uma ditadura civil-militar, ou seja, tanto civis quanto militares desempenharam importantes papéis na estruturação e manutenção do novo regime. Sobressai-se, assim, a participação ativa de renomados diplomatas, sobretudo no tocante às pressões empreendidas sobre o governo uruguaio e também no monitoramento de exilados.

Nesse ponto da discussão, é válido atentarmos, mais uma vez, para a documentação produzida pelo Itamaraty, no sentido de vislumbrar algumas das citadas pressões levadas a efeito pelo Brasil, tais como podemos notar, por exemplo, através do exame do telegrama secreto expedido pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores à Embaixada em Montevideú.

Embora concorde com a afirmação de Vossa Excelência [Manoel Pio Corrêa] de que a repetição frequente de reclamações [dirigidas ao Uruguai], se desatendidas, resultará em desgaste político, penso que teremos ainda que apresentar as nossas reivindicações de maneira tal que sejam suscetíveis de ser atendidas por um Governo cuja fraqueza interna Vossa Excelência bem conhece. Por outro lado, a bem da própria fiscalização das atividades dos asilados, creio que a pressão que viermos a exercer sobre o Uruguai não deverá chegar ao ponto de se prejudicar as relações normais entre os dois Governos, embora possamos levá-la ao campo econômico, inclusive deixando de interessar-nos pelo projeto da Lagoa Mirim.³³²

Pela análise do texto acima, pode-se perceber que acordos políticos e/ou econômicos foram utilizados, em muitas oportunidades, como elemento de pressão no sentido de se garantir alguns interesses do governo brasileiro relativos, entre outros aspectos, aos exilados. O documento datado de 14 de outubro de 1965, enviado pela Embaixada em Montevideú em caráter particular para o Senhor Ministro de Estado das

³³¹ Ministério das Relações Exteriores. Missão Diplomática Brasileira, Secreto M México - Montevideú, CTs Telegramas Recebidas e Expedidas, 1964, caixa 55.

³³² Ministério das Relações Exteriores. Missão Diplomática Brasileira, Secreto M México - Montevideú, CTs Telegramas Recebidas e Expedidas, 1964, caixa 55.

Relações Exteriores, ao tratar da autorização para assinatura do acordo para ponte Quaraí-Artigas, ilustra o exposto até aqui:

[...] o Governo uruguaio insiste, em forma terminante, pela assinatura imediata, amanhã sexta-feira, do acôrdo relativo à ponte Quaraí-Artigas. É evidente o interêsse em forçar-nos a mão para a assinatura do ato antes de que seja dada qualquer solução aos assuntos a que se referem meus telegramas 646 e 654. Rogo instruções urgentíssimas. [...] Manoel Pio Corrêa Júnior.³³³

O texto que responde ao acima destacado faz referência mais explícita a outros elementos que estavam em jogo no caso em questão. Trata-se de documento expedido no dia subsequente pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores à Embaixada em Montevideú, novamente em caráter particular, para o diplomata Pio Corrêa.

Autorizo a assinatura hoje do acôrdo sôbre a ponte Quaraí-Artigas. Dada a difícil situação que vem enfrentando êsse Governo, parece-me preferível acentuar o clima de boa vontade e evitar a impressão de estarmos recorrendo a pressões, sobretudo diante do favorável encaminhamento do assunto Costa Santos.³³⁴

É razoável inferirmos que o mencionado acordo sobre a ponte na fronteira fora utilizado como meio para se recorrer a pressões políticas, a despeito da menção à tentativa de impedir a sensação de que se estaria valendo de alguma espécie de coação. Nesse sentido, é plausível supor que a protelação do convênio em questão tivesse relação com questões pendentes referentes aos exilados, conforme se percebe na alusão feita ao caso de Max da Costa Santos - um dos casos mais controversos e recorrentes na documentação relativa a tratativas feitas com o governo uruguaio. A diplomacia brasileira não poupou esforços com vistas a sua expulsão, uma vez que este teria se exilado, primeiramente, em um outro país, de onde partira para o Uruguai, localidade na qual, segundo o entendimento das autoridades brasileiras, não teria direito ao asilo. Percebe-se, pois, novamente, a interferência do Brasil em assuntos da alçada de outro país, visto que a decisão em questão competiria exclusivamente ao Uruguai.

Outro caso que ilustra os aspectos supracitados diz respeito ao pedido de autorização, em caráter excepcional, de intercâmbio comercial entre Brasil e Uruguai, nas localidades fronteiriças de Bagé e Cerro Largo. As razões da transação exemplificam o

³³³ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevideú, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

³³⁴ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevideú, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

quanto as relações econômicas foram utilizadas como elemento de barganha política pelas autoridades diplomáticas brasileiras no contexto analisado. Nesse sentido, é bastante elucidativo atentarmos para a matéria aludida pelo Telegrama abaixo reproduzido, de 24 de setembro de 1965, remetido pela Embaixada em Montevidéu à Secretaria de Estados das Relações Exteriores.

613 - [...] Rogaria o especial empenho de Vossa Excelência junto às autoridades competentes no sentido de ser autorizada, a título excepcional, a importação de mil toneladas de farinha de trigo uruguaia, procedente especificamente do Departamento de Cerro Largo, para consumo no município de Bagé, que lhe fica fronteiro, e região adjacente. Em troca, o Uruguai importaria valor equivalente em erva mate, pinho ou qualquer outra mercadoria brasileira. Sei que tanto o Instituto do Mate quanto o do Pinho veriam com sumo agrado essa transação. Direi ainda a Vossa Excelência, para seu govêrno, e em caráter estritamente confidencial, que militam em favor da transação poderosas razões, presas a problemas de vigilância sôbre alguns asilados brasileiros naquela fronteira, e à remoção de um dêles para lugar mais seguro. Manoel Pio Corrêa Júnior.³³⁵

Em primeiro lugar, é mister estabelecermos um cruzamento entre diferentes fontes, quais sejam, a documentação produzida no período em questão pela Missão Diplomática brasileira, acima reproduzida, e o livro de memórias de Pio Corrêa. No que concerne a esse último, o Embaixador refere-se às inúmeras viagens feitas à fronteira entre o Uruguai e o Brasil no sentido de angariar apoio político para os interesses aos quais se propunha quando de sua nomeação, conforme anteriormente mencionado em relação ao estabelecimento de contatos de ambos os lados da linha demarcatória. É razoável supor que o caso supracitado seja um dos exemplos de tratativas com elementos de proeminência política ou econômica na fronteira. O acordo em questão teria a finalidade de conseguir um aumento da vigilância na região e, inclusive, conforme citado, obter a remoção de um exilado para outra localidade, possivelmente longe da fronteira, onde representaria fator de menor preocupação para o governo brasileiro. No telegrama a seguir, de 12 de outubro de 1965, expedido pela Embaixada em Montevidéu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, é possível ter acesso a alguns outros detalhes da referida transação.

648 - Referência meu telegrama nº 613 e CT 278. Fui informado pela Comissão do Trigo de que as disposições legais em vigor não permitem a importação de farinha de trigo. Considerando, porém, que a operação é postulada pelo Conselho Departamental de Cerro Largo, considerando a diminuta quantidade encarada, mil toneladas apenas, e considerando que de sua realização dependem resultados

³³⁵ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

políticos e administrativos de consequências importantes para a cooperação daquela autoridade na vigilância da fronteira e de certos elementos que ali operam, rogaria a Vossa Excelência insistir por uma execução motivada pela razão de estado, e que poderia ser mantida em sigilo. Manoel Pio Corrêa Júnior.³³⁶

Cabe assinalar que, segundo aludido, diante da importância da vigilância na fronteira, era preciso tomar providências consideradas necessárias para a consecução desse objetivo, independentemente da legalidade ou não da transação. Vale ressaltar também que, além da presença do elemento de coação, visto que a operação econômica fora condicionada ao atendimento de questões de caráter político, tratava-se de um acordo ilegal, inclusive, com matiz de contrabando, ainda que realizado e fomentado por autoridades do Estado brasileiro. Tendo em vista a importância de que fosse concretizado, segundo citado, solicitou-se que se mantivesse o sigilo da transação em questão. Nesse momento da discussão, vale a pena realizarmos um paralelo entre esse tipo de operação e tantas outras ações clandestinas de que se valeram as autoridades brasileiras ao longo do período estudado, destacadamente as diversas invasões do território uruguaio por agentes do Estado civis e militares. Por fim, caso reste alguma dúvida em relação ao alvo desse controle, pelas informações contidas no corpo do documento, basta atentarmos para o tema do telegrama em questão: "Intercâmbio comercial Brasil-Uruguai. Asilados brasileiros".

Outra negociação utilizada como elemento de barganha política, em diversas oportunidades, conforme atesta a documentação produzida pelo Itamaraty, foi a concessão de salvo-conduto a cidadãos asilados na Embaixada Uruguaia no Brasil. Assim, a necessária autorização ficava condicionada, via de regra, ao atendimento de exigências do governo brasileiro, como podemos perceber pelo exame do Telegrama abaixo, datado de 21 de novembro de 1966, expedido pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores à Embaixada em Montevidéu.

Os ensinamentos que receberam, que incluem técnicas de organização de grupos guerrilheiros e métodos de fabricação de explosivos, lhes conferem alta periculosidade, especialmente consideradas as condições políticas desse país, as características da fronteira uruguaio-brasileira e a existência comprovada de núcleos de subversão no meio dos asilados brasileiros no Uruguai. Para exclusivo conhecimento de Vossa Excelência adianto que, pelos motivos acima indicados, estamos examinando a possibilidade de negociar a concessão de salvo-conduto em troca do firme compromisso do Governo uruguaio de determinar medidas especiais de segurança desses três indivíduos, em condições

³³⁶ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

que efetivamente os impeçam de participar de atividades subversivas dirigidas desse país contra o Brasil.³³⁷

É patente nas negociações empreendidas pelas autoridades diplomáticas a preocupação com o país de refúgio, levando-se em consideração, entre outros aspectos, as características da fronteira Brasil-Uruguai. Em relação a esse ponto, podemos cruzá-lo com outras descrições do espaço fronteiriço em questão feitas pela inicialmente referenciada Missão levada a efeito pelo Itamaraty em parceria com elementos castrenses. Nesse sentido, destacou-se a falta de vigilância existente, o livre acesso de exilados à região, a permeabilidade e facilidade da passagem, o despreparo das autoridades que atuavam nessas localidades, entre outras circunstâncias, diversas vezes mencionadas ao longo do trabalho da Missão Especial de inspeção aos Consulados Privativos.

A despeito da relutância do governo uruguaio em agir de acordo com as pressões da ditadura brasileira, desde o início, o Embaixador tratou de estreitar laços com setores da sociedade vizinha, destacadamente com autoridades policiais e militares. Assim, além do estabelecimento de contatos com figuras de proeminência política e/ou econômica na região de fronteira, antes mencionado, Pio Corrêa tratou de contatar também forças de segurança atuantes no restante do país limítrofe, conforme podemos vislumbrar pela análise do trecho abaixo destacado.

Santiago Pomoli [General, comandante da Academia Militar] apoiou-me com esse prestígio, articulou dentro do Exército uruguaio uma corrente de opinião favorável aos objetivos da missão que me fora dada, que era a difícil empreitada de levar o Governo uruguaio a exercer uma estrita vigilância sobre as atividades dos asilados políticos brasileiros. O Comandante do Regimento de Couraceiros da Polícia era um Coronel do Exército, que eu conhecera ainda Aspirante-a-Oficial no velho Quartel do Cerro. Através dele pude estabelecer laços cordialíssimos com o Chefe de Polícia – personagem-chave para os objetivos que eu me propunha.³³⁸

De acordo com aspectos aludidos pelo diplomata, é razoável supor que esses contatos lhe renderam apoio no seio de corporações uruguaias para a consecução de seus objetivos. A análise da documentação produzida pelo Itamaraty, por sua vez, reforça essa suposição, conforme veremos a seguir. Segundo Sequeira, “juntos, o diplomata e o adido militar [o coronel Câmara Senna], arquitetaram uma rede de contatos que incluía políticos, militares, juízes, delegados de polícia, fazendeiros e até comerciantes. Os contatos foram

³³⁷ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

³³⁸ PIO CORRÊA, op. cit., p. 852.

travados em seguidas viagens pelo país, e o Uruguai acabou servindo de experiência piloto para a criação do Ciex.”³³⁹ Nesse sentido, as preocupações e pretensões de autoridades do Brasil encontravam respaldo em setores do país vizinho, sobretudo pela efervescência política desencadeada pela presença de exilados. Dessa forma, conforme assinalou Padrós,

O estabelecimento de centenas de exilados no Uruguai, após o golpe que derrubou o presidente do Brasil, João Goulart, em 1964, iniciou uma política de aproximação da repressão brasileira com alguns setores das forças de segurança uruguaia. A presença de destacadas figuras da política brasileira como Leonel Brizola ou o próprio presidente deposto, tornou a cidade de Montevidéu um verdadeiro santuário de resistência à ditadura. Encontros públicos, manifestações de apoio, contatos com os setores democráticos uruguaio e a intensificação das viagens dos “pombos-correio” de Brizola atraíram a atenção do serviço de inteligência e de espionagem brasileiras. Através de esquemas de controle e monitoramento dos exilados, inúmeros informes foram elaborados pela comunidade de informações. Assim, levantaram-se informações sobre cidadãos brasileiros que contactavam os exilados, a detecção de rotas utilizadas por esses contatos, a infra-estrutura de apoio na zona de fronteira, a provável volta de “subversivos” ao Brasil, etc.³⁴⁰

Assim, ecos do regime brasileiro se fizeram sentir em autoridades uruguaias, sobretudo nas Forças Armadas. Podemos esboçar, em alguma medida, a prática em questão a partir da análise de uma série de documentos expedidos pela já citada Embaixada à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, tais como o telegrama secreto abaixo. Esse teve como mote a invasão do território uruguaio por fuzileiros navais brasileiros³⁴¹ e o decorrente encontro entre militares brasileiros e uruguaio para tratar dos “incidentes” na fronteira entre ambos os países: “A visita encerrou-se dentro da maior cordialidade, com visível emoção do visitante, que prometeu maior vigilância das Fôrças Armadas Uruguaias em tôrno dos elementos indesejáveis brasileiros, que estão abusando da hospitalidade do Uruguai.”³⁴² Outros tantos documentos consultados no Itamaraty explicitam o estreitamento das relações e, inclusive, a colaboração com o regime brasileiro, como o telegrama secreto que se segue sobre o encontro do Embaixador Manoel Pio Corrêa com o Ministro da Defesa Nacional do Uruguai: “Encontrei-me novamente hoje com o Ministro da Defesa Nacional que me disse estar agindo junto ao Conselho [de Governo do Uruguai]

³³⁹ SEQUEIRA, op. cit.

³⁴⁰ PADRÓS. *Como el Uruguay no hay...* op. cit., p. 708-709.

³⁴¹ No próximo capítulo serão analisados pormenorizadamente casos de incursões no território uruguaio por parte de agentes da repressão.

³⁴² Ministério das Relações Exteriores. Missão Diplomática Brasileira, Secreto M México - Montevidéu, CTs Telegramas Recebidas e Expedidas, 1964, caixa 55.

em apoio às justas reclamações do Brasil. Essa declaração é manifestamente fruto do fortalecimento de sua posição dentro do Governo."³⁴³

Nesse mesmo sentido, uma parcela da documentação disponível no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG) nos permite vislumbrar o monitoramento de exilados no Uruguai. Entre as diferentes fontes consultadas, destaca-se uma “Relação do pessoal que frequentava reuniões de asilados no Uruguai”³⁴⁴, na qual constam quase quarenta nomes. O acesso a esse tipo de informação tão precisa nos possibilita inferir uma série de considerações. De acordo com Padrós,

Na prática, tal monitoramento podia resultar da ação de vigilância de unidades de inteligência brasileiras que agiam com a conivência das autoridades policiais do país vizinho ou, então, tratava-se de informação fornecida pelo próprio Uruguai. De uma ou de outra forma, a fluidez de informação confirma a existência concreta de conexão.³⁴⁵

Seguindo essa mesma linha, uma gama de documentos consultados no Centro de Documentação Diplomática do Ministério das Relações Exteriores menciona a existência de agentes da polícia do Rio Grande do Sul atuando clandestinamente no Uruguai, conforme analisaremos mais adiante. Por hora, é importante destacarmos que essa rede de informações do regime brasileiro contou com o ativo papel da Missão Diplomática no Uruguai e, também, com a conivência e/ou colaboração de setores da sociedade uruguaia.

Assim, o estabelecimento de mecanismos eficientes de cooperação entre os dois países foi-se aprimorando com o passar do tempo como decorrência, principalmente, das afinidades entre ambos os governos, ainda que, conforme inicialmente destacado, desde o início as autoridades brasileiras contassem com o apoio de setores da sociedade vizinha. Nesse sentido, o governo uruguaio, tendo em vista as mais diversas pressões, começou a ceder às imposições da ditadura brasileira e, já no final dos anos 1960, a cooperação passou a ser a regra entre as duas administrações em questão.³⁴⁶ A paulatina colaboração de outras autoridades uruguaias, além do setor militar, com a Missão Diplomática brasileira é patente na postura e encaminhamentos que muitas questões acabaram tomando, em consonância com os interesses do governo brasileiro. O texto do Telegrama que se

³⁴³ Ministério das Relações Exteriores. Missão Diplomática Brasileira, Secreto M México - Montevidéu, CTs Telegramas Recebidas e Expedidas, 1964, caixa 55.

³⁴⁴ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG). Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Erechim. SOPS/E – 1.2.92.3.1. Erechim, 15/05/1967.

³⁴⁵ PADRÓS. *Como el Uruguay no hay...* op. cit., p. 710.

³⁴⁶ FERNANDES, op. cit., p. 112.

segue, datado de 6 de dezembro de 1965, remetido pela Embaixada em Montevidéu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, é bastante emblemático. Este trata de um encontro do Embaixador brasileiro com o Ministro do Interior do país vizinho:

755 - [...] Pediu-me uma lista de outros asilados cujo retôrno ao Uruguai seja indesejável, prometendo também providenciar, e asseverando que de ora em diante posso contar com sua plena cooperação. Não é impossível que o Ministro haja sabido, nos últimos dias, que estamos a par das ligações de sua cunhada e concunhado com Leonel Brizola, e das somas que do mesmo receberam. É possível que alguma indiscrição haja ocorrido, e, chegando aos ouvidos do Ministro, haja motivado a sua radical mudança de atitude. Manoel Pio Corrêa Júnior.³⁴⁷

O documento apresentado denota uma capitulação e cooperação de autoridades do governo uruguaio, particularmente do Ministro do Interior, que em outras ocasiões, conforme se observará adiante, se mostrara avesso às pretensões do governo brasileiro, sobretudo no tocante aos asilados. Supostamente, de acordo com aspectos aludidos no texto, essa mudança de postura seria decorrência das acusações envolvendo familiares do Ministro em relação à colaboração prestada com Brizola. No documento abaixo - Telegrama de 21 de janeiro de 1966 da Embaixada em Montevidéu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores -, pode-se inferir o teor dessa suposta ligação com os asilados.

19 - Cumprindo o compromisso assumido comigo, o Ministro do Interior restabeleceu a vigilância em tôrno de Brizola, a qual fôra suspensa por seu predecessor. Para isso, providenciou pessoalmente a organização de uma turma especial de sete policiais de confiança, que vem efetivamente mantendo desde a noite do dia 17 do corrente uma vigilância severa. Brizola manifesta-se indignado e tem elevado veementes protestos. O Ministro do Interior assegurou-me que vai propor ao Govêrno a transferência de Brizola para uma cidade do interior, onde haja guarnição militar, provavelmente Florida. A ex-cunhada do anterior Ministro, Celia Faggiani Borges, a quem se refere a parte final do meu telegrama nº 755 de 1965, e que estava a serviço de Brizola, para quem executou várias missões de transporte de correspondência através da fronteira, efetuava operações de câmbio e recrutava "pombos-correio", e em cuja residência se realizavam reuniões de asilados, foi presa nesta capital sob a inculpação de lenocínio e não obteve fiança. Julgo poder assegurar a Vossa Excelência que o nôvo titular do Interior, dentro do entendimento que celebramos conforme meu telegrama 787 de 1965, e, sobretudo, na larga entrevista que com êle mantive no dia 10 do corrente, porá fim às facilidades de que gozavam até aqui os asilados brasileiros. Enfim, o Diretor-Geral do Ministério do Interior, Senhor Micale, que estava subornado por Brizola, de quem recebia 8.000 pesos mensais, foi licenciado para tratar de interêsses particulares. Manoel Pio Corrêa Junior.³⁴⁸

³⁴⁷ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

³⁴⁸ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

Conforme se pode perceber, o suposto envolvimento e colaboração de uruguaiois com exilados teria desencadeado a capitulação de autoridade do governo uruguaio frente às pressões do Brasil. Nesse sentido, destaca-se a possibilidade de transferência de Leonel Brizola para cidade do interior uruguaio com guarnição militar. Em relação à conexão dos asilados com os uruguaiois e destes com o Brasil, é nítida, mais uma vez, a preocupação com a atuação dos pombos-correio.

Assim, a Embaixada brasileira pressionou constantemente o governo uruguaio para que este restringisse a mobilidade dos asilados, os mantivesse longe da faixa de fronteira, entre outros aspectos. Um dos casos mais emblemáticos nesse sentido envolveu as tratativas para internar Brizola e, posteriormente, impedir suas constantes idas a Montevideú, além de controlar os contatos que este mantinha, tendo em vista as relações com pessoas estabelecidas no Brasil. Este é o caso tratado no Telegrama de 11 de maio de 1965, remetido pela Embaixada em Montevideú à Secretaria de Estado das Relações Exteriores. O documento trata da convocação do Embaixador pelo Ministro do Exterior uruguaio, o qual na presença do Subsecretário de Estado, teria relatado alguns dos encaminhamentos dados para reclamações apresentadas pela Embaixada brasileira. Foi-lhe comunicado que o Conselho da maioria havia examinado, no dia anterior, nota da Embaixada brasileira, e teria decidido, entre outras questões, que Brizola não mais poderia deixar, sob nenhum pretexto, o local de internação, que os visitantes que para lá fossem seriam identificados e vigiados,

[...] que especial vigilância será exigida sobre os que se acham radicados na faixa de fronteira. Enfim que para boa e fiel execução dessas medidas foi criada uma Comissão Interministerial composta de representantes dos Ministérios do Exterior, da Defesa Nacional e do Interior, em alto nível, sendo que o representante da Chancelaria será o Embaixador Aguirre, Diretor-Geral do Serviço Diplomático. Não me esconderam que o propósito da criação desta Comissão é o de retirar o assunto da alçada dos Ministérios do Interior, cujo tutelar não inspira confiança para a execução das medidas acertadas; ficou claro que o elemento predominante na Comissão será o militar. [...] O Ministro da Defesa Nacional assistiu à reunião da maioria e apoiou o nosso ponto-de-vista.³⁴⁹

Um dos elementos que se evidencia no documento acima é a maior vigilância dispensada sobre refugiados na faixa de fronteira. É possível cruzar o ponto em questão com os depoimentos examinados no capítulo precedente, os quais aludem a diversas circunstâncias em que o citado monitoramento na região fora percebido. Podemos elencar,

³⁴⁹ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevideú, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

com o intuito de cotejá-los com a fonte supra reproduzida, os relatos de Gutiérrez acerca da sensação de estar sendo perseguido, as colocações de Santanna sobre os militares que frequentavam o curso que ele fundara ou, ainda, aqueles depoimentos que se referem a ações de forças de segurança brasileiras que visaram aprisionar algum opositor que se encontrava radicado em Rivera. Além disso, na documentação acima, é patente a colaboração de autoridades do governo uruguaio com interesses do governo brasileiro e, destacadamente, o papel das Forças Armadas nesse sentido, conforme já destacado. É razoável supor também que a mencionada tentativa de se evitar ou, pelo menos, dificultar os contatos com Brizola tenha relação estreita com a atuação dos pombos-correio ou com outras possíveis articulações, segundo é possível inferir através do cruzamento com outras fontes antes problematizadas.

Assim, a intensificação da fiscalização nos pontos de fronteira vinculava-se com o trânsito empreendido por brasileiros, e igualmente com o fluxo de uruguaios que ingressava no Brasil, conforme podemos perceber também pelo documento abaixo, datado de 14 de outubro de 1965, expedido pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores à Embaixada em Montevidéu, relativo a um pedido do III Exército nesse sentido.

Informo, para conhecimento de Vossa Excelência, que o Ministério da Guerra, a pedido do III Exército, tendo em vista a atual situação interna do Uruguai e baseando-se nos dispositivos legais vigentes, determinou às autoridades de segurança que exerçam rigoroso controle sobre a entrada de uruguaios no Brasil e de brasileiros no Uruguai. Essa fiscalização será exercida nos portos, aeroportos e postos de controle de entrada e saída do território nacional.³⁵⁰

O mencionado controle em relação ao trânsito de uruguaios sobre as fronteiras possui estreita relação com a situação interna do Uruguai, marcada por intensas agitações ao longo da década de 1960. Na conjuntura em questão, em diversos momentos, as autoridades brasileiras ficaram de sobreaviso, tendo em vista, entre outros aspectos, a influência que esses movimentos poderiam ter no Brasil. Além disso, não podemos esquecer da desconfiança das autoridades em relação aos contatos estabelecidos entre os exilados e parcela da sociedade uruguaia, a qual poderia estar auxiliando, de alguma forma, a estabelecer conexões com uma oposição estabelecida no Brasil. Esse receio de autoridades brasileiras acarretou uma série de arbitrariedades, as quais foram cometidas,

³⁵⁰ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

em diversas ocasiões, para além do seu território de atuação e também atingiram cidadãos de outras nacionalidades.³⁵¹

Diante de supostos auxílios prestados por uruguaio aos exilados, bem como diante da postura do governo do Estado vizinho em relação aos mesmos, caracterizada como omissa pelas autoridades brasileiras, a Missão Diplomática do Brasil se valeu de inúmeros subterfúgios para pressionar o governo e acusá-lo de conivência com os refugiados. Um dos casos que mais repercutiu naquele momento foi o vinculado à Guerrilha de Três Passos, tendo em vista que muitos dos envolvidos, entre eles, os líderes do movimento, asilaram-se anteriormente no Uruguai, de onde teriam supostamente iniciado a conspiração. Podemos acompanhar esse caso por uma série de documentos a seguir apresentados. Vale antes mencionar que a opção por focar nesse movimento deveu-se mais aos usos que as autoridades brasileiras fizeram dele no sentido de pressionar o governo uruguaio, entre outros aspectos, a controlar a fronteira. Além disso, esse caso denota estratégias de grupos de oposição no exílio que se articularam para retornar ao Brasil pela fronteira sul-rio-grandense. Segundo consta no relatório final da CNV, em meados de março de 1964, quase véspera do aniversário de um ano do golpe de Estado, um grupo vindo do Uruguai, comandado pelo Coronel Jefferson Cardim e pelos Sargentos Alberi e Firmo Chaves deixou Montevideu e rumou para Rivera. A coluna de combatentes pretendia seguir pelo noroeste do Rio Grande do Sul até o Mato Grosso, tendo em vista o conhecimento que alguns dos envolvidos tinham da região e por ser uma área fronteira com outros países, a qual proporcionava muitas rotas de fuga. Assim, no dia 19 de março, o grupo teria ingressado no Brasil através da fronteira de Rivera. Após algumas ações em municípios sul-rio-grandenses, tais como Três Passos e Tenente Portela, e catarinenses, o grupo acabou sendo localizado pouco tempo depois no estado do Paraná, onde os combatentes foram capturados e levados ao I Batalhão de Fronteiras, em Foz do Iguaçu, onde passaram por inúmeras sessões de tortura.³⁵²

O Telegrama de 27 de março de 1965 da Embaixada em Montevideu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores apresenta alguns aspectos relativos ao movimento:

210 - Agradeceria dizer-me se foram efetivamente identificados o ex-Coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório e o ex-Sargento Alberi Vieira dos Santos

³⁵¹ No último capítulo, examinaremos ações do Departamento de Ordem Política e Social do estado gaúcho que tiveram como alvo uruguaio, presos e torturados no Rio Grande do Sul, sob a acusação de estarem colaborando com Leonel Brizola.

³⁵² BRASIL. Comissão Nacional da Verdade, op. cit., p. 598-600.

entre os autores do golpe de mão contra as povoações riograndenses. Caso afirmativo, consulto se devo fazer representações a este Governo sobre o caráter manifestamente inadequado de vigilância exercida sobre os asilados brasileiros. Em face da leviandade com que se vem conduzindo este Governo, da proteção aberta que o Ministro do Interior vem dispensando ao Grupo Brizola, existindo agora prova irretorquível do perfeito cabimento de nossas gestões anteriores, taxadas de fantasiosas e iníquas pelos setores de esquerda, talvez conviesse dizer a este Governo que será responsabilizado por quaisquer atos de violência que venham a ser cometidos em território brasileiro por asilados políticos cuja partida do Uruguai não haja sido comunicada previamente ao Governo brasileiro. Poderíamos recordar que o Governo uruguaio nunca cumpria sua promessa de baixar decreto proibindo aos asilados brasileiros residir ou transitar na faixa de fronteira, a que se refere meu telegrama nº 633 de 1964, aproveitando para estranhar a declaração feita pelo Ministro do Interior de que está permitindo a Brizola vir a Montevideu duas ou três vezes por semana, desvirtuando assim a internação. Manoel Pio Corrêa Júnior.³⁵³

Um dos aspectos importantes a ser ressaltado é a indignação frente à negativa do governo uruguaio de proibir que asilados transitassem ou residissem na fronteira, aspecto que dá conta do duplo caráter de que se reveste essa região, enquanto um local de passagem, mas também de permanência. No Telegrama que se segue, enviado no mesmo dia pela Embaixada em Montevideu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, podemos acompanhar outras questões referentes ao caso.

212 - Aditamento ao meu telegrama nº 209. O Chefe da Seção de Segurança Polícia Política do Uruguai acaba de comunicar-me o seguinte: 1º) Há quinze dias polícia de Rivera, participou-lhe não poder localizar o sargento Albery; 2º) "há muito tempo" supunha estar no Brasil o ex-coronel Jefferson de Alencar; 3º) deu conhecimento, em tempo, de ambos os fatos ao Ministério do Interior. Caracteriza-se, portanto, a desídia ou, talvez mesmo, a cumplicidade do Ministro do Interior, de vez que silenciou sobre o fato, tornando, assim, inoperante, no caso de Albery, o sistema instituído para a vigilância dos asilados e comunicado por meu telegrama nº 633, do ano passado. Essa circunstância reforça as considerações apresentadas em meu telegrama nº 210. Manoel Pio Corrêa Junior.³⁵⁴

Cabe destacar os contatos estabelecidos com a polícia fronteira, tantas vezes cultivados pelo Embaixador, conforme podemos notar pela análise de outra fonte: o livro de memórias de Pio Corrêa. Merece ainda destaque a indignação com a postura do Ministro do Interior que, supostamente, estaria agindo em cumplicidade com os refugiados - já que, ao que tudo indica, para as autoridades brasileiras, não agir necessariamente em conformidade com seus interesses, era sinal de que se estava tomando partido do lado

³⁵³ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevideu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

³⁵⁴ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevideu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

opositor. Outro aspecto digno de nota é o fato de a Embaixada ter se valido de iniciativas feitas em caráter não oficial no sentido de angariar apoio para os seus interesses. Esse aspecto é patente no Telegrama abaixo, ainda do mesmo dia, da Embaixada em Montevideú à Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

213 - Aditamento ao meu telegrama nº 210. Caso comprovado o fato, pareceria conveniente que, em caráter naturalmente não oficial, se facilite a um órgão de Imprensa responsável a informação de que os Chefes do golpe-de-mão contra Três Passos, Senhores Jefferson Cardim de Alencar Osório e Albery Vieira dos Santos, são ambos refugiados no Uruguai. O primeiro, funcionário do Lóide brasileiro em Montevideú, aqui reside desde a deposição do Govêrno Goulart. O segundo chegou a êste país em 25 de maio de 1964, tendo obtido asilo territorial por decisão do Govêrno uruguaio, de 21 de julho de 1964. Cumpriria ainda providenciar para que tal informação fôsse retransmitida para Montevideú, com o necessário destaque, por agência noticiosa internacional, o que daria à opinião uruguaia mais uma prova irrefutável da ação subversiva aqui desenvolvida por certos grupos de asilados brasileiros, ante a complacência das autoridades locais. Manoel Pio Corrêa Junior.³⁵⁵

É manifesta a tentativa de influenciar a opinião pública uruguaia contra o próprio governo no caso em questão. Mais uma vez é válido assinalar a menção ao "caráter naturalmente não oficial" de estratégia utilizada pelo governo brasileiro. Postura essa, conforme destacado em outras oportunidades, bastante recorrente por parte das autoridades, tanto da parcela civil quanto da esfera militar. Além da tentativa de se buscar apoio em setores da sociedade uruguaia, em relação ao caso em questão, recorreu-se novamente à estreita relação travada com o III Exêrcito, conforme podemos perceber através do Telegrama de 1º de abril de 1965 da Embaixada em Montevideú à Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

231 - Aditamento ao meu telegrama nº 219, nos seus dois primeiros depoimentos, de 28 e 29 de março, facilitados a esta Embaixada por gentileza do III Exêrcito, o ex-Coronel Jefferson compromete formalmente Brizola, reconhecendo haver recebido ordens diretas deste, para a ação do Alto Uruguai. Indica como locais de conspiração e domicílios de: Brizola, Dagoberto Rodrigues e Neiva Moreira, todos em Montevideú. Assinala além desses os nomes de Max Costa Santos e seis outros asilados como participante da conspiração. Rogo instruções. Manoel Pio Corrêa Junior.³⁵⁶

³⁵⁵ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevideú, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

³⁵⁶ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevideú, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

O mencionado entrosamento com o III Exército adveio dos contatos estabelecidos, desde o início, por Pio Corrêa, quando este fora nomeado Chefe da Missão Diplomática em Montevidéu. No que concerne ainda ao caso em questão, vale destacar que não nos é possível confirmar a veracidade dos fatos repassados pelo Comando Militar e reproduzidos no documento acima. Nesse sentido, devemos levar em conta as considerações esboçadas na introdução do presente trabalho em relação aos arquivos repressivos e às informações contidas nesses documentos, as quais, via de regra, são bastante imprecisas por serem fruto de situações-limite.³⁵⁷ Podemos, porém, acompanhar o uso que as autoridades brasileiras fizeram do ocorrido para reforçar a pressão exercida sobre o governo uruguaio no sentido de disciplinar e restringir o acesso à zona de fronteira, conforme é possível perceber pela leitura do documento enviado em 03 de abril de 1965 pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores à Embaixada em Montevidéu.

Com referência ao seu telegrama nº 210, Vossa Excelência está autorizado a manifestar verbalmente ao Chanceler Zaglio a nossa preocupação pela excessiva liberdade de movimentos de que gozam os refugiados brasileiros, pela falta de vigilância exercida sobre as atividades dos mesmos e pelo fato de terem livre acesso à zona fronteiriça. Ao solicitar que a vigilância seja reforçada, Vossa Excelência poderá ainda aduzir a necessidade de ser essa Embaixada informada sobre os movimentos dos asilados ou de sua eventual ausência. Poderá finalmente insistir em que não sejam permitidas as idas do Senhor Leonel Brizola a Montevidéu, as quais desvirtuam e tornam mesmo inoperante a internação decretada. [...] ³⁵⁸

Percebe-se, pois, algumas providências relacionadas a possíveis incursões em território brasileiro de opositores exilados e a decorrente necessidade de vigilância e controle sobre a zona fronteiriça. Abaixo podemos observar algumas recomendações sobre o conteúdo da nota de protesto a ser enviada ao governo uruguaio em relação ao caso em questão, através de documento expedido, em 7 de abril de 1965, novamente pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores à Embaixada em Montevidéu.

Com referência à correspondência anterior sobre o assunto. Aprovo a gestão descrita no seu telegrama nº 229. O Senhor Presidente da República incumbiu-me de solicitar a Vossa Excelência que passasse nota a êsse Govêrno, na qual, em tom moderado: 1) informará que os assaltos a povoações do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em 26 de março último, foram levados a efeito por elementos procedentes do Uruguai, em particular o Tenente-Coronel reformado Jefferson Cardim de Alencar Osório e o ex-sargento Albery Vieira dos Santos; 2)

³⁵⁷ Ver AQUINO, op. cit.; e BAUER; GERTZ. In: PINSKY (Org.), op. cit.

³⁵⁸ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

que estão comprovadas as ligações desses elementos com o Senhor Leonel Brizola; 3) que parece que a internação do Senhor Leonel Brizola está sendo burlada, tanto que ele tem se deslocado mais de uma vez para Montevidéu; 4) e que o Governo brasileiro solicita ao do Uruguai que, dentro do elevado espírito de amizade e cooperação existente entre os dois países, procure reforçar a vigilância sobre os asilados e especialmente o Senhor Brizola, inclusive no sentido de que este último deixe de viajar do local de internamento. Se Vossa Excelência julgar factível, poderá igualmente solicitar que a vigilância em torno de Brizola se estenda às suas visitas, de maneira a evitar que continue a manter reuniões com asilados e elementos subversivos. Caso Vossa Excelência considere pertinente acrescentar outros tópicos na nota, peço-lhe que me comunique antecipadamente. O Senhor Presidente da República recomenda especialmente o tom moderado que deve ter a nota.³⁵⁹

Cabe novamente destaque a recomendação acerca de se utilizar um "tom moderado" em uma nota oficial, sobretudo quando cruzamos esse aspecto tanto com as pressões político-econômicas mais ou menos veladas da qual se valeram autoridades brasileiras, quanto com as ações clandestinas de agentes do Estado, os quais, em uma série de operações, invadiram o território uruguaio. É digno de nota, outrossim, a relação direta estabelecida entre as atividades dos refugiados políticos e a perturbação da ordem interna no Brasil, a qual conferia um aval, de acordo com o entendimento do governo brasileiro, a interferências, tendo em vista a flexibilização dos limites entre assuntos domésticos e exógenos. Mais uma vez, as preocupações desde a cúpula do poder - Presidente da República - reverberaram em nível local. Por fim, cabe menção, ainda, ao Telegrama de 16 de abril de 1965 da Embaixada em Montevidéu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

271 - O terceiro depoimento do ex-Coronel Jefferson Alencar e o segundo do ex-Sargento Alberi Vieira que acabo de receber, fornecem detalhes de ordem a estabelecer irrefutável a responsabilidade direta de Leonel Brizola, pela articulação do movimento, e, indiretamente, a das autoridades uruguaias, cuja omissão fica patente no dever de vigilância mais elementar. Comprova-se, outrossim, que pelo menos os dois outros membros do grupo de guerrilheiros, além dos dois cabeças, partiram do Uruguai. [...] Manoel Pio Corrêa Junior.³⁶⁰

O caso ora referido, assim como outros, foi utilizado de forma enérgica para justificar a necessidade de vigilância da fronteira e também, por decorrência, solicitar uma atitude veemente do governo uruguaio, por ser esta uma via relativamente fácil de acesso ao país por aqueles que supostamente buscariam desestabilizá-lo. Buscou-se garantir esse

³⁵⁹ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

³⁶⁰ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

controle a partir de inúmeras outras tratativas. Uma delas tem relação estreita com as declarações do Sargento Romão sobre supostas atividades subversivas dos exilados, diante das quais Pio Corrêa solicitou uma audiência particular com o Presidente do Conselho uruguaio. Esta, todavia, de antemão é considerada pouco produtiva, tendo em vista a postura do governo uruguaio, qualificada negativamente pelo Embaixador, conforme podemos observar no Telegrama de 11 de janeiro de 1965 da Embaixada em Montevidéu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

[...] apesar da gravidade da situação, da eloquência dos fatos, e da razão que nos assiste, não julgo provável ao ver a inércia deste Governo, habituado a governar por omissão, infiltrado por elementos esquerdistas, e, no fundo, pouco simpático ao novo regime brasileiro, que espelha os seus receios de um golpe militar e no próprio Uruguai. [...] Manoel Pio Corrêa Junior.³⁶¹

Podemos acompanhar o desfecho desse encontro realizado para expor oficialmente as reclamações ensejadas pelas declarações do Sargento Romão. Foram inúmeras as tratativas do Embaixador brasileiro com autoridades uruguaias no sentido de manipular o andamento do formato de que se revestiria o direito de asilo e as restrições que seriam impostas no país vizinho. É possível acedê-las, em alguma medida, a partir da análise do Telegrama de 12 de janeiro de 1965 da Embaixada em Montevidéu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

25 - Acabo de ter com o Presidente do Conselho em sua residência particular, uma entrevista extremamente decepcionante. Doente, cansado, acabrunhado com a desastrosa situação monetária do país, o Presidente [...] revelou haver capitulado ante a pressão da esquerda, do próprio Chanceler, e da fração nacionalista exaltada do setor Blanco, que o acusaram de estar traindo as tradições liberais do Uruguai por imposição do Brasil. Disse-me que a denegação do asilo a Almino Afonso e Max da Costa Santos já foi uma violência jurídica, e a máxima concessão que se pode fazer ao Brasil; que talvez seja concedido a Neiva Moreira, porque deixou a Bolívia "perseguido como amigo de Paz Estensoro"; que só pode oferecer não conceder residência definitiva aos dois primeiros, mas que terá de conceder-lhes renovação por mais noventa dias do seu visto de "turistas"; que Brizola foi convidado a deixar o país e espera-se que obedeça; e frisou bem que aliás, não há nenhuma prova de atividade subversiva por nenhum brasileiro no Uruguai, já que Brizola e vários outros negam as acusações do Sargento Romão, de modo que não se pode aceitar a palavra deste contra a de vários; que está sendo estudado o decreto sobre a faixa de fronteiras, mas que isso também seria uma violência, pois limitaria a liberdade de

³⁶¹ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

movimentos dos asilados. Estarei mantendo hoje outros contactos e continuarei informando Vossa Excelência. [...] Manoel Pio Corrêa Junior.³⁶²

É importante considerar, tendo em vista o foco do presente trabalho, as negociações acerca do decreto sobre a faixa de fronteira. Este, conforme é possível notar pela análise da documentação em questão, foi tema de inúmeras reuniões e tratativas entre autoridades brasileiras e uruguaias. Ainda que fosse considerado uma violência, estaria sendo matéria de estudo pelos governantes uruguaiois, possivelmente em função da pressão exercida pelo Brasil. Em relação a esse aspecto, é notável também a menção à denúncia sobre imposições do Estado brasileiro, que estariam ferindo a tradição liberal do país limítrofe. A partir de outros documentos, como o Telegrama da Embaixada em Montevidéu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, enviado em 13 de janeiro de 1965, podemos ter acesso a alguns dos desdobramentos das negociações antes referidas, os quais foram, em alguma medida, de encontro a colocações anteriores, sobretudo no que diz respeito ao pronunciamento do Chanceler uruguaio sobre o decreto que proibiria o acesso dos exilados à zona de fronteira.

37 - Na entrevista a que se refere o meu telegrama nº 36 o Chanceler disse-me estar pronto para aprovação o decreto que restringe os movimentos dos asilados, proibindo-lhes o acesso a faixa-de-fronteira. Quanto aos "turistas" disse-me que o visto de turista de Almino Afonso foi renovado por mais noventa dias no dia 5 do corrente mas que vai ser notificado hoje de que ao cabo dêse têrmo deverá deixar o país. Sugerilhe que não seja concedida igual prorrogação aos dois outros pois semelhante notícia nesta altura terá péssima repercussão no Brasil já que a prorrogação do visto é medida administrativamente que depende inteiramente da vontade do Govêrno sendo difícil compreender que seja tomada favoravelmente aos impetrantes. Manoel Pio Corrêa Junior.³⁶³

No tocante à suposta aprovação do decreto relativo à restrição do acesso à faixa de fronteira restaria saber se este de fato foi sancionado. Além disso, poderíamos questionar qual a efetividade do citado decreto, caso aprovado, tendo em vista a dificuldade de realizar um monitoramento dessa envergadura. Nesse ponto, podemos cruzar essa questão com a entrevista de Santanna, examinada no capítulo precedente. Segundo seu relato, conforme fora discutido, temos que levar em consideração as inúmeras possibilidades de passagem existentes na fronteira, sobretudo para aqueles que conhecem a região - o que

³⁶² Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

³⁶³ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

denota a importância dos contatos estabelecidos entre os que buscavam asilo no Uruguai, oriundos de localidades longínquas, e os cidadãos fronteiriços. Ainda que tenhamos que relativizar, em alguma medida, essa impressão, tendo em vista que nem toda a extensão da faixa de fronteira é suscetível de passagem, por diferentes razões, certamente o controle de inúmeros pontos escapava ao olhar das autoridades que atuavam na região. Essa questão fora também alvo das colocações esboçadas pela Missão Especial de inspeção, sobretudo em relação às passagens oferecidas pelo leito fluvial das localidades fronteiriças de Quaraí-Artigas.

Não temos como acompanhar se as negociações acerca da proibição do acesso de exilados à região de fronteira avançaram ou não. Fato é que essas localidades continuaram sendo foco de atenção e preocupação das autoridades, que almejavam estabelecer rígido controle sobre a faixa fronteiriça. A partir de inúmeros relatos e documentos, é possível ter acesso à vigilância estabelecida sobre refugiados políticos em Rivera, como o Telegrama abaixo, datado de 03 de maio de 1965, enviado pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores à Embaixada em Montevidéu.

168 - Estamos informados de que se encontram em Rivera o Capitão Reformado Assis Xavier Chaves e o Senhor Clarimundo Flores, ex-diretor de jornal em Santa Maria, que aguardam seja esclarecida sua situação no Brasil para solicitar asilo nesse país. Rogo maiores informações sobre as atividades, domicílio e contactos dessas pessoas.³⁶⁴

Entre outros aspectos, podemos notar, novamente, um elemento destacado em outras fontes, sobretudo as orais, utilizadas no presente trabalho, as quais assinalaram a importância da fronteira enquanto um refúgio para pessoas da região, tanto daquelas que possuíam familiares, quanto das que residiam em localidade próxima, como é o caso de Santa Maria, elencado pelo telegrama. Abaixo podemos acompanhar a resposta dada por aquela Missão Diplomática à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 4 de maio de 1965, ao pedido antes destacado:

293- Resposta ao seu telegrama nº 168. O Senhor Clarimundo Flores reside no Hotel Cassino em Rivera, já havendo solicitado asilo político ao Governo uruguaio. O ex-Capitão Assis Xavier Chaves reside na mesma cidade na rua Faustino Carambula nº 1019, com a qualidade de turista. Segundo informações

³⁶⁴ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

do Cônsul em Rivera, as autoridades uruguaias mantêm vigilância sôbre as atividades de ambos os refugiados. Manoel Pio Corrêa Junior.³⁶⁵

Conforme outras vezes ressaltado, é possível notar a dupla faceta da fronteira nesse contexto, qual seja, a de local de passagem e também de permanência, visto que muitos exilados optaram por lá fixar residência. É importante assinalar, outrossim, a menção à vigilância feita pelas autoridades uruguaias, bem como a troca de informações destas com representantes do governo brasileiro que tiveram acesso as mesmas. O documento que se segue também nos permite inferir e reforçar os elementos pontuados até aqui. Trata-se de um Telegrama da Embaixada em Montevidéu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, datado de 22 de março de 1965: "183 - Francisca da Silva Andrade e José Nicolet, cidadãos brasileiros, que se internaram em território uruguaio, em Rivera, a 19 do corrente, deverá formalizar hoje o pedido de asilo ante as autoridades uruguaias. Manoel Pio Corrêa Junior"³⁶⁶.

Muitas pessoas que se encontravam exiladas no Uruguai acabavam, por diferentes razões, renunciando ao asilo. Contudo, o regresso ao Brasil teve como consequência, muitas vezes, a prisão. Assim, em função desses possíveis regressos buscou-se, em diversas circunstâncias, justificar a necessidade de uma rigorosa vigilância da faixa de fronteira, já que esta era percebida como um espaço vulnerável à penetração de opositores em território nacional. Seguindo essa linha de raciocínio, é mister analisarmos o Telegrama abaixo, datado de 12 de maio de 1965, da Embaixada em Montevidéu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

312 - Aditamento ao telegrama nº 309. Eliseu Torres não viajou ontem pela Varig. Acredito ser conveniente manter alertadas as autoridades competentes para uma possível tentativa de entrada em território por ponto não controlado da fronteira. Lyle Amaury Tarrisse da Fontoura.³⁶⁷

À renúncia do asilo, seguiu-se a prisão de Eliseu Torres, conforme é possível acompanhar por telegramas trocados entre a Embaixada e a Secretaria de Estado das Relações Exteriores nos dias subsequentes. A Missão Diplomática em questão, ao pedir confirmação sobre notícia de prisão de Eliseu Gomes Torres no Rio Grande do Sul -

³⁶⁵ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

³⁶⁶ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

³⁶⁷ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

Telegrama nº 317 de 14 de maio de 1965 -, recebeu uma resposta afirmativa do Itamaraty, já nos dias seguintes.³⁶⁸ Como não nos é possível acompanhar os desdobramentos do caso, as circunstâncias e o local exato da detenção, ocorrida no estado gaúcho, não ficam claros. Não obstante, sabemos que a prisão em zonas de fronteira era uma prática recorrente, conforme observamos no capítulo precedente através do caso de Françal Terra Pires, detido na região de Jaguarão. Além disso, veremos no seguinte, ações correlatas contra asilados na cidade de Rivera e também contra uruguaios presos na localidade de Pelotas, entre outras. Segundo informações presentes no relatório final da CNV, o Itamaraty, além do ativo papel na vigilância de exilados e na pressão exercida sobre o governo uruguaio, esteve diretamente envolvido em episódios de detenção no Uruguai, de maneira oficial, mesmo que secreta. Conforme consta no relatório,

foram localizados documentos que comprovam a entrega de cidadão brasileiro detido no Uruguai à polícia brasileira, na fronteira entre os dois países, acertada em alto nível entre o embaixador do Brasil e o ministro do Interior do Uruguai, conforme instruções recebidas da alta chefia do MRE: telegramas datados de outubro de 1969, expedidos pela secretaria-geral – à época ocupada por Mozart Gurgel Valente – solicitam ao embaixador em Montevideú, Luiz Bastian Pinto, "comunicar ao ministro do Interior que o Governo brasileiro muito agradece a colaboração e aceita receber na fronteira Wilson Nascimento Barbosa" (que fora detido no Uruguai no contexto das medidas de exceção então vigentes naquele país), e prosseguem com instruções precisas: "As autoridades do Departamento de Polícia Federal e da Guarnição Militar estarão na sexta-feira próxima, pela manhã, em Santana do Livramento para receber o senhor Wilson Nascimento Barbosa que lhes deverá ser entregue na fronteira com a cidade de Rivera. Agradeceria obter confirmação das autoridades locais sobre a data sugerida." As comunicações seguintes atestam que a data e o local de entrega foram tratados diretamente pelo embaixador do Brasil junto ao próprio ministro do Interior uruguaio.³⁶⁹

Ainda de acordo com a CNV, esse episódio não teria sido um caso isolado, já que

Vários outros telegramas daquele período dão indicações de que as operações de detenção de brasileiros em território uruguaio, a pedido das autoridades brasileiras, ocorreram durante vários anos, envolvendo, em diversas combinações, agentes diplomáticos, militares e policiais. Aparecem, em documentos variados, a Embaixada e os consulados do Brasil, o Ciex, as adidâncias militares, a Polícia Federal e o DOPS brasileiros; pelo lado uruguaio, além dos contatos com diplomatas e ministros de Estado, há registros da participação do Departamento Nacional de Informações e Inteligência uruguaia (DNII) e das chefaturas de polícia de Montevideú e outras cidades. [...] Assim, em agosto de 1969, o adido do Exército em Montevideú relata, no Informe 568-Confidencial, distribuído ao Estado-Maior do III Exército e ao SNI, que "as

³⁶⁸ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevideú, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

³⁶⁹ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade... op. cit., p. 230-231.

autoridades brasileiras haviam solicitado, com especial interesse, a detenção do indivíduo Jorge Antonio Miranda Jordão", que esse pedido foi encaminhado pela chefatura de Rivera a Policia de Montevideú, onde Miranda Jordão foi preso no dia 15 de agosto, sendo encaminhado para a cidade de Rivera no dia 18. E conclui, dando a entender que a pratica de "recambiar" detidos para o Brasil seria usual: "desconhece-se se o marginado foi recambiado para o Brasil ou ainda se encontra em Rivera".³⁷⁰

Das considerações acima, depreende-se que se, por um lado, a fronteira era utilizada como refúgio para muitos cidadãos, por outro, ela serviu como ponto de conexão privilegiada entre autoridades dos países em questão. Nesse sentido, a situação de vizinhança possibilitava contatos e ações conjuntas como as referenciadas.

O receio de que a fronteira com o Uruguai fosse utilizada para o reingresso no Brasil de exilados, que, supostamente, se engajariam em movimentos oposicionistas, percorre uma vasta parcela da documentação, das quais o Telegrama de 10 de março de 1965 remetido pela Embaixada em Montevideú à Secretaria de Estado das Relações Exteriores é um dos exemplos.

9 - Obtive informe não confirmado de que o Senhor Brizola teria expedido instruções aos asilados que lhe são mais ligados para retornarem ao Brasil a fim de atuar ali. Dentre êstes, os mais conhecidos deveriam entrar clandestinamente em território nacional. Manoel Pio Corrêa Junior.³⁷¹

Esse receio de um possível ingresso clandestino de asilados é um dos aspectos que justificou, em grande medida, o aumento da vigilância em regiões de fronteira e que culminou também com ações de invasão do território uruguaio, conforme já destacado. Além disso, a quantidade de informações privilegiadas obtidas pelo Embaixador brasileiro fornecem pistas, mais uma vez, sobre a envergadura da rede de espionagem sobre os exilados.

O Uruguai era considerado, nesse contexto, um ponto de efervescência do comunismo que supostamente pretendia se espriar pelo continente e, em especial, para o Brasil. Assim, se justificariam a importância da vigilância dos territórios contíguos a esse país. Nesse sentido, é emblemática a atuação da Embaixada brasileira no sentido de manter o controle do fluxo internacional naquelas regiões, tais como podemos perceber pela leitura do Telegrama enviado por esta ao Itamaraty em 23 de novembro de 1965.

³⁷⁰ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade... op. cit., p. 231.

³⁷¹ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevideú, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

729 - Considerando os inconvenientes que se têm verificado em diversas oportunidades [...] o regime de supressão de vistos, fichas consulares de qualificação e fichas de turistas, instituído pelo Decreto de nº 55.857, de 24 de março de 1965, se me afigura não consultar os interesses da Segurança Nacional. No caso específico do Uruguai, essa situação é tanto mais grave quanto é sabido ser este país utilizado como "alçapão" para a infiltração e a subversão comunista no continente e, em particular, no Brasil. Permito-me por conseguinte sugerir a Vossa Excelência que a matéria seja reestudada pelos órgãos diretamente responsáveis pela Segurança Nacional, no sentido de ser estabelecida fórmula que permita sanar os graves inconvenientes decorrentes do atual sistema. Rogo autorização para, em caráter de emergência, e na pendência dêsse estudo, mandar instruir por intermédio do Consulado Geral do Brasil nesta Capital as empresas de transporte no sentido de que sejam elaboradas as fichas consulares. Manoel Pio Corrêa Júnior.³⁷²

O Telegrama que se seguiu àquele alude ao caráter insatisfatório da fiscalização nos pontos de fronteira, fato que justificaria a permanência do rígido controle do fluxo internacional por outras vias.

746 - Pela CT - 106, de 22 de novembro último, dessa Secretaria de Estado ao Consulado-Geral do Brasil nesta capital, a referida Repartição consular foi instruída no sentido de dispensar o despacho dos auto-ônibus nas linhas internacionais. Peço permissão para ponderar que essa medida faz desaparecer um dos poucos meios efetivos de fiscalização das pessoas que se dirigem daqui para o Brasil e vice-versa, e cria sérios riscos à segurança interna do país na presente conjuntura. Sugiro que, com a maior urgência, seja restabelecido o regime de despacho, ainda que gratuito caso necessário e que mesmo na pendência de decisão final sobre o regime de despachos, as empresas rodoviárias devam apresentar as listas de passageiros para inspeção e visto no Consulado. Dado o caráter totalmente insatisfatório da fiscalização da passagem dos ônibus nos pontos da fronteira, o único meio adequado de verificação normal dêsse tipo de trânsito é por intermédio dos Consulados. Rogaria providências urgentes, e agradeceria também a especial atenção de Vossa Excelência para o meu telegrama 729. Manoel Pio Corrêa Júnior.³⁷³

Torna-se relevante cruzarmos, nesse momento, as colocações reproduzidas pelo documento com o relato de Pio Corrêa em seu livro de memórias, no qual o mesmo trata da necessidade de controle e disciplinamento do trânsito fronteiriço e dos contatos estabelecidos na região em questão com este fim. No tocante à fiscalização insatisfatória na zona de fronteira, no citado livro, não é demais reforçar que este afirma não se tratar da questão do contrabando. Além disso, podemos, novamente, aludir às conclusões presentes no relatório da Missão Especial, as quais indicavam o despreparo das autoridades

³⁷² Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

³⁷³ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

responsáveis pelo controle do fluxo na fronteira, assim como a falta de estrutura para dar suporte às atividades de policiamento.

O Uruguai permanentemente representou uma fonte de preocupação para o governo brasileiro, tendo em vista a concentração de refugiados políticos naquele país e, inclusive, de alguns a poucos metros da linha demarcatória, mas também em função da solidariedade com que os mesmos foram acolhidos por parcela da sociedade uruguaia. A preocupação de que essas movimentações de alguma forma se projetassem para o Brasil resultou em diversas medidas para controlar suas ações e também impedir seu livre acesso à zona de fronteira. Algumas dessas preocupações são patentes no Telegrama da Embaixada em Montevidéu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores de 6 de setembro de 1965.

568 - [...] Indícios recolhidos pela via que mencionei verbalmente a Vossa Excelência, portanto de fonte direta, dão a entender que está sendo urdido o plano de, postergado momentaneamente uma ação direta no Brasil, fomentar nos países limítrofes movimentos subversivos, de modo a cercar o território brasileiro de um cinturão de guerrilhas, capazes de realizar eventualmente incursões naquele próprio território. [...] Tudo indica que o principal agente na elaboração de tal plano é Max da Costa Santos, que mantém intensa atividade, em constantes contactos com Brizola e tudo indica também que instruções e recursos chegam do exterior, devendo-se atribuir importância à recente viagem de Paulo Schilling. Êste último [...] regressou ao Uruguai, conservando a condição de asilado. No caso de ambos, a complacência das autoridades uruguaias está favorecendo as atividades contrárias aos interesses da segurança interna do Brasil. [...] Manoel Pio Corrêa Júnior.³⁷⁴

Além da percepção do Uruguai enquanto um foco de subversão em razão da presença de alguns exilados, o que motivaria o controle da fronteira para impedir uma eventual infiltração no Brasil, é patente o descontentamento em relação às autoridades uruguaias, no que concerne ao tratamento dispensado aos asilados, que estariam ferindo os interesses da segurança nacional. Tal é o caso das contendas envolvendo Max da Costa Santos, Paulo Schilling, Leonel Brizola, entre tantos outros. Por fim, cabe ainda uma menção à "fonte direta" das informações contidas no documento, visto poder tratar-se de algum agente infiltrado.

O Uruguai, conforme assinalado desde o início da presente dissertação, se tornou um polo de atração para os exilados brasileiros nos anos que se seguiram ao golpe de Estado de 1964³⁷⁵. Essa questão, somada a tantas outras de maior ou menor alcance, nos

³⁷⁴ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

³⁷⁵ Sobre essa questão, ver capítulo 2 da dissertação

auxiliam no entendimento da visão, vigente no contexto em questão, que o compreendia enquanto um país estratégico para o Estado brasileiro. A partir dessa ótica, inúmeras iniciativas - e com diferentes propósitos - foram tomadas pela Embaixada brasileira, conforme analisado até aqui. O exame do Telegrama abaixo, expedido em 21 de julho de 1965, pela Embaixada em Montevidéu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, nos fornece algumas pistas das inúmeras atividades e circunstâncias sobre as quais a Missão Diplomática se debruçou.

480 - Êste governo está chamando a concorrência pública para levantamento aerofotogramétrico do território da República. Por inúmeros motivos, parece essencial que essa concorrência seja vencida por firma brasileira, por qualquer preço, cobrindo o Estado a eventual diferença de custo. Manoel Pio Corrêa.³⁷⁶

A partir da leitura do documento acima, é possível conjecturar acerca das motivações que fizeram ser considerado essencial que a mencionada licitação fosse vencida por uma empresa brasileira, ainda que isso acarretasse algum ônus para o Estado, conforme assinalado. A análise dos documentos que tratam do desdobramento dessa questão nos fornece algumas possíveis leituras nesse sentido, tais como o telegrama datado de 06 de setembro de 1965, enviado pela Embaixada em Montevidéu ao Itamaraty.

578 [...] Os Representantes do consórcio de Empresas Brasileiras que vai participar da concorrência para o levantamento aerofotogramétrico do Uruguai, informaram-me de que o depósito prévio, indispensável para participar da mesma, está sendo efetuado por intermédio do Banco do Brasil, mediante garantia apresentada no Brasil. No entanto, consta que essa garantia foi exigida sob forma de depósito do total da quantia necessária, o que representa a imobilização de 50 milhões de cruzeiros. Os referidos Representantes consultaram-me sobre a possibilidade de o Banco do Brasil aceitar uma forma menos onerosa de garantia. Havendo o maior interesse em que as empresas brasileiras vençam a referida concorrência e efetuem o levantamento, parece-me que seriam convenientes gestões junto ao Banco do Brasil, naquele sentido. Manoel Pio Corrêa Júnior.³⁷⁷

O documento supra reproduzido aborda uma série de tratativas acerca da concorrência em torno do levantamento aerofotogramétrico do Uruguai, caracterizando o assunto como de grande interesse para o Brasil. Pode-se perceber também o intenso

³⁷⁶ Ministério das Relações Exteriores. Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

³⁷⁷ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

empenho da Missão Diplomática brasileira nesse sentido. É notável, outrossim, a cooperação de empresários em consonância com os interesses do regime brasileiro, delineando a participação da esfera civil na manutenção da ditadura no país. Por fim, é possível acompanhar o desfecho dessa questão a partir deste outro telegrama datado de 11º de outubro de 1965.

629 - Referência telegramas 480 e 578. Segundo informei por meu telegrama 625, o consórcio brasileiro venceu concorrência para o levantamento aerofotogramétrico do território uruguaio. Essa vitória foi resultado do esforço feito pelas firmas brasileiras em atenção ao apêlo que lhes dirigi no sentido de aceitar se preciso algum sacrifício para evitar que o referido serviço fôsse adjudicado a empresa de terceiro país, dada a importância estratégica do trabalho em regiões adjacentes ao território nacional. Empresas brasileiras fizeram um esforço considerável, apresentando uma proposta em condições inigualáveis. Acredito que não estaria demais uma palavra de Vossa Excelência aos dirigentes dos "serviços aerofotogramétricos da Cruzeiro do Sul S.A.", e empresas consorciadas, mostrando apreciação pelo êxito e pelo seu espírito patriótico. Por motivos evidentes, conviria fazê-lo em forma reservada. Estou evitando aqui qualquer publicidade em torno do assunto, para não despertar certas susceptibilidades atualmente exacerbadas. Manoel Pio Corrêa Júnior.³⁷⁸

O documento acima é bastante elucidativo em relação à necessidade de um consórcio brasileiro ter saído vencedor, tendo em vista a importância estratégica das regiões contíguas ao Brasil, conforme aludido. Creio ser possível supor que esse interesse estaria ligado a questões geopolíticas, tais como a projeção do Estado brasileiro sobre os países da região e, nesse caso, destacadamente sobre o Uruguai - aspecto ligado à própria formação desse Estado e das diversas tentativas de anexação por parte do Brasil e também da Argentina. Além disso, este país, no contexto estudado, foi foco das preocupações da ditadura brasileira, levando-se em conta a permeabilidade de suas fronteiras com o Brasil e a concentração de exilados em seu território. Corroboram com as suposições até aqui expostas a cautela com a qual foi tratado o assunto, no sentido de não levantar suspeitas. De qualquer forma, a despeito de não ser possível confirmar se esse levantamento estaria ligado à necessidade de mapeamento de possíveis rotas utilizadas por opositores, conforme anteriormente assinalado, podemos cotejá-lo com outros aspectos que serão analisados no próximo capítulo. Sobressai-se, nesse sentido, ações de militares brasileiros que ingressaram clandestinamente no Uruguai por via aérea para fotografar locais frequentados por exilados, segundo aludido pela documentação ora examinada.

³⁷⁸ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

Por fim, para concluir o presente tópico, creio ser importante ponderar que, assim como muitos militares legalistas permaneceram apoiando o governo deposto de João Goulart, e justamente em função disso sofreram inúmeras retaliações, alguns diplomatas não atuaram em consonância com os interesses do governo ditatorial. Este parece ser o caso expresso na Carta Telegrama, datada de 8 de junho de 1965, da Embaixada em Montevideu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores:

CT - 142 - Muito agradeceria a Vossa Excelência informar-me sobre a situação do Senhor José Nogueira Pinto Machado, ex-Cônsul Privativo em Rio Branco, cuja presença nos meses de janeiro e abril, em Jaguarão, foi, segundo informações provenientes do III Exército, utilizada por elementos asilados no Uruguai para suas comunicações com o Brasil. Manoel Pio Corrêa Junior.³⁷⁹

Em primeiro lugar, vale destacar o intercâmbio e a colaboração da Missão Diplomática em questão com o III Exército, já ressaltado em outras oportunidades. Nesse sentido, nunca é demais frisar a obtenção de informações tão precisas, o que, entre outros aspectos, denota a existência de uma rede de informantes, quiçá infiltrados. Por outro lado, pode-se perceber o auxílio de diplomatas, em exercício de função ou não, aos exilados na fronteira. Esse aspecto foi mencionado também em entrevista realizada com Claudio Gutiérrez, na qual este assinalou o auxílio prestado por cônsules nos esquemas de fronteira, conforme analisado no capítulo precedente. Além disso, é digno de nota, novamente, o prosseguimento dos contatos estabelecidos entre refugiados políticos no Uruguai com o Brasil, por diferentes vias, fonte de muita preocupação para o regime brasileiro. Pela Carta Telegrama abaixo, expedida em 16 de junho de 1965 pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores à Embaixada em Montevideu, em resposta ao pedido anterior, é possível conjecturar em relação a alguns aspectos: "CT - Resposta à CT-142. O Senhor José Nogueira Pinto Machado encontra-se à disposição da Divisão de Pessoal, aguardando designação. Exteriores."³⁸⁰ Como não nos é possível acompanhar o desfecho do caso em questão, não temos como saber se esse auxílio prestado pelo diplomata a asilados teria resultado em alguma espécie de retaliação ou, ainda, se o mesmo teria sido afastado ou colocado à disposição. Não obstante, fato é que, independentemente da confirmação acerca dos aspectos supracitados, os próprios diplomatas eram vigiados em suas funções, talvez

³⁷⁹ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevideu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

³⁸⁰ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevideu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

sobretudo quando ocupando cargo em regiões tão sensíveis para a diplomacia brasileira, como é o caso das cidades fronteiriças com o Uruguai, conforme atesta o relatório produzido pela Missão Especial.

A seguir, no último capítulo, analisaremos algumas incursões de forças de segurança brasileiras, civis e militares, em território uruguaio, destacadamente na região de fronteira entre ambos os países, as quais visaram, especialmente, ao monitoramento e combate aos exilados. Por fim, nos debruçaremos sobre políticas do Conselho de Segurança Nacional que tiveram como foco a região de fronteira examinada.

4. A ATUAÇÃO E INTERVENÇÃO DE AUTORIDADES CIVIS E MILITARES NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI

En 1964 la dictadura de Castelo Branco llegó a la conclusión de que Uruguay tenía para Brasil la misma significación que Cuba para Estados Unidos. No admitiría la instauración de un gobierno de izquierda ni de 'tipo sindical' en su frontera meridional. [...] Brasil no sólo concibió sino que dio pasos concretos para invadir Uruguay. La contención de la dictadura brasileña por parte de Estados Unidos fue, según estos documentos [do Departamento de Estado dos Estados Unidos], enérgica y efectiva.³⁸¹

Neste último capítulo, pretendemos examinar ações das forças de segurança, civis e militares, na fronteira Brasil-Uruguai. Mais especificamente, em um primeiro momento, analisaremos a atuação das Forças Armadas, destacadamente do Exército e da Aeronáutica, na fronteira em questão. No tópico que se segue, nos debruçaremos sobre atividades da polícia política gaúcha, ou seja, do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul e de suas congêneres espalhadas pelo interior do estado nas delegacias regionais, tanto em operações na zona limítrofe entre ambos os países, quanto em pleno território uruguaio. No último subcapítulo, por seu turno, examinaremos a intervenção ocorrida em diversos municípios por parte do Conselho de Segurança Nacional. Esse processo redundou na transformação de inúmeras localidades, sobretudo na região fronteiriça, em Áreas de Interesse da Segurança Nacional. Aliado a isso, assistiu-se à divisão do país em Zonas de Defesa Interna (ZDI) e, particularmente, à caracterização da fronteira sul-rio-grandense como Sub-Área de Defesa Interna (SADI). Em síntese, além de investigarmos os processos em questão, atentaremos para alguns de seus desdobramentos e

³⁸¹ ALDRIGHI, op. cit., p. XIII.

consequências para o cotidiano da fronteira no que tange ao recorte cronológico desta pesquisa.

4.1 A VIOLAÇÃO DA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI POR PARTE DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

No que concerne especificamente à atuação de agentes da repressão para além do espaço circunscrito ao território nacional, podemos conjecturar acerca de alguns pontos através da análise de documentos expedidos pela Embaixada em Montevidéu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Antes, contudo, é importante ressaltar que essas ações, muitas das quais de caráter clandestino, acabavam deixando, via de regra, escassos rastros na documentação, tendo em vista a sua natureza. Nesse sentido, conforme referenciado na introdução, o acervo do Centro de Documentação Diplomática do Ministério das Relações Exteriores é de suma relevância para a pesquisa histórica, considerando-se a interdição de parcela dos arquivos repressivos, sobretudo os das Forças Armadas, os quais não foram, ainda hoje, disponibilizados. Assim sendo, através da análise de alguns documentos, tais como o telegrama secreto que se segue, podemos aceder a algumas possíveis operações levadas a cabo por militares em território uruguaio.

Transpirou que na reunião de ontem do Conselho de Govêrno [do Uruguai], convocada para examinar o meu pedido de reconsideração da decisão sôbre Almino Afonso e Max da Costa Santos, foram discutidas três supostas violações da fronteira uruguaia por militares brasileiros, na região de Guariuju, Departamento de Rivera. Alega-se que em três ocasiões [ilegível] do Exército brasileiro, guarnecidos por sargentos e soldados cruzaram a fronteira, e da terceira vez revistaram habitações e interrogaram moradores da estância Damboriarena. Trata-se de uma evidente manobra para deslocar a questão, obrigando o Brasil a recuar para uma posição defensiva. Verifica-se, portanto, o que eu receava [...]. Não duvido que se trate de fatos sem gravidade, mas rogaria, o quanto antes, esclarecimentos precisos do Comando do III Exército.³⁸²

Independentemente da comprovação ou não acerca das "supostas violações da fronteira uruguaia por militares brasileiros" que se seguiu à análise do caso, vale a pena assinalar que, entre outros aspectos, o mencionado telegrama se refere à invasão do

³⁸² Ministério das Relações Exteriores. Missão Diplomática Brasileira, Secreto M México - Montevidéu, CTs Telegramas Recebidas e Expedidas, 1964, caixa 55.

território uruguaio por forças de segurança brasileiras como "fatos sem gravidade", atenuando o desrespeito explícito à soberania do país vizinho. Além disso, é notória a percepção de um território único de combate aos que estavam sendo alvo da perseguição pelas autoridades brasileiras, mesmo em jurisdição alheia, quando este relata que "da terceira vez revistaram habitações e interrogaram moradores". Esta prática, como atestam inúmeros documentos consultados no Centro de Documentação do Itamaraty, bem como diversos relatos, foi recorrente, sobretudo em zonas de fronteira com o Uruguai, sendo respaldada, entre outros aspectos, pela já referenciada diretriz das fronteiras ideológicas.

O caso que se segue, ocorrido no ano subsequente, é mais um dos tantos exemplos de violações da fronteira internacional, levadas a cabo por militares brasileiros, no intuito de perseguir e prender elementos considerados incômodos para o regime ditatorial. Podemos acompanhá-lo, primeiramente, pela análise do telegrama expedido em 8 de julho de 1965 pela Embaixada em Montevidéu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores e, posteriormente, acercarmos alguns de seus desdobramentos.

455 - O indivíduo Carlos de Lima Avelini, chefe do grupo que ultimamente perpetrou atentados terroristas em Pôrto Alegre, inclusive a sabotagem de um avião da FAB, e que se acha foragido da justiça, encontra-se, atualmente, na cidade uruguaia de Rivera, sob a falsa identidade de Edu Falcão. Avelini, que é comunista e vereador municipal, acha-se sob a proteção do Partido Comunista Uruguaio. Alfredo Ribeiro Daudt, o chefe da fracassada operação Pintassilgo, atualmente asilado político no Uruguai, acaba de ir de Montevidéu a Rivera encontrar-se com Avelini, que também recebeu a visita de Romeu Mello, agente de ligação de Brizola, destacado em Rivera. Torna-se assim clara a ligação de Brizola com o grupo terrorista de Pôrto Alegre chefiado por Avelini. Nas últimas semanas, manifesta-se desusada agitação entre os asilados brasileiros na cidade e região de Rivera. Estou providenciando a intensificação da vigilância nesse setor da fronteira. Manoel Pio Corrêa Júnior.³⁸³

É importante destacar, inicialmente, a importância e centralidade da fronteira como local de refúgio e também permanência, especialmente das cidades-gêmeas de Santana do Livramento-Rivera. Nesse sentido, ocupa lugar de destaque a solidariedade de grupos locais, tais como o Partido Comunista Uruguaio (PCU), que, segundo destacado em entrevistas realizadas na região, teve um papel de suma importância no auxílio prestado aos que lá chegavam. Essa ajuda ia desde a obtenção de informações sobre como operar em um lugar estranho e bastante visado pela repressão brasileira até o fornecimento de

³⁸³ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

documentação falsa, sobretudo para aqueles que se encontravam foragidos, como parece ser o caso de Carlos de Lima Aveline. O militante em questão estava listado, inclusive, em uma "Relação do pessoal foragido da Justiça Militar com mandato de prisão preventiva"³⁸⁴, conforme consta na documentação disponível no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Outro elemento que se sobressai da análise do caso é a conexão existente entre aqueles que estavam exilados em Montevideu com os residentes em Rivera e também Porto Alegre, atestando a importância da fronteira como elemento de ligação entre a oposição interna e a oposição radicada no Uruguai. Esse e outros aspectos contribuíram, em muitos momentos, para a efervescência política da região, conforme se depreende de entrevistas realizadas, bem como da fonte ora analisada. Por outro lado, como decorrência dessa movimentação, de acordo com as colocações do Embaixador Pio Corrêa, seria providenciado um aumento da vigilância dessa localidade fronteira. É importante destacar também a obtenção de informações tão precisas por parte da Missão Diplomática brasileira, o que atestaria, mais uma vez, a existência de uma sofisticada rede de espionagem. Podemos, outrossim, acompanhar os desdobramentos do presente caso pelo exame do telegrama expedido em 17 de julho de 1965 pela Embaixada em Montevideu para o Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Referência ao meu telegrama nº 455 [documento acima]. Um oficial e duas praças da Fôrça Aérea Brasileira, em traje civil, armados de metralhadoras de mão e viajando em automóvel oficial com chapa fria particular, entraram em território uruguaio, em Rivera, para tentar ali prender Avelini. Foram pressentidos devido haverem aberto, em um pôsto de gasolina, a mala atrás do automóvel, permitindo ao empregado do pôsto ver as chapas brancas oficiais ali dissimuladas. Avelini alertado deu-se à fuga havendo desaparecido. Estou relatando isto para o seu conhecimento particular, pois gostaria de evitar conseqüências para o Comandante da V Zona Aérea, excelente e zeloso Oficial General a cuja revelia foi cometida aquela imprudência, e, segundo me consta, que já recebeu uma advertência reservada do Presidente da República devido ao incidente que fêz objeto do meu telegrama nº 252. Seria altamente desejável, porém, evitar novas interferências de amadores cujas possíveis conseqüências você pode imaginar. Sempre para o seu exclusivo conhecimento, nossos meios de informação na fronteira são agora plenamente satisfatórios e dispensam a cooperação benévola dêste tipo. [...] Manoel Pio Corrêa.³⁸⁵

Pela análise do texto acima, é patente a atuação de agentes do Estado em ações clandestinas de clara violação do território e da soberania do país vizinho. Nesse sentido,

³⁸⁴ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Erechim. SOPS/E – 1.2.92.3.1.

³⁸⁵ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevideu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

conforme atestam outros documentos, a região de Rivera foi alvo de inúmeras atividades correlatas, visto ser esta fronteira extremamente visada pela repressão. É possível entrever também a existência de uma rede de solidariedade na cidade, a qual teria prevenido Aveline para que este tivesse tempo de se refugiar em local seguro. Além disso, pode-se pressupor uma troca de favores entre o Embaixador brasileiro e o Comandante da V Zona Aérea, fruto, possivelmente, de relações cultivadas por Pio Corrêa com autoridades sul-riograndenses desde o início - e mesmo antes - de seus trabalhos em Montevideu, segundo relatado em diversas passagens de seu livro de memórias. Por fim, vale ainda destacar a menção, ao final do documento, às excelentes fontes de informação na fronteira, estabelecidas em algumas de suas diversas viagens à região fronteira entre ambos os países, também citadas pelo Embaixador no livro de sua autoria. Percebe-se, pois, a paulatina estruturação de um sistema de informações conectando os países em questão.

A aproximação de setores da sociedade uruguaia com os interesses do regime brasileiro é visível sobretudo em regiões de fronteira, onde parcela da população uruguaia, insatisfeita com os rumos da política de seu país, passou a estabelecer contatos com os militares do Rio Grande do Sul, conforme é possível perceber pela leitura do Telegrama da Embaixada em Montevideu para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, datado de 3 de junho de 1965:

365 - Referência ao meu telegrama nº 359. Chegou a esta capital, um oficial do III Exército, para informar-se da situação deste país, pois segundo me relatou, o Comandante do destacamento de Fuzileiros Navais da Barra do Quarai transmitiu ao IV Distrito Naval rumores sobre a iminência de um golpe de Estado no Uruguai, ouvidos em Bella Union. Esse informe preocupou o General Alves Bastos, que colocou de sobreaviso as guarnições de fronteira, após haver tentado, sem resultado, uma ligação telefônica com esta Embaixada. Roguei ao emissário dizer ao General que a situação, embora grave, ainda não atingiu um ponto álgido, que estima só se poderá produzir a partir de julho vindouro. [...] Somente no segundo semestre do ano, o esgotamento total dos recursos do Tesouro e consequente suspensão de pagamentos poderão precipitar uma crise social, emergindo então, talvez, fatores de polarização à direita ou à esquerda. Sei que elementos insatisfeitos uruguaiois têm procurado o General Alves Bastos na fronteira, e estou lhe fazendo chegar a recomendação de evitar qualquer contacto com os mesmos, pois na situação atual, só poderão comprometê-los sem qualquer proveito, comprometendo inevitavelmente também o Governo brasileiro. Estou fazendo a mesma recomendação aos oficiais que o servem junto a esta Embaixada e que vêm sendo procurados também por tais elementos. Manoel Pio Corrêa Júnior.³⁸⁶

³⁸⁶ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevideu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

Em primeiro lugar, é importante destacar novamente as colocações de Reckziegel em relação à repercussão em zonas de fronteira de acontecimentos provenientes de um lado e de outro da linha demarcatória. Nesse sentido, ecos acerca de um possível golpe de Estado no Uruguai, conforme é possível notar pela análise do documento, se fizeram sentir na fronteira do Brasil, o que supostamente teria motivado a ida do oficial do III Exército a Montevideú, com vistas a confirmar os rumores. Além disso, é patente a situação de crise no Uruguai ao longo da década de 1960 e a aproximação de setores golpistas com os militares brasileiros. Mais uma vez, é notório o quanto informações de nível local acabam se espalhando através de diferentes redes até os centros de poder. Nesse caso em particular, difundiram-se da fronteira para Montevideú e Brasília. No tocante ao auxílio de militares uruguaios com autoridades brasileiras, é digno de nota que esta foi uma prática deveras recorrente, em diferentes casos, conforme se pode acompanhar pela análise da documentação ora problematizada. Em diversos momentos, as reclamações do governo uruguaio em relação às ingerências de autoridades brasileiras no seu país eram desmentidas ou, no mínimo, encobertas pelos militares vizinhos. Essa constatação é, no mínimo, surpreendente, sobretudo se levarmos em consideração o quão caras são as questões vinculadas à soberania nacional pelas doutrinas castrenses e também se atentarmos para as inúmeras contendas históricas que marcaram a formação desses Estados. Não obstante, à luz das diretrizes ideológicas que circularam entre os militares da região ao longo do período analisado, não causa estranhamento a solidariedade prestada entre os mesmos, diante de uma suposta ameaça e necessário combate ao inimigo interno comum. O Telegrama infra reproduzido, expedido pela Embaixada em Montevideú à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 20 de maio de 1965, assim como outros que serão analisados mais adiante, ilustram essas e outras questões ora debatidas.

329 - Estou informado de que, na sessão de ontem do Conselho, o Ministro da Defesa, General Moratório, desmentiu de forma veemente o artigo do Correio da Manhã referido no meu telegrama nº 323. Teria na mesma ocasião salientado que entretanto estava o Governo brasileiro parcialmente justificado em suas preocupações com o Uruguai no que se refere aos asilados políticos os quais segundo informações das guarnições de fronteira desenvolveriam atividades suspeitas. Lyle Amaury Tarrisse da Fontoura.³⁸⁷

³⁸⁷ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevideú, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

No documento acima, sobressai-se o apoio do Ministro da Defesa uruguaio às reclamações feitas reiteradamente pelo governo brasileiro em relação às atividades dos exilados. Além disso, tendo em vista o objeto do presente trabalho, é notória a origem das mencionadas informações: as guarnições de fronteira, localidades nas quais as movimentações dos asilados estariam sendo alvo de vigilância. O citado artigo do Correio da Manhã, foco das preocupações acima referenciadas por parte do conselho de governo uruguaio, e desmentido pelo Ministro, tratava de uma possibilidade de invasão conjunta do Uruguai por parte do Brasil e da Argentina. Essa ação, supostamente, seria desencadeada em função da situação de crise atravessada por aquele país, conforme se pode observar pelo Telegrama de 19 de maio de 1965 da Embaixada em Montevidéu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

327 - Aditamento ao meu telegrama nº 324. Fui chamado ao Ministério das Relações Exteriores hoje às 22 horas, pelo Chanceler Vidal Zaglio que, na presença do Subsecretário Terra Carve, declarou-me desejar, não protestar, mas manifestar a preocupação do Governo uruguaio sobre os termos dos artigos publicados no Rio de Janeiro, digo, praticamente, concitando a invasão conjunta brasileira-argentina do Uruguai. Assinalei ao Chanceler a liberdade que gozava a imprensa no Brasil e o fato de que qualquer manifestação mostraria a manutenção e desenvolvimento dos tradicionais laços fraternais que ligam os dois países não podia representar o pensamento do Governo brasileiro. Disse-me o Chanceler compreender que o Governo brasileiro não controla a imprensa, mas que não se podia deixar de notar a coincidência de que os dois principais jornais ligados ao Governo se manifestaram simultaneamente sobre o assunto. Afirmou ainda ter conhecimento de fato mais grave, qual seja que o III Exército está movimentando uma Divisão na direção da fronteira com o Uruguai. [...] Informei ao Chanceler que iria prontamente relatar a entrevista a Vossa Excelência e que lhe transmitiria qualquer resposta tão logo recebida. O assunto foi discutido hoje à noite no Conselho de Governo e está tendo grande repercussão na imprensa. [...] Lyle Amaury Tarrisse da Fontoura.³⁸⁸

Além da passagem acima reproduzida, diversos outros documentos atestam tentativas de manipulação da imprensa, uruguaia ou brasileira, conforme já referenciado, como estratégia de ação do governo brasileiro e, em particular, da Embaixada no Uruguai. É possível também conjecturar acerca dos rumores envolvendo uma invasão conjunta do Uruguai, por parte das nações vizinhas, à luz das ingerências históricas de ambos Estados no país contíguo. Vale destacar, ainda, que é inevitável não traçar um paralelo entre os citados rumores acerca de uma movimentação de tropas do III Exército na fronteira com o

³⁸⁸ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

Uruguai e a "Operação 30 horas". Nesse sentido, é mister atentarmos para o fato de que ambas se apoiam em uma mesma justificativa: os rumos da situação interna uruguaia, vistos como potenciais desestabilizadores da ordem brasileira, seja pela situação de crise, no primeiro caso, seja pelo possível resultado considerado desfavorável, aos olhos do Brasil, das eleições naquele país, no segundo.

Conforme se pode perceber, a conjuntura de crise atravessada pelo Uruguai motivou diversos rumores, em diferentes momentos, acerca de um possível golpe de Estado. Nesse mesmo sentido, outras informações relativas à mobilização de parcela da sociedade uruguaia, em particular do setor sindical, deixaram de sobreaviso as autoridades brasileiras, sobretudo o Comando do Exército na fronteira. Podemos examinar essa questão a partir do Telegrama abaixo, datado de 11 de dezembro de 1965 e expedido pela Embaixada em Montevideu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

769 - [...] a greve geral prevista para terça-feira, 14 do corrente, pode ser uma prova decisiva de força entre o poder constituído e o poder sindical. O exército e a polícia estão convocando respectivamente reservistas e funcionários aposentados para fazer frente à crise. Embora nada faça prever de forma imediata qualquer perturbação grave, vou aproveitar minha viagem amanhã à Santana do Livramento para avisar o Comando do Terceiro Exército.³⁸⁹

Acredita-se ser possível, novamente, esboçar uma aproximação entre a necessidade de prevenir os militares brasileiros, diante de perturbações sociais no país vizinho, com a Operação 30 horas, pelos motivos acima expostos.

A agressão à soberania do Uruguai, bem como o desrespeito à proteção concedida por este aos que se radicavam em seu território são explícitos em diversas ações levadas a cabo por autoridades do Estado brasileiro. Estas, via de regra, motivaram a elaboração de inúmeras notas de protesto por parte do governo uruguaio, como no caso abaixo mencionado pelo Telegrama de 08 de abril de 1965 da Embaixada em Montevideu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

246 - O Ministro do Exterior comunicou-me, verbalmente, que vai apresentar amanhã nota de protesto contra alegada violação de fronteira por elementos armados, inclusive oficiais do Exército brasileiro; e contra uma violação do espaço aéreo uruguaio no dia de ontem, por aviões da FAB, que teriam interceptado sobre território uruguaio e obrigado a aterrissar no Brasil, um avião

³⁸⁹ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevideu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

civil uruguaio. É possível que se trate, como já ocorreu no passado, de estratégia para deslocar o debate para um terreno ingrato para o Brasil, antecipando-se a reclamações nossas de outra natureza e colocando-nos na defensiva; urge, porém, obter todos os dados que me permitam rebater imediatamente as acusações, as infundadas, ou se fundadas prestar sem demora satisfações devidas, de modo a esvaziar quanto antes o incidente. Manoel Pio Corrêa Junior.³⁹⁰

O fato em questão, como acompanharemos a seguir, fora confirmado. Este, cuja gravidade é indiscutível, fora classificado, novamente, como um incidente, o qual estaria sendo usado para manipular o debate em torno de assuntos controversos tratados bilateralmente. Vale ressaltar, mais uma vez, que este fora levado a cabo por agentes do Estado brasileiro e com aviões oficiais. A partir de outros documentos, como os que se seguem, é possível acompanhar o desdobramento do ocorrido, bem como ter acesso a outros detalhes acerca do fato em questão. Esse episódio, como é possível perceber pelo Telegrama abaixo, datado de 09 de abril de 1965, possuía estreita relação com o monitoramento dos asilados no Uruguai.

252 - Aditamento ao meu telegrama nº246. Anteontem, dois bimotores de bombardeio B-25, brasileiros, com armamento a bordo, realizaram um reconhecimento fotográfico sobre a estância Carpintaria, de propriedade do Senhor João Goulart, em território uruguaio. Ali surpreenderam um avião uruguaio, que decolou apressadamente, para ir refugiar-se junto ao pôsto militar uruguaio do Cerro do Hospital junto ao Vichadero. A irregularidade da missão brasileira é patente, envolvendo violação deliberada do espaço aéreo uruguaio; todavia, o local é suspeito, e o avião uruguaio, de matrícula [ilegível], achava-se irregularmente na estância, pois é um dos aparelhos interditados de vôo, por pertencer a asilado brasileiro, conforme o comunicado pela Chancelaria uruguaia, por nota de 10 de dezembro do ano passado, e, portanto, voava violando disposição do Govêno uruguaio e compromisso dêste com o Brasil. Quando do incidente de coxilha Serrilhita, eu mesmo sugeri dar ao Uruguai as mais amplas e prontas satisfações; desta vez, porém, acha-se comprometida a responsabilidade em nível tão alto, tanto da FAB como do Exército, que não me parece possível dar as satisfações adequadas. Sugiro, portanto, salvo melhor juízo, autorizar-me a dizer que: 1º) o severo patrulhamento terrestre e aéreo da fronteira foi tornado necessário pelas recentes incursões armadas em território brasileiro, articuladas no Uruguai e chefiadas por elementos aqui asilados; 2º) as autoridades militares brasileiras são obrigadas a tomar tais medidas pela falta de vigilância adequada no Uruguai, de onde já partiu clandestinamente para o Brasil grande número de asilados, que atingem, sem obstáculo, a fronteira, e dali se internam no Brasil, para fins subversivos; 3º) no caso da Carpintaria, notório [ilegível] de elementos subversivos, a propriedade estende-se, em grande parte, em território brasileiro, sendo difícil às patrulhas aéreas discernir no solo onde passa a linha divisória dentro de uma mesma propriedade; 4º) o avião uruguaio, pertencente a asilados brasileiros, operava em condições irregulares, em violação dos próprios dispositivos uruguaio e em área onde sua presença era altamente

³⁹⁰ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

suspeita; 5º) o Brasil, obrigado a prover a segurança de suas fronteiras, pela omissão das autoridades uruguaias na fiscalização das atividades dos asilados não pode aceitar qualquer responsabilidade pelas conseqüências de legítima defesa, sem propósito hostil, cabendo ao Uruguai as garantias necessárias para que se possam relaxar tais medidas, tomadas muito a contragosto pelo Brasil.³⁹¹

Em primeiro lugar, é mister estabelecermos um cruzamento entre as informações contidas nesse documento sobre ações de "reconhecimento fotográfico" de localidades em que se encontravam alguns refugiados políticos e a necessidade e importância de que empresas brasileiras saíssem vencedoras de concorrência para o levantamento aerofotogramétrico do Uruguai, conforme referido no capítulo precedente. Isso porque os interesses subjacentes a ações clandestinas perpetradas por agentes do Estado brasileiro, como a acima descrita, podem ser os mesmos que motivaram medidas em outros âmbitos e esferas e por outros agentes - tanto de parcela da comunidade de política externa, como de empresários. Em relação ao conteúdo do documento em questão, é importante, outrossim, ressaltar que as ações de exilados brasileiros não podem ser equiparadas àquelas perpetradas por autoridades vinculadas ao Estado brasileiro. É conveniente assinalar também, mais uma vez, que as condições do exílio são dadas pelo país asilante, e não impostas por um outro país. Para além disso, a despeito do reconhecimento da ilegalidade e gravidade das ações em questão, as justificativas propostas pelo Embaixador do Brasil para se apresentar ao governo uruguaio deslocam a culpabilidade para as autoridades uruguaias, visto que essas, além de descumprirem acordos firmados com o Brasil, não patrulhavam eficazmente suas próprias fronteiras. Nesse sentido, os argumentos enunciados em diversos pontos são autoexplicativos e bastante emblemáticos em relação ao pensamento que pautou as ingerências no país vizinho, calcado na já citada orientação ideológica.

Além das justificativas propostas no telegrama acima, é possível percebermos o entrosamento estabelecido entre aquela Missão Diplomática e os militares, destacadamente o III Exército, conforme podemos observar pela leitura do documento abaixo, datado de 13 de abril de 1965, e enviado pela Embaixada em Montevidéu em caráter particular para o Ministro de Estado.

Estou remetendo hoje, por correio especial, o texto da nota já preparada, de acordo com o telegrama 130 da Secretaria de Estado, e um projeto de nota, em resposta ao protesto uruguaio sobre incidentes de fronteiras. Quero frisar que

³⁹¹ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

todos os fatos citados em ambas, apoiam-se em documentos em meu poder, pois o entrosamento com o III Exército está funcionando agora admiravelmente. Desejo pedir-lhe o favor de ler ambos aquêles textos e mandar-me o quanto antes ordens a respeito. [...] Manoel Pio Corrêa Junior.³⁹²

A despeito da confirmação dos fatos em questão, estes continuaram reiteradamente sendo tratados como incidentes, minimizando a extrema gravidade de que os mesmos se revestiam. É de suma importância, ainda, assinalar que essas práticas não podem ser tratadas como acontecimentos isolados ou "excessos", visto a sua reincidência em diversas outras oportunidades, algumas das quais estão documentadas e outras que, possivelmente, tendo em vista o seu caráter clandestino, acabaram escapando do crivo do registro documental. Além disso, é patente que outras autoridades brasileiras, não diretamente envolvidas com os episódios em questão, estavam cientes do ocorrido e, pelo que se depreende da análise dos documentos, apenas realizavam tratativas no sentido de minimizá-los e "esvaziá-los", para parafrasear o próprio Embaixador Pio Corrêa.

4.2 O APARATO REPRESSIVO DO RIO GRANDE DO SUL E AS AÇÕES DE CONTROLE E MONITORAMENTO DA FRONTEIRA BRASILEIRO-URUGUAIA

De acordo com o exposto até aqui, pode-se observar a centralidade da fronteira Brasil-Uruguai a partir da instauração de uma ditadura no país em 1964. A região foi extremamente visada pelas autoridades brasileiras, as quais atuaram tanto no plano interno quanto no externo com vistas a combater os opositores do regime. Trataremos, a seguir, de ações de repressão levadas a cabo pela polícia política gaúcha: o Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul. Buscar-se-á focalizar, sobretudo, a preocupação com o monitoramento e o controle da fronteira internacional do estado sulino com o Uruguai.

O surgimento dos primeiros Departamentos de Ordem Política e Social³⁹³ data das décadas de 1920 e 1930, período marcado por intensas movimentações políticas no país.

³⁹² Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevideú, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

³⁹³ Sobre o surgimento do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS) e, principalmente, sobre sua atuação durante a ditadura civil-militar de 1964, ver BAUER, Caroline. *Avenida*

Esses órgãos especiais, criados no âmbito das polícias civis, estavam vinculados às secretarias estaduais de segurança pública de inúmeros estados brasileiros. Sobre as motivações que levaram à sua constituição, Caroline Bauer destacou que:

Os DOPSs surgiram da necessidade de implementação de um amplo aparato de cunho administrativo-legal a fim de controlar manifestações de descontentamento político. Assim, juntamente com a criação de DOPSs em âmbito regional, diversas leis federais especialmente destinadas à repressão dos crimes políticos foram sancionadas. A partir desse período, evidencia-se o peso, a importância e o caráter decisivo que a organização policial teve para o Estado.³⁹⁴

Com o advento do golpe de Estado, em março de 1964, foram empreendidas algumas mudanças na estrutura e no funcionamento desses órgãos. No cerne desse processo, encontram-se inúmeras diretrizes presentes na já citada Doutrina de Segurança Nacional. Nesse sentido,

As mudanças que o DOPS/RS sofreu a partir da deflagração do golpe contra-insurgente de 31 de março de 1964 e a institucionalização do regime de segurança nacional visaram a adequá-lo aos ditames da doutrina de segurança nacional e ao processo de militarização da sociedade, empreendido pelos militares ao tomar o poder. Essas reformas também visaram a ajustar a ação do órgão ao aprimoramento do aparato repressivo da ditadura brasileira, principalmente aos órgãos federais criados após o golpe.³⁹⁵

As mencionadas modificações, consoantes com o novo regime, exigiram uma reformulação na estrutura do órgão, na composição de seus quadros e na ação de polícia política. Além disso, posteriormente, foram empreendidos diversos ajustes conforme a conjuntura. Cabe ressaltar, ainda, que a militarização do DOPS, além de abranger a presença física de militares a frente de importantes cargos, possibilitou especialmente a efetivação de doutrinas caras aos militares naquele contexto a partir da "transferência dos valores castrenses à administração pública."³⁹⁶

No tocante à configuração do aparato repressivo do estado gaúcho, além do DOPS/RS, que funcionava na capital, existiam, ainda, as Seções de Ordem Política e Social (SOPSs), que estavam subordinadas ao primeiro e foram instaladas em delegacias

João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

³⁹⁴ *Ibid.*, p. 53.

³⁹⁵ *Ibid.*, p. 70.

³⁹⁶ *Ibid.*, p. 70-71.

regionais de polícia do interior do Rio Grande do Sul, funcionando como suas filiais, pois cumpriam funções semelhantes àquele órgão. Nesse sentido, as SOPSs tanto forneciam importantes informações sobre as respectivas regiões ao DOPS/RS, quanto recebiam deste ordens e instruções. A partir do intercâmbio e da colaboração entre esses órgãos, foi possível estender o alcance da repressão para as mais diferentes áreas do estado, inclusive para a região fronteira, foco do presente estudo. Dessa forma, de acordo com Bauer, a polícia política foi responsável pela elaboração de relatórios sobre pessoas que vinculavam a oposição interna com aquela radicada em outros países, sobre as rotas utilizadas para sair do Brasil, bem como reingressar em território nacional e, ainda, acerca dos contatos na zona de fronteira, entre outros aspectos correlatos.³⁹⁷

No que toca à preocupação com a região fronteira pelos referidos órgãos, é importante empreendermos a análise de um relatório datado de 1966, que trata do caso do Tenente Biscuby que, aparentemente, por suas vinculações com o trabalhismo, teria sido removido de uma cidade de fronteira do Rio Grande do Sul: "[...] soube o Cel. que o Tte. era inclusive PTB ferrenho, tendo sido por este motivo removido da fronteira para esta cidade após a Revolução."³⁹⁸ O exame do documento em questão nos permite inferir uma série de elementos, entre os quais destacamos a já mencionada influência trabalhista no estado sulino, e também na fronteira, inclusive nos meios militares. Podemos também discorrer acerca do motivo pelo qual um militar petebista, estando em um município de fronteira, representaria um desconforto maior para o regime, se comparado com a sua presença em alguma cidade de outra região do estado. A desconfiança acerca da sua militância política colocou em xeque um valor deveras caro à ética militar, qual seja, a fidelidade. A fragmentação constitutiva desse acervo documental, contudo, não nos permite acompanhar e averiguar se o citado Tenente sofreu algum outro tipo de retaliação posteriormente. O fato que podemos constatar, se nos limitarmos apenas à análise desse documento, é que ele permaneceu no quadro das Forças Armadas, tendo sido apenas removido da fronteira, já que lá, possivelmente, era um fator de inquietação maior para as autoridades que o transferiram. Mais adiante, no tópico seguinte, retomaremos esse ponto para discutirmos a intervenção ocorrida na fronteira sul-rio-grandense durante esse período.

³⁹⁷ Ibid., p. 201.

³⁹⁸ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Lagoa Vermelha. SOPS/LV – 1.21.1.1. Lagoa Vermelha, 19/11/1966.

Outra mudança efetuada a partir de 1964 foi a criação de uma estrutura paralela, vinculada ao DOPS/RS, conhecida como Dopinha³⁹⁹. Apesar de seu surgimento estar atrelado àquele órgão, era desvinculada funcional e hierarquicamente do mesmo, sendo integrada por membros das Forças Armadas e da polícia civil. Assim como a Dopinha, existem casos de outros centros clandestinos espalhados pelo Brasil. Não obstante, o fato de figurar entre os primeiros atesta a importância estratégica do Rio Grande do Sul, tendo em vista, entre outros aspectos, as suas importantes e visadas fronteiras com os países do Prata, conforme assinala José Mitchell.⁴⁰⁰

A mencionada vizinhança do estado com a Argentina e com o Uruguai e, por conseguinte, com lideranças perseguidas pela ditadura que lá se radicaram, particularmente no Estado uruguaio, era constante fonte de preocupação, já que aqueles eram vistos como potenciais desestabilizadores do regime brasileiro. Assim, a formação de alguns movimentos que congregavam exilados e também opositores do regime instaurado, tais como a Frente Ampla⁴⁰¹, era vista com desconfiança pelas autoridades. Tendo em vista o foco do presente estudo, destacaremos, ainda que brevemente, o impacto dessa organização apenas sobre a fronteira. Nessa região, houve a formação de núcleos frentistas, os quais foram permanentemente infiltrados e vigiados, no intuito de combatê-los. Diversos são os documentos que encontramos no AHRS que atestam essa questão. Entre eles, sobressai-se uma reunião de representantes de municípios da fronteira, tais como Rio Grande, Bagé, Pelotas, São Gabriel e Santana do Livramento. Em relação à última localidade, constam as seguintes informações:

DR LÚCIO SOARES NETO, representante de LIVRAMENTO/RS, residente à rua Silveira Martins nº 742 e atualmente vereador pelo MDB. Atuou ativamente no conflito armado entre a Polícia e Comunistas em 1950 na linha divisória de

³⁹⁹ Atualmente, o prédio onde funcionou o antigo Dopinha é alvo de disputas e pressão pelos organismos de direitos humanos enquanto local emblemático da repressão no Rio Grande do Sul. Sendo assim, suas instalações são alvo de mobilizações, tendo em vista a possível transformação do local em Centro de Memória, tais como outras iniciativas correlatas em outras cidades do Brasil, como é o caso de São Paulo, bem como de outros países do Cone Sul.

⁴⁰⁰ MITCHELL, José. *Segredos à direita e à esquerda na ditadura militar*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007. p. 20.

⁴⁰¹ Em 1967, foi firmado um acordo formal de cooperação entre Magalhães Pinto, Carlos Lacerda – ambos haviam desempenhado um papel de destaque na conspiração que levou ao golpe de Estado – João Goulart e Juscelino Kubitschek, que estabeleceu as bases de sua aliança. Este documento ficou conhecido como Pacto de Montevideu e constitui o programa da Frente Ampla, a qual, paulatinamente, começou a adquirir características de um partido político de oposição, que possuía amplas bases. Dentre as principais reivindicações do programa frente-amplista, estava a redemocratização do país. Contudo, já em abril de 1968, o governo baixou um decreto-lei proibindo a sua existência. Cf. ALVES, op. cit.

Livramento com Rivera (ROU) onde morreram quatro comunistas. Após êste conflito homisiou-se no Uruguai. Homisiou-se novamente em 3/64 antes mesmo que fôsse dado ordem de prisão. Por ocasião da eleição da mesa da Câmara de Vereadores, em Março de 66, o Cmt da Guarnição Federal de Livramento resolveu tirá-lo de circulação em virtude de haver o mesmo articulado um esquema para que não fôsse eleito para a Presidência da referida mesa um vereador da "Arena". Exerce grande influência na Prefeitura Municipal de Livramento. Esteve recentemente em P. Alegre retornando para Livramento dia 9/Fev/68 (sexta-feira).⁴⁰²

Essa fonte permite-nos perceber diversos elementos anteriormente citados, entre eles, a influência do Partido Comunista na cidade, a utilização da linha demarcatória como refúgio em diferentes conjunturas, assim como a pujança dos movimentos de oposição na região. Em relação a esse aspecto, o documento ora examinado faz referência ao massacre da Praça Internacional, responsável por vitimar militantes comunistas na fronteira, referenciado em outra oportunidade. No tocante aos mecanismos de controle do aparato repressivo, é mister atentarmos, novamente, para a obtenção de informações tão precisas, bem como para a preocupação com figuras de destaque da cena política fronteiriça.

Além das operações de militares brasileiros levadas a cabo no Uruguai, sobretudo na região de fronteira, anteriormente examinadas, cabe analisarmos também as ações empreendidas no país vizinho pela polícia política gaúcha. A partir da análise de diversos documentos do Itamaraty, podemos inferir a existência de uma rede de informantes que conectava o Estado uruguaio com o Rio Grande do Sul. Desde o primeiro ano do regime ditatorial, pode-se acompanhar a marcante atuação de agentes a serviço da Secretaria de Segurança Pública sul-rio-grandense para além do seu território de atuação, conforme é possível observar pelo exame do Telegrama secreto da Embaixada em Montevidéu ao Ministério das Relações Exteriores, datado de 09 de dezembro de 1964.

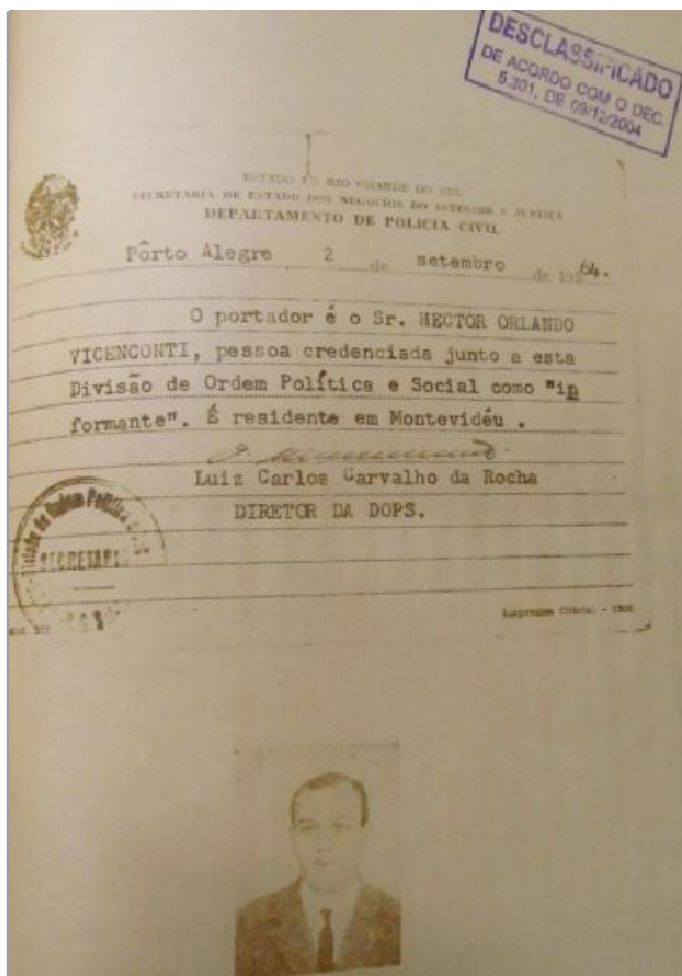
Apresentou-se nessa Embaixada o indivíduo Hector Orlando Viceconti, de nacionalidade argentina, domiciliado em Montevidéu, portador de uma carteira de identidade da Divisão de Ordem Política e Social da Polícia do Estado do Rio Grande do Sul, credenciando-o como "informante" daquela Repartição. O referido indivíduo declarou estar incumbido pela Secretaria de Segurança do mencionado Estado de investigar as atividades dos asilados políticos brasileiros no Uruguai. O incrível documento em questão foi apreendido pelo Ministro Alarico da Silveira e estou remetendo cópia fotostática a Vossa Excelência. Muito agradeceria encaminhar ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul o meu protesto contra essa grosseira intromissão em assuntos que exorbitam de sua competência, invadindo área de atribuição federal e arriscando de comprometer

⁴⁰² Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Lagoa Vermelha. SOPS/LV – 1._53.1.1. Lagoa Vermelha, 12/03/1968.

gravemente nossa posição face ao Governo uruguaio. Tenho razões de crer que o Governador do Estado ignora esses fatos, decorrentes da leviandade do seu Secretário de Segurança, que não pela primeira vez incide neles, pois já em duas ocasiões enviou policiais a Melo e, agora mesmo, só por intervenção de uma alta autoridade militar deixou de mandar realizar uma diligência em Tacuarembó. Além de Viceconti sei que se encontra aqui pelo menos mais um agente daquela Secretaria que estou procurando localizar para entregá-lo as autoridades uruguaias. [...] Essa ingerência além de inconveniente é, aliás, ineficaz pela incapacidade dos agentes escolhidos. Parece-me que esta Embaixada vem informando adequadamente sôbre as atividades dos asilados brasileiros no país.⁴⁰³

Na página seguinte, é possível aceder à cópia do documento que credenciava o mencionado agente como informante do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul.

Figura 14: Ficha de agente clandestino do DOPS no Uruguai



Fonte: Missão Diplomática Brasileira, Secreto A-O, Ofícios, 1964, caixa 17.

⁴⁰³ Missão Diplomática Brasileira, Secreto M México - Montevidéu, CTs Telegramas Recebidas e Expedidas, 1964, caixa 55.

No telegrama em questão, é patente, entre outros aspectos, o conflito de competências existente entre a esfera estadual e a federal, esta última particularmente incumbida das relações exteriores. Nesse sentido, a formulação de uma reclamação frente à Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul estava relacionada à faculdade legal, privativa ao Itamaraty, de atuar no âmbito internacional. No que se refere à questão dos exilados, aquela Embaixada afirmou, conforme acima reproduzido, estar trabalhando satisfatoriamente no sentido do controle e vigilância dos mesmos, o que dispensaria a intromissão por parte de outras autoridades incumbidas de atuar no âmbito doméstico. Corroborando com o argumento sobre o estranhamento do Itamaraty acerca do desvio de atribuição frente a relações bilaterais, por parte de representantes do governo gaúcho, a Carta-Telegrama confidencial, de 22 de dezembro de 1964, da Embaixada em Montevideu. Esta assinala algumas impressões em relação ao estabelecimento de contatos diretos entre as autoridades estaduais sul-rio-grandenses e o governo do Uruguai.

CT - 267 - [...] existe uma situação anômala representada por contatos diretos entre as autoridades estaduais do Rio Grande do Sul e o Governo do Uruguai. Acabo de regressar de Rivera e Santana do Livramento, onde assisti a uma reunião de técnicos do referido Estado e do Governo uruguaio, presidida pelo Secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul e pelo Ministro da Agricultura do Uruguai. Muito embora no caso específico (o combate à febre aftosa e a outras epizootias) o objetivo seja louvável e a cooperação internacional indispensável, devo assinalar mais uma vez a desenvoltura com a qual as autoridades estaduais atuam no plano internacional, sem consulta ao Poder Federal. [...] julgo necessário esclarecer o Governo do Estado, mesmo porque em outros setores as intenções e os objetivos são mais discutíveis. De toda maneira, não parece normal que um Governo estadual possa agir na esfera externa, com o risco de colidir a sua ação com diretrizes ou conveniências da política exterior do Brasil. É claro que esta Embaixada terá sempre o maior prazer em acautelar no Uruguai quaisquer interesses do Rio Grande do Sul, e deseja manter estreito contacto com o Governo estadual, como aliás já vem fazendo por iniciativa própria. Manoel Pio Corrêa Júnior.⁴⁰⁴

Feita essa ressalva em relação ao conflito de competências, gostaríamos de retomar especificamente o caso referente à atuação de agentes clandestinos. No telegrama 355 de 11 de dezembro de 1964, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores formula um pedido para que os agentes do DOPS não fossem entregues às autoridades uruguaias. Além disso, através de telegrama expedido já nos dias seguintes, a Embaixada informa ter localizado outro agente ao qual se fez referência: "O segundo agente [da Polícia do Rio

⁴⁰⁴ Ministério das Relações Exteriores, Seção de Correspondência Especial, Confidencial, Telegramas Embaixadas Recebidos Montevideu, ano: 1960/64, caixa 337.

Grande do Sul em Montevideu] foi identificado e chama-se Milo Barcellos."⁴⁰⁵ Pelo Telegrama que se segue, datado de 16 de dezembro de 1964, remetido pela Missão Diplomática em questão ao Itamaraty, podemos analisar a dinâmica de atuação desses agentes.

Apesar das freqüentes advertências formuladas, a Secretaria de Segurança do Rio Grande do Sul continua mantendo aqui, com iminente perigo para os interesses do Brasil, agentes clandestinos, além daqueles já assinalados em comunicações anteriores. Essa rede de agentes está enviando correspondência para Pôrto Alegre dirigida a Alberto Azevedo, rua César Lombroso, nº 130, apartamento 2. Trata-se de destinatário fictício, sendo as cartas retiradas dali por pessoas que dão os nomes de Mário Ramirez, Pedro Miró ou Pedro Júlio. Esses nomes, também fictícios, encobrem funcionários da citada Secretaria, sendo que Pedro Miró é quase certamente o Major Mena Barreto, Chefe de Gabinete do Major Etchegoyen. Tenho em meu poder correspondência dessa espécie, aliás de modesto valor informativo, e não duvido de que a polícia uruguaia, bem mais eficiente do que sua congênere gaúcha, possa interceptá-la também. Vossa Excelência apreciará a situação embaraçosa que seria assim criada, agravando as dificuldades que já temos de enfrentar.⁴⁰⁶

Em primeiro lugar, é importante assinalar que não se tratava de fato isolado e, sim, conforme tem-se analisado, da atuação de uma rede de informantes que conectava Montevideu a Porto Alegre. A reincidência dos casos de atividades de pessoas a serviço do Departamento de Ordem Política e Social no Uruguai, bem como o nome de alguns desses agentes clandestinos é patente em parcela da documentação, como o Telegrama supra reproduzido, datado de 18 de dezembro de 1964, remetido pela Embaixada em Montevideu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores:

606 - Aditamento ao telegrama nº 588 e aos anteriores. Identificado mais um agente clandestino brasileiro. Trata-se de Mário Everard, jornalista, domiciliado em Pôrto Alegre, atuando também semanalmente em programa da Rádio Farroupilha, que está fazendo frequentes viagens a este país por conta dos Serviços de Informação do Rio Grande do Sul, invadindo assim área Federal com os prejuízos e risco que Vossa Excelência conhece. Manoel Pio Corrêa Júnior.⁴⁰⁷

Através da análise de expressões como "aditamento ao telegrama nº 58 e aos anteriores", assim como "identificado mais um" percebemos a recorrência e amplitude de

⁴⁰⁵ Missão Diplomática Brasileira, Secreto M México - Montevideu, CTs Telegramas Recebidas e Expedidas, 1964, caixa 55.

⁴⁰⁶ Missão Diplomática Brasileira, Secreto M México - Montevideu, CTs Telegramas Recebidas e Expedidas, 1964, caixa 55.

⁴⁰⁷ Missão Diplomática Brasileira, Secreto M México - Montevideu, CTs Telegramas Recebidas e Expedidas, 1964, caixa 55.

atuação da rede de informantes em questão. Tantos outros documentos, consultados no Centro de Documentação Diplomática do Itamaraty, que optamos por apenas mencionar, dão conta da quantidade de reclamações formuladas pelo governo uruguaio à Embaixada brasileira em Montevideu relativas à atuação de agentes clandestinos da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul no Uruguai.⁴⁰⁸

Corroborando também com os aspectos acima expostos, em relação à recorrência e reincidência dos casos relativos a ações da polícia política gaúcha no Uruguai, o Telegrama que se segue, datado de 06 de dezembro de 1965, enviado pela Embaixada em Montevideu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores. O documento em questão relata a prisão em Rivera do já citado agente argentino que prestava serviços ao Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul.

756 - Foi prêso em Rivera o indivíduo Hector Orlando Viceconti, agente da DOPS da Secretaria de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, o mesmo cuja carteira de "agente secreto" foi apreendida por esta Embaixada em 8 de dezembro de 1964, como informou meu telegrama 569. Ao que me consta, aquela Repartição havia cessado de remunerá-lo desde o mês de junho ou julho últimos, mas continuava operando na região de Rivera, em ligação com o Delegado regional de Livramento e com o Comando da Guarnição, até que há dois meses adverti a ambas essas autoridades quanto ao risco de utilizar êsse agente, aliás incapaz. Combinei agora com o Ministro do Interior que o mesmo será expulso daqui para a Argentina, de onde é natural, recebendo previamente uma forma de advertência que lhe tire qualquer desejo de regressar ao Uruguai. O Ministro comprometeu-se a nada deixar transpirar para a imprensa, mas convém representar mais uma vez à Secretaria de Segurança do Rio Grande do Sul a absoluta inconveniência de utilizar agentes clandestinos no Uruguai que só podem criar problemas a esta Embaixada, sem nenhuma utilidade para o serviço da nação. Manoel Pio Corrêa Junior.⁴⁰⁹

Conforme depreende-se da leitura do documento acima, trata-se de caso recorrente, a despeito das reclamações de autoridade diplomática brasileira, o que denota um conflito de competências entre as diferentes esferas do poder. É digno de nota também a rede de contatos estabelecida pelo mencionado agente clandestino preso em Rivera, visto que este contatara delegado e militares de Santana do Livramento. Podemos inferir, tendo

⁴⁰⁸ Esses são os casos, entre outros, do Telegrama 217, datado de 06/08/1964, da Embaixada em Montevideu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores; do Telegrama 226 de 12/08/1964 da Embaixada em Montevideu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores; do Telegrama 253 de 21/08/1964 da Embaixada em Montevideu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Todos os anteriores constantes na Missão Diplomática Brasileira, Secreto M México - Montevideu, CTs Telegramas Recebidas e Expedidas, 1964, caixa 55.

⁴⁰⁹ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevideu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

em vista essas e outras evidências, a importância estratégica da fronteira em questão, foco das atenções e das ações de agentes da repressão, aliás deveras recorrentes por parte da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, bem como de outros órgãos. Vale, ainda, assinalar a referência às tratativas feitas com o Ministro do Interior no sentido de que a imprensa não tomasse conhecimento dos fatos em questão. Essa passagem, mais uma vez, denota a tentativa de se manipular a informação em ambos os países, com vistas, possivelmente, a receber apoio no que concerne aos interesses do governo do Brasil, conforme podemos concluir a partir do cruzamento deste com outros documentos do mesmo teor. Os telegramas que se seguiram aos acima citados dão conta de outros detalhes relativos ao episódio em questão, além de nomearem outros possíveis agentes clandestinos que atuavam nessa rede. Este é o caso do documento abaixo datado de 7 de dezembro de 1965.

758 - Aditamento meu telegrama 756. Viceconti foi removido preso de Rivera para esta capital, e interrogado na Chefatura de Polícia, onde declarou haver sido admitido a serviço da Secretaria de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul em 21 de março de 1964, na Delegacia de Ordem Política e Social, onde obedecia às ordens do Delegado Melgare, a quem remetia os seus informes desde o Uruguai por intermédio do Senhor Timoteo Aparício Saraiva, domiciliado à rua Moura Azevedo 280 apartamento 21, em Pôrto Alegre. Declarou receber daquela repartição estadual a remuneração de seis mil pêsos mensais por seus serviços. Muito agradecerá a Vossa Excelência obter do Ministério da Justiça que determine de uma vez por todas ao Govêrno do Rio Grande do Sul que se abstenha de enviar agentes clandestinos ao Uruguai, onde nada fazem de útil, invadem área de ação federal, e prejudicam as boas relações entre os dois países, deixando esta Embaixada exposta a situações difíceis como esta.⁴¹⁰

O documento dá conta, de alguma forma, da dinâmica de atuação desses agentes clandestinos, que conectavam Montevidéu a Porto Alegre, passando indefectivelmente pela fronteira, ponto equidistante e localidade em que fora preso o agente em questão. Além disso, percebe-se que o encarregado do DOPS fora admitido na Secretaria de Segurança Pública do estado gaúcho dias antes do golpe de Estado de março de 1964. Outro telegrama expedido na mesma data do último pela Embaixada em questão assinala a participação de outro agente clandestino na citada rede: "761 - Aditamento meu telegrama nº 758. Do depoimento de Viceconti, depreende-se que, além dos elementos mencionados

⁴¹⁰ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

em comunicações anteriores, também estêve no Uruguai em atividades clandestinas nome Afonso Simões Pires. Manoel Pio Corrêa Júnior."⁴¹¹

A tentativa de controlar o trânsito fronteiriço é patente em tantas outras iniciativas de autoridades do Estado brasileiro, tal como fica expresso no telegrama abaixo, de 17 de agosto de 1965, da Embaixada em Montevidéu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, no qual é relatado o envio de um ofício por parte do Secretário da Segurança Pública do Rio Grande do Sul ao Cônsul do Uruguai com o pedido de que se forneça uma lista semanal com os nomes dos viajantes destinados ou provenientes do país vizinho.

524 - O Secretário de Estado do Rio Grande do Sul, Tenente-Coronel Washington Bermudez, oficiou ao Cônsul do Uruguai em Rivera, solicitando fornecimento de uma lista semanal dos nomes dos viajantes destinados ao Uruguai ou dêle precedentes. Estou informado de que aquela autoridade consular uruguaia deu conhecimento do insólito pedido ao seu Ministro das Relações Exteriores. Agradeceria que Vossa Excelência fizesse sentir ao Govêrno do Rio Grande a inconveniência da gestão. Manoel Pio Corrêa Júnior.⁴¹²

O pedido acima reproduzido denota, entre outros aspectos, um conflito de competências, mais uma vez, visto que o caminho usual seria o de ser tratado por esferas responsáveis pelas relações internacionais. Possivelmente, concorreram para a abreviação do percurso realizado a proximidade entre os postos em questão. Podemos acompanhar alguns desdobramentos do caso ora referido pela análise de outros telegramas, tais como o expedido em 18 de agosto de 1965 pela Embaixada em Montevidéu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

526 - Aditamento ao meu telegrama nº 524. O jornal comunista "El Popular" publica, hoje, com detalhes, a desastrosa gestão da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, anunciando que êste Govêrno vai protestar por nota. Da notícia depreende-se que a imprensa comunista teve conhecimento, em primeira mão, do ofício confidencial do Consulado uruguaio em Santana do Livramento, que esta Embaixada estava tentando abafar no Ministério. Verificase, por outro lado, que a Secretaria de Segurança dirigiu-se também aos demais Consulados uruguaiois na fronteira. Manoel Pio Corrêa Júnior.⁴¹³

⁴¹¹ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

⁴¹² Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

⁴¹³ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

Nesse documento é retificado a localidade onde se encontra a repartição consular uruguaia: Santana do Livramento e não Rivera. Além disso, a gestão da mencionada Secretaria é considerada desastrosa, ainda que se trate o caso como de pouca importância e se tente encobri-lo. Faz-se alusão também ao fato de que outros consulados na fronteira entre ambos os países foram notificados no mesmo sentido. O mencionado caso originou uma nota de protesto do governo uruguaio. O fato em questão, contudo, ecoou de forma diversa em diferentes setores da sociedade uruguaia, conforme podemos observar pela análise do telegrama expedido já nos dias seguintes.

535 - Aditamento ao meu telegrama 534. Em contraste com o tom demagógico, com o qual a Chancelaria está tratando o ofício do Coronel Bermudez, as autoridades militares estão inteiramente tranquilas. Na recepção que ontem ofereci ao Comandante e oficialidade do Almirante Saldanha, a ela compareceu o Ministro da Defesa Nacional, que se mostrou cordialíssimo, pilheriando sobre o assunto, que considera totalmente sem importância. Manoel Pio Corrêa Júnior.⁴¹⁴

É manifesto, novamente, o apoio de autoridades uruguaias, sobretudo dos setores militares, mesmo frente a situações de ingerências por parte do Brasil. No caso em questão, como se pode observar, o Ministro da Defesa Nacional do Uruguai considerou o assunto sem importância, postura semelhante à assumida frente a situações correlatas, conforme anteriormente destacado.

De acordo com elementos já expostos, em algumas circunstâncias, a repressão brasileira teve como alvo cidadãos de outras nacionalidades. Nesse sentido, uruguaio foram vítimas de ações tanto em seu próprio território, como também no Brasil. Entre as alegações muitas vezes apresentadas, contava-se o suposto envolvimento desses com os exilados. O caso descrito no telegrama abaixo - de 22 de julho de 1966, enviado pela Embaixada em Montevideu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores - é deveras emblemático nesse sentido.

339 - Em meados de junho passado, três uruguaio, Jorge Bonaldi, Manuel Rodrigues e Rodolfo Sosa, viajando em ônibus para Porto Alegre, foram detidos pela DOPS em Pelotas e logo em Porto Alegre. De volta a Montevideu, procuraram os jornais locais dando entrevistas sucessivas em que afirmavam ter sido torturados pela Polícia gaúcha, sob a alegação de que teriam ligações com Leonel Brizola, fato que desmentiram, dizendo que eram apenas residentes no Balneário de Atlantida, onde, sabiam, também vive o referido asilado.

⁴¹⁴ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevideu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

Libertados, teriam procurado o Cônsul do Uruguai em Pôrto Alegre, Senhor Astrali, que haveria protestado junto ao DOPS. Em entrevista à "Época", afirmaram que "ficou evidenciado que nesta capital [Montevidéu], existe uma rede de espionagem brasileira", adiantando que os motivos de sua viagem eram puramente turísticos. Tenho de fonte segura que o Senhor Manuel Rodrigues, conhecido como Manolo, levava correspondência do Senhor Leonel Brizola para o Brasil, dela se tendo desembarçado antes da apreensão. O Conselho de Govêrno, em sua reunião de ontem, tomou conhecimento do assunto, e decidiu instruir o Chanceler Vidal Zaglio no sentido de que apresente Nota de protesto à Embaixada do Brasil em Montevidéu, tendo por base a informação procedente do Cônsul uruguaio em Pôrto Alegre. Fui igualmente informado de que a referida Nota está sendo redigida, devendo ser apresentada ainda hoje à Embaixada. [...] Ramiro Elysis Saraiva Guerreiro.⁴¹⁵

A prisão em uma região de fronteira aduze uma das ações da repressão nesse espaço, justamente por serem essas localidades supostamente "sensíveis" à penetração de alguma forma de oposição. Essa rede de atuação dos órgãos da repressão se espraiava também para o país vizinho, tendo em vista as informações obtidas acerca do local de residência dos cidadãos uruguaios detidos, bem como dos supostos contatos estabelecidos. A preocupação com a fronteira Brasil-Uruguai é recorrente em diversas ações do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul, citado no documento em questão como autor da referida operação. A mencionada suspeita das autoridades brasileiras em relação à atuação de possíveis pombos-correio também figura de forma deveras recorrente. O telegrama que se segue, datado do mesmo dia, registra alguns desdobramentos desse caso.

341 - [...] o Ministro Folle, Diretor de Assuntos Políticos, pediu-me que o fôsse ver, o que fiz às 17:00. Referiu-se ao mal estar provocado em esferas do Govêrno por informações de que três turistas uruguaios teriam sido tratados de forma discriminatória pela polícia em Pôrto Alegre, citando o DOPS, e acrescentando que outros, inclusive, teriam estado detidos em uma ilha. Disse-lhe que eu me surpreendera, pela manhã, ao ler nos jornais que o Ministro das Relações Exteriores teria pedido e obtido autorização do Conselho de Govêrno para fazer um protesto ante o Embaixador do Brasil em Montevidéu, a respeito do alegado mau tratamento dispensado a certos turistas uruguaios em Pôrto Alegre. [...] Ramiro Elysis Saraiva Guerreiro.⁴¹⁶

Além dos aspectos já destacados e do constrangimento criado no âmbito das relações internacionais, cabe assinalar que o documento acima faz menção à prisão de uruguaios em uma ilha. Acredita-se ser razoável supor que se tratasse da ilha do presídio,

⁴¹⁵ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

⁴¹⁶ Ministério das Relações Exteriores, Secreto, Seção de Correspondência Especial, Telegramas Recebidos/Expedidos Embaixada Montevidéu, janeiro-julho, agosto-dezembro ano: 1965/66, caixa 63.

localizada no Rio Guaíba, o qual banha Porto Alegre e outros municípios da região metropolitana, para onde muitas pessoas foram encaminhadas, nesse contexto, pela polícia política gaúcha.

No registro reproduzido abaixo podemos ter acesso a algumas das informações colhidas pela Polícia Civil do Rio Grande do Sul em viagem a Santana do Livramento e Rivera e através do contato com autoridade policial da localidade uruguaia. O relatório em questão trata, entre outros pontos, da suposta existência de uma violenta campanha "esquerdista" no país vizinho contra o governo brasileiro. Cita, outrossim, que as repartições consulares no interior do Uruguai estariam despreparadas para lidar com a questão dos exilados, além de contarem em seus quadros com funcionários que possuem ligação com elementos do governo deposto, impressões essas que fazem coro àquelas contidas no Relatório da Missão Especial.

Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. Departamento de Polícia Civil. Gabinete de Divulgação e Relações Públicas. Porto Alegre, 7 de maio de 1964. Relatório Reservado. Ao Exmo. sr. Chefe de Polícia Major Leo Etchegoyen.

Por solicitação de V. Exa. passo a relatar observações feitas pelo signatário, em sua viagem particular à Livramento e Rivera, dia 1º de maio do corrente, ou colhidas em contato com seu pai, dr. João Jacinto da Costa, cônsul do Brasil em Paissandú. [...] A impressão recolhida do contato mantido com o Chefe de polícia de Rivera, Don Juan A. Navarro, é de que o mesmo não permitirá qualquer atividade dos exilados brasileiros naquela fronteira, pois s.s. simpatiza com o movimento revolucionário e conhece muito bem a realidade brasileira. [...] Convidado, participei de entrevista na Rádio Internacional de Rivera, esclarecendo o que tinha ocorrido no Brasil e os objetivos da revolução democrática. Vários telefonemas recebeu a emissora, e do êxito do programa diz bem o fato de ter o Partido Comunista comprado espaço na mesma rádio, logo após, para criticar o Brasil e até o modesto entrevistado. (ass) Luiz Carlos Costa, Escrivão de Polícia.⁴¹⁷

Os contatos estabelecidos entre a autoridade da Secretaria de Segurança Pública e o delegado de Rivera parece ter resultado no auxílio deste último para com os interesses da polícia política gaúcha em situações posteriores. Nesse sentido, vale a pena atentarmos para o Telegrama de 11 de agosto de 1964 da Embaixada em Montevideu à Secretaria de Estado das Relações Exteriores:

⁴¹⁷ Ministério das Relações Exteriores, Seção de Correspondência Especial, correspondência expedida, Secreto, Circulares, Despachos, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, diversos no Brasil. Ano: 1964, caixa 35.

221 - Notícia publicada no "El Día", de domingo, informa que foi constituído, em Melo, um "Comitê pró-retorno de Goulart ao Poder" e que se acha residindo naquela cidade, uma advogada brasileira, à qual se atribui a utilização de potente transmissora para dirigir proclamações ao Brasil. Por outro lado, "El País", de ontem, informa que teria havido uma reunião de autoridades policiais de Rivera e Taquarembó com o Chefe de Polícia Regional, a fim de averiguar a possibilidade de existência de emissoras clandestinas no Uruguai, as quais estariam sendo utilizadas pelos asilados. O Cônsul Privativo em Melo confirma a existência do "Comitê" constituído totalmente de uruguaios de filiação esquerdista. Nada conseguiu apurar, entretanto, sobre a transmissora radiofônica. A advogada, ao que parece, seria Elida Rodrigues Costa.⁴¹⁸

Primeiramente, é digno de nota a fluidez da fronteira em contraposição à imagem de corte e limite normalmente associada à mesma. Nesse sentido, além da intensa passagem de pessoas, na região fronteira em questão, assistiu-se também ao cruzamento de informações, através de ondas de rádio, por exemplo, conforme acima destacado. Outro aspecto interessante de se retomar é a solidariedade dos uruguaios para com os asilados nesse contexto. É possível também, através da análise dessa fonte, termos acesso a expressões e mecanismos de oposição ao regime brasileiro.⁴¹⁹ Por outro lado, de acordo com aspectos anteriormente esboçados, é possível notarmos o entrelaçamento de procedimentos por parte da polícia gaúcha e da polícia uruguaia, destacadamente na fronteira, conduta facilitada pela proximidade proporcionada por localidades adjacentes.

O documento que se segue expressa a preocupação das forças policiais com a atuação dos citados "pombos-correio", que constantemente atravessavam a fronteira. O informe, difundido pelo DOPS/RS à delegacia de polícia de Cachoeira do Sul, atesta essa inquietação: "1 – Fato: Consta que ERNESTO PERTILLE FILHO, amigo de BRIZOLA, residente na Vila Assunção, possui casa em MONTEVIDÉU, para onde seguido viaja. É diretor da Rádio Princesa do Jacuí Ltda, dessa cidade."⁴²⁰

Em síntese, a partir das questões acima discutidas, acredita-se ter sido possível esboçar, em alguma medida, a atuação de forças de segurança no período estudado, a qual se estendeu ao longo do território brasileiro e uruguaio, conectando diferentes localidades e tendo como âmago de suas atividades a fronteira entre ambos os países.

⁴¹⁸ Ministério das Relações Exteriores, Seção de Correspondência Especial, Confidencial, Telegramas Embaixadas Recebidos Montevidéu, ano: 1960/64, caixa 337.

⁴¹⁹ AQUINO, op. cit., p. 184.

⁴²⁰ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG). Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Cachoeira do Sul. SOPS/CS – 1.2.1286.17.5. Cachoeira do Sul, 13/04/1966.

Por fim, na última parte constitutiva deste capítulo, considera-se necessário analisar outras importantes ações de intervenção que tiveram como alvo a região de fronteira do Rio Grande do Sul com os países do Prata, no contexto examinado, desta vez por parte do Conselho de Segurança Nacional.

4.3 INTERVENÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL: A FRONTEIRA COMO ÁREA DE INTERESSE DA SEGURANÇA NACIONAL E SUB-ÁREA DE DEFESA INTERNA

No presente tópico, destacaremos políticas do Conselho de Segurança Nacional direcionadas à fronteira no período estudado. Examinaremos, destacadamente, aquelas relacionadas à região fronteira sul-rio-grandense. Com esse intuito, em um primeiro momento, nos debruçaremos sobre o surgimento e a estrutura do órgão em questão. Posteriormente, focalizaremos o processo de intervenção ocorrido em diversas localidades consideradas de “Interesse para a Segurança Nacional”. Os aspectos em questão serão analisados, sobretudo, a partir do exame da legislação concernente à temática. Por fim, ainda que brevemente, discorreremos sobre o tratamento diferenciado dispensado a algumas regiões do Brasil, a partir da divisão do país em Zonas de Defesa Interna.

Desde os primórdios do período republicano no Brasil, podemos acompanhar a paulatina ampliação e complexificação dos órgãos responsáveis pelo planejamento e execução de políticas de segurança nacional. Na esteira desse processo, sobressai-se o imbricamento, cada vez maior, entre os sistemas de informação e segurança (e, ainda, das funções concernentes à polícia civil e aos agentes militares). Em relação ao citado entrelaçamento, é digno de nota o fato de que a proliferação dos DOPS, conforme assinalou Vera Lucia Vieira, foi quase simultânea à criação do Conselho de Defesa Nacional, o qual deveria integrar aquelas informações geradas nos diferentes estados.⁴²¹

⁴²¹ VIEIRA, Vera Lucia. O intricado universo dos sistemas de segurança nacional a partir da segunda metade do século XX no Brasil. *Histórica - Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 39, 2009. p. 7.

No que toca especificamente ao Conselho de Segurança Nacional, este teve sua criação prevista na Constituição de 1937. Segundo a redação constante na lei, em seu artigo 162,

Todas as questões relativas à segurança nacional serão estudadas pelo Conselho de Segurança Nacional e pelos órgãos especiais criados para atender à emergência da mobilização.

O Conselho de Segurança Nacional será presidido pelo Presidente da República e constituído pelos Ministros de Estado e pelos Chefes de Estado-Maior do Exército e da Marinha.⁴²²

Entre os antecedentes desse órgão, podemos elencar, segundo verbete do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), o Conselho de Defesa Nacional, o qual tinha entre suas incumbências o estudo e a coordenação de informações sobre questões das mais variadas ordens relativas à defesa do país, de acordo com o Decreto nº 17.999 de 1927 que o criou.⁴²³ O órgão em questão foi organizado nos anos subsequentes, com a promulgação do Decreto nº 23.873 de 1934.⁴²⁴ Ainda nesse mesmo ano, com a nova Carta Constitucional, assistiu-se à criação de uma outra entidade denominada Conselho Superior de Segurança Nacional.⁴²⁵ Conforme veremos mais adiante, buscou-se também, nesse momento, regular a faixa de fronteira no que diz respeito à sua extensão e utilização. Nos meses que se seguiram à promulgação da nova Constituição, o Conselho de Defesa Nacional passou a ser denominado, a partir de outro decreto, Conselho Superior de Segurança Nacional.⁴²⁶ A Carta Magna publicada em 1937, por seu turno, cita tanto o Conselho Superior de Segurança Nacional quanto o Conselho de Segurança Nacional. Não obstante, a partir de então, não se encontram mais referências ao primeiro, enquanto que o segundo órgão vigorou durante décadas.

⁴²² BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm> Acesso em 21 ago. 2014.

⁴²³ BRASIL. Decreto nº 17.999, de 29 de novembro de 1927. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17999-29-novembro-1927-503528-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 21 ago. 2014.

⁴²⁴ BRASIL. Decreto nº 23.873, de 15 de fevereiro de 1934. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23873-15-fevereiro-1934-501550-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 21 ago. 2014.

⁴²⁵ BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm> Acesso em 21 ago. 2014.

⁴²⁶ BRASIL. Decreto nº 7, de 3 de agosto de 1934. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-7-3-agosto-1934-508460-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 21 ago. 2014.

No ano de 1946, o Decreto-Lei nº 9.775 elencou entre os órgãos complementares do CSN, a Comissão de Estudos, as Seções de Segurança Nacional dos Ministérios Cíveis e a Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. No que concerne a esta última, a lei que trata de suas atribuições aponta, em seu artigo 22, que “Incumbe à Comissão Especial da Faixa de Fronteiras estudar, discutir e propôr as soluções relativas a questões que, na forma da Constituição Federal, forem atribuídas ao Conselho de Segurança Nacional, quanto às zonas consideradas imprescindíveis à defesa nacional.”⁴²⁷ A Carta Constitucional, promulgada neste mesmo ano - 1946 -, corroborou com as funções e atribuições do CSN.⁴²⁸

Com o golpe civil-militar de 1964, segundo assinalou Mônica Kornis, a política de segurança nacional passou por uma alteração e reformulação significativa com a criação, ainda nos primeiros anos do novo regime, do já mencionado Serviço Nacional de Informações. Ao longo desse período, ampliaram-se também as atribuições e poderes do CSN, conforme podemos acompanhar pelo Decreto nº 54.303 de 1964⁴²⁹, pela Constituição de 1967⁴³⁰, e também pelo Decreto-Lei nº 200 do mesmo ano⁴³¹. O Decreto-Lei nº 348 de 1968, por seu turno, além de reforçar as atribuições do CSN, conforme previram os anteriores, mencionou entre as competências do órgão em questão a indicação das “áreas e municípios considerados de interesse para a Segurança Nacional.”⁴³²

A partir de meados da década de 1970, assistiu-se a um paulatino declínio da influência do CSN. Não obstante, segundo Kornis, “durante o governo do general João Figueiredo (1979-1985) [...] houve uma expansão do braço executivo da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, vinculada às chamadas áreas indispensáveis à segurança nacional (basicamente a faixa de fronteira) e aos municípios considerados de seu

⁴²⁷ BRASIL. Decreto-Lei nº 9.775, de 6 de setembro de 1946. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9775-6-setembro-1946-417547-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 21 ago. 2014.

⁴²⁸ BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm> Acesso em 21 ago. 2014.

⁴²⁹ BRASIL. Decreto nº 54.303, de 24 de setembro de 1964. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1960-1969/decree-54303-24-setembro-1964-394251-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 21 ago. 2014.

⁴³⁰ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm> Acesso em 21 ago. 2014.

⁴³¹ BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm> Acesso em 21 ago. 2014.

⁴³² BRASIL. Decreto-Lei nº 348, de 4 de janeiro de 1968. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0348.htm> Acesso em 21 ago. 2014.

interesse.”⁴³³ Conforme veremos com afinco adiante, nesse momento, mais de cem municípios brasileiros estavam sob o jugo de um interventor, tendo em vista a sua caracterização como área de segurança nacional por parte do órgão em questão.

No início dos anos 1980, o esgotamento das atribuições do CSN se potencializou, mesmo com o Decreto nº 85.128, o qual aprovou o seu regimento interno.⁴³⁴ Na esteira desse processo, com a Carta Constitucional de 1988, foi instituído o atual Conselho de Defesa Nacional.

Muitos dos aspectos elencados neste capítulo, bem como nos precedentes concorreram para que as cidades fronteiriças em geral, e Santana do Livramento em particular, sofressem o referido processo de intervenção por parte do Conselho de Segurança Nacional ainda em meados de 1968. Desde a promulgação do Ato Institucional nº 3 (AI-3), em 5 de fevereiro de 1966, ficou estabelecido que as eleições no âmbito estadual se dariam de forma indireta, através da maioria absoluta de votos das Assembleias Legislativas, assim como os prefeitos de todas capitais seriam nomeados pelos governadores.⁴³⁵ Poucos anos depois, uma série de outros municípios entrou para essa lista. Assim, o primeiro desses decretos foi a Lei nº 5.449 de 1968, que declarou uma série de cidades como sendo Área de Interesse da Segurança Nacional. Não obstante, desde antes já figurava essa intenção em relação à fronteira, conforme pode-se perceber, entre outros, pelo sumário de informações referente ao ano de 1967 do Departamento de Polícia do Interior: "Vários municípios da região fronteira deverão ser considerados Zona de Segurança Nacional: URUGUAIANA, S BORJA, ITAQUI, QUARAÍ, LIVRAMENTO, ALEGRETE, segundo informação do Deputado FLORES SOARES JR." ⁴³⁶ Nota-se também que, aparentemente, desde o início, a pretensão de intervir nessas áreas parece ter causado um impacto significativo no cenário político gaúcho: "Apesar do recesso da Assembléia Legislativa, repercutiu intensamente na área política o caso das 'áreas de

⁴³³ KORNIS, Monica. Conselho de Segurança Nacional. In ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, vol. 2., Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001..

⁴³⁴ BRASIL. Decreto nº 85.128, de 10 de setembro de 1980. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-85128-10-setembro-1980-434496-publicacaooriginal-20199-pe.html>> Acesso em 21 ago. 2014.

⁴³⁵ BRASIL. Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-3-5-fevereiro-1966-363627-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 nov. 2011.

⁴³⁶ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Lagoa Vermelha. SOPS/LV – 1.35.1.1. Lagoa Vermelha, dezembro/1967.

segurança' em ambos os partidos e na imprensa."⁴³⁷ A partir da consulta aos Diários da Câmara dos Deputados⁴³⁸, podemos aceder a uma série de Projetos de Lei elaborados por parlamentares vinculados ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), os quais objetivavam retirar dessa lista uma gama de municípios. Os políticos gaúchos, por sua vez, foram bastante ativos nesse sentido.

A decisão sobre os municípios que comporiam essa lista era prerrogativa exclusiva do CSN. A partir de então, essas localidades passariam a ser governadas por um interventor nomeado pelo governador do estado, com o aval do general-presidente. A quase totalidade dos municípios atingidos se situa na fronteira brasileira. No caso do Rio Grande do Sul, a intervenção, primeiramente, ocorreu nas seguintes localidades lindeiras com a Argentina e com o Uruguai: Alecrim, Bagé, Crissiumal, Dom Pedrito, Herval, Horizontina, Itaqui, Jaguarão, Porto Lucena, Porto Xavier, Quaraí, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, São Borja, São Nicolau, Tenente Portela, Três Passos, Tucunduva, Tuparendi e Uruguaiana.⁴³⁹ Entre os antecedentes da promulgação da lei nº 5.449, de 1968, podemos citar a Constituição de 1967. Isso porque, em seu artigo 16, relativo à autonomia municipal, inciso 1º, alínea b, podemos ler: "Serão nomeados pelo Governador, com prévia aprovação: [...] b) do Presidente da República, os Prefeitos dos Municípios declarados de interesse da segurança nacional, por lei de iniciativa do Poder Executivo."⁴⁴⁰ Abriu-se, dessa forma, um precedente jurídico para levar a cabo a intervenção federal nos municípios considerados estratégicos. No ano seguinte, sobreveio a citada legislação que regulou essa questão. Na década subsequente, uma série de outros municípios entrou para esta lista, ainda que a maior parte a tenha integrado já no final dos anos 1960. Podemos acompanhar a seguir uma tabela que sistematiza o nome das localidades atingidas, bem como o ano dos decretos que os declararam de interesse para a Segurança Nacional. Além disso, é possível visualizar, logo em seguida, um mapa que elaboramos com a localização desses municípios ao longo do território brasileiro.

⁴³⁷ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Lagoa Vermelha. SOPS/LV – 1_49.1.1. Lagoa Vermelha, fevereiro/1968.

⁴³⁸ Utilizando-se o meio de busca da Câmara, a partir da inserção de palavras-chave, é possível ter acesso aos Projetos de Lei em questão. Disponível em <<http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>>. Acesso em 24 ago. 2014.

⁴³⁹ BRASIL. Lei nº 5.449, de 4 de Junho de 1968. Brasília, DF, 1968. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5449-4-junho-1968-359221-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 27 ago. 2011.

⁴⁴⁰ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em 25 ago. 2014.

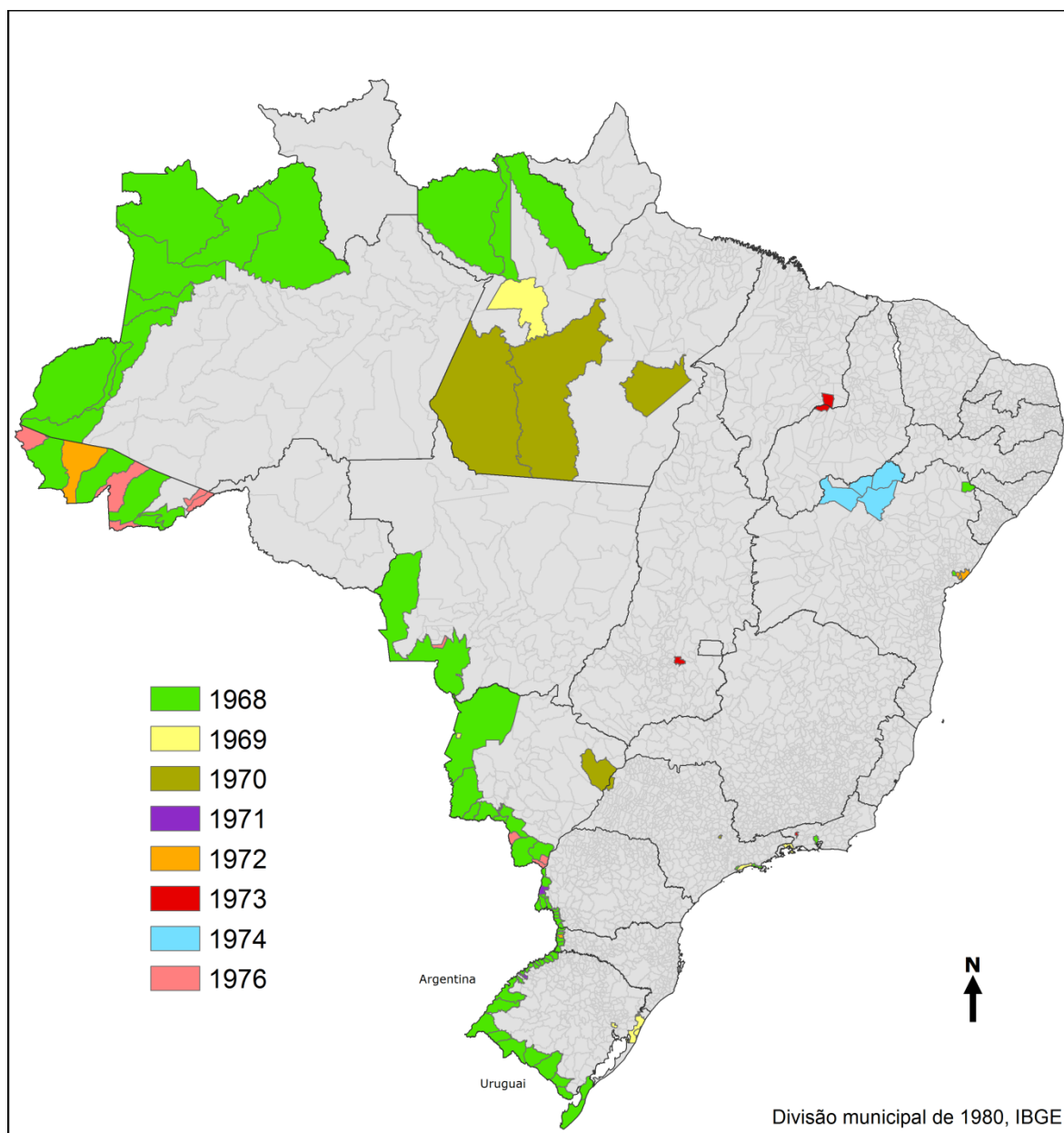
Figura 15: Tabela das Áreas de Interesse da Segurança Nacional

ANO X ESTADO	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1976
ACRE	Brasileia Cruzeiro do Sul Feijó Serra Madureira Xapuri				Tarauacá			Senador Guiomard Plácido de Castro Mâncio Lima Manoel Urbano Assis Brasil
AMAZONAS	Atalaia do Norte Barcelos Benjamin Constant Ilha Grande Ipixuna Japurá Santo Antônio do Içá São Paulo de Olivença Uapés							
BAHIA	Paulo Afonso São Francisco do Conde				Lauro de Freitas Simões Filho Candeias Camaçari		Casa Nova Sento Sé Pilão Arcado Remanso	
GOLÁS						Anápolis		
MARANHÃO						São João dos Patos		
MATO GROSSO	Amambaí Antônio João Bela Vista Cáceres Caracol Corumbá Iguatemi Mato Grosso Ponta Porã Pôrto Murinho	Ladário	Três Lagoas					Fronteira Rica Mirassol do Oeste Eldorado Mundo Novo
PARÁ	Almerim Óbidos Oriximiná	Santarém	Marabá Altamira Itaituba					

ANO X ESTADO	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1976
PARANÁ	Barracão Capanema Foz do Iguaçu Guaíra Medianeira Marechal Cândido Rondon Pérola d'Oeste Planalto Santo Antônio do Sudoeste São Miguel do Iguaçu			Santa Helena				
PIAUÍ						Guadalupe		
RIO GRANDE DO SUL	Alecrim Bagé Crissiumal Dom Pedrito Herval Horizontina Itaqui Jaguarão Pôrto Lucena Pôrto Xavier Quaraí Rio Grande Santa Vitória do Palmar Santana do Livramento São Borja São Nicolau Tenente Portela Três Passos Tucunduva Tuparendi Uruguiana	Canoas Tramandaí Osório		Roque Gonzales				
RIO DE JANEIRO	Duque de Caxias	Angra dos Reis				Volta Redonda		
SANTA CATARINA	Descanso Dionísio Cerqueira Itapiranga São José do Cedro São Miguel do Oeste				Guaraciaba			
SÃO PAULO	Cubatão São Sebastião	Santos	Paulínia Castilho					

Fonte: Tabela elaborada por Marla Barbosa Assumpção com base na seguinte legislação: BRASIL. Lei nº 5.449, de 4 de Junho de 1968; Decreto-Lei nº 435, de 24 de janeiro de 1969; Decreto-Lei nº 672, de 3 de julho de 1969; Decreto-Lei nº 865, de 12 de Setembro de 1969; Decreto-Lei nº 866, de 12 de setembro de 1969; Decreto-Lei nº 894, de 26 de setembro de 1969; Decreto-Lei nº 1.105, de 20 de maio de 1970; Decreto-Lei nº 1.131, de 30 de outubro de 1970; Decreto-Lei nº 1.170, de 10 de maio de 1971; Decreto-Lei nº 1.183, de 22 de julho de 1971; Decreto-Lei nº 1.225, de 22 de junho de 1972; Decreto-Lei nº 1.229, de 5 de julho de 1972; Decreto-Lei nº 1.230, de 5 de julho de 1972; Decreto-Lei nº 1.272, de 29 de maio de 1973; Decreto-Lei nº 1.273, de 29 de maio de 1973; Decreto-Lei nº 1.284, de 28 de agosto de 1973; Decreto-Lei nº 1.316, de 12 de março de 1974; Decreto-Lei nº 1.480, de 9 de setembro de 1976; Decreto-Lei nº 1.481, de 9 de setembro de 1976.

Figura 16: Municípios de Interesse da Segurança Nacional por ano de intervenção



Fonte: Elaborado por Marla Barbosa Assumpção e Luana de Lima e Silva com base nos decretos referentes às Áreas de Segurança Nacional e a partir da divisão municipal do IBGE (1980).

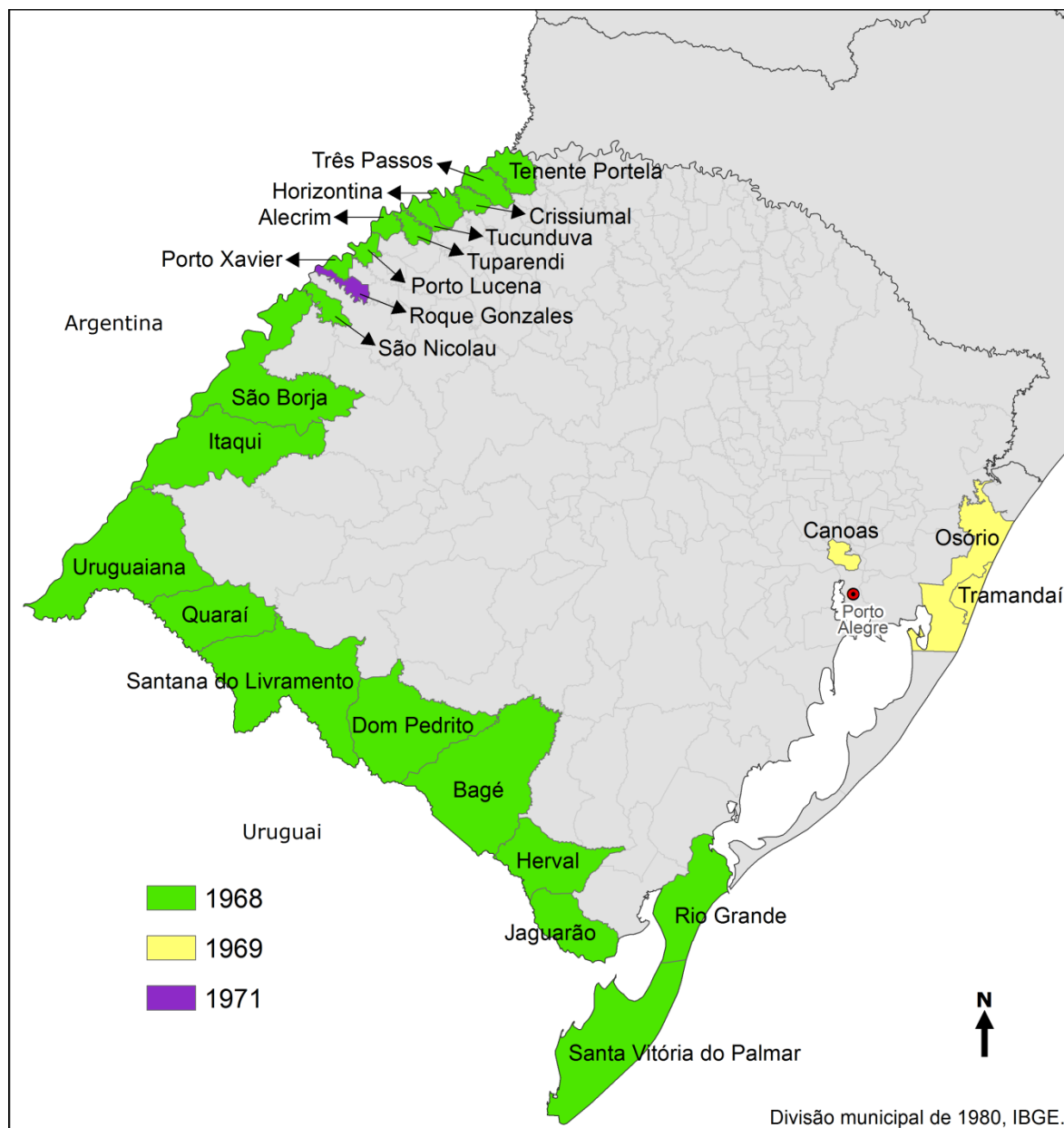
Podemos perceber, mesmo através de uma rápida observação da imagem, a importância conferida, por parte do Conselho de Segurança Nacional, à região destacada. Segundo Ana Rosa Domingues dos Santos, quando os municípios passaram a ter o status de território de segurança nacional, no período pós-1964, houve um aumento considerável no contingente de servidores federais, bem como resultou na reinstalação de um pelotão do

exército entre o Brasil e o Uruguai com a finalidade de proteger a fronteira, o que, de acordo com a autora, não ocorria desde 1906.⁴⁴¹

É importante esclarecer que o mapa elaborado com o auxílio da geógrafa Luana de Lima e Silva tem por base a malha municipal do ano de 1980, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - assim como o mapa apresentado no segundo capítulo. Apesar do critério em questão carregar algumas imprecisões, acreditamos que esta seja a melhor forma de representar a extensão territorial dos municípios atingidos. Isso porque grande parte desses decretos data de anos referentes à década de 1970 e, caso tivéssemos por base a malha municipal específica do ano de 1970, possivelmente não conseguiríamos situar algumas das localidades em questão, visto que alguns municípios, ao longo dessa década, poderiam ter sido criados e/ou desmembrados. Nesse mesmo sentido, é válido ressaltar que o mapa, tendo em vista o ano ao qual se refere, traz, dentre as divisões político-administrativas, o estado do Mato Grosso do Sul, o qual, no momento das intervenções ocorridas por parte do CSN, não existia enquanto unidade federativa autônoma. Em função disso, muitos dos municípios listados na tabela acima como pertencentes, naquele contexto, ao estado do Mato Grosso foram incorporados - conforme podemos observar no mapa - ao Mato Grosso do Sul. As ressalvas em questão valem também para os próximos mapas do Rio Grande do Sul que apresentamos a seguir, os quais também foram elaborados por mim e por Lima e Silva. Pela análise da imagem que se segue é possível notar, se a cotejarmos com a malha municipal atual, que a área de muitos municípios sofreu modificações. Esse é o caso, por exemplo, dos municípios fronteiriços do noroeste do estado gaúcho que fazem fronteira com a Argentina. O caso de Santa Vitória do Palmar é bastante emblemático também. Isso porque, nos anos 1990, assistiu-se à emancipação do município do Chuí, na fronteira com o Uruguai. Ainda assim, no contexto estudado, podemos perceber que a área do atual município do Chuí também fora atingida pelas intervenções em questão.

⁴⁴¹ SANTOS, Ana Rosa Domingues dos. *A organização social das fronteiras: etnografia do cotidiano fronteiriço Chuí/Chuy*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. p. 77.

Figura 17: Mapa das Áreas de Interesse da Segurança Nacional no Rio Grande do Sul por ano de intervenção



Fonte: Elaborado por Marla Barbosa Assumpção e Luana de Lima e Silva com base nos decretos referentes às Áreas de Segurança Nacional e a partir da divisão municipal do IBGE (1980).

No que toca especificamente ao Rio Grande do Sul, é necessário cruzar as localidades apontadas no mapa acima destacado com aquelas constantes no Relatório elaborado pela Missão Especial, a partir de consulta ao arquivo da 2ª Seção do III Exército. Nele foram elencadas diversas cidades próximas à fronteira como sendo possíveis bases de operação de exilados e daqueles que os conectavam com a oposição estabelecida no Brasil,

muitas das quais coincidem com as que, posteriormente, vieram a sofrer com o citado processo de intervenção. Nesse sentido, sobressaem-se também alguns dos elementos ressaltados por Aldrighi em relação ao Rio Grande do Sul no contexto em questão. De acordo com a autora,

Más allá de la alarma que naturalmente suscitó en los medios políticos y militares uruguayos, puede concluirse que el despliegue de importantes contingentes del Ejército brasileño en la frontera sur no tuvo como única finalidad presionar al gobierno uruguayo ni facilitar una posible invasión. En todo caso esos objetivos fueron secundarios. Como se ha visto, en Río Grande del Sur seguía actuando una intensa oposición a la dictadura militar.⁴⁴²

Assim, se o estado sul-rio-grandense despertou intensa preocupação e requereu um considerável controle, por parte das autoridades, a fronteira, indubitavelmente, esteve no cerne desse processo. É válido, nesse momento, retomarmos também o aludido caso do Tenente Biscuby, o qual, em 1966, em função de suas vinculações com o trabalhismo, fora removido da fronteira para outra região do estado. O episódio em questão corrobora com algumas colocações feitas até aqui. Isso porque as vinculações políticas de autoridades na fronteira com o PTB e, após o golpe, com o MDB, possivelmente, causavam um desconforto maior, tendo em vista o controle requerido pela região, considerada estratégica para o novo regime. E é, quiçá, na esteira desse mesmo processo que temos que entender a suspensão das eleições e a nomeação de interventores para essas localidades, a despeito de, indubitavelmente, outros fatores o comporem, sobretudo em relação aos demais municípios brasileiros atingidos.

Nesse momento, é válido nos debruçarmos, novamente, sobre outra questão analisada no capítulo dois, qual seja, a rota utilizada por aqueles que seguiram para o exílio no Uruguai e/ou que rumaram para outros países, mas que, em um primeiro momento, deixaram o Brasil através da fronteira uruguaio-brasileiro. Antes, contudo, é necessário destacar que a análise pormenorizada das motivações que levaram uma série de municípios, sobretudo os fronteiriços, a sofrerem com a intervenção por parte do CSN, bem como alguns desdobramentos do processo em questão extrapolam os objetivos do presente trabalho, visto que renderiam uma pesquisa à parte.⁴⁴³ Ainda assim, podemos

⁴⁴² ALDRIGHI, op. cit., p. XC.

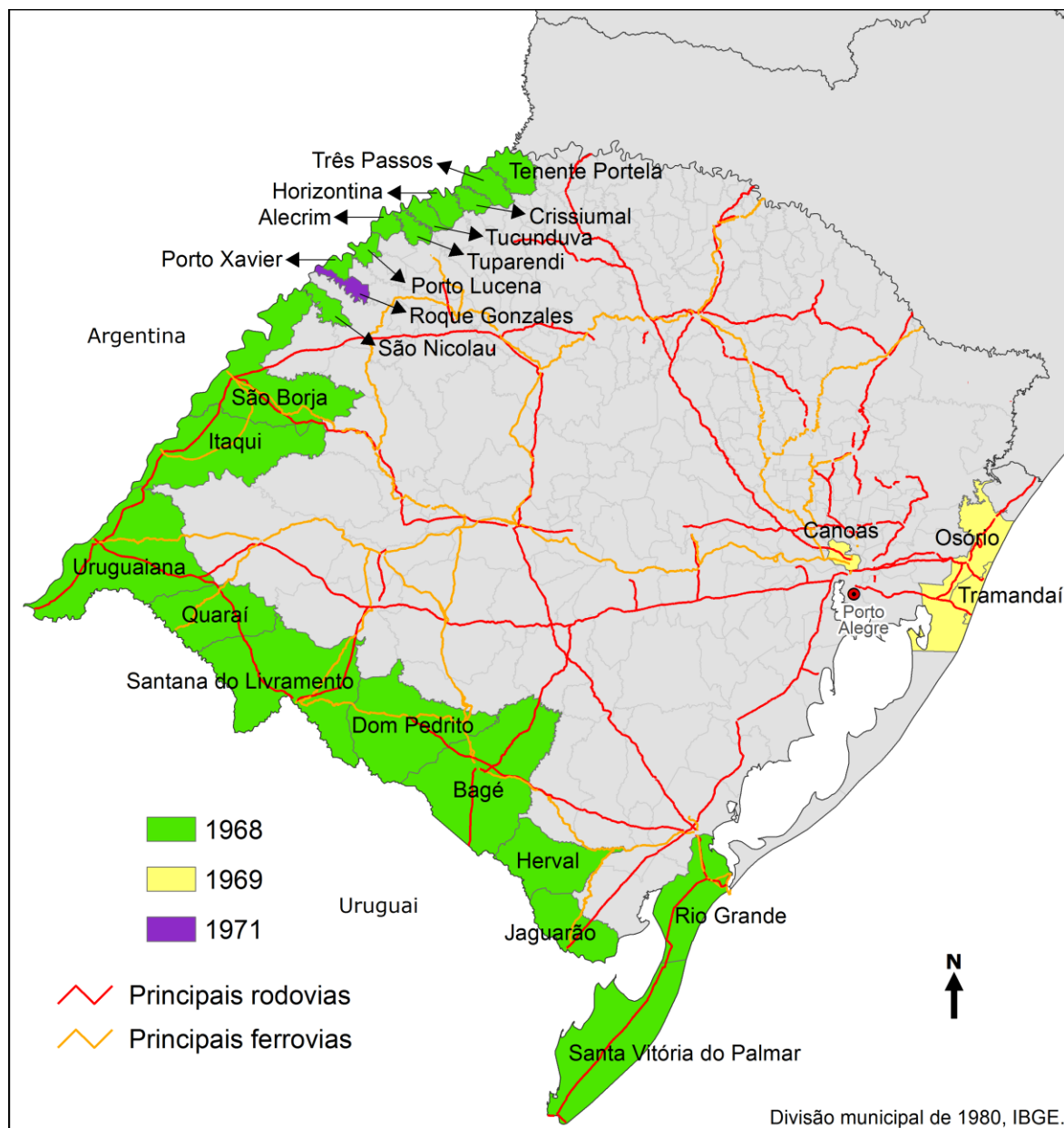
⁴⁴³ Para aceder a estudos de caso sobre a intervenção em municípios específicos, ver ZAGO, Luciana. *Fronteira e Segurança Nacional no Extremo Oeste Paranaense: um estudo do município de Marechal Cândido Rondon*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História,

conjecturar acerca de elementos relacionados à escolha dos municípios que entraram para o rol de localidades governadas por interventores. Nesse sentido, destaca-se, sem dúvida, a proximidade com a fronteira - e uma rápida consulta ao mapa confirma essa hipótese. Outros municípios, porém, parecem ter entrado para essa lista em função de pontos estratégicos ali presentes, como é o caso da Base Aérea situada em Canoas (RS), do porto de Santos (SP), entre outros. Corrobora com essa afirmação o texto da Lei nº 5.130, de 1966, o qual, em seu artigo 1º, aponta algumas das zonas consideradas estratégicas: “São consideradas zonas indispensáveis à segurança do País as áreas compreendidas pelas Estações Radiogoniométricas de Alta Freqüência do Ministério da Marinha e pelas faixas de terra, com 1.000 (mil) metros de largura contíguas a todos os limites dessas estações.”⁴⁴⁴ Não obstante, gostaríamos de destacar, sobretudo no que concerne ao estado do Rio Grande do Sul, um outro elemento significativo: municípios por onde passam importantes rodovias que conectam diferentes regiões do Brasil à fronteira sulina. Para tanto, vale a pena atentarmos para o mapa que se segue, o qual mescla elementos contidos no mapa anterior com informações presentes naquele apresentado no capítulo dois, referente às vias de acesso à fronteira.

Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007. Ver também: CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. *O município de Duque de Caxias e a ditadura militar: 1964-1985*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

⁴⁴⁴ BRASIL. Lei nº 5.130, de 1º de outubro de 1966. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5130-1-outubro-1966-364642-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 25 ago. 2014

Figura 18: Mapa das vias e dos municípios de Interesse da Segurança Nacional no Rio Grande do Sul por ano de intervenção



Fonte: Elaborado por Marla Barbosa Assumpção e Luana de Lima e Silva com base nos decretos referentes às Áreas de Segurança Nacional e a partir da divisão municipal do IBGE (1980).

A partir da análise da imagem acima, podemos supor que os municípios de Osório e Tramandaí quicá tenham dispensado cuidados específicos tendo em vista as vias que por aí passam, conectando outros estados da federação com a fronteira sul-rio-grandense. Outro aspecto sobre o qual podemos conjecturar a respeito da escolha de Osório possui relação

com a vinculação ao trabalhismo. O relatório final da CNV reproduz a passagem de um documento secreto da 2ª Seção do Quartel-General da 4ª Zona Aérea no qual consta

Este serviço tomou conhecimento do seguinte informe: na manhã em que foi noticiado o assalto dos guerrilheiros às cidades de Três Passos e Tenente Portela, reuniram-se na cidade de Osório cerca de 150 chefetes do PTB, de Osório, Torres e Santo Antônio. [...] Por um levantamento realizado no Destacamento Policial existente no município [Osório] foi verificado que apenas quatro soldados são fiéis ao governo. Existem campos de emergência para aterrissagem de pequenos aviões nas fazendas de diversos chefes trabalhistas, sendo que no interior do município existem também diversos "esconderijos", onde consta haver grande quantidade de armamento e munição.⁴⁴⁵

As desconfianças acima aludidas podem ter concorrido no processo de intervenção ocorrido no município de Osório. Certamente outros tantos motivos estiveram presentes, os quais extrapolam os apontados. Contudo, conforme mencionado, levando em consideração a complexidade do tema, seria necessário empreender uma análise à parte que focalizasse os pormenores do processo em questão para elaborarmos algumas conclusões mais taxativas nesse sentido.

Ainda em relação a essa questão, vale destacar, conforme proferido, que uma série de Projetos de Lei foi elaborada com o intuito de descaracterizar inúmeros municípios como sendo área de segurança nacional. Não obstante, os intentos em questão prosperaram, ao que tudo indica, apenas em meados da década de 1980. Todavia, muitos municípios continuaram assim sendo caracterizados, conforme podemos acompanhar pela legislação em questão. Segundo o Decreto-Lei nº 2.183, de 19 de Dezembro de 1984,

Art. 1º Deixam de ser declarados de interesse da Segurança Nacional, assim caracterizados pela Lei e Decretos-leis abaixo indicados, os seguintes municípios:

I - Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968: - CRUZEIRO DO SUL, FEIJÓ, SENA MADUREIRA e XAPURI, no Estado do Acre; - BARCELOS, IPIXUNA, JAPURÁ, SANTA ISABEL DO RIO NEGRO (antigo ILHA GRANDE), SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ, SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (antigo UAUPÉS) e SÃO PAULO DE OLIVENÇA, no Estado do Amazonas; - PAULO AFONSO e SÃO FRANCISCO DO CONDE no Estado da Bahia; - CÁRCERES e VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE (antigo MATO GROSSO), no Estado de Mato Grosso; - AMAMBAI, ANTÔNIO JOÃO, CARACOL e IGUATEMI, no Estado de Mato Grosso do Sul; - ALMEIRIM, ÓBIDOS e ORIXIMINÁ, no Estado do Pará; - CAPANEMA, MARECHAL CÂNDIDO RONDON, MEDIANEIRA, PÉROLA D' OESTE, PLANALTO, SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE e SÃO MIGUEL DO IGUACU, no Estado do

⁴⁴⁵ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade...op. cit, p. 599-600.

PARANÁ; - ALECRIM, BAGÉ, CRISSUMAL, DOM PEDRITO, HERVAL, HORIZONTAL, RIO GRANDE, SANTA VITÓRIA DO PALMAR, SÃO NICOLAU, TENENTE PORTELA, TRÊS PASSOS, TUCUNDUVA e TUPARENDI, no Estado do Rio Grande do Sul; - DESCANSO, ITAPIRANGA, SÃO JOSÉ DO CEDRO e SÃO MIGUEL DO OESTE, no Estado de Santa Catarina; e - SÃO SEBASTIÃO, no Estado de São Paulo.

II - Decreto-lei nº 435, de 24 de janeiro de 1969: - TRAMANDAÍ e OSÓRIO, no Estado do Rio Grande do Sul;

III - Decreto-lei nº 1.105, de 20 de maio de 1970: - TRÊS LAGOAS, no Estado de Mato Grosso do Sul e CASTILHO, no Estado de São Paulo;

IV - Decreto-lei nº 1.225, de 22 de junho de 1972: - LAURO DE FREITAS e SIMÕES FILHO, no Estado da Bahia;

V - Decreto-lei nº 1.481, de 09 de setembro de 1976: - MÂNCIO LIMA, MANOEL URBANO e SENADOR GUIOMARD, no Estado do Acre;

VI - Decreto-lei nº 866, de 12 de setembro de 1969: - SANTARÉM, no Estado do Pará;

VII - Decreto-lei nº 1.131, de 30 de outubro de 1970: - ALTAMIRA, ITAITUBA e MARABÁ, no Estado do Pará;

VIII - Decreto-lei nº 1.170, de 02 de junho de 1971: - SANTA HELENA, no Estado do Paraná;

IX - Decreto-lei nº 1.183, de 22 de julho de 1971: - ROQUE GONZALES, no Estado do Rio Grande do Sul;

X - Decreto-lei nº 1.229, de 05 de julho de 1972: - GUARACIABA, no Estado de Santa Catarina;

XI - Decreto-lei nº 1.230, de 05 de julho de 1972: - TARAUCÁ, no Estado do Acre;

XII - Decreto-lei nº 1.272, de 29 de maio de 1973: - SÃO JOÃO DOS PATOS, no Estado do Maranhão e GUADALUPE, no Estado do Piauí;

XIII - Decreto-lei nº 1.316, de 12 de março de 1974: - CASA NOVA, PILÃO ARCADE, REMANSO e SENTO SÊ, no Estado da Bahia; e

XIV - Decreto-lei nº 1.480, de 09 de setembro de 1976, retificado pelo Decreto-lei nº 1.495, de 09 de dezembro de 1976: - MIRASSOL DO OESTE, no Estado de Mato Grosso e ARAL MOREIRA (antigo FRONTEIRA RICA), ELDORADO e MUNDO NOVO, no Estado de Mato Grosso do Sul.⁴⁴⁶

Além desses, outros dois municípios foram descaracterizados no ano de 1985. São eles: Anápolis (GO)⁴⁴⁷ e Canoas (RS)⁴⁴⁸. Não obstante, é manifesta a importância conferida a essas regiões, visto que apenas em meados da década de 1980 modificou-se o status de diversas localidades ao longo do país. Contudo, é digno de nota também que alguns municípios, e destes 10 no Rio Grande do Sul, permaneceram, mesmo após esse período, como de interesse da segurança nacional. Entre eles, podemos elencar o caso de

⁴⁴⁶ BRASIL. Decreto-Lei nº 2.183, de 19 de Dezembro de 1984. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1980-1987/decreto-lei-2183-19-dezembro-1984-374972-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 30 ago. 2014.

⁴⁴⁷ BRASIL. Lei nº 7.303, de 1º de abril de 1985. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7303-1-abril-1985-356987-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 30 ago. 2014.

⁴⁴⁸ BRASIL. Lei nº 7.308, de 15 de Abril de 1985. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7308-15-abril-1985-356158-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 30 ago. 2014.

Santana do Livramento. Todavia, com a Lei nº 7.332, de 1º de Julho de 1985, restabeleceu-se as eleições mesmo nesses municípios, conforme texto que se segue:

Art. 1º No dia 15 de novembro de 1985 serão realizadas eleições para Prefeito e Vice-Prefeito nos seguintes municípios:

- I - Capitais de Estados e Territórios;
- II - Estâncias Hidrominerais;
- III - considerados do interesse da Segurança Nacional;
- IV - nos municípios de Territórios;
- V - descaracterizados do interesse da Segurança Nacional a partir de 1º de dezembro de 1984.⁴⁴⁹

Ao interpretarmos a passagem acima reproduzida, podemos inferir que muitos municípios continuaram sendo caracterizados como área de interesse da segurança nacional, mesmo com o restabelecimento das eleições nessas localidades.

Após termos esboçado um breve apanhado acerca do surgimento e estrutura do Conselho de Segurança Nacional, bem como da intervenção levada a cabo por este órgão, vale a pena atentarmos, nesse momento, para uma série de outros procedimentos legais dispensados à fronteira brasileira. Nesse sentido, é mister traçarmos um breve histórico em relação ao tratamento diferenciado, por parte do Brasil, conferido às terras próximas à fronteira com outros países.⁴⁵⁰ Com esse intuito, podemos recuar a meados do século XIX com a promulgação da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, a qual dispunha sobre as terras devolutas do Império. Já em seu artigo 1º consta a seguinte redação: "Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Imperio com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente."⁴⁵¹ De acordo com Rebeca Steiman, desde os primórdios do período republicano no Brasil, no final do século XIX, a propriedade e a utilização dada às terras próximas à fronteira estavam submetidas a condições especiais.⁴⁵² Assim, a primeira Constituição republicana estabelecia em seu artigo 64: "Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a

⁴⁴⁹ BRASIL. Lei nº 7.332, de 1º de Julho de 1985. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7332-1-julho-1985-367981-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 28 ago. 2014.

⁴⁵⁰ Com o intuito de realizar este apanhado histórico, utilizou-se como referência principal as contribuições contidas na já referenciada dissertação de mestrado da geógrafa Rebeca Steiman.

⁴⁵¹ BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm> Acesso em 17 ago. 2014.

⁴⁵² STEIMAN, op. cit. 19.

defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais."⁴⁵³ Além disso, a partir de então, entre as atribuições do Congresso Nacional despontava a adoção do regime considerado conveniente à segurança das fronteiras. Com a promulgação da Constituição de 1934, durante o governo de Getúlio Vargas, estabeleceu-se, pela primeira vez, a extensão conferida à faixa de fronteira brasileira. Em seu artigo 166, lia-se:

Art. 166 - Dentro de uma faixa de cem quilômetros ao longo das fronteiras, nenhuma concessão de terras ou de vias de comunicação e a abertura destas se efetuarão sem audiência do Conselho Superior da Segurança Nacional, estabelecendo este o predomínio de capitais e trabalhadores nacionais e determinando as ligações interiores necessárias à defesa das zonas servidas pelas estradas de penetração.

§ 1º - Proceder-se-á do mesmo modo em relação ao estabelecimento, nessa faixa, de indústrias, inclusive de transportes, que interessem à segurança nacional.

§ 2º - O Conselho Superior da Segurança Nacional organizará a relação das indústrias acima referidas, que revistam esse caráter podendo em todo tempo rever e modificar a mesma relação, que deverá ser por ele comunicada aos governos locais interessados.

§ 3º - O Poder Executivo, tendo em vista as necessidades de ordem sanitária, aduaneira e da defesa nacional, regulamentará a utilização das terras públicas, em região de fronteira pela União e pelos Estados ficando subordinada à aprovação do Poder Legislativo a sua alienação.⁴⁵⁴

Vale assinalar, ainda, que, diferentemente do previsto até então, a partir de 1934, a organização da defesa externa e da polícia e segurança das fronteiras, bem como das Forças Armadas, passou a ser uma competência privativa da União. Nesse mesmo sentido, entre os domínios da União elencados na Constituição contam, segundo o Artigo 20, "II - os lagos e quaisquer correntes em terrenos do seu domínio ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países ou se estendam a território estrangeiro. III - as ilhas fluviais e lacustres nas zonas fronteiriças."⁴⁵⁵ Com a Constituição de 1937, mantiveram-se as regras relativas à concessão e utilização de terras ao longo da fronteira. Não obstante, a faixa fora ampliada, passando de 100 km para 150 km, extensão equivalente à atualmente vigente.⁴⁵⁶ No interstício compreendido entre a citada Carta Magna e a subseqüente, estabeleceu-se uma Comissão Especial com a incumbência de

⁴⁵³ BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm> Acesso em 17 ago. 2014.

⁴⁵⁴ BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em 17 ago. 2014.

⁴⁵⁵ BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em 17 ago. 2014.

⁴⁵⁶ BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm> Acesso em 17 ago. 2014.

revisar a concessão de terras na faixa de fronteira⁴⁵⁷ e emitir pareceres sobre aspectos relacionados à infraestrutura da região.⁴⁵⁸

A preocupação com a nacionalização das fronteiras é patente, nos decretos-lei referenciados, em diversas passagens, tais como a que indica que as terras públicas situadas nos primeiros 30 km a contar da linha internacional seriam divididos em lotes, os quais só poderiam ser concedidos, entre outros critérios, a "chefes de família" que fossem brasileiros natos e casados com brasileiras também natas. Além disso, segundo o artigo 18, "Dentro da faixa da fronteira [...] é vedada impressão ou a circulação de jornais, revistas, anuários, boletins e outras publicações periódicas em língua estrangeira."⁴⁵⁹ Outros tantos artigos expressam o processo em questão. A Constituição de 1946, por sua vez, ainda que não cite a extensão da faixa de fronteira, menciona no artigo 180, inciso 1º: "A lei especificará as zonas indispensáveis à defesa nacional, regulará a sua utilização e assegurará, nas indústrias nelas situadas, predominância de capitais e trabalhadores brasileiros". Além disso, segundo mencionado, os prefeitos de áreas consideradas estratégicas, as quais não foram explicitadas na Carta Constitucional, passariam a ser nomeados. Conforme consta no artigo 28, inciso 2º: "Serão nomeados pelos Governadores dos Estados ou dos Territórios os Prefeitos dos Municípios que a lei federal, mediante parecer do Conselho de Segurança Nacional, declarar bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do País."⁴⁶⁰ Tendo por base esse artigo, podemos entender a intervenção ocorrida tempos depois na cidade de Canoas, conforme já citado. Na década seguinte, com a lei nº 2.597, definiram-se as zonas, anteriormente mencionadas, indispensáveis à defesa nacional. Já em seu artigo 2º, podia-se ler: "É considerada zona indispensável à defesa do país a faixa interna de 150 (cento e cinquenta) quilômetros de largura, paralela à linha divisória do território nacional, cabendo à União

⁴⁵⁷ BRASIL. Decreto-Lei nº 1.164, de 18 de Março de 1939. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1164-18-marco-1939-349147-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 18 ago. 2014.

⁴⁵⁸ BRASIL. Decreto-Lei nº 1.968, de 17 de Janeiro de 1940. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-1968-17-janeiro-1940-411939-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 18 ago. 2014.

⁴⁵⁹ BRASIL. Decreto-Lei nº 1.164, de 18 de Março de 1939. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1164-18-marco-1939-349147-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 18 ago. 2014.

⁴⁶⁰ BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em 18 ago. 2014.

sua demarcação."⁴⁶¹ Além disso, o artigo 5º asseverava: "cabe ao Poder Executivo [...] estabelecer, por proposta e nos locais indicados pelo Conselho de Segurança Nacional, colônias militares."⁴⁶² Segundo Steiman, a política de criação de colônias militares fora bastante atuante no Brasil no século precedente, abrangendo diversas regiões do país.⁴⁶³ A Constituição de 1967, por seu turno, não faz alusão à faixa de fronteira. No tocante a essas regiões, restringiu-se a destacar, entre as competências da União, a função de "organizar e manter a policia federal com a finalidade de prover: a) os serviços de política marítima, aérea e de fronteiras"⁴⁶⁴, entre outras atribuições. Nesse sentido, segundo Steiman, "A matéria tornava-se de inteira competência do Conselho de Segurança Nacional e a faixa de fronteira continuava, portanto, a ser regida pela Lei nº 2597/55."⁴⁶⁵ Nesse mesmo período, a Comissão Especial da Faixa de Fronteira, criada nos anos precedentes, acabou subordinada à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, na tentativa de resolver possíveis conflitos de competências entre os órgãos em questão.⁴⁶⁶ Em 1970, o Decreto-Lei nº 1.135, o qual dispunha sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional, em seu artigo 13, menciona "Enquanto não forem especificadas as áreas indispensáveis à segurança nacional, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 89 da Constituição, é considerada indispensável à segurança nacional a faixa estabelecida no artigo 2º da Lei nº 2.597, de 12 de setembro de 1955."⁴⁶⁷ Ou seja, a faixa interna de 150 km de largura, contadas a partir da linha internacional.

Desde então, algumas modificações, em maior ou menor grau, foram introduzidas na legislação concernente às regiões fronteiriças. Assistiu-se também à criação de programas de governo específicos para essas localidades lindeiras. Atualmente, a

⁴⁶¹ BRASIL. Lei nº 2.597, de 5 de julho de 1955. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L2597.htm>. Acesso em 18 ago. 2014.

⁴⁶² BRASIL. Lei nº 2.597, de 5 de julho de 1955. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L2597.htm>. Acesso em 18 ago. 2014.

⁴⁶³ Sobre as colônias militares no Brasil, ver também FARIA, Regina Helena Martins de. Civilizar e desenvolver: duas faces da intervenção militar em áreas internas do Brasil. Séculos XIX e XX. *CLIO - Revista de Pesquisa Histórica*, n. 29.2, 2011.

⁴⁶⁴ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm> Acesso em 19 ago.2014.

⁴⁶⁵ STEIMAN, op. cit., p. 24.

⁴⁶⁶ BRASIL. Decreto-Lei nº 1.094, de 17 de março de 1970. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1094-17-marco-1970-375398-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 19 ago. 2014.

⁴⁶⁷ BRASIL. Decreto-Lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11135.htm>. Acesso em 19 ago. 2014.

Constituição de 1988 manteve a extensão de até 150 km, ao longo da fronteira terrestre, como faixa de fronteira, sendo considerada esta de fundamental importância para a defesa do território nacional, cuja ocupação e utilização seriam reguladas em lei específica. Ainda segundo a Carta Constitucional vigente, entre as competências do agora designado Conselho de Defesa Nacional - antigo Conselho de Segurança Nacional - desponta a função de "propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo".⁴⁶⁸ Algumas iniciativas recentes tem se debruçado com mais afinco sobre problemas concernentes ao desenvolvimento e à política de integração dessas regiões, tais como o PDFF.

Steiman realizou, ainda, um levantamento, a partir da consulta à legislação sul-americana, sobre o tratamento dispensado às regiões limdeiras nos diferentes países do subcontinente. No momento da pesquisa, a autora assinalou que, além do Brasil, outros cinco Estados, reconheciam a faixa ou a zona de fronteira como uma "unidade espacial distinta e sujeita à legislação específica"⁴⁶⁹, conforme podemos acompanhar pela tabela abaixo, elaborada pela pesquisadora, a partir da sistematização de dados sobre essa questão.

Figura 19: Tabela dos países sul-americanos e suas respectivas faixas de fronteira

País	Faixa de Fronteira	Instrumento Legal
Argentina	Não tem	Constituição de 1994
Bolívia	50 km	Constituição de 1967, reformada em 1994
Brasil	150 km	Constituição de 1988
Chile	Não tem	Constituição de 1980, reformada em 2001
Colômbia	Não especifica largura	Constituição de 1991, reformada em 1997
Equador	Não especifica largura	Constituição de 1998

⁴⁶⁸ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 19 ago. 2014.

⁴⁶⁹ STEIMAN, op. cit., p. 28.

Guiana	Não tem	Constituição de 1980, reforma em 1996
Guiana Francesa	-	-
Paraguai	Não tem	Constituição de 1992
Peru	50 km	Constituição de 1993
Suriname	Não tem	Constituição de 1987, reformada em 1992
Uruguai	Não tem	Constituição de 1997
Venezuela	Não especifica largura	Constituição de 1999

Fonte: STEIMAN, op. cit., p. 30.

No que concerne ao caso uruguaio, que nos toca mais diretamente, a despeito da Constituição do país não fazer alusão a essas zonas lindeiras, encontramos um Projeto de Lei (PL) de 2009 com esse teor. De forma inédita, o PL visava estabelecer uma zona de segurança fronteira com extensão de cerca de 20 km, análoga a restrições previstas em faixas correlatas.⁴⁷⁰ Não obstante, não encontramos referências posteriores relativas à aprovação do PL em questão.

Em síntese, em relação ao tratamento dispensando a essas regiões, segundo o PDFF, a análise de dados retirados a partir de leis, medidas provisórias, decretos-lei e decretos concernentes à fronteira e, mais especificamente, à faixa de fronteira apontam para prevalência de temas ligados à segurança, proteção e controle. No entanto, percebe-se, sobretudo nos últimos anos, um crescimento de temas relacionados à integração e à cidadania.⁴⁷¹

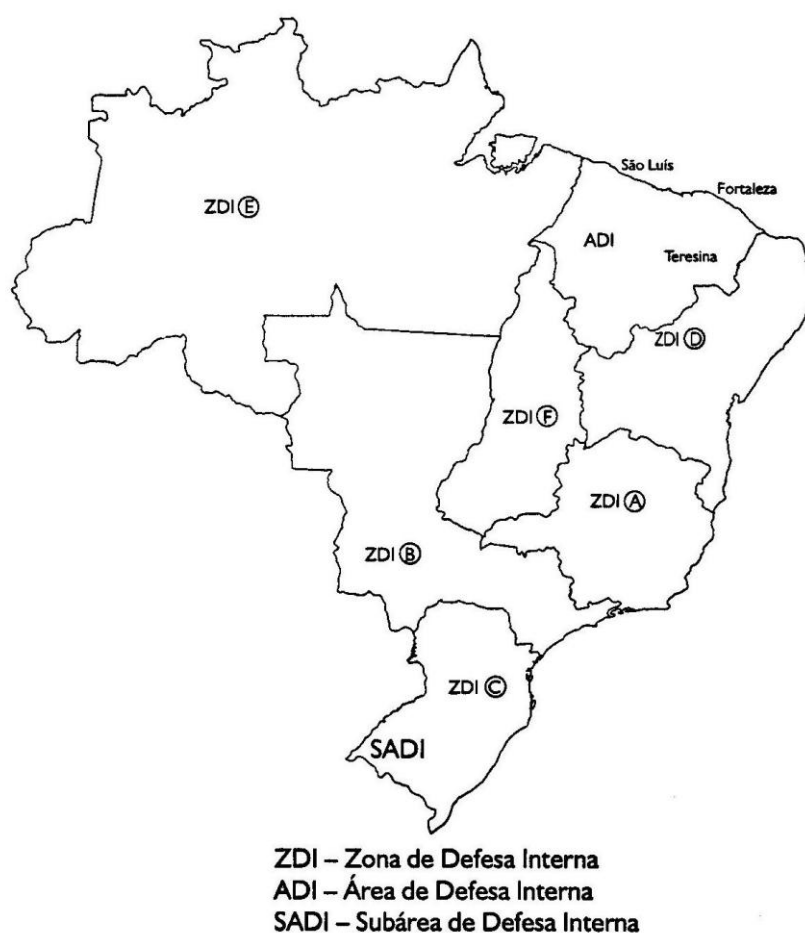
Ainda em relação a políticas específicas de intervenção por parte do CSN na fronteira brasileira, é importante destacarmos também outro processo que redundou com o tratamento diferenciado dispensado à mesma, particularmente no caso sul-rio-grandense. Assim, na esteira dos acontecimentos que se seguiram à decretação do Ato Institucional nº5 (AI-5), em 1968, lançaram-se diretrizes sigilosas, preparadas pelo Conselho de Segurança Nacional, para a implantação do Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN),

⁴⁷⁰ URUGUAY. Exposición de Motivos Creación de una Zona de Seguridad Fronteriza. Disponível em <<http://archivo.presidencia.gub.uy/web/proyectos/2009/07/CM759%20.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2014.

⁴⁷¹ BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, op. cit.

ainda no início da década de 1970. Entre outras providências tomadas, o território brasileiro foi dividido em seis grandes Zonas de Defesa Interna (ZDI). Foram criadas ainda Áreas de Defesa Interna (ADI) e Sub-Áreas de Defesa Interna (SADI) “em regiões que merecessem cuidados especiais”⁴⁷². A ADI correspondia à região da Guerrilha do Araguaia, enquanto que a fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai e a Argentina constituía uma SADI, o que reforça a importância conferida à fronteira sulina. No mapa que se segue, podemos visualizar as mencionadas regiões.

Figura 20: Zonas, Área e Subárea de Defesa Interna



Fonte: *Expressão Militar do 1 Exército*, fl. 8.

Fonte: FICO, op. cit., p. 121.

⁴⁷² FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 121.

Diante do exposto até aqui, sobressai-se a centralidade da fronteira Brasil-Uruguai durante o período que se seguiu à deflagração do golpe de Estado em março de 1964. Nesse sentido, buscou-se, no presente capítulo, analisar as ações das forças de segurança, tanto civis quanto militares, que tiveram como foco a região em questão. Além disso, em relação aos sistemas de informação e segurança, examinou-se o quanto a fronteira sul-riograndense foi alvo prioritário de políticas específicas que culminaram, inclusive, com um processo de intervenção ao longo da quase totalidade da faixa de fronteira, destacadamente dos municípios mais próximos à linha internacional. Assim, a percepção da fronteira, no contexto em questão, enquanto um espaço crítico de defesa interna e externa, culminou com a nomeação de interventores para os municípios situados na região, bem como ensejou o reforço das tropas nos quartéis de localidades próximas.⁴⁷³ Ainda em relação a esse aspecto, outra questão digna, mais uma vez, de nota foi a não retirada de alguns municípios, tais como Santana do Livramento, do rol de localidades consideradas de “interesse para a Segurança Nacional”, mesmo em meados da década de 1980.

⁴⁷³ FERNANDES, op. cit., p. 87.

CONCLUSÃO

A presente dissertação, a partir de seus objetivos gerais e específicos, buscou analisar alguns dos desdobramentos da ditadura de Segurança Nacional, instaurada em 31 de março/1º de abril de 1964, na fronteira entre Brasil e Uruguai. Ao longo do processo de investigação, sobressaiu-se a centralidade da região em questão. Por um lado, assistiu-se a articulação de redes de solidariedade na fronteira com o intuito de colaborar com a passagem e a permanência de inúmeras pessoas impelidas, em alguma medida, a deixar o território nacional. Por outro, destacaram-se diversas políticas e ações levadas a cabo por autoridades brasileiras, civis e militares, com vistas a controlar o trânsito pela região, bem como intervir na fronteira.

Inicialmente, examinaram-se algumas das dinâmicas específicas que atravessam o ambiente fronteiriço, destacadamente na região do estado do Rio Grande do Sul adjacente ao território uruguaio. Acreditamos que a análise dos vínculos estabelecidos entre comunidades vizinhas atuou no sentido de auxiliar na compreensão dos laços que concorreram para o desencadeamento de redes de solidariedade na região, com a eclosão do golpe de Estado. Observou-se, assim, que os diferentes elos estabelecidos entre as comunidades em questão perpassam, historicamente, os mais diferentes âmbitos e, destes, buscamos frisar o imbricamento político. Além disso, é mister assinalarmos o papel da fronteira estudada enquanto local de refúgio para os grupos sublevados em contextos de rompimento da ordem política. Em relação a essa esfera, acredita-se que o exame das relações estabelecidas desde o delineamento da fronteira contribuiu no entendimento das

vinculações políticas - atravessadas por laços de outras ordens - que possibilitaram a cooperação entre cidadãos de nacionalidades distintas. O aspecto ora assinalado é válido tanto na colaboração prestada entre opositores do regime quanto em relação às autoridades a serviço do mesmo. Além disso, o ambiente fronteiriço propiciou, naquele contexto, que algumas questões envolvendo os Estados focalizados fossem deliberadas no âmbito local. Nesse sentido, a distância percebida entre essas regiões e localidades mais centrais - geográfica, política e/ou economicamente - nos países ora apontados acabava autorizando, em alguma medida, a abreviação de resoluções de matérias que, legalmente, competiam a outras autoridades e/ou instituições. Isso é perceptível, sobretudo, em cidade-gêmeas, onde os vínculos, muitas vezes, com as localidades adjacentes são deveras mais intensos do que destas com outras regiões do próprio Estado Nacional. Foi emblemático, nesse sentido, o exame dos contatos estabelecidos entre o Embaixador brasileiro no Uruguai e figuras de destaque na política e economia de municípios fronteiriços. Além do mais, podemos retomar as diversas tratativas da Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul com autoridades uruguaias, adentrando, em diversas circunstâncias, a esfera competente à diplomacia.

Ainda nessa parte inicial do trabalho, optamos pelo exame da noção de fronteiras ideológicas, presente na Doutrina de Segurança Nacional, tendo em vista a centralidade dessa diretriz na formação de civis e militares no contexto de Guerra Fria latino-americano. A noção em questão, segundo buscamos atestar, contribuiu no entendimento das justificativas que fundamentaram as incursões empreendidas por agentes do estado brasileiro em território vizinho. Consideramos, todavia, que a interferência, direta ou não, por parte do Brasil no Uruguai extrapola o contexto analisado, visto que se fez presente na formação dos Estados da região, desde uma perspectiva da geopolítica brasileira. Não obstante, essa lógica foi exacerbada no período histórico examinado, já que sancionado pela diretriz supracitada. Além disso, o desrespeito à jurisdição vizinha foi patente em casos nos quais foram utilizados artifícios políticos e econômicos enquanto moeda de troca com o intuito de compelir autoridades uruguaias a cercear as atividades de exilados e/ou constrangê-las a não acatarem a solicitação de asilo por parte de inúmeros opositores do regime brasileiro. Nesse sentido, em alguma medida, a noção de fronteiras ideológicas se contrapôs às fronteiras estatais, conforme assinalamos já no título atribuído ao primeiro

capítulo. Em síntese, acredita-se que as discussões delineadas forneceram subsídios para questões que foram desdobradas e examinadas com mais afinco nas partes subseqüentes do trabalho.

Dando prosseguimento ao estudo de investigação, aprofundamos a análise do ambiente fronteiriço examinado sob o viés da articulação de redes de solidariedade que se formaram na região, destacadamente nas cidades-gêmeas de Santana do Livramento e Rivera. Assim, nos debruçamos, inicialmente, sobre a especificidade do Rio Grande do Sul, tendo em vista a sua configuração fronteiriça, bem como a importância dos vínculos existentes no estado com políticos do governo deposto, aspectos estes que, somados, concorreram para a atenção especial dispensada à região sul do país. Alguns estudos examinados ao longo da dissertação atestam que, no caso do estado sul-rio-grandense, algumas dinâmicas o diferenciam do que comumente é atribuído ao Brasil genericamente no contexto em questão. Nesse sentido, sobressaiu-se, entre outros, o fato de que, no caso do Rio Grande do Sul, a repressão teve como alvo, via de regra, os municípios do interior do estado, diferentemente do que se atribui ao Brasil como um todo em outros estudos. O relatório da Comissão Nacional da Verdade contribuiu também no entendimento de algumas particularidades do estado, tendo em vista o acentuado número de locais de graves violações de direitos humanos elencados, bem como a distribuição dos mesmos pelas mais variadas regiões do Rio Grande do Sul. Acreditamos, ainda, que algumas lógicas apontadas na análise da fronteira gaúcha, possivelmente, possam ser estendidas para outras localidades do estado. Dessa forma, o estabelecimento das mencionadas redes de solidariedade, nas quais as relações de parentesco ou de amizade se sobrepunham, muitas vezes, as vinculações e opções políticas, pode ser pensada como recorrente em alguns pequenos municípios, onde as pessoas, em geral, possuem um grau de proximidade maior se comparado aos grandes centros. Cabe considerar, não obstante, que podemos pensar essa mesma lógica em relação aos agentes da repressão, cuja facilidade de mapear elementos identificados como “nocivos”, nessas pequenas localidades, era, provavelmente, muito maior.

Em seguida, investigamos a estruturação, manutenção e dinâmicas características de alguns esquemas de fronteira que se formaram no estado, conectando diferentes pontos do território e possibilitando a passagem de militantes, mesmo daqueles oriundos de outras

regiões do Brasil, pela fronteira com o Uruguai. Nesse sentido, a articulação de redes de solidariedade na fronteira se mostrou de fundamental importância para auxiliar os que lá chegavam com pouca informação e necessitavam burlar os mecanismos de vigilância por ventura existentes. Essas redes atuaram também na assistência aos que permaneceram em localidades contíguas ao Brasil. Participaram delas antigos militantes do PCB, acostumados à clandestinidade dos anos precedentes, do PCU, pessoas vinculadas ao trabalhismo, outras sem uma atuação política explícita, assim como arenistas, e, eventualmente, pessoas vinculadas às instituições policiais e às Forças Armadas de ambos os países. Sem o apoio dos mesmos, a permanência na fronteira, conforme evidenciou-se a partir do trabalho de investigação, mostrou-se extremamente complicada e, para muitos, inclusive, inviável. Em síntese, observou-se que, se por um lado, o estabelecimento da Operação Condor, em 1975, reforçou e complexificou os mecanismos de colaboração entre os aparatos repressivos do Cone Sul - os quais foram erigidos nos anos precedentes -, pode-se dizer, por outro, que a solidariedade cumpriu um papel fundamental também no tocante à oposição política. Assim, o delineamento de uma cooperação estabelecida entre sujeitos de diferentes nacionalidades, e a análise do espaço fronteiro, sobretudo aquele compreendido entre o Brasil e o Uruguai, nos possibilitou visualizar, de maneira privilegiada, tais aspectos. É mister considerarmos, contudo, que com essas observações não pretendemos realizar uma equivalência entre o peso e a eficiência da colaboração existente entre os agentes da repressão e entre aqueles que resistiram aos mesmos. Indubitavelmente, os primeiros dispunham de uma estrutura muito mais sofisticada para levar a cabo suas políticas, já que contavam com o aparato estatal. Não obstante, acreditamos ser importante enfatizar a colaboração e a solidariedade existente entre os cidadãos uruguaios e brasileiros estabelecidos na fronteira, visto que, ainda que ela possa ocorrer em outros âmbitos, parte-se do pressuposto de que a análise da região fronteira seja privilegiada no intuito de observar o delineamento dessas relações bilaterais.

Acreditamos que os documentos oficiais, examinados em um diálogo constante tanto com a bibliografia pertinente ao tema, quanto com os depoimentos, possibilitaram aceder a algumas preocupações manifestas em autoridades brasileiras civis e militares. Entre elas, destacamos ações e políticas do Itamaraty, do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul, do Exército e da Marinha, bem como do Conselho de

Segurança Nacional. A atenção requerida pelo estado sul-rio-grandense e, particularmente, pela área contígua ao Uruguai, conforme se depreendeu da pesquisa, possuía estreita relação com a proximidade dos exilados - e a possibilidade de os mesmos reingressarem em território nacional - e os vínculos com o trabalhismo patentes no estado sulino. Os aspectos em questão, somados a outros, concorreram para o estabelecimento de políticas e ações específicas, dentre as quais frisamos: as tentativas de controlar o trânsito fronteiriço, seja através do mapeamento das rotas de fuga do país, com o objetivo de localizar a existência de redes fronteiriças de solidariedade e auxílio à passagem clandestina de pessoas, seja evitando o regresso de grupos de oposição já no exílio; seja, ainda, através do cerceamento das possibilidades de contatos estabelecidos por intermédio dos mencionados "pombos-correio"; a preocupação existente com a atuação de grupos de oposição no espaço fronteiriço e, nesse sentido, as inúmeras tratativas feitas com o governo uruguaio para impedir a aproximação dos mesmos com a fronteira; o monitoramento da atividade de exilados, através da atuação de agentes clandestinos e da elaboração de relatórios contendo informações sobre o cotidiano do exílio; o estabelecimento de contatos em âmbito local, com vistas a estabelecer um controle mais rigoroso sobre o trânsito na fronteira; o estreitamento dos vínculos com setores do país vizinho, os quais renderam importantes fontes de informação e colaboração junto a autoridades uruguaias; as diversas incursões clandestinas em localidades fronteiriças uruguaias; a intervenção ocorrida ao longo da faixa de fronteira, entre tantos outros aspectos que evidenciam a importância da região fronteiriça sul-rio-grandense na conjuntura estudada. É importante destacar, ainda, que a disponibilização desses fundos documentais e o decorrente acesso a essas informações são de suma importância para a produção de estudos analíticos referentes ao período em questão.

Em suma, evidenciou-se, através deste e de outros estudos correlatos, a centralidade assumida pela fronteira Brasil-Uruguai no contexto pós-golpe de Estado de 1964. Não obstante, levando-se em conta o levantamento feito, ainda figuram poucos trabalhos, tanto no Brasil quanto no Uruguai, que a focalizem. Em relação à temática ora assinalada, são muitas as possibilidades de ampliação e diferentes desdobramentos da pesquisa. No que toca especificamente a este trabalho, podemos apontar, por exemplo, o estudo do trânsito empreendido por uruguaio na fronteira em questão a partir do final da década de 1960 e,

sobretudo, após o golpe de Estado no país vizinho em meados de 1973. Conforme apontado no segundo capítulo da dissertação, concorreram nesse sentido a crise econômica, bem como a escalada autoritária atravessada pelo país. Além de outros países do Cone Sul, o Brasil atraiu inúmeros uruguaios que, a despeito de não necessariamente permanecerem em território nacional, o utilizaram como ponte para outros destinos mais seguros, destacadamente na Europa. Além do exame dessa questão, pode-se elencar a importância da fronteira estudada na elaboração de projetos geopolíticos da ditadura. A análise das pretensões militares de projeção sobre o Uruguai, nesse período, decerto, renderiam um estudo à parte. Os rumores acerca de possíveis intervenções brasileiras no Estado uruguaio, presente na documentação consultada, fornecem pistas nesse sentido. Em sintonia com a temática ora referida desponta também o exame das Áreas de Interesse da Segurança Nacional. Mesmo que se possa recuar consideravelmente no tempo para situarmos o tratamento diferenciado dispensado às regiões de fronteira no Brasil, a intervenção ocorrida nessas áreas se efetivou durante a ditadura civil-militar. Além disso, é possível aprofundar diferentes desdobramentos ocorridos localmente frutos desse processo de nomeação de interventores. Alguns elementos explorados por esta dissertação podem também ser problematizados a partir de outras fontes não focalizadas neste trabalho, tais como o livro de memórias de Flávio Tavares "Memórias do Esquecimento" e de Índio Vargas "Guerra é Guerra, dizia o torturador". Em síntese, procuramos apontar algumas ampliações possíveis da presente pesquisa. Essas questões se vinculam também a características intrínsecas à história do tempo presente, tendo em vista as inúmeras possibilidades de ampliação dessa temática a partir da publicização de outros acervos documentais, bem como através dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, a qual tem contribuído, em alguma medida, para elucidar aspectos concernentes ao período em questão.

Dessa forma, destacam-se as diversas limitações deste trabalho de cunho dissertativo. Não obstante, esperamos, em alguma medida, que o exame das questões pontuadas ao longo da pesquisa possam contribuir, mesmo que modestamente, para o avanço da historiografia sobre as ditaduras civil-militares de Segurança Nacional no Cone Sul, e mais especificamente no Brasil, tendo em vista além de seus desdobramentos internos, as suas diferentes conexões com os países da região, tanto sob a ótica da articulação da resistência e da solidariedade quanto da repressão. Acreditamos, assim, que

outros estudos sobre a fronteira, a qual constitui um espaço diferenciado para a análise das relações estabelecidas regional e internacionalmente, possam avançar ainda mais diversas questões que permanecem em aberto.

ARQUIVOS E FONTES CONSULTADAS

I. Documentos Oficiais

- Fundos Documentais da Secretaria de Segurança Pública/Seções de Ordem Política e Social - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
- Documentos expedidos e recebidos pela Missão Diplomática em Montevidéu - Arquivo histórico-diplomático do Ministério das Relações Exteriores do Brasil
- Legislação:
 - BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império.
 - BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891.
 - BRASIL. Decreto nº 17.999, de 29 de novembro de 1927. Providencia sobre o Conselho da Defesa Nacional.
 - BRASIL. Decreto nº 23.873, de 15 de fevereiro de 1934. Dá organização ao Conselho da Defesa Nacional.
 - BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934.
 - BRASIL. Decreto nº 7, de 3 de agosto de 1934. Modifica a denominação do Conselho de Defesa Nacional e, de seus órgãos componentes.
 - BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937.
 - BRASIL. Decreto nº 3.010, de 20 de Agosto de 1938. Regulamenta o decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional.
 - BRASIL. Decreto-Lei nº 1.164, de 18 de Março de 1939. Dispõe sobre as concessões de terras e vias de comunicação na faixa da fronteira, bem como sobre as indústrias aí situadas.

- BRASIL. Decreto-Lei nº 1.968, de 17 de Janeiro de 1940. Regula as concessões das terras e vias de comunicação, bem como o estabelecimento e indústria, na faixa de fronteiras.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 9.775, de 6 de setembro de 1946. Dispõe sobre a atribuições do Conselho de Segurança Nacional e de seus órgãos complementares e dá outras providências.
- BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946.
- BRASIL. Lei nº 2.597, de 5 de julho de 1955. Dispõe sobre zonas indispensáveis à defesa do país e dá outras providências.
- BRASIL. Decreto nº 54.303, de 24 de setembro de 1964. Altera a redação do Regimento da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, aprovado por Decreto n. 45.040, de 6 de dezembro de 1958 e revoga os Decretos nº s 44.489 "A", de 15 de setembro de 1958 e 46.508 "A", de 20 de julho de 1959.
- BRASIL. Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966. Fixa datas para as eleições de 1966, dispõe sobre as eleições indiretas e nomeação de Prefeitos das Capitais dos Estados e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 5.130, de 1º de outubro de 1966. Dispõe sobre as zonas indispensáveis à defesa do País e dá outras providências.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 348, de 4 de janeiro de 1968. Dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 5.449, de 4 de Junho de 1968. Declara de interesse da segurança nacional, nos termos do art 16, § 1º, alínea b, da Constituição, os Municípios que especifica, e dá outras providências.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 435, de 24 de janeiro de 1969. Acrescenta, nos termos do art. 16, parágrafo 1º, alínea "b" da Constituição, municípios na alínea VII do art. 1º da Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 499, de 17 de março de 1969. Institui nova carteira de identidade para estrangeiros e dá outras providências.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 672, de 3 de julho de 1969. Declara de interesse da segurança nacional, nos termos do artigo 16, parágrafo 1º, alínea "b", da Constituição, o Município que especifica, e dá outras providências.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 865, de 12 de Setembro de 1969. Declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do artigo 16, parágrafo 1º,

- alínea "b", da Constituição, o Município que especifica, e dá outras providências.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 866, de 12 de setembro de 1969. Declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do artigo 16, parágrafo 1º, alínea "b", da Constituição, o Município que especifica, e dá outras providências.
 - BRASIL. Decreto-Lei nº 894, de 26 de setembro de 1969. Declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do artigo 16, parágrafo 1º, alínea "b", da Constituição, o Município que especifica, e dá outras providências.
 - BRASIL. Decreto-Lei nº 1.094, de 17 de março de 1970. Dispõe sobre a Comissão Especial da Faixa de Fronteiras e dá outras providências.
 - BRASIL. Decreto-Lei nº 1.105, de 20 de maio de 1970. Declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do art.15, § 1º, alínea "b", da Constituição, os Municípios que especifica, e dá outras providências.
 - BRASIL. Decreto-Lei nº 1.131, de 30 de outubro de 1970. Declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do art. 15, parágrafo 1, alínea b, da Constituição, os Municípios que especifica, e dá outras providências.
 - BRASIL. Decreto-Lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970. Dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional e dá outras providências.
 - BRASIL. Decreto-Lei nº 1.170, de 10 de maio de 1971. Declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do artigo 15, § 1, alínea "b", da Constituição, o Município de Santa Helena, Estado do Paraná e dá outras providências.
 - BRASIL. Decreto-Lei nº 1.183, de 22 de julho de 1971. Declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do artigo 15, parágrafo 1., alínea "b", da Constituição, o Município de Roque Gonzales, do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.
 - BRASIL. Decreto-Lei nº 1.225, de 22 de junho de 1972. Declara de interesse da Segurança Nacional nos termos do artigo 15, par. 1., alínea "b", da Constituição, os Municípios de Lauro de Freitas, Simões Filho, Candeias e Camaçari, todos do Estado da Bahia e dá outras providências.
 - BRASIL. Decreto-Lei nº 1.229, de 5 de julho de 1972. Declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do artigo 15, § 1º, alínea "b", da Constituição, o Município de Guaraciaba, do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.
 - BRASIL. Decreto-Lei nº 1.230, de 5 de julho de 1972. Declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do artigo 15, § 1º, alínea "b", da Constituição, o Município de Tarauacá, do Acre e dá outras providências.
 - BRASIL. Decreto-Lei nº 1.272, de 29 de maio de 1973. Declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do artigo 15, § 1º, alínea "b", da Constituição, os Municípios de São João dos Patos, do Estado do Maranhão e Guadalupe, do Estado do Piauí, e dá outras providências.

- BRASIL. Decreto-Lei nº 1.273, de 29 de maio de 1973. Declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do artigo 15, § 1º, alínea "b", da Constituição, o Município de Volta Redonda, do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 1.284, de 28 de agosto de 1973. Declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do artigo 15, § 1º, alínea "b", da Constituição, o Município de Anápolis, do Estado de Goiás, e dá outras providências.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 1.316, de 12 de março de 1974. Declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do artigo 15, § 1º, alínea "b", da Constituição, os Municípios da Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado e Remanso, todos do Estado da Bahia, e dá outras providências.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 1.480, de 9 de setembro de 1976. Declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do parágrafo único do artigo 89 e artigo 15, parágrafo 1º, alínea "b", da Constituição, os Municípios de Fronteira Rica, Mirassol do Oeste, Eldorado e Mundo Novo, no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 1.481, de 9 de setembro de 1976. Declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do parágrafo único do artigo 89 e artigo 15, parágrafo 1º, alínea "b", da Constituição, os Municípios de Senador Guimard, Plácido de Castro, Mâncio Lima, Manoel Urbano e Assis Brasil, no Estado do Acre, e dá outras providências.
- BRASIL. Decreto nº 85.128, de 10 de setembro de 1980. Aprova o Regulamento da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 2.183, de 19 de Dezembro de 1984. Descaracteriza como de interesse da Segurança nacional os municípios que especifica.
- BRASIL. Lei nº 7.303, de 1º de abril de 1985. Revoga o Decreto-lei nº 1.284, de 28 de agosto de 1973, que declarou o Município de Anápolis de interesse da Segurança Nacional.
- BRASIL. Lei nº 7.308, de 15 de Abril de 1985. Exclui o Município de Canoas da relação dos municípios declarados áreas de Segurança Nacional.
- BRASIL. Lei nº 7.332, de 1º de Julho de 1985. Estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto e dá outras providências.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- URUGUAY. Exposición de Motivos - Creación de una Zona de Seguridad Fronteriza.

II. Entrevistas

- Luiz Carlos Santana (2010).

- Antônio Apoitia Neto (2010).
- Estoécel Ribeiro Santanna (2010 e 2013).
- Maria José (Lia) (2010).
- Edair Machado Pujol (2010).
- Zuil Correa Pujol (2010).
- América Ineu Chaves (2010).
- Sérgio Alves Perez (2012).
- Vladimir Fagúndez (2012).
- Perseverando Fernandes Santana (2012)
- Claudio Gutiérrez. (2014).

III. Outras fontes impressas

- BETTO, Frei. *Batismo de sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- GUTIÉRREZ, Claudio. *A guerrilha Brancaléone*. Porto Alegre: Proletra, 1999.
- PIO CORRÊA, Manoel. *O mundo em que vivi*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996. 2 v.
- SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. Fontes Orais: Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

ALDRIGHI, Clara. *Conversaciones reservadas entre políticos uruguayos y diplomáticos estadounidenses*. Montevideo: Banda Oriental, 2012.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Do alinhamento recalcitrante à colaboração relutante: o Itamaraty em tempos de AI-5. In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane (Org.). *“Tempo negro, temperatura sufocante”*: Estado e Sociedade no Brasil do AI-5. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RJ, Contraponto, 2008.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

AQUINO, Maria Aparecida de et al. (Org.). *No coração das trevas: O DEOPS/SP visto por dentro*. V. 1. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001. (Dossiês DEOPS/SP).

ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: Nunca mais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ASSEF, Marlon. *Retratos do exílio: solidariedade e resistência na fronteira*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

ASTORI, Danilo et al. *El Uruguay de la dictadura (1973-1985)*. Montevideo: Banda Oriental, 1996.

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BAUER, Caroline; GERTZ, René. Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

BAUER, Caroline. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

_____. As ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul e o conceito de “fronteiras ideológicas”. In: GUAZZELLI, Cesar et al. (Org.). *Fronteiras Americanas: teoria e práticas de pesquisa*. Porto Alegre: Suliani Letra&Vida, 2009.

BIELOUS, Silvia Dutrénit. Aconteceres en el Cono Sur de los setenta: tierras de exilio que obligan a nuevos exilios. In: TRISTÁN, Eduardo Rey. *Memorias de la violencia en Uruguay y Argentina*. Universidad Santiago de Compostela, 2007.

BENTANCOR, Gladys Teresa. Las fronteras en un contexto de cambios: la vida cotidiana en ciudades gemelas – Rivera (Uruguay) y Sant’Ana do Livramento (Brasil). *Revista Eletrônica Ateliê Geográfico*, Goiania, v. 2, n. 3, maio 2008.

BLÁZQUEZ, Teresa Regúlez. Testimonio personal del exilio. In: TRISTÁN, Eduardo Rey. *Memorias de la violencia en Uruguay y Argentina*. Universidad Santiago de Compostela, 2007.

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. 13. ed. Brasília: Editora UnB, 2010. 2 v.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção O Brasil Republicano, vol. 4).

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1).

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

CAMPOS, Sérgio Flores de. Ações Integradas: segurança pública em área de fronteira. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, Ano 3, Edição 4, fev./mar. 2009.

CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. *O município de Duque de Caxias e a ditadura militar: 1964-1985*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CASSOL, Gissele. *Prisão e tortura em terra estrangeira: a colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Mestrado em Integração Latino-Americana, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

CHIRICO, Selva Lopez. *Estado y Fuerzas Armadas en el Uruguay del siglo XX*. Montevideo: Banda Oriental, 1985.

CLEMENTE, Isabel. La región de frontera Uruguay-Brasil y la relación binacional: pasado y perspectivas. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, Vol. 19, nº 1, ICP, Montevideo.

COMBLIN, Pe. Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS; INSTITUTO DE ESTUDO DA VIOLÊNCIA DO ESTADO; GRUPO TORTURA NUNCA MAIS - RJ E SP. *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

CORES, Hugo. *Uruguay hacia la dictadura 1968-1973*. La ofensiva de la derecha, la resistencia popular y los errores de la izquierda. Montevideo: Banda Oriental, 1999.

CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor*. O sequestro dos uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura. Porto Alegre: LP&M, 2008.

DEMASI, Carlos; MARCHESI, Aldo; MARKARIAN, Vania; RICO, Álvaro; YAFEÉ, Jaime. *La dictadura cívico-militar: Uruguay 1973-1985*. Montevideo: Banda Oriental, 2009.

DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. *A trajetória da Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul: estudantes e operários no trabalho de conscientização política das massas (1962/1972)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011.

DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Org.). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

DORFMAN, Adriana; ROSÉS, Gladys. Regionalismo fronteiriço e o “Acordo para os nacionais fronteiriços brasileiros e uruguaios”. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). *Território sem Limites: estudos sobre fronteiras*. Campo Grande: Editora UFMS, 2005.

DORFMAN, Adriana. *Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais*. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

_____. “Pequenas pontes submersas”: interpretações geográficas e antropológicas de literaturas de contrabando. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v.3, n.1, jan.-abr. 2008.

DUHALDE, Eduardo. *El Estado Terrorista Argentino. Quince años después, una mirada crítica*. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

ELMIR, Cláudio. História política e história do presente: uma contribuição para o debate. *Logos: Revista de Divulgação Científica*, Canoas: ULBRA, v. 11, n. 1, maio 1999.

FAJARDO, Sinara. *Espionagem Política: Instituições e Processo no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FARIA, Regina Helena Martins de. Civilizar e desenvolver: duas faces da intervenção militar em áreas internas do Brasil. Séculos XIX e XX. *CLIO - Revista de Pesquisa Histórica*, n. 29.2, 2011.

FELIX, Jorge. A Faixa de Fronteira e a Segurança Nacional: perspectiva estratégica e questões de inteligência. In: OLIVEIRA, Eliézer de (Org.). *Segurança e Defesa Nacional: da competição à cooperação regional*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2007.

FERNANDES, Ananda. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FERNÁNDEZ, Jorge Christian. *Anclaos en Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FURQUIM JUNIOR, Laercio. *Fronteiras Terrestres e Marítimas do Brasil: um contorno dinâmico*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GONZÁLES, Ana María Sosa. *Identidad/es en diáspora, identidad/es en construcción: inmigración uruguaia em Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

GRIMSON, Alejandro (Comp.). *Fronteras, naciones e identidades*. La periferia como centro. Buenos Aires: Ciccus-La Crujía, 2000.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *História Contemporânea da América Latina: 1960-1990*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

HEINSFELD, Adelar. O olhar geopolítico sobre as fronteiras. *História Debates e Tendências: Revista do PPGH*, Passo Fundo, V. 3, n. 2, dez. 2002.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo; SOUSA, Teresa de. *A escrita da repressão e da subversão 1964-1985*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 2002. (Colección Memorias de la Represión).

KORNIS, Monica. Conselho de Segurança Nacional. In ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, vol. 2., Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

KRALICH, Susana; BENEDETTI, Alejandro; SALIZZI, Esteban. Aglomeraciones transfronterizas y movilidad. Una aproximación desde casos sudamericanos *Boletim Gaúcho de Geografia BGG*, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Porto Alegre, vol.38, maio 2012.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras, Redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques; DAMIANI, Anelisa; SCHÄFFER, Neiva Otero; BLAUTH, Nely; DUTRA, Viviane Saad (Org.). *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre, 1998.

MACHADO, Lia Osório. Cidades na fronteira internacional: conceitos e tipologia. In: NÚÑEZ, Ángel; PADOIN, Maria Medianeira; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). *Dilemas e diálogos platinos: fronteiras*. Dourados: Ed. UFGD, 2010.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. Ditadura, Exílio e Oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

_____. *Militância política e solidariedades transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MASSEY, Douglas et al. *Return to aztlán*. Los Angeles: University of California Press, 1987.

MCSHERRY, J. Patrice. *Los Estados depredadores: la Operación Condor y la guerra encubierta en América Latina*. Montevideo: Banda Oriental, 2009.

MENDONÇA, Nadir. *O impacto da fronteira sobre a vida de uma comunidade (Rivera-Livramento)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

MITCHELL, José. *Segredos à direita e à esquerda na ditadura militar*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007.

MURADÁS, Jones. *A Geopolítica e a formação territorial do sul do Brasil*. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

NAHUM, Benjamin; FREGA, Ana; MARONNA, Mónica; TROCHON, Yvette. *El fin del Uruguay liberal: 1959-1973*. Montevideo: Banda Oriental, 2007.

NEVES, Evelisse. *Comissão Especial de Indenização a ex-presos políticos do Estado do Rio Grande do Sul: significados e perfil dos atingidos*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

NEVES, Gervásio Rodrigo. *Fronteira gaúcha (fronteira do Brasil com o Uruguai)*. Dissertação (Livre-docência) - Pós-Graduação, Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1976.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. *Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate teórico-práticos*. In: _____(Org.). *Território sem Limites: estudos sobre fronteiras*. Campo Grande: Editora UFMS, 2005.

OSSORIO, Manuel. *Diccionario de Ciencias Jurídicas, Políticas y Sociales*. Buenos Aires: Ruy Diaz, 1995.

PADRÓS, Enrique; VIVAR, Jorge Eduardo Enríquez. *Memórias da Resistência e da Solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva*. Porto Alegre: Ed. ASF-Brasil, 2013.

PADRÓS, Enrique et al. (Org.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*. Porto Alegre: Corag, 2010. 4 v.

PADRÓS, Enrique. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. A ditadura brasileira de Segurança Nacional e a Operação 30 horas: intervencionismo ou neocisplatinação do Uruguai? *Revista Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 37, jan./jun. 2005.

_____. Fronteiras e Integração Fronteiriça: elementos para uma abordagem conceitual. *Humanas: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 17, n. 1/2, jan./dez. 1994.

_____. História do tempo presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 1, n. 1, jan./jun. 2009.

_____. Los Estados Unidos y la *pentagonización* de América Latina. In: *JORNADAS INTERESCUELAS*, XI, Tucumán, 2007.

PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo – O Centro de Informações do Exterior (Ciex) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 52, n. 2, jul.-dez. 2009.

PENNA, Rejane (Org.). *O tempo e o Rio Grande nas imagens do Arquivo Histórico do RS*. Porto Alegre: IEL, 2011.

PORTUGAL, Sílvia. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. *Oficina do CES*: publicação seriada do Centro de Estudos Sociais. Coimbra, Portugal, Universidade de Coimbra, n. 271, 2007.

PUCCI, Adriano Silva. *O Estatuto da Fronteira Brasil-Uruguai*. Brasília: FUNAG, 2010.

RECKZIEGEL, Ana Luiza. A fronteira como marco das conexões políticas inter-regionais. *História Debates e Tendências*: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Passo Fundo, V. 3, n. 2, dez. 2002.

REIS, Ramiro José dos. *Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um porto não muito alegre*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, FGV, 1996.

RIAL, Juan. *Partidos políticos, democracia y autoritarismo*. Montevideo: Centro de Informaciones y Estudios del Uruguay, Banda Oriental, 1984. Tomo II.

RIZZON, Carlos Garcia. Outras geografias em literaturas de fronteira. *Para onde?!*, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Volume 6, Número 2, jul./dez. 2012.

RODEGHERO, Carla. Reflexões sobre história e historiografia da ditadura militar: o caso do Rio Grande do Sul. In: *Anais do IX Encontro Estadual de História*. Vestígios do passado: a história e suas fontes. Porto Alegre: ANPUHRS, 2008.

- ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- RÜCKERT, Aldomar. O estado do Rio Grande do Sul – Brasil – como um território de internacionalização segmentada do espaço nacional. *História Debates e Tendências: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Passo Fundo*, V. 3, n. 2, dez. 2002.
- SÁNCHEZ, Andrea. *A fronteira inevitável: um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- SANTOS, Ana Rosa Domingues dos. *A organização social das fronteiras: etnografia do cotidiano fronteiriço Chuí/Chuy*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- SCHÄFFER, Neiva Otero. *Urbanização na fronteira: a expansão de Sant'Ana do Livramento/RS*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993.
- _____. A especificidade funcional da urbanização na fronteira meridional do Estado. *História Debates e Tendências: Revista do PPGH, Passo Fundo*, V. 3, n. 2, dez. 2002. p. 136.
- SCHILLING, Paulo. *O expansionismo brasileiro: a Geopolítica do General Golbery e a Diplomacia do Itamarati*. São Paulo: Global Editora, 1981.
- SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão*. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauru: EDUSC, 2000.
- SOUZA, Suzana Bleil et al. (Org.). *Práticas de integração nas fronteiras: temas para o Mercosul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS / Instituto Goethe, 1995.
- SOUZA, Suzana Bleil de. Identidade e Nacionalismo no Processo de Integração da Fronteira Uruguaia no Final do Século XIX. *Humanas: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, Porto Alegre*, v. 18, n. 1/2, jan./dez. 1995.
- STEIMAN, Rebeca. *A Geografia das Cidades de Fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à nova república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VARELA, Gonzalo. *De la republica liberal al estado militar*. Crisis política en Uruguay 1968-1973. Montevideo: Ediciones del Nuevo Mundo, 1988.

VELASCO-GRACIET, H el ene. Les fronti eres et les g eographes. *G eoconfluences*, 11 mar. 2008.

VIEIRA, Vera Lucia. O intricado universo dos sistemas de segurança nacional a partir da segunda metade do século XX no Brasil. *Histórica - Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n  39, 2009.

WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar (Org.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ZAGO, Luciana. *Fronteira e Segurança Nacional no Extremo Oeste Paranaense: um estudo do município de Marechal Cândido Rondon*. Disserta o (Mestrado em História) - Programa de Pós-Gradua o em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007.